



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 142, TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 139ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2018

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	8
1.2.2 – Oradores	
Senador Telmário Mota – Indignação com a denúncia de que a empresa responsável pela administração do Seguro DPVAT está dificultando o reembolso às vítimas no estado de Roraima.	8
Senador Valdir Raupp – Manifestação positiva sobre o início da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no estado de Rondônia.	9
Senadora Gleisi Hoffmann – Comentários sobre a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e registro do aumento das políticas direcionadas às mulheres nos Governos do PT; e outro assunto.	11
Senadora Ana Amélia – Reflexões sobre a denúncia envolvendo o ex-Presidente Lula por lavagem de dinheiro em uma operação com a Guiné Equatorial; e outros assuntos.	16
Senador José Medeiros – Críticas à conduta de parlamentares que, supostamente, criam narrativas descontextualizadas sobre o atual cenário político do país; e outros assuntos.	22
Senador Elmano Férrer – Homenagem ao centenário do Sr. Alberto Tavares Silva, político do estado do Piauí; e outros assuntos.	33
Senador Wellington Fagundes – Considerações acerca da importância da construção da Ferrovia da Integração do Centro-Oeste; e outros assuntos.	36
Senador Armando Monteiro – Satisfação com o início da vigência da Lei nº 13.726/2018, de autoria de S.Exa, que simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União; e outros assuntos.	42
1.3 – ENCERRAMENTO	46

PARTE II



2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 139ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Avisos do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 572/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 249/2018, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 48

Nº 576/2018, na origem, que restitui os autógrafos não sancionados do Projeto de Lei de Conversão nº 27/2018 (proveniente da Medida Provisória nº 843/2018). 49

2.1.2 – Comunicação

Da Senadora Lídice da Mata, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex^a em missão em 12 e 13 do corrente, nos termos do Requerimento nº 480/2018. 52

2.1.3 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2007 para oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 54

Encaminhamento do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 757/2015, com adequação redacional, à Câmara dos Deputados. 54

2.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 659/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.734/2018. 65

Nº 660/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.735/2018. 66

Nº 661/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.736/2018. 67

Nº 662/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.737/2018. 68

Nº 663/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.738/2018. 69

Nº 664/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.739/2018. 70

Nº 665/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.740/2018. 71

Nº 666/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.741/2018. 72

Nº 667/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.742/2018. 73

Nº 668/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.743/2018. 74

Nº 669/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.744/2018. 75



Nº 670/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.745/2018.	76
Nº 671/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.746/2018.	77
Nº 672/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.747/2018.	78
Nº 673/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.748/2018.	79
Nº 674/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 48/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.749/2018.	80
Nº 675/2018, na origem (Mensagem nº 112/2018, no Senado Federal), que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, no Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento (CAF).	81

2.1.5 – Ofício do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Nº 27.259/2018, que encaminha decisão proferida nos autos do processo nº 0012843-53.2018.8.07.0015.	340
--	-----

2.1.6 – Projetos de Lei do Senado

Nº 450/2018, do Senador Telmário Mota, que <i>altera os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena prevista para os crimes de furto e roubo quando praticados contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.</i>	348
Nº 451/2018, do Senador José Medeiros, que <i>altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para determinar a realização de exame toxicológico para ingresso e permanência em cargos públicos e em instituições públicas de ensino superior e profissional e para manutenção de bolsa de estudo paga pelo Administração Pública a estudantes de instituições privadas de ensino superior.</i>	353

2.1.7 – Requerimentos

Nº 550/2018, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão no período de 9 a 11 de dezembro próximo.	360
Nº 551/2018, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 10 e 11 de dezembro próximo.	363
Nº 552/2018, do Senador Eduardo Lopes, de autorização para desempenho de missão em 10 e 11 de dezembro próximo.	366

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	369
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	372
5 – LIDERANÇAS	373
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	377



7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	388
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	392
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	442



Ata da 139ª Sessão, Não Deliberativa,
em 26 de novembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Sra. Ana Amélia e dos Srs. Valdir Raupp, José Medeiros e Elmano Férrer.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 12 minutos e encerra-se às 17 horas e 10 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

E, também sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, irá à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Telmário Mota, do PTB, do Estado de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discursar.) – Sra. Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, recebi em meu gabinete, recentemente, uma denúncia de que o reembolso do Seguro DPVAT de Roraima está praticamente impossível de ser repassado às vítimas.

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS). A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

Contudo, Sra. Presidente, segundo a denúncia que recebi, a Seguradora Líder tem criado situações que inviabilizam o recebimento das indenizações. Tem-se exigido das vítimas documentos e laudos médicos impossíveis de serem adquiridos pelo segurado. O denunciante informou que há casos de pessoas que são transportadas por veículos particulares até os hospitais e, quando vão exigir a sua indenização, a Seguradora Líder exige documentação comprovando o transporte feito pelo Samu – o que é um absurdo. Em outros casos, as pessoas recebem atendimento ambulatorial de emergência em que não é gerado qualquer prontuário médico, mas ainda assim a Seguradora Líder exige esse prontuário. Ora, além de toda a documentação comprobatória da situação que enseja o recebimento da indenização, estão exigindo outros que são absolutamente impossíveis de se obter. Com isso, as indenizações são indeferidas com o *status* de "não conforme".

Por que isso está acontecendo, Sra. Presidente? Quem está se beneficiando com essas negativas?

Em abril de 2015, a Polícia Federal deflagrou a operação Tempo de Despertar para combater a fraude no Seguro DPVAT. Foram cumpridos, na época, 229 mandados judiciais, sendo 41 de prisão, 7 de conduções coercitivas e 61 mandados de busca e apreensão, além de 12 afastamentos de cargo público, 51 sequestros de bens e 57 afastamentos de sigilo bancário.

A Polícia Federal estima que a fraude poderia chegar a 28 milhões, e os primeiros levantamentos mostram que foram pagos 25 milhões indevidamente. Com esses escândalos à tona, a Câmara dos Deputados, com um requerimento da Deputada Raquel Muniz, PSD, de Minas Gerais, instalou a CPI do DPVAT, em 2016. Contudo, a CPI foi encerrada no final de setembro daquele ano sem prestar um relatório final.

Ainda em 2016, o Deputado César Halum, do PRB, de Tocantins, apresentou novo requerimento do que veio a ser conhecido como a CPI do DPVAT 2. Porém, mais uma vez não



houve progresso nessa CPI, pois suas reuniões foram estranhamente esvaziadas, sendo inviabilizadas por falta de quórum.

A quem interessa que não apenas uma, mas duas CPIs não lograssem êxito?

Registro aqui a minha indignação com essa empresa, que, vale lembrar, detém o monopólio do seguro obrigatório que todos os brasileiros que possuem veículo pagam anualmente.

Se uma Comissão Parlamentar de Inquérito não prospera neste Parlamento, peço que a Polícia Federal siga com investigação séria, pois muitas pessoas estão sendo lesadas e até mesmo perdendo a vida, pois a indenização desse seguro pode ser questão de vida ou morte de seus segurados.

Sra. Presidente, é lamentável que duas CPIs não apurem o seu propósito e não cheguem a uma conclusão de um relatório apontando os responsáveis por esse desmando nesse DPVAT. É lamentável esse monopólio. Tem que se quebrar esse monopólio da Líder/DPVAT. É impossível, é imoral o procedimento.

Daqui a uns dias, Senador Raupp... Da pessoa que é vítima, eles exigem todos os documentos. Ali eles chegam e daqui a pouco vão dizer assim – naturalmente eles não têm pago – mas vão dizer assim: "Olha, está tudo aí, mas ainda está faltando certidão de óbito". E o cara vivo... Na verdade, eles não querem pagar. Na verdade, não há uma predisposição.

E é lamentável que duas CPIs na Câmara não logrem êxito e fiquem no vazio. Portanto, eu quero aqui reafirmar e ratificar essas denúncias e pedir que a Polícia Federal, que o Ministério Público Federal entrem nessa causa e apurem a responsabilidade, porque a Líder/DPVAT está burlando, lesando e enganando a população brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Telmário Mota.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB, de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO. Para discursar.) – Sra. Presidente, Senadora Ana Amélia, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, na última terça-feira, dia 20 de novembro, teve início em Rondônia a campanha denominada 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A cerimônia de abertura foi realizada no Salão Nobre Rosilda Shockness, do Palácio Rio Madeira, em Porto Velho, e contou com a presença de diversas autoridades, incluindo o Governador do Estado, Daniel Pereira.

Essa é uma luta coletiva em Rondônia que envolve os diferentes órgãos do Estado, os Poderes e a sociedade civil, que, até o próximo dia 10 de dezembro, estarão promovendo ações que visam não apenas conscientizar quanto ao problema da violência contra a mulher, mas também buscar medidas para combatê-la.

A intenção é impactar toda a sociedade e alertar para a importância do enfrentamento dessa questão.

No dia 6 de dezembro, será promovida, ainda no âmbito da campanha, mesa redonda com o tema "Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher", que terá o Governador Daniel Pereira como mediador.

Quero aqui, neste momento, parabenizar o Governo do Estado pela oportuna realização dessa campanha, que tem como inspiração um movimento similar realizado em nível mundial desde 1991, com o mesmo objetivo e que já conquistou a adesão de mais de 150 países.



Na esfera internacional, o período escolhido para representar o ato tem início no dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, e término no dia 10 de dezembro, data da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Digo que essa campanha é bastante oportuna, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, porque, lamentavelmente, o meu querido Estado de Rondônia ocupa o quarto lugar no *ranking* dos Estados mais violentos para mulheres no Brasil, só ficando atrás dos Estados de Roraima, Goiás e Mato Grosso.

De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado e pelo Observatório da Violência contra a Mulher, em 2016, o Estado de Rondônia apresentou uma taxa de 6,4 homicídios por 100 mil mulheres, superior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios.

Para enfrentar o problema da violência contra as mulheres no Estado, diversas entidades, governamentais ou não, por meio de convênios firmados com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, receberam do Governo Federal, de 2006 a 2016, recursos da ordem de R\$2,8 milhões, o que representa R\$3,24 por mulher residente no Estado entre os anos de 2006 e 2016.

Esse valor é inferior à média nacional de repasses da União aos Estados, por mulher, no mesmo período, que é de R\$4,19, valor que ainda é muito baixo, também.

São recursos que serviriam para pagar, por exemplo, a manutenção das estruturas de delegacias, dos centros de atendimento, das casas abrigo, ou os salários de agentes públicos ou privados necessários ao funcionamento dessas unidades.

A violência contra a mulher é um problema grave, eu diria mesmo, gravíssimo, uma questão que preocupa e constrange a todos nós que temos responsabilidade com a coisa pública. É um problema que precisa ser enfrentado com coragem, com determinação.

Em Rondônia, temos muitas estatísticas que nos orgulham, mas essa nos envergonha profundamente.

Além da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, estamos buscando alternativas para enfrentar a questão com a institucionalização da Patrulha Maria da Penha.

Também teremos, em breve, a implantação do botão do pânico, para que todos os nossos policiais ajudem a proteger as mulheres. E estamos, além disso, buscando implantar no Estado a Casa da Mulher Brasileira, para proteger as mulheres vítimas de violência.

Eu e a Deputada Federal Marinha Raupp, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trabalhamos, no ano passado e neste ano, exaustivamente para que o terreno fosse regularizado, que já está pronto, para que o convênio fosse também assinado e para que fosse destinado o recurso, mas, infelizmente, ainda não chegou ao ponto do início da obra, da licitação. Eu espero que o próximo Governo possa dar seguimento, dar andamento e implantar de vez a Casa da Mulher Brasileira, lá em Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Mais uma vez, parabenizo o Governo do Estado por essa iniciativa, para que possamos reduzir e até mesmo eliminar totalmente a violência contra a mulher em Rondônia. E espero também que os Estados e o Governo Federal possam promover ações como essa em todo o Território nacional, para que a violência contra a mulher seja diminuída não só no meu Estado, no Estado de Rondônia, mas em todo o Brasil.

Era o que tinha, Sra. Presidente.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Convido a Senadora Gleisi Hoffmann para fazer uso da palavra.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discursar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quem nos acompanha pela TV Senado, Rádio Senado e também pelas redes sociais, também subo a esta tribuna hoje para falar, entre outros temas de que vou tratar, sobre os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que começou ontem.

Mais uma vez, o mundo se engaja nesse ativismo. Começou ontem, domingo. E, aqui no Brasil, a campanha vai até o dia 10 de dezembro, que é Dia dos Direitos Humanos. Começa, portanto, no Dia Nacional da Consciência Negra, que foi dia 20/11, e vai até o dia 10 de dezembro.

Essa campanha serve exatamente para alertar sobre um problema que ainda é grave e por que as mulheres brasileiras, muitas, independentemente de classe social, passam e sofrem, que é a violência.

Neste ano, o tema dos 16 Dias de Ativismo, que aqui no Brasil dura mais de 16 dias, é "Pinte o mundo de laranja: #MeEscuteTambém". O objetivo é alertar sobre a necessidade de ouvir e acreditar nas vítimas sobreviventes e, principalmente, de colocar fim à cultura do silêncio, que impede a ruptura do ciclo de atos violentos e abusivos.

E, sobre esse tema, eu queria aproveitar para lembrar o engajamento que tiveram os nossos Governos, os Governos do PT, do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, no tocante ao enfrentamento à violência contra a mulher. Não tenho dúvidas de afirmar que dos Governos que nós tivemos no Brasil foram os Governos de Lula e Dilma que mais avançaram nesse enfrentamento.

Nós sabemos que a origem da violência contra mulheres está em sentimentos ruins, no preconceito, na covardia, na violência doméstica, no sentimento de posse, enfim, no preconceito que a mulher sofreu durante toda a história da humanidade. Nunca é demais lembrar que a emancipação das mulheres não conta nem com cem anos aqui no Brasil. Quando começamos a votar, nós estávamos na década de 30. Quando começamos a trabalhar fora, também em massa, foi depois da Segunda Grande Guerra. E por aí vai. Então, é muito recente a nossa presença na vida pública. Sempre fomos consideradas da esfera doméstica e, portanto, por sermos consideradas da esfera doméstica, éramos submetidas a todos os tipos de violência, principalmente àquela que tinha a posse como referência. E posse, você tem posse de objeto e com objeto você faz o que quer. Como a mulher era tida como posse do homem ou do pai, fazia-se o que se queria com a mulher.

Portanto, nós estamos lutando contra uma cultura patriarcal, arraigada, entranhada na sociedade. Por isso a necessidade de campanhas, dessa campanha de enfrentamento à violência contra a mulher. Por isso a necessidade de cotas para termos participação. Como temos um mínimo de oportunidade para chegar a uma igualdade, por isso a importância do trabalho de gênero que nós temos que fazer nas nossas escolas. Não tem como superarmos tudo isso se não tivermos a disposição da sociedade de enfrentar esse tema e reconhecer que nós temos uma cultura que submete a mulher ao homem e submete a mulher a um sistema patriarcal.

Pois bem, foi com base nisso, nesse histórico e no engajamento de muitas mulheres, militantes nossas, não só do PT mas de outros partidos da esquerda, de outras organizações, que nós iniciamos nos nossos Governos programas que foram ousados. Por exemplo, foi o Presidente



Lula que sancionou a Lei Maria da Penha, sancionou a Lei Maria da Penha. E por que é importante a Lei Maria da Penha? Porque a Lei Maria da Penha mexe exatamente na violência doméstica. Até nós termos a Lei Maria da Penha, "em briga entre marido e mulher ninguém metia a colher". Não era assim que a gente ouvia as pessoas falarem? Pois bem, ninguém metia a colher, mas apanhava a mulher, apanhavam os filhos e muitas vezes ela morria. Você não pode considerar a esfera doméstica como protetora da violência. Portanto, a Lei Maria da Penha vem destampar uma panela de pressão que há muito tempo nós tínhamos na sociedade, em que as mulheres, dentro de casa, eram submetidas à violência. E vem penalizar o agressor. Mas mais do que isso, a Lei Maria da Penha também traz para a nossa realidade instrumentos de proteção à mulher, segurança à vítima, para que ela possa denunciar. Por exemplo, a criação do serviço de denúncia, como o Disque 180, que nós implantamos, em que uma mulher que é vítima de violência ou que pode ser vítima de violência tem para onde ligar, tem onde se proteger, ou o núcleo contra o tráfico de mulheres e outras medidas que ajudaram tanto a tirar da invisibilidade os índices de violência contra a mulher.

E, aí, esses dias eu escuto uma pérola do candidato eleito Presidente, numa rádio, em que ele falava o seguinte: "O PT diz que protege tanto as mulheres, mas foi na época dos Governos do PT que aumentaram os índices de violência." É, sim, senhor! É, sim, senhor! Sabe por quê? Porque antes não havia índice publicado. Sabe por quê, meu senhor? Porque a mulher não tinha aonde recorrer. Sabe por quê, meu senhor? Porque ela não tinha para quem denunciar. Ela apanhava. Sofria violência – como sua ex-mulher sofreu, que depois o senhor abafou –, mas sofria violência e tinha que ficar calada.

Então, nos nossos governos nós tivemos os índices aumentados porque nós "destampamos a panela de pressão". Nós mostramos para a sociedade que havia mulheres sofrendo, meu senhor. Por isso que nós temos mais índice colocado. E vamos ter mais, porque nós temos que dar às mulheres condições de elas denunciarem e lugar para que elas possam se proteger.

Pois bem.

Então, além da Lei Maria da Penha, nós tivemos também, com a Presidenta Dilma Rousseff, a lei do feminicídio, que ela também chancelou, que combate a agressão contra a mulher pelo fato de ela ser mulher. É isso mesmo. E, infelizmente, na nossa sociedade, mata-se pelo fato de ser mulher. É uma barbaridade isso!

E eu tive a honra de ser a Relatora desse projeto de lei aqui no Senado da República, ouvir depoimentos de mulheres, interagir com essas mulheres.

E, depois dessa lei, Senador Raupp, nós tivemos vários, vários crimes de feminicídio sendo processados como tais, em que marido, namorado, pai, companheiro ou pessoa de rua, de fora da casa, matava a mulher pelo simples fato de ser mulher. Isso é uma barbaridade!

Está de novo a objetificação. Ou seja, o fato de a mulher ser objeto, ser de propriedade do pai ou do marido, no passado, ainda vem na nossa cultura. Portanto, com objeto você faz o que quer: você pode matar, você pode quebrar, você pode jogar fora...

Então, a lei do feminicídio foi muito importante, e a Presidenta Dilma sancionou.

Mas não foi só isso. Nós também tivemos a experiência da Casa da Mulher Brasileira, que V. Exa. falou aqui.

Eu era Ministra-Chefe da Casa Civil, quando, junto com a Ministra Eleonora, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, nós implantamos o programa Mulher, Viver sem Violência, que, dentre tantas ações, tinha a Casa da Mulher Brasileira, que é uma casa, um local



físico mesmo, que concentra todos os serviços de atendimento à mulher: delegacia da mulher, atendimento psicossocial, juizados, defensoria pública, brinquedoteca, veículo para locomoção de mulheres que necessitem de atendimento, orientação para entrada ou retorno no mercado de trabalho, inclusive casa-abrigo, porque é muito difícil.

Na realidade, quem tinha que sair de casa é o agressor, mas a mulher, muitas vezes para sobreviver, tem que sair de casa, e não tem para onde ir.

Então, a Casa da Mulher Brasileira é um espaço a que essas mulheres vítimas de violência podem recorrer. E vão ter ali todos os serviços ao seu dispor. Isso é muito importante. E foi também uma ação dos Governos do PT.

Em dezembro de 2015, a Presidenta Dilma garantiu também que o Sistema Único de Saúde passasse a fazer cirurgias reparadoras de agressões em vítimas de violência doméstica. O decreto ganhou uma portaria, em março de 16, que regulamenta quais procedimentos devem ser realizados, entre eles: reconstrução de orelha, dos lábios, nariz, mandíbula, tratamento cirúrgico de lesões extensas com perda de pele, tratamento para joelho, cotovelos, mãos e pés, tratamento cirúrgico de fístula retovaginal, entre outros, porque é isto: as mulheres também são mortas, são espancadas, as mulheres são violentadas e ficam com as sequelas, e o Estado brasileiro precisa ajudar, precisa ser solidário, porque grande parte dessas mulheres é pobre. Não que a violência não aconteça com as mulheres ricas, acontece – e muito, e muito –, e o segmento mais de cima da sociedade se cala, e aí os próprios maridos ou os pais dão um jeito de pagar as cirurgias reparadoras para que nada saia das quatro paredes, mas as mulheres pobres sofrem muito.

Então, foi por isso que nós fizemos isso e, infelizmente, a Presidenta Dilma saiu em 2016, arrancada por um golpe como foi, e nós nunca mais tivemos nenhum avanço de políticas para as mulheres. Vimos agora o relato do Senador Raupp, que diz aqui que está esperando demais que a Casa Abrigo aconteça lá, em Rondônia, e a Casa Abrigo não sai. Quero dizer que a do Paraná, em Curitiba, está fechando as portas porque nem o Governo Federal, nem a Prefeitura, nem o Estado resolveram mantê-la.

É isto: quem não sente a dor, quem não sente a violência, quem não é vítima não se importa e tanto faz se o outro vai perder ou não o serviço, se o outro vai perder ou não a assistência. É de doer!

E, por fim, queria lembrar dois programas importantes que, embora não sejam ligados à questão da violência contra a mulher, ajudaram muito a combater a violência contra a mulher: foi dar a titularidade do cartãozinho do Bolsa Família à mulher e também a titularidade preferencial do título de propriedade do Minha Casa, Minha Vida à mulher, porque a mulher, tendo o seu dinheiro, a mulher tendo um dinheiro para sustentar seus filhos, consegue a liberdade do marido opressor, do companheiro opressor. Muitas mulheres se sujeitam à violência porque elas não têm como se manter, elas não têm dinheiro para criar os filhos, para dar comida, aí ficam apanhando em casa, ficam sendo objetos de violência. Com o cartãozinho do Bolsa Família, ainda que seja uma renda pequena, elas conseguiram ter a sua alforria, ter o seu dinheiro para comprar as coisas para casa, para elas e para os filhos. A importância que esse programa tem é muito grande: é a importância que tem no combate à fome, é a importância que tem na inclusão e é a importância que tem para a vida das mulheres mais pobres. E o Minha Casa, Minha Vida também porque a gente cansou de ouvir relato de homem bebendo, bêbados, de mulheres que falavam que os homens bebiam, vendiam a casa e deixavam-nas nas ruas com os filhos. Quando a gente passa a titularidade do Minha Casa, Minha Vida para a mulher, dá a ela condições de segurança e, se o



marido beber e quiser praticar violência, ele não pode vender a casa, aí ela tem condições de botá-lo para fora de casa também, mas ela precisa dos serviços da assistência para ser protegida.

Então, eu queria lembrar isso porque os legados dos Governos do PT, tanto de Lula como de Dilma, foram os maiores para as mulheres – formam os maiores –, além de serem Governos que tiveram ampla participação da mulher.

Um foi governado por uma mulher. E, tanto nos Governos do Lula como no da Dilma, nós tivemos participação efetiva em cargos de comando, de decisão no Governo. Isso mostra a diferença de quem quer fazer a emancipação. Por isso, essa conversinha mole do candidato eleito querendo jogar areia nisso não procede. Então, o senhor se informe bem o que são as estatísticas e por que elas estão dessa maneira.

Mas eu queria também aproveitar, Sr. Presidente, para trazer aqui uma outra notícia boa, lembrando os programas dos nossos Governos, como o Mais Médicos, que está sendo atacado agora, por conta dos médicos cubanos que estão saindo do programa porque foram maltratados, desrespeitados, não tiveram aqui a acolhida de que precisavam do candidato que foi eleito, foram espezinados. Foi muito ruim o que aconteceu. Ninguém fica num lugar onde não é querido, onde é destrutado, onde é maltratado, onde há malcriação, onde há possibilidade de violência.

Pois os nossos médicos cubanos – digo nossos, porque ajudaram muito o Brasil – estão indo embora. E agora o Governo está dizendo que cadastrou a quantidade já necessária. Muito bem. Quero saber se os médicos efetivamente vão cumprir as suas funções nos locais cadastrados, porque, como Ministra-Chefe da Casa Civil, ajudei a implantar esse programa na época, junto com o Ministro Padilha, e lembro que nós fazíamos os editais e muitos médicos se cadastravam. Nós chamávamos, nem tantos assumiam, e, dos que assumiam, nem todos ficavam, porque o médico brasileiro não foi formado para prestar serviço na periferia, não foi formado para atender gente pobre, não foi formado para atender distritos indígenas. O médico brasileiro foi formado para atender a elite, foi formado para ter especialização, foi formado para estar em grandes centros, foi formado para ser rico, infelizmente.

Nós temos que mudar o conceito da Medicina. Então, eu torço para que esses médicos todos inscritos realmente se apresentem e fiquem nos locais, mas duvido que isso aconteça. E a nossa população sofrerá com a falta dos médicos cubanos.

E quero trazer aqui uma informação muito importante que saiu, inclusive, numa matéria da BBC News Brasil de São Paulo.

[...] como programa [Mais Médicos] economizou um terço do orçamento ao diminuir as internações hospitalares.

Mais consultas [porque mais consultas foram feitas com os cubanos], relação mais próxima entre médicos e pacientes e economia de dinheiro público ao diminuir o número de internações: essas são algumas das principais conclusões apontadas pelos mais de 200 estudos que se dedicaram a entender e mapear o programa Mais Médicos desde a sua criação, em 2013.

Um dos trabalhos mais recentes, de agosto deste ano, destaca também o aspecto positivo do Mais Médicos sob a ótica fiscal – isso porque a ampliação do número de médicos no atendimento básico da saúde evitou [vejam os senhores] 521 mil internações em 2015, gerando uma economia em internações hospitalares equivalente a um terço do orçamento do programa naquele ano.



Vocês lembram que vivia havendo matérias nos jornais, matérias no Fantástico, matérias em todos os lugares sobre hospitais, superlotação em hospitais, mau atendimento. Essas matérias rarearam muito, quase não existem mais. Sabe por que, Senador Raupp? Porque se estava fazendo saúde básica de boa qualidade.

Quando você é atendido bem na base, você não precisa de hospital. Até as filas de exames estavam diminuindo, porque faz toda a diferença ser bem atendido, ter um médico que te escute, que não fique 15min, 10min, que te examine, que te pegue, que pergunte os teus problemas, possa fazer um diagnóstico e te dar um remédio. É assim que fazem os médicos cubanos, formados para isto, para servir à comunidade, onde ela estiver, não importa se ela é rica ou se ela é pobre: eles servem à comunidade. Isso faz a diferença. Faz muita diferença.

Segundo esse estudo, houve uma redução consistente de 4,6% nas internações em geral e 5,9% nas relacionadas às doenças infecto parasitárias em 2015. Naquele ano, as 11,3 milhões de internações custaram R\$18 bilhões, e a economia de quase R\$840 milhões corresponde a cerca de 33% dos 2,6 milhões destinados ao Mais Médicos no período, ou seja, o Mais Médicos praticamente se pagou. Os médicos cubanos se pagaram com a economia que fizeram, atendendo bem à população e não deixando que a população fosse hospitalizada. Houve uma melhora na qualidade de atendimento.

Não é o PT que está falando isso, não. São estudiosos que fizeram esse estudo sobre o Mais Médicos.

Houve uma melhora na qualidade do atendimento à população. Imagina uma comunidade que não tinha médicos.

(Soa a campanha.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com o aumento das consultas em áreas desassistidas, foi possível identificar e tratar doenças com agilidade, evitando internações que poderiam ser de fato evitáveis. Nós tínhamos mais de mil Municípios sem médicos; agora, infelizmente, vão ficar 1.700 sem.

O que nós vamos fazer? De que forma nós vamos atender essas pessoas? Como o Brasil vai atendê-las? Vamos voltar àquele caos de as pessoas indo para os hospitais, as pessoas sendo mal atendidas, as pessoas tendo problemas.

O estudo a que me referi aqui é um entre os quase 200 trabalhos acadêmicos produzidos sobre o programa desde a sua criação pelo Governo de Dilma Rousseff. Eu tenho muito orgulho de ter feito parte dos Governos do PT, muito orgulho! Muito orgulho de ter tido o Presidente Lula como Presidente, a Presidenta Dilma, porque esses Governos garantiram programas diferenciados à população brasileira.

Eu só falei de dois aqui. Falei dos programas de combate e enfrentamento à violência contra a mulher, todos os projetos que existiram, e de um dos programas para a saúde, que foi o Mais Médicos e a vinda dos médicos cubanos para atender a população. Não falei na saúde do Farmácia Popular, da reforma das unidades básicas de saúde, da abertura dos cursos de Medicina no interior. Não falei de nada disso, mas eu quero, quase todo dia, desta tribuna ou da tribuna da Câmara, falar dos programas e do legado desses Governos que tanto são criticados, malhados, mal falados, mas que, quando a gente começa a lembrar o que fizeram, as pessoas dizem: "Pois não é mesmo? É isso mesmo! Foi o Lula que fez, foi Dilma que fez. Antes, não havia o Mais Médicos; antes não havia o Farmácia Popular; antes não havia o 180 para a mulher gritar por socorro...



(Soa a campanha.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não havia a Casa da Mulher Brasileira; antes não havia a Lei Maria da Penha; não havia a lei do feminicídio. Pois é... Foram os Governos do PT que fizeram.

Quero, amanhã, voltar a esta tribuna, Senador, para falar sobre a renda no Brasil, para falar sobre a importância que teve o desenvolvimento inclusivo dos governos de Lula e de Dilma. E, infelizmente a situação que está hoje, um estudo feito, que também não é do PT, da Oxfam, indicando que o número de pobres cresceu 11% só em 2017. Uma tristeza, uma tragédia, uma pena!

Mas eu vou voltar e, dia após dia, eu vou fazer desta tribuna a defesa dos nossos governos, e lembrar ao povo brasileiro o que foram os 13 anos que mudaram a vida de milhões de brasileiros para melhor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sra. Gleisi Hoffmann, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/MDB - RO) – Obrigado a V. Exa. Parabéns pelo pronunciamento defendendo dois temas importantes: o combate à violência contra a mulher, com a implantação das Casas da Mulher Brasileira, e a questão do Mais Médicos.

Posso afirmar a V. Exa. – enquanto se dirige à tribuna a Senadora Ana Amélia, que já chamo para fazer seu pronunciamento no tempo regimental – que o Mais Médicos em Rondônia foi um sucesso, principalmente nas pequenas localidades. Eu visitei localidades, distritos – não são nem cidades, mas distritos – distantes que só tiveram médico após a chegada dos médicos de Cuba. Eu não vou discutir aqui a questão dos salários, se eles ficam com todo o salário ou com parte dele, mas a função, o trabalho deles no meu Estado foi aprovado. Tenho certeza de que a população das localidades mais distantes do Estado de Rondônia vai sentir muito a falta dos médicos cubanos.

Eu torço para que o Governo encontre caminhos, encontre médicos formados no Brasil ou mesmo fora do Brasil, mas brasileiros, que possam substituí-los nessas localidades para que a população possa continuar tendo o atendimento que teve até agora.

Parabéns a V. Exa.!

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Valdir Raupp, Sras. e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, no mesmo dia em que o candidato do Partido dos Trabalhadores à sucessão presidencial em 2018, o ex-Prefeito de São Paulo Fernando Haddad, numa entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, falando sobre a situação do ex-Presidente Lula, que está preso em Curitiba, declarou, textualmente – abro aspas para a declaração do Sr. Fernando Haddad –, à pergunta que foi feita "E por que não o Lula?":

Eu já fazia a ressalva: "Eu não sei o que vão fazer com o Lula". Está claríssimo que, se não tivessem condenado o Lula num processo frágil, que nenhum jurista sério reconhece como robusto, ele teria ganhado a eleição. Eu fiz 45% dos votos [no segundo turno]. Ele teria feito mais de 50% [dos votos].



Vou repetir: na boca de Fernando Haddad, "processo frágil, que nenhum jurista sério reconhece como robusto". É o pensamento que continua dominando a cabeça das principais lideranças do PT em relação ao Lula. Só que, no mesmo dia dessa entrevista, a Operação Lava Jato denuncia Lula por lavagem de dinheiro numa operação com a Guiné Equatorial, envolvendo uma doação da empresa ARG para instalação da empresa naquele país, empresa brasileira, ao Instituto Lula, no valor de R\$1 milhão. E isso estava tudo documentado em correspondências do Presidente da Guiné Equatorial ao Presidente Lula. E isso tudo estava documentado por ninguém mais, ninguém menos do que o insuspeito líder fundador do partido, que foi também o coordenador das campanhas de Lula e Dilma, que foi o homem forte de Lula no Ministério da Fazenda e foi o Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Dilma, o Sr. Antonio Palocci. Não é nenhuma fonte duvidosa; é uma testemunha crucial, fundamental, porque isso tudo está documentado.

E nessa denúncia, Senador Medeiros, que preside esta sessão agora, está a prova de um depósito feito. As negociações entre Lula e o Presidente da Guiné Equatorial começaram em 2011, se estenderam por 2012, e o depósito de R\$1 milhão foi feito em 2016 ao Instituto Lula, conforme consta na planilha contábil do instituto. E o depósito foi feito precisamente por quem? Pela empresa ARG, que estava pedindo a interferência de Lula – e teve o preço – para instalar-se na Guiné Equatorial.

Eu trago isso agora para dizer que, novamente, um dos líderes mais importantes do partido, Fernando Haddad, volta a aplicar aquela teoria científica, da neurociência – e fui entender bem o que era –, a tal da imunização cognitiva: mais ou menos, uma vacina para que a verdade não apareça, como se a verdade fosse uma doença e você precisasse ter uma vacina para combater a doença chamada "verdade".

Nesse caso, a imunização cognitiva, Senador Medeiros, é aquilo com que uma pessoa se imuniza. Ela acredita naquilo que ela está enxergando, lendo e querendo que seja verdade, mesmo que os fatos caminhem exatamente na contramão e não se sustentem na realidade. Engana-se propositadamente. É um engano para se convencer de uma verdade que não existe, porque a verdade está nos fatos e não naquilo que eu quero que seja.

Então, essa imunização cognitiva parece que continua dominando o sentimento e as reações de um líder importante como Fernando Haddad, que não conseguiu a reeleição à Prefeitura de São Paulo, quando candidato à reeleição, e que conseguiu 45 milhões de votos no segundo turno das eleições passadas, disputando com Jair Bolsonaro, que ganhou a eleição com uma margem de mais de 10 milhões de votos. Não é uma margem pequena!

E, talvez, em vez de agora atacar as chamadas elites... E ele diz que as elites brasileiras – ou elite econômica – abriram mão do seu verniz ao eleger Bolsonaro. Ora, de novo aquela imunização cognitiva. Quem é que foi condenado na Lava Jato? Foi o Zé Ninguém? Foi o pequenino lá do interior do rincão? Não! Não foram pessoas anônimas; foi precisamente a elite envernizada da economia que acompanha Lula no processo: Odebrecht, JBS... Todas elas, Senador, todas elas grandes; a elite econômica do setor mais influente politicamente até agora no País: as empreiteiras. Mas eles continuam tapando o sol com a peneira. É inacreditável!

E talvez isso reduza o tamanho do partido na compreensão da sociedade, pela falta de humildade de reconhecer os graves erros que fizeram. Até as coisas positivas feitas acabaram sendo comprometidas pelos erros graves, porque a corrupção é o erro mais grave deles, a mentira é outro grave erro, Senador. Quando você promete uma coisa e faz outra, quando você ludibria a



esperança da população, quando você diz que vai fazer uma coisa e faz outra, você está sendo desonesto. E é exatamente essa compostura ou essa falta de compostura que teve o partido; e, por isso, o resultado. Não adianta querer esconder a verdade, a verdade está escrita, provada. E tentar de novo fragilizar ou desacreditar o Poder Judiciário brasileiro, a Polícia Federal, o Ministério Público, só faz crescer a ira da sociedade e a indignação, porque a Lava Jato foi um divisor de águas no combate à corrupção.

Por que a sociedade toda aplaudiu a indicação de Sergio Moro para o comando do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Senador? Por quê? Simplesmente porque ele representou exatamente essa nova visão de um Brasil que não coloca na cadeia só os pobres, aqueles que não tem bons advogados para defendê-los, os ladrões de galinha, aquelas pessoas que antigamente iam para a prisão por falta de uma assistência jurídica de qualidade. Não, quem está na prisão... E não se imaginaria isso no Brasil há 10 anos não fosse essa Operação Lava Jato, que nasceu precisamente de um sistema que permite a quem tem provas, uma testemunha como Palocci, trazer à luz a verdade. Mas essa verdade dói. Ninguém fala, ninguém pia, ninguém explica, só dizem que Lula é inocente.

A influência do ex-Presidente foi tão importante não só nessa operação com a Guiné Equatorial, Senador: ela teve influência, especialmente, nos fundos de pensão que quebraram. E o que são os fundos de pensão senão uma proteção de aposentadoria complementar aos funcionários das empresas estatais? – os trabalhadores da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, empresas estatais importantes. E esses fundos de pensão estão sofrendo. Os trabalhadores tiveram que contribuir mais, aumentar a taxa de contribuição para não terem prejuízo na hora da sua aposentadoria. E sabe por que aconteceu tudo isso? Porque quem colocou os presidentes desses fundos de pensão foi o partido. O partido colocou o presidente, escolhido a dedo, para manipular esse presidente a fazer aquilo que o Presidente queria por interesse partidário e não para defender o interesse dos trabalhadores da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Federal. Tanto é que, na negociação para a Sete Brasil, que quebrou cinco anos depois de estar criada, a Sete Brasil – está escrito no processo – recebeu o dinheiro dos fundos de pensão. E quando os presidentes acharam o negócio muito complicado, Lula ordenava: "Ou faz, ou eu troco de presidente". Simples assim, Senador Medeiros.

As verdades estão aos poucos aparecendo, e de uma maneira cada vez mais surpreendente. Por que ainda assim o Sr. Fernando Haddad e outras lideranças silenciam sobre isso? Não falam, não admitem. Pelo contrário, ele disse que não há prova robusta, que nenhum jurista sério considera esse processo com prova robusta para manter Lula na prisão em Curitiba. É exatamente a imunização cognitiva. Insistem em continuar tapando o sol com a peneira, como se nada tivesse acontecido.

E o fato de ter quebrado, não só prejudicado os fundos de pensão, os funcionários dessas empresas estatais, para quem diz defender os trabalhadores, tinha que ser o contrário. Não é a elite econômica, Sr. Fernando Haddad, não é o verniz da elite econômica; o prejuízo maior foi feito nessas gestões perdulárias e irresponsáveis, que levaram a essa falência, à inflação alta, ao déficit fiscal, a tudo isso.

Já que falamos em trabalhadores, foi criado um programa de grande valia para o trabalhador na formação de mão de obra: Pronatec. Havia alguma sintonia, alguma conexão entre o que o mercado de trabalho precisava e o curso do Pronatec? Não. E aí o aluno ia lá, estudava e não conseguia emprego, porque o que ele havia estudado não tinha nada a ver com o que a sua cidade,



a sua região, o seu Estado estava precisando – o curso não foi planejado para atender o mercado de trabalho. O Pronatec, profissionalizante, ensino técnico, tem que estar conectado, lincado com pesquisa de mercado do que estamos precisando. Mais eletricitistas? Mais especialistas na área de telecomunicações? Mais funileiros? Mais soldadores? Mais vendedores? O que precisamos mais? Mais técnicos na área de TI, tecnologia da informação? Nada disso foi feito. A evasão no Pronatec lamentavelmente é muito elevada na hora em que o Brasil mais precisa de qualificar a sua mão de obra. E, de novo, será que se preocuparam adequadamente com as necessidades da formação de uma mão de obra profissionalizante no ensino? Não houve isso.

Da mesma forma em relação ao Ciência sem Fronteiras, Senador. Foram milhares, milhares, milhares, milhões de reais, tirados inclusive da Capes, do CNPq, para alimentar um projeto, para financiar um projeto – o Ciência sem Fronteiras –, sem qualquer conexão entre o que o Brasil precisa do nosso jovem que vai para os Estados Unidos, que vai para Europa, que vai para Ásia...

Do que o Brasil precisa? Então, levar esses jovens para se prepararem, com conhecimento em nível de pós-graduação ou até de graduação, para voltarem para o Brasil com aquele conhecimento dos países muito desenvolvidos, trazendo de volta ao Brasil. Nada disso também.

Então, foi um dinheiro perdido. Muitos jovens foram apenas estudar inglês ou outra língua estrangeira, e esqueceu o Governo de fazer o principal, um planejamento adequado, ajustando o programa à necessidade do País.

Quem é que pagou o Ciência sem Fronteiras? Quem é que pagou o Pronatec? Todos nós. Esses jovens que estão na plateia aqui no Senado, todos vocês pagaram, todos nós pagamos. A sociedade e o assalariado pagaram o Pronatec.

E qual é o retorno que nós temos? Nós não temos retorno, nem a avaliação do resultado obtido foi feita para provar exatamente a falta de compromisso com o planejamento, com a avaliação e com o resultado, e tudo isso mexendo no dinheiro da população brasileira. É preciso que as coisas sejam ditas com essa clareza.

Então, eu fico de novo aqui pensando, Senador, qual é e quando será que, do alto da sua posição, da famosa imunização cognitiva, o partido vai entender os erros cometido e dizer: "Nós erramos". É muito feio o que foi feito em matéria de corrupção.

Até todos se lembram de uma famosa entrevista, logo depois de eleito no primeiro mandato, quando Lula num jardim na França deu uma entrevista a uma jornalista dizendo o seguinte: "Não, caixa dois é uma coisa corriqueira, todo mundo faz". Ele não podia fazer, todo mundo podia fazer menos ele, porque ele criou um partido trazendo a esperança de que seria diferente dos outros, do fisiologismo, do toma lá dá cá, um partido comprometido, um partido com fidelidade partidária. Houve fidelidade partidária tão forte, Senador Medeiros, que, quando o Lula votou a primeira reforma da previdência, em 2013, três Parlamentares do partido foram expulsos, porque se insurgiram e votaram contra a reforma da previdência do Lula, que aumentou a contribuição dos servidores públicos. Eles foram contra. Lembro da Luciana Genro, lembro do Babá, do José Alencar, de outros Parlamentares que acabaram saindo – acho que foi o Chico Alencar –, que saíram do partido e criaram o PSOL, que foi criado nessa hora, exatamente porque se insurgiram. Eles foram expulsos por não terem cumprido a determinação de votar a favor da reforma da previdência social do Lula lá em 2003.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senadora Ana Amélia, só quero interromper um pouquinho para anunciar que estão nos



visitando aqui os alunos de Educação, Ciência e Tecnologia do *Campus* de Goiás, *Campus* Goiânia Oeste. Sejam muito bem-vindos.

Quem está falando na tribuna é a Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Casualmente eles são merecedores do que eu estou falando aqui. Eu não sei se eles estão em escola pública ou em escola particular. Exatamente é pública a escola em que vocês estudam?

(Manifestação da galeria.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Federal.

O dinheiro dos CEFETs... Deve ser de um Ifet dos nossos alunos. O recurso, em vez de ser jogado na questão do Ciência sem Fronteiras, poderia reforçar o orçamento dos institutos federais, porque, no meu Estado, muitos deles estão carecendo de recursos para melhorarem seus laboratórios, para terem mais unidades, para terem mais pesquisa, para terem tudo o mais. O que ocorreu? Faltou o dinheiro, porque foi para um outro lado, e não houve resultado.

Estão aqui os alunos. Vocês sabem do que eu estou falando. Eu não estou inventando história.

Lá no meu Rio Grande do Sul, há um Ifet ligado à universidade...

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e ligado à questão de enologia. E enologia é o estudo do vinho. Trata-se de uma região muito próspera nessa área. Foram comprados equipamentos, os equipamentos não foram instalados, perderam a validade, porque o prédio onde o equipamento seria instalado não existe. O prédio não recebeu o recurso necessário para colocar os equipamentos, que chegaram primeiro. Botaram a carroça na frente dos bois.

Então, essa é a situação da falta de planejamento. Se não o Ifet de Goiás, o Ifet do meu Estado, do Rio Grande do Sul... Iniciativa boa? Maravilhosa. É isto que nós temos de fazer: qualificação do nível médio para superior. Depois, o pessoal que fez o Ifet vai fazer a universidade, vai fazer doutorado, vai fazer pós-doutorado, vai fazer tudo o que puder a sua capacidade e a sua inteligência.

Mas por que não concentramos? O projeto é Ifet? Vamos concentrar o dinheiro que deveria ir para o Ciência sem Fronteiras nos IFETs. Olha o retorno que poderia ter dado, de muito mais valia para as necessidades brasileiras, especialmente numa área de tecnologia da informação.

Hoje a grande prioridade mundial e global é a tecnologia da informação. E hoje você está vivendo nesse mundo dessa tecnologia na nossa vida que a gente nem se dá conta. Daqui a pouco, chega aqui um Uber, chega um Cabify, um 99. O que é isso? Tecnologia pura. Um aplicativo que coloca, na frente da sua casa, um carro, para você sair com ele. E o táxi está fazendo a mesma coisa, usando um aplicativo para melhorar o seu serviço e oferecer ao consumidor, ao usuário do serviço um serviço de qualidade. A tecnologia vai absorver. Airbnb: você aluga um apartamento por temporada, por mês, onde você quiser no mundo por um aplicativo. Você tira um bilhete aéreo sem ir a uma agência de viagem. Você faz tudo pela internet. O que é isso? Tecnologia.

E nós, se não nos adaptarmos a esse novo mundo digital, vamos ser varridos do desenvolvimento.



Felizmente vocês estão pensando nisto: se aplicando para se formarem e para avançarem nessa área. É este o mundo novo, na mão de vocês: o mundo digital, o mundo todo conectado.

Então, por isso, eu trago essas questões que são muito claras. O recurso é escasso. Então, a gente tem de aplicar bem. Quando o cobertor é curto, Senador Medeiros, a gente tem de ter cuidado maior para aplicar bem o recurso.

E fala aqui uma Senadora, Senador Medeiros, que, como o senhor, está terminando o mandato no Senado Federal, uma Senadora que, ao longo destes oito anos, tratou de gastar apenas 30% dos recursos que tem à disposição para a execução das suas atividades, economizando 70% e com uma produção legislativa em que há cinco leis minhas em vigor, mais uma emenda constitucional. Então, eu posso dizer, Senador Medeiros, como V. Exa. também, que vamos para casa de consciência tranquila, dever cumprido, porque fizemos aquilo que a sociedade espera.

E ainda mais, Senador, faço questão de repetir: entrei no mandato, em 2011, como V. Exa. – e V. Exa. mais tarde um pouquinho, porque na suplência do Pedro Taques. Mas eu cheguei aqui, em 2011, com 3,4 milhões de votos, Senadora ficha limpa. Estou saindo em janeiro de 2019, Senadora ficha limpa, sem nenhum processo e de novo com a consciência tranquila de ter cumprido o dever, com economicidade, com resultados e economizando 70% da verba indenizatória. Então, eu acho que é isso que a população quer dos políticos.

E eu aproveito para agradecer do fundo do coração não só a homenagem que recebi do Confies, que é o Conselho Nacional das Fundações de Apoio das Universidades Federais, na semana passada, e também da Associação Comercial e Industrial do Município de Carazinho, uma entidade centenária que me entregou um troféu em reconhecimento a um trabalho que eu fiz não apenas para o Município, em emendas destinadas à área da saúde, ao hospital de Carazinho, mas também a toda a agenda que nós trabalhamos aqui com V. Exa.

O PT fez uma narrativa destruidora sobre a reforma trabalhista. Mas, por exemplo, só no mês de setembro deste ano de 2018, essa reforma...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que eles dizem que ia retirar direitos dos trabalhadores, em cinco anos, Senador, foi o mês com maior número de carteiras de trabalho assinadas e carteira de trabalho assinada é o fim da informalidade. Portanto, a narrativa do PT foi derrubada por terra, ou seja, de que era para retirar direitos dos trabalhadores. Se fosse, não haveria esse desempenho com carteiras assinadas em estatísticas do Caged. Então, eu acho que também essas questões trazem à tona as responsabilidades que tivemos aqui.

Quero agradecer não só a essas entidades que citei, mas também as milhares de mensagens das pessoas. Por exemplo, vejam uma senhora, Dona Estela, de 88 anos, um jovem de 26 anos, um senhor de São Paulo, de Votuporanga, que me oferece a casa para tomar lá um cafezinho com a família. Essa senhora de 88 anos acompanha tudo que está acontecendo aqui, a nossa conversa, e escreve para dizer o que eu estou falando. E esse jovem de Pernambuco, que tem 26 anos, que estuda Direito, da mesma forma. É essa a crença que eu tenho no sentido de que, a partir de 2019, não com o novo Presidente apenas, mas com uma união do Brasil inteiro...

E a oposição precisa ter a responsabilidade de vigiar, de fiscalizar. Há pouco, aqui a Senadora Gleisi Hoffmann falou. Esta é responsabilidade da oposição: vigiar, fiscalizar, trabalhar pelo melhor, aperfeiçoar as leis. Agora, se caminharem para o confronto, para a intolerância, por não respeitarem o resultado de uma eleição, o preço quem vai pagar será toda a sociedade brasileira.



Mas o preço mais caro será da própria oposição, porque já não aceita mais o País a irresponsabilidade. O País é grande demais, a crise é profunda e esse desafio não é apenas de um Presidente eleito. É de todos nós.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Peço a V. Exa., se possível, que assuma a Presidência para eu poder falar.

Está nos visitando aqui o Senador eleito de Palmas, Tocantins, Eduardo Gomes.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Endosso aqui as homenagens ao Senador, desejando sucesso a partir de 1º de fevereiro, na posse.

Tocantins é um Estado onde também há muitos conterrâneos meus, gaúchos, que estão lá, e conheci a capital, Palmas. Fiquei encantada por aquele lago, pelo ambiente, e é um novo Brasil também, porque acompanhei quando o Estado foi desmembrado – havia uma parte de Goiás.

Convido, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discursar.) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Cumprimento todos os que acompanham a sessão pela TV Senado, cumprimento todos os que nos acompanham também pelas redes sociais.

Aproveito para parabenizar o ILB, o Instituto Legislativo, aqui do Senado, que hoje, pela manhã, fez, eu diria, praticamente uma sessão ali, da qual a Senadora Ana Amélia fez parte. A Senadora Ana Amélia é Presidente da Comissão de Agricultura e amanhã apresenta o relatório. E nós falamos hoje ali um pouco sobre a agricultura brasileira. Eu queria parabenizar o Instituto Legislativo por trazer esse tema à tona.

E por que estou falando disso aqui agora, Senadora Ana Amélia? Justamente porque, durante a semana passada, tive uma maratona de reuniões na Europa – em Paris, Bruxelas, na Alemanha –, todas elas com temas voltados para o Brasil – notadamente, para o Estado de Mato Grosso –, principalmente, em relação à agricultura, à exportação dos produtos brasileiros, em relação à sustentabilidade, ao meio ambiente.

E fiquei muito impressionado com a imagem que os europeus têm desse setor no Brasil, como o setor é demonizado lá na Europa, e como eu pude ver também que a preocupação não é com o meio ambiente. A preocupação é de fundo comercial. Mas isso é normal. Ronald Reagan dizia: "Entre países não existem amizades; existem interesses comerciais". E obviamente que um gigante desse tamanho, com um clima como o do Brasil, com as estações de tempo bem definidas – você sabe quando vai chover, quando vai fazer frio, quando vai fazer sol –, com terras agricultáveis nessa extensão... Como é que se combate um gigante desses? Então, isso é normal; são do jogo comercial as barreiras de toda sorte.



Agora, sabe o que não é normal, Senadora Ana Amélia? É pessoas que se dizem brasileiras, pessoas que sobem aqui, à tribuna, para bancar o pai dos pobres, os defensores dos fracos e oprimidos, os defensores do emprego, usarem a mídia, usarem os canais a que têm acesso para demonizar o Brasil no exterior. E eles pegam esse material, dado de bandeja por esses brasileiros, e usam contra nós – usam contra nós.

Antigamente, os países investiam fortunas, Senadora Ana Amélia, tentando infiltrar espões aqui dentro para descobrir alguma coisa. Não, hoje não precisa – não precisa.

Eu estava na Europa, no Parlamento europeu, e vi uma carta enviada ao Parlamento europeu – essa carta está de posse do Itamaraty, e eu tenho a cópia. A carta diz que o Brasil está sob um golpe, que foi eleito um Presidente de forma fraudulenta e que a democracia acabou, que nós estamos sob uma ditadura, que todos os direitos estão em risco. Agora eu digo: nem o mais demente sujeito que mexe com política aqui no Brasil acredita numa coisa dessas. O que nós tivemos foi um Presidente eleito com 11 milhões de votos de diferença para o segundo colocado. O que nós tivemos foi um partido e um grupo político varrido da vida política do País pelos eleitores – e varrido com raiva. As pessoas votavam e saíam da urna comemorando. Aí fazem o quê? Começam, através dos seus parceiros, cujo *modus operandi* é o mesmo, em outros países, a mandar... Eu vi essa carta feita por uma bancada do atraso semelhante a que há aqui, Senadora Ana Amélia, que mandou para a Presidente da Comissão Europeia em Bruxelas, já demonizando a imagem do futuro Governo do Brasil, que nem começou ainda. Isso é um desserviço ao País.

E aí me remeto, se não me engano, ao Mackey – acho que foi o Mackey que disputou com Clinton ou com Obama, não sei. Mas o que importa é o milagre, e não o nome dos santos. No momento em que foi dado o resultado, tentaram colocar o microfone na boca dele para ele falar mal, e ele falou: "A partir de agora, em que o povo norte-americano escolheu, ele passou a ser meu Presidente – passou a ser meu Presidente." Isso se chama espírito de democracia – isso se chama espírito de democracia.

Essa raça, assim que terminou a eleição... Primeiro, forçaram o candidato a não reconhecer o candidato eleito. Segundo, subiram a esta tribuna, dizendo que vão, todos os dias, fazer o enfrentamento, fazer a resistência – a resistência. Eu ouvi falar tanto em resistência que cheguei a pensar que eles tinham queimado o chuveiro, Senadora Ana Amélia, porque só falam em resistência.

E me remeto novamente ao discurso da Senadora Ana Amélia, quando ela falou das narrativas.

Como o País tem sofrido com as narrativas! Como o País tem sofrido com essas falácias! E aqui, para quem não está acostumado com esse vocabulário moderno, porque, a cada momento, na política, surge uma palavra moderna – "narrativa" surgiu ultimamente –, eu vou falar no bom e velho português: "narrativa" é mentira, é uma história contada fora da realidade. A Senadora Ana Amélia falou aqui sobre essas narrativas que estão contando.

Hoje eu vi uma matéria sobre a Shindo Renmei. O que foi a Shindo Renmei? Foi uma organização de cidadãos japoneses que não aceitavam que o império japonês tivesse perdido a guerra, e eles ficaram por anos acreditando piamente que o Japão tinha ganhado a guerra, mas os japoneses da comunidade que estava aqui no Brasil falavam: "Isso não é verdade". Perdemos. Infelizmente, perdemos. Eles eram mortos pelo chamado grupo dos *tokkotsais*. Sobre isso aí, há um livro. Quem tiver interesse, é só ler o livro *Corações Sujos*.



Mas hoje eu estava lendo me lembrei de novo desse livro, e a Senadora Ana Amélia estava falando aqui sobre a narrativa que estão tentando construir. Qual a narrativa que estão tentando construir agora? É a de que a eleição foi fraudada, é de que, se não tivessem prendido alguém inocente, o cenário político seria outro. Estão querendo construir uma narrativa. Estão subindo aqui à tribuna e já avisando o que vão fazer, com mentiras. Eu queria que a Senadora estivesse aqui, porque eu não vou falar narrativa. Ela veio aqui e mentiu. Ela disse: "Primeiro, vim aqui dizer, insinuar, que o atual Presidente bateu na esposa". Mentira! Mentira! A própria ex-esposa do Presidente eleito desmentiu a matéria do panfletário do PT, a *Folha de S.Paulo*, que tinha dito que ele tinha agredido a mulher. Ela falou: "Era um bom pai, e ele não me agrediu". Pronto, assunto encerrado. Ela desmentiu.

Agora, a pessoa vem aqui enxovalhar a pessoa, a pessoa. Isso não é política, Senadora Ana Amélia. Isso é fascismo. Isso é fascismo, porque, quando eu quero enfrentar os seus argumentos, destruir os seus argumentos, isso é da democracia. Eu sou contra os seus argumentos. Agora, quando eu tento destruí-la como pessoa, quando eu tento destruir o dono dos argumentos, isso é, nítida e literalmente, a política fascista: destrua o dono dos argumentos, e os argumentos caem por terra.

Como a população brasileira pegou uma guinada por aqui, e não foi Bolsonaro que puxou, foi a população brasileira que puxou: "Venha, Bolsonaro, venha". E aqui havia um time. Poderia ter sido Ana Amélia, poderia ter sido Magno Malta, como foi Bolsonaro. Era um time com quem a população brasileira se identificava. Quis Deus que fosse Bolsonaro, mas o povo já tinha decidido: chega de mentira!

Está aqui Xuxu dal Molin, que é do meu Estado, que também era desse time. A população brasileira já tinha decidido: eu não quero mais essa Shindo Rinmei do PT, eu não quero mais essa narrativa mentirosa, eu não quero mais viver enganado.

A Senadora Ana Amélia falou uma coisa interessante aqui, sobre a imunização cognitiva. Esses dias, escutei uma palavra interessante: dissonância cognitiva. Eles querem fazer essa imunização para chegar à dissonância cognitiva, que é o quê? Que as pessoas fiquem desligadas da realidade e que fiquem numa realidade alternativa, numa realidade paralela, grudadas na mentira. E que mentira é essa? Que Deus fez o céu e a terra, e o resto foi o PT – Dilma e Lula.

Eu era criança, Senadora Ana Amélia, eu me lembro já de sorteios de casas pelo BNH. Na minha cidade, por exemplo, eu me lembro do conjunto São José I e São José II. Eu era vendedor de picolé. Aliás, gostava de vender picolé no sorteio de casa, porque dava muita gente. E demorava, demoravam os políticos falando, e o povo comprando picolé. Mas o que acontece? Já naquela época, havia o BNH. O que é o BNH? Hoje, chamam de quê? Minha Casa, Minha Vida. O crédito educativo, Xuxu, o que era? O Fies de hoje.

Todos esses programas que hoje têm um outro nome já existiam. Aí eles sobem aqui à tribuna e dizem que foram eles que fizeram. Isso, sim, é narrativa, isso é fazer a imunização cognitiva que a Senadora Ana Amélia disse aqui. Isso é deixar as pessoas alienadas pensarem: "Nossa, que verdade! Realmente, fizeram por nós. Como fizeram por nós?".

Mas boa parte dos brasileiros acabou descobrindo isso. Mentirosos! Asquerosos, politicamente falando! Sabem por que "asquerosos, politicamente falando"? Porque vêm o tempo inteiro... E Jesus tinha nojo desse tipo de gente. Ele dizia: "Hipócritas e fariseus, que me louvam com os lábios, mas o seu coração está longe de mim".



Eles fazem isso aqui, Senador Elmano, com os pobres, com as minorias, com as mulheres, com os negros, com os *gays*, com os pobres, com os servidores públicos, todos os dias. São os defensores dessas pessoas. Chegam aqui e se apresentam como os defensores: "Vinde a mim. Tudo isso te darei se prostrado me adorares". Vocês sabem muito bem quem disse isso a Jesus, não é?

Pois bem. Vamos lá para os servidores públicos, Senador Elmano! Vamos ver o que essa galera fez com os servidores públicos! Vamos pegar os Correios, Senadora Ana Amélia! O pessoal do Postalís, além de não ter direito à sua aposentadoria agora, está tendo que tirar do bolso para pagar. E vão ficar mais tempo trabalhando. Sabem por quê? Porque esse cavalheiro que se propôs a defender os seus bens de terceiros os tomou para si. E agora eles vão ter que trabalhar mais. Então, mentira número um: não estavam defendendo os servidores do Postalís.

Mentira número dois: não estavam defendendo os da Previ. Não estavam defendendo os da Petros. Estavam passando a mão. Eu não gosto nem de falar desse negócio. Eu não faço do meu mandato aqui um biombo de combate à corrupção porque já existe a polícia, e não é meu papel fazer isso. Mas meu papel é desmistificar, porque, já que a Senadora subiu aqui e disse que todo dia vai vir falar dos programas e das bondades que fizeram, eu vou ter que vir aqui e fazer o contraponto de dizer que não foi bem assim. Porque esses servidores estão lá... Eu sou servidor público. Eu sei a história dos consignados. Aliás, alguns centavos meus rodaram, porque eu tomava consignado. Aliás, servidor público só vive no consignado. A gente chega no final do mês, Senadora Ana Amélia e Senador Elmano, e o consignado já pegou quase tudo. Mas o que acontece? Até isso esses caras ferravam. Passavam e pegavam uma beiradinha do consignado do servidor público. Mas subiam aqui e diziam que eram defensores dos servidores públicos. E por quanto tempo nós acreditamos? Por muito tempo. Muito tempo. Eu tenho esta cara de inocente, Senadora Ana Amélia, mas por muito tempo eu bati lata para essa gente.

Então, foram os fundos de pensão... Aí, vamos lá! As mulheres. Hoje, chegou aqui batendo lata dizendo que "somos os defensores das mulheres".

O que Bolsonaro disse é verdade: 655% foi o índice a mais. "Ah, não; é porque agora nós começamos a medir". Mentira! Há 30 anos, um senhor chamado Michel Temer – sim, Michel Temer! – fez um ofício para um Governador chamado Franco Montoro e propôs a criação da Delegacia da Mulher, a primeira no Brasil. E, a partir dali, há 30 anos, começou-se a medição de números e índices da violência contra a mulher – 30 anos atrás! Não por acaso, hoje, está ali na Presidência da República.

Quando ele subiu ao Governo, já começaram eles a virem aqui e dizer: "Nossa, um Governo misógino! Um Governo que é contra a mulher! Não há nenhuma mulher!", falando do cara que havia implantado o programa de combate à violência contra a mulher.

Então, não é por nada, não, Senador Elmano; é por essa narrativa descolada da realidade que esse povo caiu. Eles caíram por si sós! E, aí, eu me remeto às palavras do saudoso pai do Senador Cássio Cunha Lima, que dizia que a ditadura não cairia porque não era uma estrutura; era uma mancha a ser limpa.

Esse pessoal realmente não caiu; e eles não caíram porque não eram uma estrutura, mas uma mancha que está sendo limpa da história da política brasileira. E por quê? Porque mentem o tempo inteiro. São sustentados na mentira. E os livros sagrados, seja hindu, seja muçulmano, seja de que religião for, sempre dizem: casa construída na areia não subsiste. É assim que esse pessoal se montou no poder, um poder que não se sustentou, porque, aos poucos, as pessoas foram tendo raiva.



É, mais ou menos, o seguinte: aquele sujeito galante, D. Juan, bonito, cheiroso, da conversa boa, bacana, que deixa a menina apaixonada, noiva, casa, mas era só lero-lero. Um dia, ela diz: "Chega, compadre! O senhor só tem conversa. Chega! Tchau! Não te quero mais aqui!". Foi mais ou menos isso o que aconteceu: por fora, era uma bela viola; por dentro, pão bolorento. Um bando de sepulcros caiados.

"Nossa, Medeiros, que palavras fortes!". Não têm que ser fortes, não; são fortes porque são a realidade. É o que foi! Porque posam de anjos aqui o tempo inteiro. Posam de anjos!

Mas a minha maior indignação é a seguinte: se a preocupação fosse com o Brasil, se a preocupação fosse salvar a Nação, eu diria: "Tudo bem. Faz sentido! Ainda vá lá, de repente, aceitarmos a narrativa de que os fins justificam os meios", embora eu ache abominável de toda sorte. Mas não é, não, é pelo País; é por um projeto de poder...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – V. Exa. me concede apenas mais uns 30 minutos, Senador Elmano?

É por um projeto de poder umbilical. E não era só nacional, não! Eles queriam aqui, queriam na Argentina, na Bolívia, no Equador, na Venezuela, quiçá, na América Latina toda e, se deixassem, no mundo inteiro. O tipo de gente que parecia aquele desenho do Pinky e o Cérebro: "O que vamos fazer hoje? O de sempre. Qual o nosso projeto de hoje? Um projeto para dominar o mundo". E começaram nessa odisseia de corações e mentes. Começamos naquele roteiro de Hollywood do oprimido contra o opressor – e qualquer um que discordasse deles era opressor –, e foram, mas nem um pouquinho preocupados com Brasil. E nem um pouquinho preocupados por quê? Porque...

Eu estou aqui diante do Deputado Xuxu Dal Molin – ele é lá de Sorriso. Ele, assim como os Parlamentares de Mato Grosso, nós vivemos numa luta crucial pela BR-163, Senador Elmano. A BR-163 é uma das que mais mata no Brasil e é a principal artéria que liga o Sul ao Norte do Brasil. Pois bem, a BR-163 está lá, são R\$3 bilhões só que se precisa para fazer a duplicação. Há dias que passam 40 mil carretas carregadas ali. E aí o tráfico leve misturado com o tráfico pesado é a receita da morte, em pista simples. E o que acontece? Apesar dos gritos do Xuxu, das pessoas que perdem ente querido, de a gente brigar aqui, de ir ao BNDES, nada condói essas pessoas, não liberam um centavo para lá.

Mas foi dinheiro que construiu... E eu fui lá ver, construíram um metrô em Caracas, construíram um porto em Mariel, em Cuba, construíram um aeroporto em Moçambique, construíram gasodutos, construíram um monte de coisas em Angola, construíram obras de toda a sorte por aí. E, Senador Elmano, eu lhe digo: esses países não dão 1% de retorno do que Mato Grosso dá para este País. Porque boa parte da balança comercial brasileira é sustentada pela agricultura, e boa parte da agricultura brasileira está no Estado de Mato Grosso. Sabe quantos por cento das rodovias federais são pavimentadas lá? Vinte por cento das rodovias federais.

E aí vem aqui fazer discurso bonito de que os 13 anos do Governo do PT foram uma maravilha, foram um paraíso, foram não sei o que e que são as pessoas que falam mal. Não, quem fala mal são os fatos, são as realidades.

A saúde, pelo amor de Deus, em que pese a necessidade da saúde, mas o sujeito que operacionalizou esse programa Mais Médicos devia ser mandado por uma Corte internacional e ser condenado por crimes contra a humanidade. Eu quantas vezes falei aqui, nesta tribuna: isso é trabalho escravo! Como é que eu pego um sujeito em Cuba, trago para cá, é proibido de trazer a



família, ele chega aqui e só pode trabalhar naquele negócio que ele foi contratado. Ele pode trabalhar de médico aqui no pronto-socorro, mas ele não pode atender o vizinho que teve um ataque cardíaco aqui do lado, porque é proibido. Ele não pode... Aí o salário dele não é pago para ele, é pago para uma instituição que come mais da metade. E essas pessoas achavam isso explicável? E mais: agora descobriram, Senador Elmano, que deram um *bypass* no Senado e na Câmara. Deram um *bypass*, enganaram através de uma pedalada – mais uma –, enganaram o Senado, porque sabiam que ia dar discussão aqui.

Começaram essa semana passada uma narrativa: "Não vai haver médicos!". Continuam dizendo que não vai haver médicos. Mas está assim de médicos brasileiros formados na Bolívia, no Paraguai, em tudo que é lugar que querem trabalhar. Mas esses médicos cubanos... Xuxu, eu duvido... Se o Presidente Temer baixar um decreto ali agora autorizando eles trabalharem aqui, fica boa parte deles.

É só autorizá-los a trabalharem: "Olha, vocês vão estar no Mais Médicos, mas podem abrir sua clínica aqui também."

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Ficam quase todos! Ficam quase todos!

Mas mesmo assim, não foi Temer que mandou os médicos cubanos embora. Não mandou nenhum embora. Há alguma coisa muito errada, e o Senado tem que ir a fundo. Por que será que foi só dizer que Bolsonaro vai assumir, e já o Governo cubano diz: "Não, estou tirando, estou tirando, porque ele disse que os médicos não sei o quê..." Conversa fiada. Ninguém tira um programa desses, e ainda mais uma bufunfa daquela, a troco de nada, não. Tem angü nesse caroço!

Então, se eu fosse o Presidente Temer, diria o seguinte: "Olha, vocês já prestaram um bom serviço. Está autorizado todo mundo a trabalhar. Quem quiser ficar, fica. Não precisa fazer Revalida nenhum. Isso é controle de mercado, sim. Se estavam trabalhando até agora, por que é que não podem continuar trabalhando? Continuem trabalhando, esqueçam essa história de Revalida, e vamos para a frente." Eu duvido se boa parte não fica aqui. E mais: "Pode trazer as famílias para cá também." Se entram milhares de venezuelanos toda hora aqui, na divisa com Roraima, Senador Elmano, por que é que não podem os médicos cubanos estarem aqui?

Então nós precisamos tratar desses temas nesse nível, e não dizer: "Olha, o Bolsonaro se elegeu e disse que os médicos cubanos não podem ficar aqui." Mentira! Mentira! Os médicos cubanos são muito bem-vindos. Não como escravos; são muito bem-vindos para ganhar os mesmos salários que os médicos brasileiros. Não para um médico cubano trabalhar aqui na cadeira de um lado, atendendo, ganhando R\$1.000, e um médico brasileiro ganhar 20, 30 do mesmo lado aqui. Que mundo é esse que essas pessoas querem? "Ah, mas lá eles são doutrinados a trabalhar para o bem do próximo." Conversa fiada, não é? Conversa fiada! Ninguém trabalha para o bem do próximo em detrimento de si próprio. Se o Brasil está pagando tabela cheia de 10 mil, 15 mil por cada médico, que esse dinheiro vá para os médicos.

Então esse debate nós vamos fazer, e não pense Dona Gleisi Hoffmann... A senhora saiu, então vou falar o nome da senhora aqui, porque se estivesse aqui, eu estaria falando para a senhora. A senhora falou que vai falar aqui, na tribuna do Senado, e na Câmara. Então é o seguinte: não pense que vai ser tarefa fácil essas mentiras daqui para a frente. A senhora vai dizer essas coisas, mas nós vamos fazer o contraponto e vamos dizer, para cada mentira que o PT



disser, nós vamos continuar dizendo dez verdades. Vocês não vão enganar mais o povo brasileiro. Vai ter que ser um debate agora *tête-à-tête*, um debate de ponto e contraponto, porque até agora, infelizmente esta crítica eu tenho que fazer ao PSDB: o tempo que o PSDB passou na oposição, deixaram vocês deitarem e rolares. Vocês mentiram o que quiseram. Vocês foram situação e oposição ao mesmo tempo. Vocês passaram o tempo inteiro no Governo roubando, pilhando e dizendo que a culpa era de FHC. Não que ele seja inocente, não estou aqui para defendê-lo. Agora, eles fizeram a teoria do Homer Simpson o tempo inteiro: a culpa é minha, eu coloco em quem eu quiser.

Agora não, nós vamos fazer, sim, o enfrentamento. Nós vamos fazer o enfrentamento para que o povo brasileiro saiba dos dois lados, porque dizem que existem os fatos e as versões. Nós vamos sempre apresentar os fatos.

E o fato neste momento são o seguinte: o Brasil elegeu um Presidente desconectado com tudo, que estava ligado ao Partido dos Trabalhadores, ao PSOL, ao PCdoB e *et cetera*. Por quê? Porque não aguentava mais tanta mentira. É isso.

E aí fechando, Senado Elmano, eu estava na Europa... V. Ex^a foi da Embrapa, que é de uma das instituições que mais contribuíram para o desenvolvimento da agricultura neste País. Veja bem, a nossa agricultura está sendo demonizada por esses chamados brasileiros que dizem que estão a defendendo. Esses caras que aparelharam o Ibama, esse Ibama que demora de oito a 12 anos para dar uma licença para fazer uma estrada – como é o caso da 242, lá no Mato Grosso –, esse Ibama, que recebe milhões de dólares de fundos internacionais para trabalhar contra o Brasil. Vem dessa gente, chamada politicamente correta. Não trabalham para o Brasil. E por que eu digo que não?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Porque usam das ilhas de jornais, usam de todos os organismos para demonizar, para enxovalhar a imagem deste País lá fora.

Então, qual é a imagem que as pessoas têm? É a de que aqui a todo momento estão as pessoas querendo derrubar para plantar soja. Senador Elmano, nos próximos anos 20 anos o Mato Grosso pode dobrar a produção de soja sem derrubar a produção de soja sem derrubar um pé de árvore!

Não tem nada a ver plantação de soja com desmatamento da Amazônia. O senhor está pensando que eles estão preocupados com desmatamento da Amazônia? Não, eles não estão preocupados com desmatamento da Amazônia. Sabe por quê? Eles estão preocupados em Mato Grosso ali com a questão... Onde tem manejo. Olhe que não tem coisa para preservar mais a floresta do que manejo, porque você só retira a árvore que está madura. E o cara mais interessado em proteger a floresta é o cara que vive da madeira, porque se a floresta acabar, acabou, ele não tem mais.

O senhor está pensando que eles têm interesse em incentivar o setor madeireiro? Não, Senador, não têm. Não há quem consiga licença para isso, porque o que eles querem é barulho, querem é mídia.

Então, se é um órgão sério, vamos fazer o seguinte: Senador Elmano, tudo bem. O senhor vai cuidar dessa parte da floresta. As árvores que estiverem maduras o senhor pode retirar, porque árvores são como gente, árvores morrem – árvores morrem – e essas você pode usar. A diferença é que com gente não tem o que fazer depois, mas árvores quando morrem você pode usar.



Nós estamos com trilhões em valores que dizem que não podemos usar. Isso está a serviço de quem, Senador Elmano? É do interesse de quem. Nós temos bilhões em riquezas naquela floresta, no Mato Grosso e não podemos mexer com nada.

Então, eu digo: Esse órgão está a favor do Brasil? Ou será que nós não temos competência, Senador Elmano, nós que formos capazes, por meio da Embrapa, de fazer a soja produzir no Cerrado, um lugar onde só dava tatupeba e mandioca.

Hoje ali nasce tudo. Será que nós não tínhamos competência de fazer manejo, de ganharmos dinheiro com essa floresta, de fazermos, sim, extrativismo mineral sem destruir a floresta? Não, vamos proibir tudo. Vamos acabar com o carrapato matando logo a vaca. E todo o brasileiro que se mete a produzir alguma coisa vira bandido.

Em determinado momento, a política do Brasil era integrar para não entregar, Senador Elmano. V. Exa. tem mais experiência e mais vivência do que eu e sabe que isso é verdade. E brasileiros e brasileiras saíram do eixo Rio-São Paulo, do Nordeste e foram para Mato Grosso, foram para Rondônia, foram para o Acre fazer este País se desenvolver. E lá se estabeleceram. Hoje boa parte dessas pessoas está com processo nas costas porque dizem que estava degradando o meio ambiente. Que conversa é essa, meu irmão? Que história é essa? Eu, como País, te mando para cá e, depois, te trato como bandido?

Semana atrasada, o Ibama, numa operação, Senador Elmano, queimou diversas retroescavadeiras – tipo essas da Hyundai, Caterpillar, New Holland, máquinas de em média R\$1 milhão cada uma – de garimpeiros que estavam lá. E garimpeiro no Brasil hoje... Gente, eu estou falando garimpeiro, e você, lá no seu cérebro, provavelmente está falando "bandido", "degradador do meio ambiente". Sabe por quê? Porque foi isso que passaram a nos fazer crer.

No entanto, quando você ouve falar da Vale, da mineradora não sei o quê, não. Isso aí tudo bem. É mais ou menos assim: o cara que mata um é um assassino. Maduro pode matar milhões que está tudo bem, milhares.

O exemplo não foi bom. Vou melhorá-lo.

É o seguinte: no Brasil, se você foi mandado lá para Rondônia, para Mato Grosso, para o Amazonas, naquela época do "integrar para não entregar", e você montou uma lavra de mineração no seu sítio, você vinha garimpando naquela época. E garimpeiro não quer que a floresta seja desmatada. Ele não tem interesse nenhum. Ele faz ali sua lavra. Daí a cinco anos aquele pedaço ali que ele garimpou já virou floresta de novo. E por aí vai.

Mas tudo bem. Vem a nova legislação ambiental e diz: "Olha, é preciso se regularizar". E correto; o mundo vai evoluindo. E essas pessoas tentaram se regularizar. E tentam ainda, Senador Elmano. E sabe quando elas vão conseguir? Nunca, porque é tanta burocracia, DNPM, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Não conseguem! Não conseguem!

E, aí, eles chegam lá quase como anjos enviados do céu, para salvar a humanidade. Chegam com espingardas 12, cartucho 3T, 9T, furam buracos nessas máquinas, enfiam um negócio com combustível e tocam fogo, sem processo nenhum. Chegam e tocam fogo. Parece que é mentira o que eu estou dizendo. Mas entrem no Google e vocês vão ver a foto das máquinas. Chegam e tocam fogo. Argumentam que é muito difícil tirar essas máquinas de lá, que custaria muito. Sabe quanto custa cada operação dessa? Às vezes, milhões: vai helicóptero, vai não sei o quê, é diária, é um monte de coisa. Senador Elmano, vamos dizer que o sujeito está cometendo crime mesmo. Eu chego para o Xuxu Dal Molin, que está de Prefeito lá em Cuiabá ou lá em Sorriso, que seja, e falo: "Prefeito, existe uma máquina, uma máquina New Holland novinha. Ela está lá em Fernando de



Noronha. Você consegue mandar buscar essa máquina em três dias?". Eu duvido qual o Prefeito que não fale assim: "Eu mando buscar agora", porque o Prefeito precisa da máquina. "E você vai ficar de fiel depositário dela". Ele manda buscar na hora – eu vejo Prefeitos aqui implorando por um maquinário. Não, não! Eles chegam lá e tocam fogo, tocam fogo em riqueza nacional.

Aí eu volto: o que isso tem a ver com o que você estava falando do PT, Medeiros? É porque foi esse aparelhamento todo a serviço de organismos internacionais que foram para dentro do Ibama, foram para dentro do ICMBio, foram para dentro de todos os órgãos deste País e atravancaram o desenvolvimento, frearam, frearam tudo. Aí, é bonito, vão discursar lá em Berlim e não sei onde: "Olha a sustentabilidade!". E esse troço – vamos fazer justiça a Fernando Henrique também – começou bem antes, com Fernando Henrique. E aí começamos: vamos jogar para a galera; bonito!

Bonito é você se desenvolver com sustentabilidade, isso sim. Mas sustentabilidade não é atravancar, não é proibir as pessoas de...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... comer. Ah, está cheio de capivaras aqui e há um monte de gente morrendo de fome, mas não pode matar nenhuma capivarinha, porque aquilo ali é sagrado. "Morram de fome aí". Isso é um absurdo!

Agora estão todos alvoraçados. Cheguei ao Parlamento europeu e vieram me perguntar: "É verdade que o Bolsonaro vai acabar com o meio ambiente?". A gente tem que responder educadamente porque sabe que essas pessoas foram enganadas por esses inconvenientes – para ser educado – que mandam essas notícias para lá. Infelizmente, os nossos cursos de jornalismo estão infestados, Senador Elmano, estão infestados desse viés.

E quando a gente fala aqui em escola sem partido, a gente não está querendo que tirem o espírito crítico, não, Xuxu. Eu fui professor por sete anos. Não foi muito tempo. O professor vai poder discutir sim, vai poder falar sobre escravidão. Mas tudo tem limite. Não se pode enfiar a ideologia de um partido dentro de uma sala de aula. Olhe o prejuízo que está nos dando!

Então, eu cheguei lá e me perguntaram: "Ah, o Bolsonaro vai acabar com o meio ambiente?" Eu falei: "Gente, isso é mais espuma do que chope. Isso é conversa fiada". O Brasil vai, sim, continuar lutando pelas suas belezas cênicas; o Pantanal vai continuar existindo; a Amazônia vai continuar existindo. Agora, vai ser tudo de acordo com a soberania nacional. Não vai ser uma ONG, a Opa, a Opan ou não sei quem lá – que a gente não sabe nem de onde é e com quais interesses – que vai ficar mandando aqui. Não vai ser o reinado da Dona Suely ali no Ibama que vai ficar mandando nos interesses nacionais. É a estrada 242 que não sai, é a 174 que não sai, é a 080, é a 158. A travessia da Ilha do Bananal não sai por quê? Porque eles não querem que saiam. "O Piauí não vai desenvolver porque comigo, aqui neste órgão, não sai". "Ah, mas o Senador Elmano está lutando pelo Piauí e está pedindo". "Problema dele. Este órgão aqui é que manda".

Chega desses feudos! Estão todos alvoraçados: "Ah, Bolsonaro está dizendo que vai fazer o que falou que ia fazer na campanha!". Que bacana! Tem que fazer mesmo. Ele foi eleito para isso. Está sendo acusado de fazer o que disse que iria fazer na campanha. E o que é que ele disse que iria fazer na campanha? Que quem vai ser o Presidente da República é ele. E quem vai mandar no Brasil não vai ser o Presidente do Ibama, não vai ser o presidente da agência tal... Aliás, boa parte dessas agências vai para o brejo. Agências que não protegem... Você pega, por exemplo, essa



Anac: protege os passageiros? Não protege os passageiros, Senador Elmano. Aí, você pega todas as outras, quase, e elas estão...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... ao lado dos brasileiros? Estão nada! Estão nada! Então, para que servem?

Nós temos 418 empresas estatais. Nós precisamos disso, Senador Elmano? Nós precisamos de um Estado empresário? Para quê? Nós não precisamos.

Nós precisamos de segurança, saúde... Nós precisamos de que mais? Educação... Precisamos de estradas, mas essas também podem ser feitas por iniciativa... Podem privatizar. Mas nós precisamos de poucas coisas do Estado na nossa vida. Aliás, quanto menos Estado na nossa vida, melhor. Então, segurança, educação e saúde.

Agora, gastaram na educação como nunca! Nunca a nossa educação foi tão ruim. Péssima! Péssima!

Menino não precisa mais estudar, Senador Elmano. Sabe por quê? Ele vai passar de qualquer jeito. Ele vai chegar ao segundo grau lendo ou não lendo, sabendo tabuada ou não sabendo tabuada. Aliás, eu sou Relator de um projeto aqui do Senador Wilder que acaba com essa escola "ciclada". "Ah, que retrocesso", dizem uns. "A escola 'ciclada' é a coisa mais maravilhosa que existe." Sim, o projeto é lindo, mas, se não funciona, de que adianta? Porque a única coisa que se aproveitou da escola "ciclada" foi a parte que não reprova. O projeto todo dizia o seguinte: se o aluno Elmano não está entendendo a matéria, então vai ter um monitor. O monitor, Deputado Xuxu, vai chegar para o aluno Elmano para ele acompanhar o restante da turma, para, ao chegar ao final do ano, todo mundo estar sabendo a matéria. Conversa fiada! Mal existe professor. Mal têm formação os professores. Aí, chega ao final do ano, o aluno não sabe nada, passa para outra série. "Opa, os papéis estão todos bonitinhos. Indicadores, maravilhosos!". Manda o dinheiro para o Município, e está todo mundo feliz. E, aí, a mão de obra sai uma porcaria, os meninos vão para o mercado e não sabem nada... Quando precisa fazer um projeto...

Agora mesmo, em Mato Grosso, aquelas usinas de etanol de milho: boa parte da mão de obra especializada vem de onde? De fora. Nós não temos mão de obra qualificada.

Quando os nossos alunos da escola pública – que já foi escola boa – vão competir por aí, não conseguem competir com a escola privada. Por quê?

E, aí, todos os anos, nos índices internacionais de medição, nós estamos lá atrás. Então, não houve educação. Gastamos com educação, e não temos uma educação que presta.

Gastamos como nunca na saúde, Senador Elmano: você não consegue cirurgia eletiva. Está tudo aí. Tudo arrebitado. Está na mão das máfias. Tudo lascado.

Segurança.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Como se gasta com segurança, Senador Elmano! Eu trabalhei 23 anos na segurança pública. Olha, é um desperdício de dinheiro... E o quanto de dinheiro que se joga nesse ralo?!

E aqui eu já falo do futuro Ministro da Justiça... Eu queria parabenizar o Presidente por voltar a unir o Ministério da Justiça, para voltar a ser um ministério forte. Agora, vou falar uma coisa, Senador Elmano: espero que seja quebrado o modelo; pedi até uma audiência ao futuro Ministro. E, Moro, não é para pedir cargo, não. Não peço cargo, não. Não quero cargo não. É para



discutir segurança pública neste País, porque eu sou de um Estado em que cansei de ver cargas de fuzis, de cocaína. Elas entram, pois é um corredor, e aquilo lá está ao deus-dará. Roubam caminhonetes dos produtores, trazem cocaína e já desovam nas cidades. E aí eu fico impressionado: meu Deus, por que nós mantemos uma força-tarefa gastando milhões no Rio de Janeiro se eu posso, com metade desse dinheiro, fechar as fronteiras e pegar isso no atacado? Do que adianta eu ir fazer no varejo, Senador Elmano?

Eu já falei isso com todos os ministros que passaram. Houve um que ficou até com raiva de mim e eu dele também. Saindo de lá eu vi que ele não gostou do que eu falei e eu também nunca mais voltei lá. Ele até perdeu o ministério, o ministério partiu em dois, mas eu vi que ele queria o Ministério só para *status* mesmo.

Mas eu tenho dito: na segurança, também estamos enxugando gelo, porque nós resolvemos e, em vez de pegarmos uma tonelada de cocaína, não, vamos pegar essa tonelada em petequinha, em petequinha lá, nos bairros. Aí é muito mais dinheiro. Aí fica muito mais difícil.

Então, nós estamos sem projeto de educação, nós estamos sem projeto de segurança pública neste País e nós estamos sem projeto de saúde. Está tudo ao deus-dará, mas não é ao deus-dará do Ministério do Meio Ambiente, não, porque é um sujeito muito competente – acho que o senhor o conhece –, é ao deus-dará mesmo, à solta, arrebitado.

Então, Senador Elmano, já encerrando e agradecendo a sua paciência e a tolerância com o tempo, eu digo que o Brasil neste momento tem um povo chorando muito – e o choro é livre, faz parte de quem perde eleição. Mas, já que vieram aqui cantar bravata hoje de que vão para a tribuna, vão fazer isso, vão fazer aquilo, vão bagunçar, eu quero dizer que a vida vai ser dura porque nós vamos para o enfrentamento.

Eu não tenho nada, Bolsonaro não me chamou para nada, não fui me oferecer para nada, mas eu fui eleito para defender este País e eu vou para esse enfrentamento. Eu vou para esse enfrentamento...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... para defender o Estado de Mato Grosso, para defender este Brasil. Eu sei o que é ruim para o Brasil e para Mato Grosso: esse discurso da mentirada. Então, podem ter certeza de que vocês vão ter tempo ruim o tempo todo porque nós vamos para cima.

Muito obrigado, Senador.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Agradeço as palavras de V. Exa., ao tempo que o convido a assumir a Presidência desta sessão no sentido de que eu possa fazer o pronunciamento.

(O Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Com a palavra o Senador Elmano Férrer, Senador pelo Estado do Piauí, terra do lendário Mão Santa.



O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Para discursar.) – Por sinal, coincidentemente, ele se encontra nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Por favor, venha nos visitar.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Vou pedir para ele fazer uma visita a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Venha nos fazer uma visita, Senador Mão Santa.

Para quem não o conhece, Mão Santa foi um dos Senadores, eu diria, mais...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Combativo.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... combativos desta Casa. E vale dizer uma coisa, Senador Elmano: toda essa história que culminou com a eleição de Bolsonaro, o Mão Santa foi o arauto disso, foi o atalaia, foi quem primeiro falou que esse povo era mentiroso.

Lula investiu tudo que tinha, destruiu-o politicamente no Piauí, mas hoje as pessoas estão reconhecendo e falando: "Mão Santa estava certo". Então, é uma figura, um grande brasileiro, culto, que engrateceu esta Casa. E hoje V. Exa. está aqui representando o Senado.

Mas Mão Santa, passe aqui no Plenário para as pessoas matarem a saudade de você, principalmente as meninas da Taquigrafia.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Espero que ele o esteja ouvindo, ouvindo a todos nós. Eu tenho certeza de que, em sendo assim, ele vai passar por esta Casa.

Mas, meu nobre companheiro José Medeiros, eu tinha três registros a fazer na tarde de hoje. Um dos pronunciamentos, aliás, um dos registros que eu vou fazer agora diz respeito ao conterrâneo do Mão Santa, o nosso saudoso Alberto Tavares Silva, que foi Senador nesta Casa por duas legislaturas e Governador também do Estado do Piauí.

Em 10 de novembro de 1918, nascia na cidade de Parnaíba um dos maiores expoentes da política piauiense do século XX. Se fosse vivo, o ex-Governador, ex-Senador, ex-Prefeito, ex-Deputado Federal, ex-Vereador e ex-Deputado Estadual estaria completando 100 anos.

Engenheiro civil, engenheiro eletricitista e engenheiro mecânico por formação, Dr. Alberto Silva, como era carinhosamente conhecido e chamado por todos os piauienses, iniciou sua trajetória política como Prefeito de Parnaíba em 1948, após a reconstitucionalização do País, e, nas seis décadas seguintes, foi personalidade marcante na política estadual e na política nacional. Dr. Alberto Silva foi Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal e também, como disse anteriormente, Senador nesta Casa por duas legislaturas, por dois mandatos.

Era um homem à frente de seu tempo. Com seu carisma, seu entusiasmo, seus ideais inovadores e espírito ousado, Alberto Silva tornou-se um mito na história do Piauí e conquistou espaço cativo no coração dos piauienses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o legado de obras deixado pelo ex-Governador Alberto Silva no Estado do Piauí é até hoje um marco no desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.



Ainda, Sr. Presidente, nos anos 50, foi Diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí, quando, em uma gestão revolucionária, restaurou e ampliou a malha ferroviária e substituiu as velhas e saudosas marias-fumaça por trens mais modernos e mais tecnologicamente avançados.

Nos anos 60, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Alberto Silva dirigiu a Companhia Estadual de Energia do Ceará e promoveu a eletrificação em todo aquele Estado.

Na década de 70, como Governador do Piauí, promoveu uma administração inovadora, desenvolvimentista e repleta de projetos e obras estruturantes. Após, Sr. Presidente, o Dr. Alberto deixar o Governo em 1975, ocupou importantes cargos, tais como o de coordenador do programa de desenvolvimento industrial e agrícola do Nordeste, o Polonordeste, e de Presidente da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) no período em que foram implantados os metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo.

No seu segundo Governo, o Estado do Piauí, de 1987 a 1991, não teve lamentavelmente o mesmo dinamismo e sucesso que a primeira gestão. Eram outros os tempos. A crise econômica nacional foi inclemente com o Piauí, e a conjuntura política também o desfavoreceu. Mas, Sr. Presidente, apesar daquele momento conturbado e da administração contestada, o mito do Dr. Alberto Silva retornou a este Congresso como Deputado Federal em 1995. Em seguida, Senador, em 1999 a 2007, e novamente Deputado Federal, de 2007 a 2009, falecendo em 28 de setembro daquele ano, aos 90 anos de idade.

Sr. Presidente, nas mãos do Dr. Alberto Silva, o Piauí se tornou um canteiro de obras. Dentre seus diversos feitos, podemos destacar alguns marcantes: interligou todas as regiões do Estado por mais de mil quilômetros de rodovias asfaltadas, de norte a sul, de leste a oeste; construiu a Estação Rodoviária de Teresina; impulsionou a educação e a saúde em todo o Estado; construiu a Maternidade Evangelina Rosa, que será tema do meu segundo registro. Hoje, Sr. Presidente, em situação crítica, lamentavelmente, esta grande maternidade foi motivo de uma interdição pelo Conselho Regional de Medicina e do Ministério Público estadual.

Dentre outras obras, construiu também hospitais estaduais nos Municípios de Picos e Floriano. Implantou, em Teresina, o Hospital de Doenças Infecto Contagiosas e o Ambulatório do Hospital Getúlio Vargas. Sr. Presidente, ele também implantou a Universidade Federal do Piauí. Construiu o Estádio Albertão. Construiu em Teresina os diques de proteção contra cheias dos rios Poti e Parnaíba. Ampliou também a rede de abastecimento de água em 22 cidades.

Sr. Presidente, o Dr. Alberto Silva ampliou o sistema elétrico do Piauí, energizando 60 Municípios que dependiam de usinas a óleo diesel ou a lenha, e passaram a receber energia da Hidroelétrica de Boa Esperança, inaugurada em 1970. Na época, Sr. Presidente, o Estado tinha apenas 114 Municípios, e o Dr. Alberto Silva tirou o Piauí da "era da lamparina", como diziam por lá as pessoas mais simples do interior do Estado. De outra parte também, Sr. Presidente, ele criou o Parque Zoobotânico e, na segunda administração, criou o Potycabana e implantou o pré-metrô de Teresina.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este era Alberto Silva, um homem culto, educado e de hábitos simples, um comunicador nato, um sonhador e um idealizador, um político que lutou por um Piauí grande e preparado para o futuro.

Estas, Sr. Presidente, são as palavras que tenho nesta tarde no intuito de prestar uma justa homenagem a esse ilustre piauiense que por aqui passou pela passagem do seu centenário de nascimento. Que seu exemplo continue a inspirar nossos cidadãos, nossos piauienses.



Sr. Presidente, por falar no Dr. Alberto Silva, ex-governador do Estado do Piauí, como disse anteriormente, uma das suas obras marcantes naquele Estado foi a Maternidade Evangelina Rosa, uma maternidade que ele conseguiu como doação do Governo da Inglaterra, um hospital móvel, um hospital de campanha, mas que traduziu a mais alta importância para o nosso Estado.

Esse hospital, Sr. Presidente, hoje encontra-se parcialmente interditado por questões éticas, interdição feita pelo Conselho Regional de Medicina daquele Estado em decorrência de situação precária, e essa interdição teve, Sr. Presidente, o apoio do nosso Ministério Público estadual.

Como eu disse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é um hospital de campanha, uma maternidade móvel que pode ser implantada em qualquer local do mundo, sobretudo em situação de emergência. Esse hospital, inaugurado em 1976, inaugurado com uma vida útil de 20 anos, hoje completa 42 anos numa situação que preocupa todos os piauienses. Lamentavelmente, uma maternidade que tem a capacidade de 248 leitos obstétricos e 167 leitos neonatais, que prestou relevantes serviços à população, hoje, dada a omissão, dado o desrespeito por muitos governadores que passaram pelo Estado do Piauí, principalmente nos últimos 20 anos, que não tiveram a determinação, a coragem que teve o Dr. Alberto Silva de, àquela época, numa situação emergencial, trazer para o Estado do longínquo país europeu da Inglaterra, mas que resolveu o problema satisfatoriamente por 20, 25 anos... Mas, agora, com 42 anos, a Maternidade Evangelina Rosa, em Teresina, não tem mais as condições que tivera há 25 anos.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos esse registro, apelando – e, de outra parte, reconhecendo o esforço de muitos – no sentido de uma solução definitiva que, inexoravelmente, será a construção do Complexo Materno-Infantil, sonho de todos os piauienses, sobretudo dos teresinenses, um sonho de toda a classe médica e de toda a sociedade piauiense.

Faço, Sr. Presidente, esse registro na certeza de que nós todos, políticos e sociedade, as organizações da sociedade civil – e citei aqui o Conselho Regional de Medicina –, possamos encontrar uma saída emergencial para o quadro em que se encontra a nossa maternidade.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro que eu reputo da mais alta relevância não só para o Piauí, mas para todo o Brasil, especialmente para o Nordeste, incluindo aí, Senador José Medeiros, o Estado que o viu nascer, o Rio Grande do Norte. Trata-se da segurança das nossas barragens, barragens construídas há mais de um século, ou melhor, ao longo de um século.

Eu citaria aqui a primeira barragem construída pelo Dnocs no Estado do Piauí, a Barragem Aldeias, iniciada em 1911 e concluída em 1913, antes da grande seca de 1915, que assinalou uma das obras de Rachel de Queiroz – a primeira barragem construída pelo Dnocs no Estado do Piauí, de 1911 a 1913, com a capacidade de 7,5 milhões de metros cúbicos. E, em seguida, a segunda barragem construída no Estado do Piauí, a Barragem de Bonfim, uma barragem de 3,5 milhões de metros cúbicos, construída no ano de 1912 e concluída em 1913, ou seja, também antes daquela grande seca de 15. Essas barragens e tantas outras, construídas há 80, 70, 60, 40, 30 anos, nenhuma delas tem um programa formulado pelo Governo Federal para a sua manutenção e conservação.

É lamentável, Sr. Presidente, fazer esse registro, mas, ao mesmo tempo, também comunico a esta Casa, especialmente a V. Exa., como nordestino, que nós fizemos realizar aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, muito bem presidida até esta Legislatura pela Governadora eleita e Senadora pelo Rio Grande do Norte, a nossa Senadora e colega de Casa Fátima Bezerra, na quarta-feira próxima passada, a primeira audiência pública com representantes



do Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Dnocs, Codevasf, ANA, e muitas outras importantes instituições, como o Ibama, tão criticado aqui, de forma procedente, por V. Exa. Acreditamos que, naquela audiência e na próxima que vamos realizar em Teresina, no dia 3, próxima segunda-feira, cremos, poderemos sair com o relatório que, por sinal, fomos designados para, considerando o Programa Nacional de Segurança de Barragens, fazê-lo – relatório a ser encaminhado aos órgãos competentes, trazendo essa grave questão relacionada à segurança das barragens em nosso País.

E registro, por último, em decorrência de relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) que cadastrou 24.500 barragens em todo o território nacional, esse relatório conclui que 745 barragens do Brasil estão em situação de risco e de arrombamento. Dizemos e registramos isso lembrando o grande e lamentável desastre com danos ainda hoje a serem reparados, que foi o desastre de Mariana, daquela barragem para conter rejeitos minerais. Foi uma grande catástrofe que aqui despertou a consciência coletiva dos brasileiros para essa questão de segurança de barragem.

Falo isso, Sr. Presidente, porque, neste ano, também o Piauí registrou dois fatos que dizem respeito a um semiarrombamento da Barragem do Bezerro. Não chegou a um arrombamento total, graças ao socorro prestado por engenheiros e instituições do Estado e da própria União, que chegou a conter aquele quase arrombamento da barragem.

De outra parte, Sr. Presidente, na terra do atual Ministro da Integração, o Dr. Antônio de Pádua Andrade...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – ... nós registramos também que há iminente arrombamento da Barragem do Emparedado, uma barragem de domínio não federal, mas de domínio do Governo do Estado. Aliás, as duas barragens, tanto do Bezerro, no Município José de Freitas, como a Barragem do Emparedado, no Município de Campo Maior, estão em situação de risco, colocando em risco também a jusante dessas barragens, populações que poderão trazer danos, inclusive, ceifando vidas humanas.

Nós queremos, com este registro, apelar para as autoridades do nosso País, sobretudo o Ministério da Integração Nacional, ao qual estão subordinados órgãos regionais, como o Dnocs, como a Sudene, como a Codevasf, para que voltem a atenção para essa situação de risco em que se encontram as barragens de nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as considerações, aliás, os registros que gostaríamos de fazer na tarde de hoje.

Com isso, eu agradeço V. Exa. pela atenção que nos deu.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu que agradeço, Senador Elmano Férrer.

Com a palavra agora o Senador Wellington Fagundes, do Estado de Mato Grosso, Rondonópolis, minha cidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discursar.) – Boa tarde a todos os telespectadores da TV Senado, àqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e por todos os meios de comunicação da Casa.

Senador Medeiros, eu acho que é a primeira oportunidade que eu tenho aqui de usar a tribuna depois das eleições com V.Exa. aqui no exercício da Presidência. Quero saudar o Senador Elmano também. E amanhã nós temos a nossa reunião, não é, Senador Elmano?, para conversar sobre o Bloco Moderador.



E eu gostaria, inclusive, de aproveitar, Senador José Medeiros, para parabenizá-lo pelo resultado das eleições, já que estivemos juntos na campanha, e V.Exa. teve uma expressiva votação no Estado de Mato Grosso, sendo o segundo mais votado do Estado. E tenho certeza de que a experiência adquirida aqui no Senado vai ajudar V.Exa. lá na Câmara, onde eu tive a oportunidade, Senador Elmano, de viver durante 24 anos, 6 mandatos consecutivos como Deputado Federal. E agora estou tendo esta oportunidade aqui no Senado, aproveitando exatamente a experiência lá da Câmara, de uma convivência um tanto diferente, porque na Câmara são 513 Deputados, enquanto aqui, 81 Senadores. Mas com certeza, lá na Câmara dos Deputados, dada a força, a vibração que o Senador Medeiros sempre colocou aqui nesta Casa, e agora há pouco eu assisti ao seu pronunciamento, ele vai ser um destaque, representando nosso Estado de Mato Grosso com mais sete Deputados Federais.

Nós tivemos a oportunidade, inclusive na coligação que fizemos lá na campanha para Governador, de eleger, entre oito Deputados Federais, quatro Deputados Federais da nossa coligação. E com certeza, como eu já disse aqui, o Deputado José Medeiros foi um destaque na campanha. Inclusive na nossa cidade, na minha cidade natal, mas na cidade em que ele vive, que é Rondonópolis, também teve uma expressiva votação, na região sul, enfim, em todo o Estado de Mato Grosso.

Então, eu desejo a V.Exa. um grande resultado e essa representação por que nosso Estado realmente clama, porque é um Estado em desenvolvimento ainda, como falava aqui o Senador Medeiros, um Estado que pode duplicar, triplicar, quadruplicar sua produção agropecuária, na produção principalmente das *commodities* agrícolas. Mas há a questão também das *commodities* minerais. O Mato Grosso, com 900 mil quilômetros quadrados, praticamente não tem hoje 1% da nossa reserva mineral explorada.

Inclusive nesse fim de semana, tivemos a oportunidade de sair daqui de Brasília, na quinta-feira, e irmos, logo pela manhã, a Água Boa, Senador Medeiros, onde tivemos um grande encontro com o Prefeito Maurão, o Deputado Nininho, o Pagot e outros tantos companheiros, para discutir sobre a Ferrovia da Integração do Centro-Oeste (Fico), que liga Campinorte, em Goiás, na Ferrovia Norte-Sul, à cidade de Água Boa. E como diz sempre o Senador Blairo, a ferrovia, no Mato Grosso, tem que ir à roça, onde está a produção. E por isso, a Norte-Sul terá uma viabilidade muito maior, aliás, ela passará a ter viabilidade econômica exatamente com a integração com esse ramal ligando a região do Araguaia com a região de Goiás, ou seja, com a Ferrovia Norte-Sul.

E qual é a equação que está se encontrando? Uma equação inteligente, por meio da qual o Governo definiu, e isso já está inclusive com a sinalização do Tribunal de Contas e da Agência Nacional de Transporte Terrestre, que, com a prorrogação da concessão de Minas-Espírito Santo da Vale do Rio Doce, ela então faria a construção desse trecho do ramal, ligando Campinorte, 386 quilômetros, até Água Boa. Isso, então, vai facilitar porque não será preciso fazer licitação, é uma empresa hoje de caráter privado que terá condições de fazer essa obra em tempo muito rápido.

E lá a maior discussão, Senador Medeiros – nós conversamos a respeito e eu sei que V. Exa. gostaria de estar presente, mas são tantos os compromissos –, a maior discussão era exatamente a possibilidade da mudança do traçado da ferrovia. Mas, como todos colocaram, fazer qualquer modificação em uma ferrovia hoje, que já tem um projeto aprovado, ambientalmente aprovado – hoje a licença ambiental é uma dificuldade que temos no País –, seria um risco muito grande.



Então, lá praticamente... Praticamente, não, ficou definido: não se aceita falar em mudança de traçado, exatamente para não atrasar a possibilidade da construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste.

E essa região do Araguaia, como o Senador Medeiros colocou aqui e eu já disse muitas vezes, só essa região do Araguaia pode produzir tudo o que produz hoje o Mato Grosso em termos de produtos agropecuários, principalmente a soja, o milho, como também a carne bovina. Enfim, todos os produtos que, hoje, são os maiores campeões de exportação no Mato Grosso.

Por isso, essa ferrovia da integração é extremamente importante, e nós estamos aqui com o Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem exatamente para apoiar essa posição de Governo. Já falamos muitas vezes com o Presidente Michel Temer, com o Ministro Valter Casimiro, que é o Ministro dos Transportes, e a decisão, o empenho de Governo... Aliás, o Ministro Valter fez questão, inclusive, de falar por telefone do viva voz com todas as pessoas e lideranças que lá estavam.

Quero aqui, com isso, dizer à população de Mato Grosso e brasileira que a Frente Parlamentar de Logística e todos nós estamos aqui no sentido de apoiar e de buscar a decisão mais rápida possível. Inclusive, apoiamos aqui uma comissão especial para criar o Fundo Nacional Ferroviário. Esse assunto foi para a Câmara dos Deputados e infelizmente a Câmara acabou modificando, mas é claro que a Ferrovia da Integração do Centro-Oeste não precisa dos recursos do fundo. Ela será construída, então, exatamente com esses recursos da prorrogação da concessão desse trecho da ferrovia que liga Minas até o Espírito Santo, que é uma concessão da Vale do Rio Doce. E isso é extremamente importante para o Brasil, porque nós vamos viabilizar essa ferrovia, além de aumentar muito a produção brasileira através dessa região do Araguaia.

Também nós queremos aqui dizer que amanhã pela manhã teremos na Comissão de Infraestrutura aqui do Senado uma sabatina, aliás, três sabatinas: dos indicados da Aneel e também ainda uma indicação da Agência de Mineração. Eu sou o Relator e, inclusive, gostaria de pedir a presença do Senador Elmano para que a gente aprove logo e possa ter instalada a Agência de Mineração no Brasil, visto que o DMPM é um órgão muito antigo, que tem demorado muito em suas decisões. Nós entendemos que a exploração mineral no Brasil é mais uma riqueza que Deus nos deu, principalmente na Região Amazônica, cuja legislação temos que modernizar.

E uma agência independente terá condições de fazer com que essas explorações e, principalmente, com que essas outorgas, a fiscalização, sejam muito mais céleres. Inclusive, uma notícia alvissareira que nós temos, Senador Medeiros, é a de que já temos pesquisas definindo um grande potencial de cobre no Estado do Mato Grosso, com uma reserva comparada à do Chile.

Esta semana, na sexta-feira, ao sairmos de Água Boa, fomos até Guarantã, de Guarantã a Peixoto de Azevedo. Guarantã fica na divisa com o Pará, em outro extremo, no extremo norte. Lá tivemos a oportunidade, inclusive, de descer na Serra do Cachimbo, na Base Aérea do Cachimbo, que é no Estado do Pará.

Senador Elmano, só para termos uma ideia, essa reserva, que é uma reserva da Aeronáutica, tem mais de 2 milhões de hectares. É uma área de selva muito bonita. Está lá a Aeronáutica fazendo o seu papel de preservar essa área e também de ajudar a integrar a Amazônia, e de, como disse aqui o Senador Medeiros, não entregar a Amazônia. Essas pessoas estão lá e precisam, realmente, do apoio da presença do Estado. Por isso lá estivemos, inclusive para vistoriar a BR-163, com diretores do DNIT e com o General do Exército que está lá presente para concluir. Faltam apenas 59km para a conclusão da BR-163 no Pará.



É fundamental: não fosse a BR-163, principalmente os portos do Arco Norte, aquela produção da região do médio norte, do norte e do norte de Mato Grosso não teria praticamente como escoar. Então, toda essa produção, hoje, está saindo já pelos portos do Arco Norte, principalmente através de Miritituba, no Pará. Então, a integração de Mato Grosso com o Pará é fundamental para Mato Grosso, para o Pará e também, claro, para o Brasil.

Nessa visita nós pudemos, também, estar lá em Peixoto de Azevedo, junto com a maior cooperativa de mineradores do Brasil, que são garimpeiros que querem se organizar. Inclusive, Senador Medeiros, eles estarão aqui, amanhã, na Comissão de Infraestrutura. O garimpeiro também tem de ter apoio, ele tem de estar legalizado, ele tem de ter condições de fazer a sua exploração, não só de aluvião. Ele tem de explorar, também, como um minerador. Lá em Peixoto de Azevedo há a maior produção de ouro do Brasil. Peixoto de Azevedo já foi considerado, no passado, praticamente, uma Serra Pelada. Milhares de pessoas para lá foram. Mas o garimpeiro, se não tiver o apoio da legislação e do próprio Estado, deixa ir a riqueza e fica lá o caos sociais. Por isso, então, organizar os garimpeiros em cooperativas é uma grande alternativa. Por isso, a presença deles aqui, amanhã, será fundamental. Quero, com isso, apoiar o Prefeito de Peixoto de Azevedo, que lá esteve conosco, as lideranças de Garantã e de Terra Nova, o Prefeito Walter, que lá também esteve.

Amanhã, na Comissão de Infraestrutura, haverá, quem sabe, uma oportunidade para que a cooperativa possa colocar esses posicionamentos. E o apoio, a nossa Comissão poderá dar no sentido dessa legalização.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vejo que V. Exa. se manifesta.

Gostaria imensamente de contar com o aparte, Senador Elmano, de V. Exa., com a sua sabedoria sempre presente.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Queria cumprimentar o nobre Senador pelo tema que traz a esta Casa no dia de hoje. Inclusive, reconheço em V. Exa., digamos, um grande Senador quando se refere à defesa da logística para que haja uma maior integração nacional.

A realidade, meu nobre Senador, é que nós temos um País de dimensão continental, com características muito bem definidas.

V. Exa. lida com a Região Centro-Oeste, ou seja, dos Cerrados do Centro-Oeste principalmente. O Estado de V. Exas., o do nosso José Medeiros, que preside a sessão, e o de V. Exa. também, que representa aquele Estado, é um dos maiores produtores de grãos do nosso País, mas nós temos que considerar que a Amazônia é uma realidade, é um trópico úmido. No Nordeste, onde está inserido o nosso Estado, que represento aqui nesta Casa, o Piauí, é um Semiárido, uma região com uma característica bem definida.

Aqui, onde nós nos encontramos, neste Planalto Central, no qual temos nossos Cerrados e, ao lado, também, dos Cerrados e do Planalto, temos o grande Pantanal, ou seja, são três grandes regiões, inclusive regiões que têm suas peculiaridades. Como fazer esta integração? Daí vem a logística que V. Exa. tem sido um defensor implacável aqui nesta Casa.

Quando falamos... V. Exa. se referiu à Ferrovia Norte-Sul, e ela se arrasta há algum tempo. Nós temos, também, o sonho dos representantes do Brasil central, a Ferrovia de Integração do



Centro-Oeste. E nós outros do Nordeste temos a Transnordestina, que vai cortar o Estado do Piauí, Pernambuco e do Ceará. Quer dizer, como fazer essa integração sob todos os aspectos? Da logística, por exemplo?

No meu entendimento, nós queríamos conseguir aqui voltar à discussão do desenvolvimento regional. Nós somos um continente e eu me referi aqui a apenas três regiões, das cinco, com características bem definidas.

Então, creio que tanto a Norte-Sul, que será integrada à Ferrovia da Integração do Centro-Oeste, como a Transnordestina vão ter acesso aos nossos minérios. Nós do Piauí, por exemplo, temos uma grande ocorrência de ferro onde passa a Transnordestina e também os grãos dos nossos Cerrados. Seria da mais alta relevância se pudéssemos fazer a integração de todas essas três grandes ferrovias que nós temos nessas três grandes regiões.

O tema do seu pronunciamento reputo da mais alta relevância, inclusive rememorando aqui, aliás, reiterando a necessidade de buscarmos o desenvolvimento regional e, através dele, a integração nacional com as demais regiões.

Então, queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo. Amanhã nós estaremos, com muito prazer, lá em nossa reunião da Comissão de Infraestrutura.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu agradeço imensamente, Senador Elmano, pela sabedoria e conhecimento que V. Exa. tem também no trato, na relação com os companheiros. Essa reunião amanhã, lá na Comissão de Infraestrutura, creio ser fundamental.

Quero, inclusive, dizer que essa questão da integração é importante que a gente faça. O Brasil é muito grande, então precisamos construir estradas, construir ferrovias, viabilizar nossas hidrovias. Inclusive no dia 29, agora, nós teremos também uma reunião no Palácio do Planalto, na qual será lançada a licitação das concessões de aeroportos brasileiros no Nordeste e também do Centro-Oeste. Nós teremos o Aeroporto de Cuiabá, Aeroporto de Rondonópolis, a minha cidade natal junto com o Senador Medeiros, que lá também vive; da cidade de Sinop, que é a capital do Nortão, e Alta Floresta. Esses quatro aeroportos serão concessionados, então, já com a definição da licitação. Isso é muito importante, porque acreditamos que teremos com isso investimentos externos; inclusive existem interessados de vários países, empresas operadoras internacionais que querem participar e já demonstraram interesse em participar dessas concessões.

E aí eu quero ainda dizer que essa integração que a gente procura, da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – nós queremos também avançar a Ferrovia Norte-Sul, que está hoje parada em Rondonópolis, que ela avance até Cuiabá, depois para o Nortão; a Ferrovia Ferrogrão, enfim o importante é que a gente possa construir o máximo possível de infraestrutura.

Agora, para isso queremos alertar a importância que é a segurança jurídica. Eu sou autor, inclusive, de uma PEC, a PEC 34, que traz exatamente a questão da segurança. Nós não podemos fazer com que contratos de longo prazo sejam uma política de governo; isso tem que ser uma política de Estado, ou seja, não se pode mudar o governo e mudar um contrato em que as empresas precisam investir e têm que trazer capital externo ou capital interno; na verdade, é com maturação de longo prazo.

E eu quero, inclusive, aproveitar aqui, Senador Elmano, para convidar também V. Exa., convidar aqui a todos que nos assistem: agora no dia 29 de novembro, às 11h, nós teremos aqui um seminário, que é Diálogos Infra: A Estratégia do Novo Governo para a Infraestrutura, que terá, inclusive, uma palestra com a presença do Vice-Presidente eleito Gen. Hamilton Mourão. O



local será o Auditório da ANTT, ou seja, da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Essa realização é da Aneor, Anetrans e do Sinicon também. Então, é uma grande oportunidade que teremos para já discutir com o próximo Governo. Eu terei lá companheiros nos representando, principalmente a Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, e também o IBL, que é o Instituto Brasil Logística. Eu gostaria imensamente de estar e gostaria de pedir até a V. Exa. que lá nos representasse, visto que eu terei que estar nesse mesmo dia às 14h no Rio de Janeiro, onde vou integrar a Academia...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... Brasileira de Medicina Veterinária. Claro que, para mim também, além de ser uma honra integrar a Academia Brasileira de Medicina Veterinária, estarei, inclusive, sucedendo como mato-grossense um companheiro, o Senador Jonas Pinheiro, que foi uma referência na agricultura nacional. Vou suceder, porque serei outro de Mato Grosso ocupando uma cadeira na Academia, mas eu quero registrar porque o Senador Jonas Pinheiro foi uma referência para todos nós, meu colega médico veterinário, que impulsionou muito com as suas ações legislativas o agronegócio brasileiro, inclusive criando medidas legislativas, leis que até hoje são extremamente importantes na questão da renegociação da dívida dos produtores, mas também no cooperativismo. Jonas Pinheiro foi um marco na história mato-grossense e brasileira nessa área. E, claro, eu terei a maior honra de estar lá também usando esse espaço para que a gente possa difundir mais ainda o trabalho da Medicina Veterinária no Brasil.

Então, eu agradeço imensamente a tolerância de V. Exa. e gostaria de convidá-lo para que estivesse neste seminário na quinta-feira, dia 29, porque acredito que poderemos, junto com o Governo, e a presença do Vice-Presidente será fundamental, exatamente, levar a experiência nossa, da Comissão de Infraestrutura, para esses aspectos da desburocratização, de agilizar mais o País, de fazer com que esses investimentos possam verdadeiramente vir para o Brasil, porque recurso, lá fora há quem quer vir para o Brasil. Mas realmente essa questão da segurança jurídica é fundamental.

E todos nós lá da Comissão de Infraestrutura estamos trabalhando, diuturnamente, exatamente para permitir que a gente possa aperfeiçoar a legislação, gerar mais emprego, gerar mais riqueza. E o novo Governo sempre é uma esperança a mais.

Terminou as eleições, eu acredito que o nosso papel aqui é ajudar o Governo, independentemente de condição ideológica. Acho que todos aqueles que querem o bem do Brasil têm que estar prontos para ajudar o Governo, e eu tenho certeza que essa é a posição de V. Exa., a minha posição e a de todos nós que estamos aqui no Senado da República e que queremos fazer com que o Brasil volte ao desenvolvimento, à retomada do crescimento e às oportunidades para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Senador Elmano.

(Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Eu agradeço as palavras de V. Exa., ao tempo em que convido o nobre Senador Armando Monteiro a ocupar à tribuna. Armando Monteiro, ilustre representante do nosso Estado de Pernambuco.



Registro a presença dos nobres visitantes.

Sejam bem-vindos a esta Casa da Federação.

Com a palavra o nosso Senador Armando Monteiro, do PTB, de Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discursar.) – Meu caro Presidente desta sessão, nobre Senador Elmano Férrer, quero cumprimentar aqui também a nossa audiência, que são estudantes de várias instituições e estabelecimentos que nos visitam aqui.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aproveitar para fazer aqui dois registros. Quero antes dizer que estava ouvindo V. Exa. quando V.Exa. aqui, de forma muito justa, tributou um reconhecimento ao ilustre político piauiense, o nosso saudoso Senador Alberto Silva, destacando a sua profícua atuação aqui nesta Casa e, mais do que isso, as marcas da sua passagem pelo Governo do Piauí, que até hoje estão presentes na vida daquele Estado, o muito que ele realizou.

Então quero, como pernambucano também, fazer aqui, compartilhar esse caráter de absoluta justiça, quando V. Exa. faz esse reconhecimento.

Mas, Presidente, eu tenho dois assuntos aqui que me parecem merecer hoje um registro. O primeiro é a satisfação que tenho como autor de um projeto que finalmente passou a vigorar a partir da última sexta-feira, dia 23.

São medidas que resultam na simplificação de atos administrativos e, especialmente, vinculando, pelo seu comando normativo, órgãos federais, estaduais e municipais, no sentido de poder fazer valer essa grande demanda da sociedade brasileira que é pela desburocratização e simplificação dos atos administrativos.

Quando S. Exa. o Presidente da República sancionou esse projeto de nossa autoria, ele definiu um prazo de 45 dias para que os órgãos pudessem se adaptar minimamente. Esse prazo venceu, decorreu no último dia 23 e, por essa razão, essa lei, que é a Lei nº 13.726, passa a vigorar.

Através desse projeto, Sr. Presidente, nós queremos ver se o Brasil consegue se liberar dessa cultura cartorial cuja marca é a desconfiança. O cidadão é sempre obrigado a apresentar documentos, a reconhecimento de firma, a autenticação de documentos, uma miríade de exigências que, ao final, servem apenas para complicar a vida do cidadão no seu cotidiano. Então, creio que essa lei pode oferecer uma contribuição importante a essa agenda da desburocratização. No entanto, tenho que reconhecer, especialmente como Parlamentar que sou, que o Brasil é um País que se distingue por produzir muitas leis que ao final não pegam, terminam por não colar na realidade do dia a dia. Portanto, nesse caso, quero especialmente lembrar que o cidadão, a cidadania ativa, precisa exigir dos órgãos públicos, a partir de agora, o cumprimento da lei de modo que isso venha a se transformar num instrumento que efetivamente facilite, simplifique e tire essa carga que hoje é imposta ao cidadão, consumindo tempo e recursos desnecessariamente. Por exemplo, por que fazer reconhecimento de firma se o cidadão pode levar a sua carteira de identidade ou qualquer outro documento já existente – um título de eleitor, uma carteira de algum órgão, vamos dizer, de uma determinada categoria profissional? Por que, meu caro Senador Elmano Férrer, os pais de um menor, mesmo quando acompanham ao embarque aéreo, são obrigados a levar uma declaração, quando podem provar a paternidade? Então, criou-se no Brasil uma cultura que, lamentavelmente, foi disseminada e que, infelizmente, nos traz tantos transtornos e tantos custos no dia a dia. Portanto, eu fico com a expectativa de que essa lei possa contribuir para simplificar a vida do cidadão.



Sr. Presidente, outro registro que eu gostaria de fazer é que nós vamos realizar, no próximo dia 4 – eu quero deixar aqui esse registro –, por um requerimento de nossa autoria, uma discussão sobre a reavaliação do projeto da ferrovia Nova Transnordestina, sobretudo considerando as questões ligadas à viabilidade e fontes de financiamento, já que essa obra é talvez a mais importante obra do ponto de vista da logística regional.

Eu tenho certeza de que V. Exa., como todo o povo do Piauí, espera há muito tempo que ela possa ser implantada de forma definitiva, porque vai mudar a face econômica do Nordeste, ou seja, o Nordeste poderá ter custos logísticos muito mais baixos na hora em que tivermos implantada finalmente essa ferrovia Transnordestina, cujo projeto há duas décadas, praticamente, foi concebido e lamentavelmente se arrasta até esse ponto, sem que possamos, de certo modo, usufruir dos benefícios.

Sabe V. Exa. que mais de R\$6 bilhões já foram investidos nessa obra; e, o que é lamentável, pelo tempo decorrido, há um encarecimento da obra, em decorrência de todo esse tempo, da dilação dos cronogramas desse empreendimento.

Nesse novo estudo feito pela empresa concessionária, imagine V. Exa. que ainda serão necessários outros R\$6,5 bilhões para a conclusão desse empreendimento.

Então, nós achamos que as bancadas, especialmente as bancadas dos Estados diretamente interessados – do Piauí, do Ceará e de Pernambuco –, mais do que nunca devem se mobilizar para encontrar uma saída, porque nos parece que essa empresa concessionária, a Transnordestina Logística, vem se revelando incapaz de poder dar as respostas que nós esperamos para que essa obra, finalmente, possa se materializar.

Sabe V. Exa. que os recursos até hoje investidos foram provenientes do Finor, do Fundo do Desenvolvimento do Nordeste, do BNDES e do FNE. Em suma, foram fundos públicos ou de natureza pública que até agora foram aportados. A empresa concessionária privada praticamente não aportou recursos.

Então, o que parece é que a empresa concessionária fica esperando que exista carga para concluir o projeto. Ora, essa coisa é biunívoca: sem a ferrovia, nós não vamos poder gerar carga; e, se ficarmos esperando do ponto de vista de uma lógica econômica estreita em que você só pode concluir empreendimento quando a região tiver geração de carga, não vamos concluir nunca esse empreendimento.

Então, há uma discussão que precisa ser feita, inclusive até mesmo – por que não dizer, Sr. Presidente? –, se for o caso, rescindir esse contrato com a concessionária, examinar alternativas, seja para encontrar um novo parceiro privado, seja até para garantir, por exemplo, que a Valec ou uma empresa controlada pelo Estado possa bancar a conclusão dessa obra. Agora, o que é inaceitável é verificar que, decorridos todos esses anos, essa obra se arrasta e não foi concluída.

Por isso, num requerimento de nossa autoria, nós estamos convocando o representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o representante também do Ministério da Integração Nacional; o representante da Secretaria do PPI, que define e acompanha os programas de parceria público-privada; o representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); naturalmente, o representante da empresa concessionária, a Transnordestina Logística; e ainda, Sr. Presidente, um representante do TCU. O Tribunal de Contas da União fez uma avaliação do andamento dessa obra, e há um conjunto de indicações e manifestações de preocupação com o próprio rumo dessa obra. Portanto, eu acho que, neste momento, precisamos fazer uma discussão



aqui, nesta Casa, que possa, de alguma maneira, nos indicar um caminho para a conclusão dessa obra, que é vital, que é a obra estruturante mais importante que o Nordeste tem, para garantir que, no futuro, nós possamos ter uma economia competitiva, o que não existirá se não tivermos uma matriz de transporte que nos garanta a utilização de modais mais econômicos – nesse caso, o modal ferroviário, que é fundamental, essencial.

Sr. Presidente, para concluir – na realidade, são três breves registros –, eu gostaria de manifestar a minha preocupação, porque tenho assistido, recorrentemente, a opiniões de lideranças expressivas e até mesmo de futuros integrantes do novo Governo Federal que têm tratado, a meu ver, de forma aligeirada e superficial uma questão muito importante, que é a questão das relações do Brasil, sobretudo no âmbito regional e no que diz respeito ao futuro do Mercosul.

O Mercosul foi uma construção institucional feita, eu diria, com muito capital político. E deve-se registrar aqui a visão de alguns governantes, especialmente o ex-Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín, da Argentina, que, à época, conceberam um acordo que foi um marco muito importante para que se buscasse uma maior integração dos países do eixo sul da América do Sul.

A meu ver, o balanço do acordo que se pode fazer desses mais de 30 anos – nós temos já decorridos aí praticamente 30 anos – é altamente positivo, ou seja, nós adensamos as nossas relações. O Brasil, especialmente, gera superávits comerciais robustos com as suas relações com esses nossos vizinhos, especialmente o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Eu creio que esse acordo representa também um marco na complementariedade econômica. Isso tem ensejado a possibilidade de criação de cadeias produtivas regionais.

Por outro lado, lembrando que esse acordo se assenta também num acordo de união aduaneira, nós temos as chamadas tarifas externas comuns, o que significa dizer que esse bloco tem o mesmo nível de proteção externa, que foi um instrumento muito importante para a consolidação desse projeto.

Quando se fala que o Mercosul precisa de mais dinamismo, que o Mercosul precisa se liberar de determinadas amarras, que o Brasil precisa passar a valorizar mais o acordos bilaterais que, de resto, foram multiplicados ao longo dos últimos anos, costumo dizer que a dimensão dos acordos regionais não é excludente, em si mesma, da conveniência de que o Brasil também celebre acordos bilaterais, até porque, Sr. Presidente, os acordos de nova geração não tratam apenas de tarifas sobre bens e serviços. Os acordos de nova geração tratam de outras disciplinas, na área de serviços, na área de propriedade intelectual, na área de investimentos, na área de compras públicas, e até mesmo no campo da regulação e da normatização do Direito do Trabalho, do comércio eletrônico. Para os acordos não tarifários, o Mercosul não representa amarra alguma. O Brasil pode promover acordos livremente, que não sejam acordos tarifários estritamente, com absoluta liberdade. Por outro lado, há sempre tempo de rever os acordos, de atualizá-los.

Fico muito preocupado quando vejo manifestações preconceituosas a respeito do Mercosul, como se fosse a fonte de todos os males, o que me parece injusto.

Há também, Sr. Presidente, um conceito importante, especialmente na diplomacia: não se revoga a geografia. Nós temos, por assim dizer, um imperativo de integração com esses vizinhos aqui do sul. O Brasil pode, inclusive, fortalecer a integração física, que é tão necessária. Podemos, sim, rever o acordo de união aduaneira, quem sabe criando as bases para que se possa, a partir daí, construir um acordo de livre comércio fora do próprio Mercosul. Mas é preciso levarmos em conta que o Mercosul produziu frutos muito importantes levando-se em consideração os interesses do País.



Há um dado aqui, Sr. Presidente, que é bastante expressivo do ponto de vista do saldo comercial que geramos ao longo desse tempo em que o Mercosul vigorou. Veja V. Exa: no âmbito do Mercosul, o Brasil acumulou um superávit comercial, só nos últimos 10 anos, de US\$87,6 bilhões. Para V. Exa. ter uma ideia, em comparação, no mesmo período, tivemos um superávit de US\$74 bilhões com a China, que é o nosso principal parceiro comercial. Com a União Europeia, nesse mesmo período, geramos US\$22 bilhões de saldo comercial, ou seja, uma quarta parte do que geramos no âmbito do Mercosul. E com os Estados Unidos, por exemplo, o Brasil tem um déficit, nesse mesmo período, de US\$44 bilhões.

Então, Sr. Presidente, é evidente que o comércio, com esses blocos, tem características distintas, mas, no caso do Mercosul, há outra característica muito benigna dessa nossa relação. É que nós transacionamos bens industriais, bens de maior valor agregado, de maior valor econômico. Enquanto a nossa relação com a China se assenta, basicamente, no comércio de *commodities*, o que é muito importante para o Brasil – *commodities* agrícolas e *commodities* minerais, em que o Brasil é um grande *player* no mercado internacional –, no âmbito do Mercosul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... o nosso comércio é de bens industriais. Por exemplo, no setor automotivo, o Brasil tem um superávit muito expressivo com esses países aqui do Mercosul.

Então, eu quero trazer aqui uma palavra. O Mercosul teve e tem um papel importante ainda no quadro das relações comerciais do Brasil e, se tivermos que fazer ajustes – e evidentemente é sempre possível fazer esses ajustes –, devemos ter o cuidado de tratar esse tema sempre com muita delicadeza, porque não podemos criar suscetibilidades com esses parceiros, sobretudo no momento em que o Brasil pode, por exemplo, concluir o acordo Mercosul-União Europeia, que já está em estágio adiantado. Portanto, essa posição de o Brasil estar integrado a um bloco fortaleceu muito a nossa posição negociadora com a União Europeia na medida em que oferecemos à União Europeia um mercado ampliado quando tratamos de um acordo de nível regional e não exclusivamente um acordo bilateral.

Portanto, acho que, no interesse do Brasil, as relações comerciais do Brasil podem ter uma moldura ampla na qual seja possível conviverem todos os temas que devem ser tratados em fóruns multilaterais, como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio. Devemos nos valer e aproveitar intensamente de acordos regionais, de âmbito regional, como, por exemplo, o bloco aqui do Mercosul nos proporciona, sem também excluir, evidentemente, a possibilidade de ampliarmos o número de acordos bilaterais, sobretudo levando em conta que há uma série de novas disciplinas para as quais o Brasil não fica, de forma nenhuma, submetido a nenhuma amarra em relação ao Mercosul.

Então, Sr. Presidente, eram esses os temas que eu gostaria hoje de trazer a esta Casa, agradecendo pela oportunidade e pelo tempo que me foi aqui deferido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Agradeço as palavras de V. Exa., ao tempo que me sinto beneficiário do seu projeto recém-entrado em vigor, que foi no dia 23.

Sei que nós ainda teremos a tradição manuelina, do nosso período da colonização, mas avançamos muito.



Agora, eu queria só também fazer das minhas as palavras suas com relação à nossa Transnordestina. Realmente beneficia, corta o Estado do Piauí. Ela começa em Eliseu Martins, os quatrocentos e poucos quilômetros cortam o Estado do Piauí, e vai até Pernambuco e Ceará. É da mais alta relevância, inclusive acessando os nossos produtos, sejam grãos, sejam os nossos produtos minerais – o Piauí, por exemplo, tem ocorrência de ferro, e, para a sua exploração, é condição *sine qua non*, realmente, a Transnordestina, que vai aos Portos não só de Suape, no seu grande Estado de Pernambuco, como também ao do Pecém, no Ceará. Eu creio que, paralelamente à obra da transposição das águas do São Francisco para o Estado do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, é realmente a obra mais importante; e há outras – não sei qual mais a importante das duas: são obras importantes.

Creio que, neste novo momento que o meu País vai atravessar, aqui é o momento de grande discussão, com a importância que tem este Parlamento em assuntos de relevância que o nobre Senador traz a esta Casa, inclusive com relação ao Mercosul e aos acordos internacionais multilaterais que nós temos, ou bilaterais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Eu acho da mais alta relevância esses temas, e o nobre Senador sempre qualifica as discussões e qualifica a nossa tribuna com assuntos da mais alta relevância, como os que o nobre Senador trouxe hoje a esta Casa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Nós é que agradecemos as palavras de V. Exa.

E não havendo mais nenhum orador inscrito, nós declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 139ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Avisos do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República




Aviso nº 572, de 2018, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 21 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 249, de 2018, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A resposta foi encaminhada fisicamente à requerente. O Requerimento vai ao Arquivo.



Aviso nº 576, de 2018, na origem, que restitui os autógrafos não sancionados do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2018 (proveniente da Medida Provisória nº 843, de 2018), em virtude do envio de novos autógrafos à sanção.



Junte-se ao processado do
medida provisória
nº 843, de 2018
Em 26 / 11 / 2018



Aviso nº 576 - C. Civil.

Em 22 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Restituição de autógrafos.

Senhor Primeiro Secretário,

Restituo a Vossa Excelência, conforme solicitado pela Mensagem nº 126, de 22 de novembro de 2018 - CN, autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2018 (MP 843, de 2018), que "Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967".

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Recebido em 22 / 11 / 18
Hora: 17 / 16


Renata Bressan Saldanha - Mat. 315749
SGM/SLSF



Comunicação



Expediente da Senadora Lídice da Mata, referente ao Requerimento nº 480, de 2018, que relata participação na missão oficial .

O Requerimento vai ao Arquivo.



Encaminhamento de matérias



A Presidência informa que o Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2007, encontra-se há mais de duas legislaturas aguardando inclusão em Ordem do Dia, por força do Recurso nº 10, de 2007. Devido ao prolongado decurso de tempo desde a instrução pela Comissão competente, a Presidência determina o encaminhamento da matéria, para reexame, à CCT.

A Presidência informa que a CCJ procedeu à adequação redacional no texto final do Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015.

Não tendo havido recurso para apreciação pelo Plenário, a matéria vai à Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL REVISADO

pela Coordenação de Redação Legislativa,
nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, DE 2015

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre o direito à capacidade civil das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas e sobre as medidas apropriadas para prover o acesso das pessoas com deficiência ao apoio de que necessitam para o exercício de sua capacidade civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade alinhar dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, no que diz respeito à plena capacidade civil, em especial de pessoas com deficiência, e aos apoios e às salvaguardas para o exercício dessa capacidade.

Art. 2º O rótulo da Seção I do Capítulo II do Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:



**“Seção I
Das Pessoas Sujeitas a Curatela” (NR)**

Art. 3º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

§ 1º

§ 2º As pessoas com deficiência, inclusive mental ou intelectual ou deficiência grave, maiores de 18 (dezoito) anos têm assegurado o direito ao exercício de sua capacidade civil em igualdade de condições com as demais pessoas, devendo-se, quanto aos apoios e às salvaguardas de que eventualmente necessitarem para o exercício dessa capacidade, observar o seguinte:

I – a curatela, regulada pelos arts. 1.781 e seguintes deste Código, poderá ser utilizada para as pessoas com deficiência apenas quando apresentarem as condições previstas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo;

II – a presença de deficiência mental ou intelectual ou deficiência grave, por si só, não configura a hipótese prevista no inciso III do *caput* deste artigo, sendo facultada a essas pessoas a tomada de decisão apoiada regulada no art. 1.783-A deste Código;

III – o acolhimento judicial do pedido de tomada de decisão apoiada pressupõe a vulnerabilidade da pessoa com deficiência mental ou intelectual ou deficiência grave, garantindo à pessoa apoiada a mesma proteção legal prevista neste Código e em outras leis às pessoas relativamente incapazes.

§ 3º A curatela das pessoas referidas no inciso III do *caput* deste artigo outorga ao curador o poder de representação, e os atos por ele praticados, nessa qualidade, devem ter como parâmetro a potencial vontade da pessoa representada.” (NR)

“Art. 9º

.....

III – a curatela e a tomada de decisão apoiada, bem como seus respectivos limites;

.....” (NR)

“Art. 171.

.....

III – por inobservância dos termos da tomada de decisão apoiada homologada judicialmente e registrada em cartório.” (NR)

“Art. 178.



.....

III – no caso de atos de incapazes ou de pessoas sujeitas a tomada de decisão apoiada, do dia em que cessar a incapacidade ou em que for homologado o término do termo de apoio.” (NR)

“Art. 1.781. As regras a respeito do exercício da tutela aplicam-se ao da curatela, com as restrições previstas nesta Seção.” (NR)

“Art. 1.781-A. A curatela das pessoas previstas no art. 1.767:

I – constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses da pessoa sujeita a curatela e aplicada, sempre que possível, a tomada de decisão apoiada;

II – deve ser proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e durará o menor tempo possível;

III – obriga os curadores a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, bem como a motivação dos atos praticados, de maneira a demonstrar que estão alinhados com a vontade potencial da pessoa sujeita a curatela;

IV – afeta tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nesses abrangidos os pactos antenupciais e o regime de bens, não alcançando os direitos ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio ou à união estável, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto;

V – não pode ser exigida para a emissão de documentos, oficiais ou não.

Parágrafo único. A curatela só é aplicável a pessoas com deficiência caso apresentem alguma das condições previstas nos incisos I, III ou V do art. 1.767.”

“Art. 1.782. A curatela das pessoas previstas no inciso V do art. 1.767 somente as privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.” (NR)

“Art. 1.782-A. A curatela das pessoas previstas no inciso III do art. 1.767 exige do curador a demonstração anual de que tratamentos específicos e terapêuticos, não compulsórios, estão sendo ofertados.”

“Art. 1.783-A. As pessoas com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que conseguem exprimir sua vontade, por qualquer meio, podem formular pedido judicial de tomada de decisão apoiada para a prática de ato ou atos sucessivos da vida civil, elegendo como apoiadores pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas.

§ 1º Os apoiadores devem ser pessoas com as quais a pessoa com deficiência mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre ato ou atos da vida civil,



fornecendo-lhe os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 2º O apoio será exercido nos limites e condições acordados entre a pessoa apoiada e os apoiadores, constantes de termo homologado judicialmente.

§ 3º Será indeferida a tomada de decisão apoiada às pessoas com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que não consigam manifestar sua vontade por meio algum.

§ 4º Os negócios e os atos jurídicos que não estejam abrangidos pelo termo de tomada de decisão apoiada terão validade e efeitos sobre terceiros, ainda que praticados pela pessoa apoiada sem a participação dos apoiadores.

§ 5º Nos atos abrangidos pelo termo de tomada de decisão apoiada é obrigatória a contra-assinatura dos apoiadores, a qual é hábil para demonstrar o fornecimento de elementos e informações necessários ao exercício da capacidade pela pessoa com deficiência.

.....
§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado).

§ 9º (Revogado).

§ 10. (Revogado).

.....” (NR)

Art. 4º O rótulo da Seção II do Capítulo II do Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Seção II
Da Curatela do Nascituro” (NR)**

Art. 5º O rótulo da Seção IX do Capítulo XV do Título III do Livro I da Parte Especial da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Seção IX
Da Tomada de Decisão Apoiada e da Curatela” (NR)**

Art. 6º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 747-A. Os pedidos de tomada de decisão apoiada e de curatela são procedimentos destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade para apoio ao exercício da capacidade civil e salvaguarda.



§ 1º O pedido de tomada de decisão apoiada será feito pela pessoa com deficiência intelectual ou mental que necessite do apoio de que trata o art. 1.783-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com indicação expressa de pelos menos 2 (duas) pessoas aptas e idôneas a lhe prestarem apoio para a prática de atos da vida civil.

§ 2º O pedido de curatela das pessoas indicadas no art. 1.767 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), poderá ser feito:

I – pelo cônjuge ou companheiro;

II – pelos parentes ou tutores;

III – pelo representante de entidade em que se encontra abrigada a pessoa sujeita a curatela;

IV – pelo Ministério Público;

V – pela própria pessoa.

§ 3º O Ministério Público somente promoverá o pedido de curatela mediante representação de pessoa interessada, inclusive profissional com atuação na área, nas seguintes hipóteses:

I – nos casos de deficiência intelectual ou mental em que a pessoa não consiga exprimir sua vontade por meio algum;

II – se não existir ou não promover o pedido de curatela alguma das pessoas designadas nos incisos I, II e III do § 2º deste artigo;

III – se, existindo, forem menores ou relativamente incapazes as pessoas mencionadas nos incisos I e II do § 2º deste artigo.”

“Art. 749-A. Devem ser especificados, na petição inicial, os fatos que demonstram a necessidade de apoio ou de concessão da curatela.

§ 1º O pedido de tomada de decisão apoiada ou de curatela deverá ser instruído com avaliação biopsicossocial, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para fazer prova das alegações, ou deverá ser informada a impossibilidade de fazê-lo.

§ 2º Juntamente com o pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores deverão apresentar termo em que constem:

I – os limites do apoio a ser oferecido;

II – as hipóteses de participação obrigatória dos apoiadores para a validade de ato ou de atos sucessivos;

III – o prazo de vigência do acordo, caso não optem por prazo indeterminado;

IV – os compromissos dos apoiadores quanto ao respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devam apoiar.”



“Art. 749-B. Recebido o pedido de tomada de decisão apoiada ou de curatela, o juiz deverá:

I – justificada a urgência, nomear apoiadores ou curadores provisórios;

II – designar audiência, à qual deverão comparecer a pessoa em situação de vulnerabilidade, seus potenciais apoiadores ou curadores, membro do Ministério Público e equipe multiprofissional e interdisciplinar.

§ 1º Na audiência serão ouvidos todos os interessados e, especialmente, a pessoa a quem se destina o pedido de apoio ou de curatela, acerca de seus hábitos, negócios, bens, vontades, preferências, laços familiares ou afetivos e sobre o que mais for imprescindível para verificar sua necessidade de apoio para tomada de decisões ou de curatela, devendo ser reduzidas a termo as perguntas e as respostas.

§ 2º A critério do juiz, poderá ser requisitada a oitiva de parentes e de pessoas próximas.

§ 3º Concluídas a tomada de depoimentos e as manifestações, o juiz:

I – pronunciar-se-á sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, ouvidos o Ministério Público e os membros da equipe multiprofissional e interdisciplinar, homologando o termo respectivo, nos moldes em que foi apresentado com a petição inicial ou complementado na audiência; ou

II – aguardará, em caso de curatela, o prazo de impugnação previsto no *caput* do art. 752-A.”

“Art. 751-A. Para a oitiva da pessoa em situação de vulnerabilidade, será observado o seguinte:

I – não podendo deslocar-se, o juiz a ouvirá no local onde estiver;

II – é assegurado o emprego de recursos variados, inclusive de tecnologia assistiva, capazes de permitir sua comunicação.”

“Art. 752-A. A pessoa a quem se destinar pedido de curatela poderá constituir advogado e, querendo, poderá impugnar o pedido, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da audiência prevista no inciso II do art. 749-B.

§ 1º Caso não ocorra a constituição de advogado, deverá ser nomeado curador especial idôneo, que poderá intervir como assistente, em qualquer hipótese.

§ 2º O curador especial a que se refere o § 1º deste artigo pode ser cônjuge, companheiro, familiar ou pessoa com quem o curatelando mantenha estreitos laços afetivos ou de solidariedade.



§ 3º Tratando-se de pessoa com deficiência, a curatela não será deferida em caso de impugnação ou em caso de possibilidade de manifestação de vontade, por qualquer meio ou recurso.”

“Art. 753-A. Decorrido o prazo previsto no art. 752-A, o juiz determinará a produção de prova pericial para avaliar a presença de condição prevista no art. 1.767 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1º A perícia deverá ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

§ 2º O laudo pericial indicará especificadamente, se for o caso, os atos para os quais haverá necessidade de curatela, bem como eventuais medidas de proteção.

§ 3º Entre as medidas de proteção, podem ser incluídos:

I – acompanhamento periódico por órgãos de assistência social;

II – previsão de prazos breves para a revisão dos termos da curatela, ocasião em que poderá ser mantida ou extinta, devendo o juiz, nesse último caso, em relação às pessoas com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, esclarecer sobre a possibilidade de adoção de tomada de decisão apoiada.”

“Art. 755-A. Na sentença que deferir a curatela, o juiz nomeará curador, que poderá ser o próprio requerente, e fixará os limites da curatela, observando o disposto nos arts. 1.781-A, 1.782 e 1.782-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1º A curatela deverá ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses da pessoa sujeita a curatela.

§ 2º Para a escolha do curador, o juiz levará em conta a vontade e as preferências da pessoa submetida a curatela, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.

§ 3º Após a nomeação em sentença, o curador prestará compromisso de respeito a direitos, interesses, preferências e vontade, ainda que em potencial, da pessoa sob curatela.

§ 4º Havendo, ao tempo da curatela, pessoa absoluta ou relativamente incapaz sob a guarda e a responsabilidade de pessoa sujeita a curatela, o juiz atribuirá essa guarda e responsabilidade a quem melhor puder atender aos interesses de ambos.”

“Art. 755-B. A sentença que homologar a tomada de decisão apoiada ou que deferir a curatela será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada em edital:



I – na internet, no site do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses;

II – na imprensa local, 1 (uma) vez;

III – no órgão oficial, 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O edital referido no *caput* conterá os nomes da pessoa apoiada ou sujeita a curatela e de seus apoiadores ou curadores e os limites do apoio ou da curatela.”

“Art. 756-A. Se o apoiador ou curador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir os compromissos assumidos, poderá a pessoa interessada ou qualquer outra pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

§ 1º Procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador ou curador e concederá à pessoa submetida a tomada de decisão apoiada prazo para a indicação de outro apoiador ou nomeará substituto interino do curador para a pessoa sujeita a curatela.

§ 2º O apoiador ou curador poderá solicitar ao juiz, a qualquer tempo, a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada ou da curatela, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz.

§ 3º A pessoa apoiada poderá, a qualquer tempo, solicitar ao juiz o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada, devendo ser dada ao fato a mesma publicidade prevista no art. 755-B, cancelando-se o respectivo registro.

§ 4º O pedido de levantamento da curatela poderá ser feito pelo curatelado, pelo curador ou pelo Ministério Público e será apensado aos autos do pedido original, hipótese em que:

I – o juiz nomeará equipe multiprofissional e interdisciplinar para proceder à avaliação da pessoa sujeita a curatela e designará audiência de instrução e julgamento após a apresentação do laudo;

II – acolhido o pedido, o juiz decretará o levantamento da curatela e determinará a publicação da sentença após o trânsito em julgado, na forma do art. 755-B, cancelando-se o respectivo registro;

III – se não for caso de extinção da curatela, mas de sua flexibilização, seus limites poderão ser revistos a qualquer tempo;

IV – tornando-se possível à pessoa sujeita a curatela a manifestação da vontade, será propiciada, a qualquer tempo, nas hipóteses de deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, a opção pela tomada de decisão apoiada.”

“Art. 757. A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens do incapaz que se encontrar sob a guarda e a responsabilidade do



curatelado quando do início da curatela, salvo se o juiz considerar outra solução mais conveniente aos interesses do incapaz e da pessoa sob curatela.” (NR)

“Art. 759.

.....

§ 2º Prestado o compromisso, o tutor ou curador assume a administração dos bens do tutelado ou curatelado, observados os limites da sentença que deferiu a medida.” (NR)

“Art. 763-A. Aplica-se, no que couber, o disposto nas Seções IX e X do Capítulo XV do Título III deste Código ao processo de tomada de decisão apoiada previsto no art. 1.783-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).”

“Art. 1.012.

.....

VI – decreta a curatela ou homologa a tomada de decisão apoiada.

.....” (NR)

Art. 7º Revogam-se os seguintes dispositivos:

I – os §§ 7º, 8º, 9º e 10 do art. 1.783-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

II – os arts. 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 755 e 756 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagens do Presidente da República

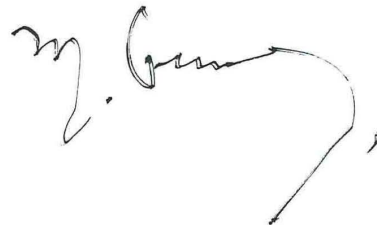


Mensagem nº 659

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 42.508.607,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.734, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.

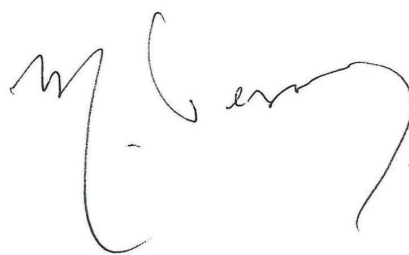


Mensagem nº 660

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R\$ 792.000,00, para o fim que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.735 , de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 661

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 266.789.743,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.736, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.

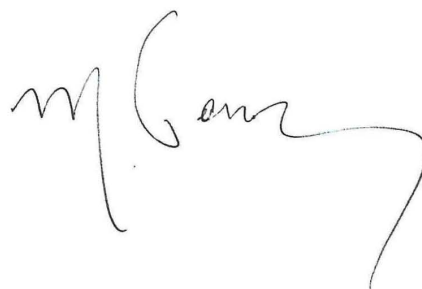


Mensagem nº 662

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 40.867.610,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.737, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 663

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 19.880.000,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.738, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 664

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 10.338.400,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.739, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.

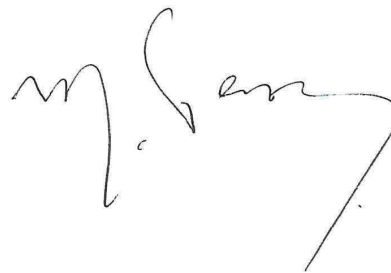


Mensagem nº 665

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 180.686.295,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.740, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.




Mensagem nº 666

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Transparência e Controladoria-Geral da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 390.001.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.741, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 667

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública e da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 32.255.385,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.742, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.

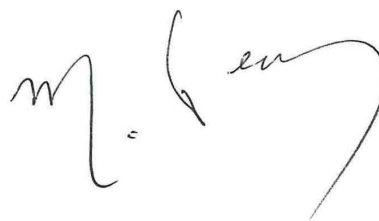


Mensagem nº668

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 9.865.600.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.743 , de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 669

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 372.155.920,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.744, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 670

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 52.857.359,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.745, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.

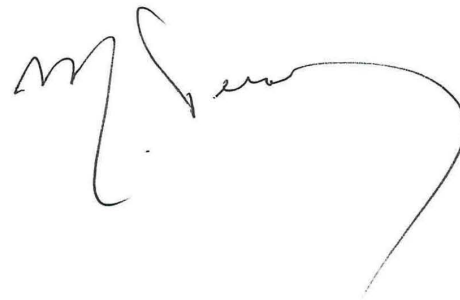


Mensagem nº 671

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.746, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 672

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 140.000.000,00, para o fim que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.747, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



Mensagem nº 673

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R\$ 15.773.766,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.748, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.




Mensagem nº 674

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e das Cidades, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 1.520.050.360,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.749, de 22 de novembro de 2018.

Brasília, 22 de novembro de 2018.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 112, DE 2018

(nº 675/2018, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 60,870,000.00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, no Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro".

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CAE.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 675

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 60,870,000.00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, no Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 22 de novembro de 2018.



EM nº 00142/2018 MF

Brasília, 14 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Palmas-TO requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com a Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar o Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro.
2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.
3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000 (atual Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017), e o Banco Central do Brasil efetuou o registro da operação.
4. A Secretaria do Tesouro Nacional analisou as informações referentes ao Mutuário, informando que o Ente recebeu classificação “A” quanto à sua capacidade de pagamento e manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso e o atendimento do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Município e a União.
5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado, pelo Ministério da Fazenda, o cumprimento das condições estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional acima descritas.
6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Ente em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.



Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eduardo Refinetti Guardia



Aviso nº 593 - C. Civil.

Em 22 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 60,870,000.00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, no Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



DOCUMENTOS PARA O SENADO

**MUNICÍPIO DE PALMAS/TO
X
CAF**

“Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”

PROCESSO Nº 17944.100680/2017-60



31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária
Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

PARECER SEI Nº 140/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Palmas - TO e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar o Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro.

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº 17944.100680/2017-60

I

Trata-se de concessão de garantia da União para operação de crédito externo com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Município de Palmas - TO;

MUTUANTE: Corporação Andina de Fomento (CAF);

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: empréstimo externo;

VALOR: até 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer

FINALIDADE: financiar parcialmente o “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

2. Os requisitos normativos para a contratação encontram-se estabelecidos em dispositivos da Constituição Federal sobre finanças e orçamento públicos, nas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 2007, e nº 43, de 2001, ambas com alterações, no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais requisitos, conforme se observa nos parágrafos a seguir, foram obedecidos.

II

Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI Nº 379/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (Doc SEI nº **1138237**), onde consta:

- (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.

4. Segundo informa a STN no mencionado Parecer, o Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, efetuado em 12/09/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (Doc SEI nº 1137794), mediante o Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, instituído pela Portaria nº 199/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional.

5. O mencionado Parecer conclui que, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o Ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União, condicionando, contudo, a sua concessão aos seguintes eventos:

1. cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
2. verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018;
3. formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Aprovação do projeto pela COFIEIX

6. Foi autorizada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, mediante a Recomendação nº 04/0116, de 03/05/2016 (Doc SEI nº 0126285), homologada pelo Presidente da COFIEIX em 10/05/2016.

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União



31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer

7. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e informada mediante o Memorando SEI nº 58/2018/GECM I/COAFI/SURIN/STN-MF, de 17/09/2018 (DocSEI nº 1115272), as contragarantias oferecidas pelo Ente, de acordo com a Lei nº 365, de 01/02/2017 (Doc SEI nº 0126196), são suficientes para ressarcir a União em caso de acionamento da garantia concedida. A mencionada lei autorizou o Poder Executivo do Ente a contratar a operação de crédito em tela e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.
8. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente em tela deverá assinar Contrato de Contragarantia com a União previamente à celebração do contrato de empréstimo que ora se analisa.

Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária

9. Consta do processo Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM 12/09/2018 (DocSEI nº 1137794, fls. 15/23), informando que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei municipal nº 2374, de 19/02/2018 (DocSEI nº 1137794, fls.19).
10. A declaração supramencionada informa ainda que constam na Lei nº 2375, de 19/02/2018, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (DocSEI nº 1137794, fls.18).

Análise da STN acerca da capacidade de pagamento do Ente

11. Informa a STN, no Parecer acima citado, que, segundo análise de capacidade de pagamento, elaborada em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 501/2017, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/2017, e consignada na Nota SEI nº 77/2018/GERAP/CORFI/SURIN/STN-MF, de 19/07/2018 (DocSEI nº 0938615), a capacidade de pagamento do Ente foi classificada em “A” atendendo, assim, ao requisito para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

Análise da STN quanto ao atendimento, pelo Ente, dos requisitos da Resolução nº 43 do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal

12. No seu Parecer já citado, a COPEM/STN informou que o Ente atendeu aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, conforme previsto nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.
13. No tocante à validade da verificação dos limites de endividamento constantes dos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43/2001, nos termos do parágrafo 6 do art.32 da LRF, e em conformidade com a Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o Parecer supramencionado indicou que, para fins da apreciação do Senado Federal, o **prazo de validade da análise é de 270 dias, contados contados a partir de 19/09/2018.**

Situação de adimplência do Ente em relação ao garantidor

14. Segundo informa a STN no item 14 do supramencionado Parecer SEI nº 379/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, ao sítio mantido por aquela Secretaria no endereço <http://www.sahem.tesouro.gov.br> (Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios – SAHEM), o Ente encontra-se adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto a garantias



31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer

concedidas a operações de crédito, a teor do art. 10, a, da Resolução nº 48, de 2007, e do art. 21, VI, do art. 21 da Resolução nº 23, de 2001 (DocSEI nº 1138078).

15. A propósito, consta na Declaração do Chefe do Poder Executivo do SADIPEM, de que todos os “CNPJs da Administração Direta do Mutuário estão incluídos no CAUC, a fls. 22 do Doc Sei nº 1137794 fls. 20/21).
16. Registre-se que a situação de adimplência do Mutuário deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato, conforme determina o art. 25, IV, a, c/c art. 40, §2º, da LRF e o art. 10, §4º, da Resolução nº 48, de 2001.

Certidão do Tribunal de Contas do Ente

17. O Ente apresentou, na forma do art. 21 da Resolução nº 43 do Senado, a Certidão nº 07/2018, de 15 de maio de 2018 (Doc SEI nº 1035769), do Tribunal de Contas do Estado, em que atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2014): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 1 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (RREO), 55, §2º (publicações do RGF), da LRF; o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da CF;

b) quanto aos exercícios não analisados (2015, 2016 e 2017): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (RREO), 55, §2º (publicações do RGF), da LRF, 52 (publicações do RREO), 55, §2º (RGF); o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da CF;

c) quanto ao exercício em curso (2018), o cumprimento pelo Ente dos requisitos dos arts 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º (publicações do RGF), da LRF.

c) quanto ao exercício em curso, o cumprimento pelo Ente dos requisitos dos arts 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º (publicações do RGF), da LRF.

Limite de Restos a Pagar

18. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, do Senado Federal, este limite só é aferível nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular do Poder Executivo, não se aplicando, portanto, na presente data a este Ente.

Limite de Parcerias Público-Privadas

19. A STN informou que, conforme Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM, em 12/09/2018, o Ente atestou que não firmou, até aquela data, contrato na modalidade de PPP (SEI 1137794, fl. 20), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 3º bimestre de 2018 (SEI 1037061, fl. 31).



31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer

Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso

20. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo, efetuada no SADIPEM, quanto aos exercícios não analisados e ao em curso, afirmando que o Ente cumpriu todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos em que determina o art. 21, IV, 'c', da Resolução nº 43, do Senado Federal (fls 19 e segsdo DocSEI nº 1137794).

Conveniência e Oportunidade da Operação

21. Relativamente à conveniência e oportunidade da contratação, a Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional, ao aprovar o supramencionado Parecer SEI nº 379/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (Doc SEI nº 1138237), concluiu que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União.

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente

22. A Procuradoria-Geral do Mutuário emitiu o Parecer nº 19876/2017, de 18 de setembro de 2017 (Doc sei Nº **1265223**), para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, onde conclui pela possibilidade jurídica da realização de operação de crédito externo, observada a legislação pertinente..

Certidão de Regularidade do Ente quanto ao Pagamento de Precatórios

23. O Ente, previamente a celebração do contrato, deverá atestar a regularidade quanto ao pagamento de precatórios judiciais.

Registro da Operação no Banco Central do Brasil

24. A Secretaria do Tesouro Nacional informou que a operação em análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF do RDE) sob o número TA817817 (DocSEI nº 1099496).

III

25. O empréstimo será concedido pela Corporação Andina de Fomento (CAF), organismo internacional integrado pelo Brasil, e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas por esse organismo (Doc SEI nº 0239710).
26. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.



31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer

27. O mutuário é Município de Palmas - TO, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

28. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo conveniente e cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, sob a ressalva de que,

previamente à assinatura do contrato seja:

a) verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

b) verificado, pelo Ministério da Fazenda, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018;

c) formalizadoo respectivo contrato de contragarantia

À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO.

Ana Lúcia Gatto de Oliveira

Procuradora da Fazenda Nacional

À aprovação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO.

Maurício Oliva

Coordenador-Geral

Aprovo o parecer. À consideração do Sr. Procurador-Geral da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL.



31/10/2018

SEI/MF - 1203358 - Parecer

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt*Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira*

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

Ricardo Soriano de Alencar*Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Substituto*

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 29/10/2018, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Cardoso Oliva, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União**, em 29/10/2018, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Gatto de Oliveira, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 30/10/2018, às 00:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Soriano de Alencar, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional Substituto(a)**, em 30/10/2018, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1203358** e o código CRC **D75B69B4**.

Referência: Processo nº 17944.100680/2017-60

SEI nº 1203358



ULTIMA PAGINA

SISBACEN EMFTN/ HOYIU

S I S C O M E X

03/09/18 16:50

TRANSACAO PCEX770 ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANC. PENDENTES

MCEX7702

----- PCEX7702 - REGISTRO DE DADOS DE REFERENCIA -----

NUM. OPERACAO / (C.G.C./C.P.F.)	TIPO OPERACAO / NOME DO IMPORTADOR	VALOR FINANCIADO
C TA817817 248515110001-85	3611 L CRED BID/BIRD/FONPL MUNICIPIO DE PALMAS	60.870.000,00

Marque com: 'C' P/ CONSULTA

ENTER=SEGUE

PF7/19=PRIM. PAG.

PF9/21=TRANSACAO

PF3/15=RETORNA



SISBACEN EMFTN/HOYIU S I S C O M E X 03/09/2018 16:50
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577A

----- PCEX577A - CARACTERISTICAS GERAIS -----
 NUMERO DA OPERACAO: TA817817 DE: 19/12/2017

1. MODALIDADE DA OPERACAO: 3611 L CRED BID/BIRD/FONP CONCLUIDO

2. MOEDA DE REGISTRO.....: 220 DOLAR DOS EUA

3. VALOR DA OPERACAO.....: 60870000,00

4. JUROS (S/N): S CERT. AVERBACAO: -

5. ENCARGOS (S/N): S CA/AP/CR ORIGEM:

6. TITULARES:

a) CADEMP b) TIPO c) VLR PARTICIPACAO d) DETALHAR

 117881 102 DEV ESTADO/MUNICIPIO -

MUNICIPIO DE PALMAS

905057 208 ORGAN INTERN CREDOR 60870000,00 -

CORPORACION ANDINA DE FOMENTO - CAF

40967 300 GARANT REPUBLICA 60870000,00 -

RFB - MIN. DA FAZENDA - SECR. DO TESOURO NAC.

Opcao:'X' em 'd'-mostra titular

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/HOYIU S I S C O M E X 03/09/2018 16:52
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577B

----- PCEX577B - CARACTERISTICAS DO PRINCIPAL -----
 NUMERO DA OPERACAO: TA817817 DE: 19122017
 CONCLUIDO

07.OBJETO DO FINANCIAMENTO

a) BENS.....: b) TECNOLOGIA/SERV.:
 c) SEGURO CREDITO: d) INGRESSO MOEDA..: 60870000,00
 e) ALUGUEL BASICO:

08. VLR. ANTECIPADO.....:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

09.VLR. A VISTA..:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

10. VLR. FINANCIADO: 60870000,00

a) NUM.PARCELAS: 22 (vezes) b) PERIODICIDADE.: 6 (meses)
 c) CARENCIA.....: 54 (meses) d) PRAZO.....: 180 (meses)
 e) INIC.CONTAGEM: (ddmmaaaa) f) CONDICAO: 10090 ASSINATURA CONTRATO
 g) VLR.PARCELA.....:
 h) MULTIPLICADOR..: , i) BASE.....:

11.VLR.RESIDUAL.....:

12.MEIO DE PAGAMENTO.....: 2 MOEDA

(Informe 'SIM' para expandir o esquema de pagamento de principal ____)

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/HOYIU S I S C O M E X 03092018 16:53
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX5700
 ----- PCEX5700 - ESQUEMA DE REFERENCIA DE PRINCIPAL -----

j) NUMERO ESQUEMA: TA81781700001 DE 19122017 k) MOEDA: 220 DOLAR DOS EUA

l) NUM.	m) DATA	n) PRAZO	o) VALOR PARCELA	p) PERCENT. (X)	q) BASE
0001		54	2766818,00	,	X
0002		60	2766818,00	,	X
0003		66	2766818,00	,	X
0004		72	2766818,00	,	X
0005		78	2766818,00	,	X
0006		84	2766818,00	,	X
0007		90	2766818,00	,	X
0008		96	2766818,00	,	X
0009		102	2766818,00	,	X
0010		108	2766818,00	,	X
0011		114	2766818,00	,	X
0012		120	2766818,00	,	X
0013		126	2766818,00	,	X
0014		132	2766818,00	,	X

ENTRA=SEGUE PF7/19=VOLTA PAG. PF1/13=SOS PF12/24=ENCERRA PF3/15=RETORNA



SISBACEN EMFTN/HOYIU S I S C O M E X 03092018 16:54
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX5700
 ----- PCEX5700 - ESQUEMA DE REFERENCIA DE PRINCIPAL -----

j) NUMERO ESQUEMA: TA81781700001 DE 19122017 k) MOEDA: 220 DOLAR DOS EUA

1) NUM.	m) DATA	n) PRAZO	o) VALOR PARCELA	p) PERCENT. (X)	q) BASE
0015		138	2766818,00	,	X
0016		144	2766818,00	,	X
0017		150	2766818,00	,	X
0018		156	2766818,00	,	X
0019		162	2766818,00	,	X
0020		168	2766818,00	,	X
0021		174	2766818,00	,	X
0022		180	2766822,00	,	X
				,	X
				,	X
				,	X
				,	X
				,	X
				,	X
				,	X

 ENTRA=SEGUE PF7/19=VOLTA PAG. PF1/13=SOS PF12/24=ENCERRA PF3/15=RETORNA



08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

PARECER SEI Nº 379/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Processo nº 17944.100680/2017-60

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Município de Palmas - TO e a
Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de US\$ 60.870.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Programa de Requalificação Urbana, Palmas para
o Futuro.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES E CONCESSÃO DE GARANTIA DA
UNIÃO

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Município de Palmas - TO para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007). Tal operação possui as seguintes características (SEI 1137794 fls.8/9):

- **Valor da operação:** US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro;
- **Juros:** Libor de 6 meses mais spread a ser definido na data de assinatura do contrato;
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberação:** US\$ 6.685.000,00 em 2018, US\$ 16.200.000,00 em 2019, US\$ 16.000.000,00 em 2020, US\$ 15.300.000,00 em 2021, e US\$ 6.685.000,00 em 2022.
- **Contrapartida:** US\$ 6.685.000,00 em 2018, US\$ 16.200.000,00 em 2019, US\$ 16.000.000,00 em 2020, US\$ 15.300.000,00 em 2021, e US\$ 6.685.000,00 em 2022;
- **Prazo total:** 180 (cento e oitenta) meses;
- **Prazo de carência:** 54 (cinquenta e quatro) meses;
- **Prazo de amortização:** 126 (cento e vinte e seis) meses;
- **Lei autorizadora:** Lei Complementar nº 365, de 1º/2/2017;
- **Prazo de desembolso:** 48 (quarenta e oito) meses;
- **Demais encargos e comissões:** Comissão de compromisso: 0,35% a.a. aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo; Comissão de financiamento: 0,85% aplicados sobre o montante do empréstimo; Gastos de avaliação: US\$ 50.000,00; e Juros de mora de 2,00% a.a. adicional à taxa de juros contratual.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado pelo Ente no SADIPEM, assinado em 12/09/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (SEI 1137794). Os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 0126196); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 0489480); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 0489484); d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins (SEI 1035769); e. Comprovante de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado (SEI 1138004 e 1105197, fls 14/16).

II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 0489484), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (SEI 1105197 fl. 1/2), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 0489480) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 1137794, fls. 15/21), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 19/2011, que, entre outras, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e dispêndios da operação sob exame:

a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 0875733, fl. 3)	102.554.092,92
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	102.554.092,92
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 0875733, fl. 2)	20.002.258,44
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	20.002.258,44

Página 32 de 258

Parte integrante do Avulso da MSF nº 112 de 2018.

08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer

b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 1037061, fl. 3)	304.053.948,66
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	304.053.948,66
Liberações de crédito já programadas (SEI 1137794, fl. 26)	77.517.088,57
Liberação da operação pleiteada (SEI 1137794, fl. 26)	25.776.023,00
Liberações ajustadas	103.293.111,57

c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2018	25.776.023,00	77.517.088,57	964.375.318,24	10,71	66,94
2019	62.463.960,00	31.247.884,94	976.955.417,79	9,59	59,95
2020	61.692.800,00	56.637.500,00	989.699.622,43	11,96	74,73
2021	58.993.740,00	56.637.500,00	1.002.610.072,89	11,53	72,08
2022	25.776.023,00	56.637.500,00	1.015.688.937,81	8,11	50,71
2023	0,00	51.917.708,33	1.028.938.414,13	5,05	31,54

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2018	3.360.823,09	31.253.124,95	964.375.318,24	3,59
2019	6.092.910,79	60.294.931,80	976.955.417,79	6,80
2020	9.326.631,60	54.257.973,74	989.699.622,43	6,42
2021	13.120.656,13	47.455.462,86	1.002.610.072,89	6,04
2022	15.677.263,71	47.117.154,61	1.015.688.937,81	6,18
2023	36.814.039,90	54.882.267,57	1.028.938.414,13	8,91
2024	35.592.722,15	49.885.166,40	1.042.360.727,45	8,20
2025	34.344.727,09	48.730.310,27	1.055.958.132,39	7,87



08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer

2026	33.100.363,14	44.017.510,96	1.069.732.912,98	7,21
2027	31.776.235,96	40.913.921,21	1.083.687.383,07	6,71
2028	30.236.361,70	36.891.769,82	1.097.823.886,67	6,11
2029	28.707.113,59	36.409.950,72	1.112.144.798,37	5,86
2030	27.225.351,09	31.244.692,48	1.126.652.523,74	5,19
2031	25.707.137,09	30.408.008,05	1.141.349.499,74	4,92
2032	24.151.434,07	29.974.619,55	1.156.238.195,09	4,68
2033	22.528.920,06	29.514.500,57	1.171.321.110,76	4,44
Média até 2027 :				6,79
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				59,07
Média até o término da operação :				6,20
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				53,88

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	961.698.446,76
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-21.034.489,94
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	330.595.181,84
Valor da operação pleiteada	234.702.546,00
Saldo total da dívida líquida	544.263.237,90
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,57
Limite da DCL/RCL	1,20
Percentual do limite de endividamento	47,16%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 3º Bimestre de 2018), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 1037061, fl. 16). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 1º Quadrimestre de 2018), homologado no Siconfi (SEI 1037045, fl. 5).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 6,20%, relativo ao período de 2018-2033.

8. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL menor que 1,2: **Enquadrado**.

9. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.



08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1035769) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2014), aos exercícios não analisados (2015, 2016 e 2017) e ao exercício em curso (2018).
11. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 1138004), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria.
12. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o §4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001, mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 1137965).
13. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, verificou-se que o Município de encaminhou suas contas ao Poder Executivo do Estado (SEI 1138004 e 1105197, fls 14/16) e da União (SEI 1138004).
14. Em relação à adimplência financeira junto à União, quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, não constam, nesta data, pendências em relação ao ente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, em sahem.tesouro.gov.br (SEI 1138078).
15. Em consulta à relação de mutuários da União - situação em 14/06/2018 (SEI 0875917), verificou-se que o Ente não consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), não possuindo, portanto, acordos de refinanciamento com a União, estando atendido o inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.
16. Relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, destaca-se que, na presente análise, os limites referentes às mencionadas despesas foram considerados como atendidos até o 1º quadrimestre de 2018, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI 1035769), na declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI 1137794, fls. 15/21) e nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2018 homologados no Siconfi (SEI 0875806, fls 1/2 e SEI 0875836).

III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

17. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e
- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

III.1 - REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

18. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, "c", e 11, parágrafo único, "j" e "l", da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" deste Parecer.

RECOMENDAÇÃO DA COFEX

19. A Comissão de Financiamentos Externos (COFEX), por meio da Recomendação nº 04/0116, de 03/05/2016 (SEI 0126285), recomendou a preparação do Programa no valor de até US\$ 60.870.000,00 provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF, com contrapartida de no mínimo igual ao valor do financiamento.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

20. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do Ente garantido, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea "c" da RSF nº 48/2007, é de se informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5º deste Parecer.

OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

21. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 1º quadrimestre de 2018 (SEI 1037045, fls. 13/14), que o Ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.

RESTOS A PAGAR

22. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 25, inciso IV, alínea c, 40, § 2º e 42, todos da LRF, combinados com o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, tendo em vista que esse limite é aferível somente nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular de Poder Executivo, a exigência de comprovação de obediência ao limite de restos a pagar não se aplica ao Município, na presente data.

INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

23. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 30/08/2018 (SEI 1137794, fls. 15/23), informa que a operação em questão inserida no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei municipal nº 2374, de 19/02/2018 (SEI 1137794, fl.19). A declaração citada informa ainda que constam da Lei nº 2375, de 19/02/2018, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (1137794, fl.18).

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

24. A Lei nº 365, de 01/02/2017 (SEI 0126196), autoriza o Poder Executivo a contratar presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

25. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 10/08/2018 (SEI 1035769), atestou para os exercícios de 2016 e 2017 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2017 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, em Declaração preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM, atestou o cumprimento dos artigos citados para o exercício de 2017 (SEI 1137794, fls. 19/20).

EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

26. Sobre o cumprimento do art. 11 da LRF relativo aos exercícios de 2014 (último exercício analisado), 2015, 2016, 2017 e 2018 (exercícios não analisados), a Certidão do Tribunal de Contas, emitida em 10/08/2018, atestou o cumprimento do pleno exercício de competência tributária (SEI 1035769).

DESPESAS COM PESSOAL

27. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante do parágrafo 16 deste parecer.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

28. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

29. A esse respeito, o Ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 12/09/2018, que não firmou, até aquela data, contrato na modalidade de PPP (SEI 1137794, fl. 20), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 3º bimestre de 2018 (SEI 1037061, fl. 31).



08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer

LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

30. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. Conforme as informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 1º quadrimestre de 2018 (SEI 0877460, fl. 8), o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 38,26% da RCL.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

31. Para o cumprimento do art. 23, inciso I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/2017. Conforme consignado na Nota SEI nº 77/2018/GERAP/CORFI/SURIN/STN-MF, de 19/07/2018 (SEI 0938615), a capacidade de pagamento do Ente foi classificada em "A". Essa classificação atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

32. Em cumprimento ao art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 58/2018/GECEM I/COAFI/SURIN/STN-MF, de 17/09/2018 (SEI 1154917), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS e FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

33. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 0489484), em conformidade com a Nota nº 436/2013 –STN/COPEM (SEI 1105197), juntamente com os dados básicos e as abas "Dados Complementares" e "Cronograma Financeiro" preenchidas no SADIPEM (SEI 1137794, fls. 8/9), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

34. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, não constam pendências em relação ao ente, conforme já mencionado no parágrafo 14 deste parecer.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento, em atendimento ao disposto no art. 97, inciso IV, alínea a, e no art. 104, parágrafo único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

36. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA817817 (SEI 1099496).

CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

37. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Memorando SEI 79/2018/GEOP/COPI/SUDIP/STN-MF, de 19/07/2018. O custo efetivo da operação foi apurado em 5,09% a.a. para uma duração de 8,33 anos. Considerada a mesma duração, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 5,69% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação (SEI 0910080). Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN divulgada pela Resolução STN nº 3, de 25/07/2018 (SEI 1123883).

HONRA DE AVAL

38. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de Obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição em 14/09/2018 (SEI 1139410), em que foi verificado não haver, em nome do Município de Palmas, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do Ente.

MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

39. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 0239710, fl. 3/32 e SEI 0877300) e de garantia (SEI 0239710, fl. 33/36).

2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOUREIRO NACIONAL**ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

40. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se os pontos abaixo, os quais refletem condições normalmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em operações com organismos multilaterais.

Prazo e condições para o primeiro desembolso

41. As condições prévias ao primeiro desembolso estão descritas na Cláusula Sétima das Disposições Especiais do contrato (SEI 0239710, fl. 4) e na Cláusula 5 da Anexo "A" - Condições Gerais de Contratação (SEI 0239710, fls. 18 e 19). O Município de Palmas terá um prazo de 180 dias a partir da entrada em vigência do contrato para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas.

42. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes subnacionais informem o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso por parte dos mutuários como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao Ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso.

Vencimento antecipado da dívida e cross default

43. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que a CAF terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido na Cláusula Nona do Contrato de Empréstimo (SEI 0239710, fl. 7) e conforme previsto na Cláusula 18 das Condições Gerais (SEI 0239710, fl. 23), combinada com a Cláusula 16 e com a Cláusula 17(a) do mesmo documento (SEI 0239710, fl. 22). Cabe destacar que na Cláusula 16, combinada com a Cláusula 18, das Condições Gerais (SEI 0239710, fls. 22 e 23) é prevista a inadimplência cruzada (*cross default*) com outros contratos do Ente com a CAF.

44. A respeito dessas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não-financeiras, ressalta-se que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

45. Cabe esclarecer, também, que a CAF acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios semestrais com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros, assim como realização de auditoria externa. No entanto, vale dizer que a STN não acompanha a execução dos projetos.

AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE GARANTIAS

46. Em 21/12/2015, mediante a Portaria STN nº 763 (SEI 1123973), foi instituído, no âmbito do Tesouro Nacional, o Comitê de Garantias, fórum colegiado interno que tem como objetivo subsidiar a atuação da STN no que se refere à concessão de garantias da União. A Portaria STN nº 109, de 25/02/2016 (SEI 1124023), aprovou o regimento interno do referido Comitê, atribuindo a seus Grupos Técnicos a avaliação técnica e financeira.

Página 36 de 258 Parte integrante do Avulso da MSF nº 112 de 2018.

h:1330172&infra_si... 5/7



08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer

47. O Grupo Técnico de Entes Subnacionais do Comitê de Garantias da STN entendeu, em sua 5ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/05/2016 (SEI 0277391), que, até que haja definição sobre procedimentos em atendimento ao Art. 40 do RI-CGR, as operações externas, financiadas por Organismos Multilaterais, que tenham contragarantias suficientes, tenham Capacidade de Pagamento A, B ou C* (C* somente com pronunciamento favorável do Secretário do Tesouro Nacional, conforme art. 9º da Portaria MF nº 306/2012), e cumpram os demais limites e condições da legislação, conforme análise da COPEM, estão recomendadas, condicionadas à manifestação favorável da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) quanto ao custo de cada operação individualmente.
48. Cabe esclarecer que a Portaria MF nº 306/2012 foi revogada pela Portaria MF nº 501/2017, em que foi definido, no inciso I do art. 12, que são elegíveis à concessão de garantia da União, relativamente ao risco do Tesouro Nacional, operações de crédito que, além de atenderem aos artigos 7º e 9º daquela Portaria, sejam pleiteadas por Unidade da Federação que tenha capacidade de pagamento calculada e classificada em A ou B.
49. Por sua vez, a CODIP em verificação do atendimento do art. 9º da Portaria MF nº 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada no Memorando SEI nº 79/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 19/07/2018 (SEI 0910080).
50. Assim, considerando a classificação "A" da capacidade de pagamento do Município de Palmas, a operação em análise é elegível à garantia da União nos termos da deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico e do inciso I do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017.

IV. CONCLUSÃO

51. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.
52. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.
53. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 48/2007, entende-se que o Ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União, que fica condicionada:
- a. ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
 - b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
 - c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.
54. Considerando o disposto no § 1º, do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da presente verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 dias, contados a partir de 19/09/2018, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2018 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.
55. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Ho Yiu Cheng

Helena Cristina Dill

Auditora Federal de Finanças e Controle

Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado eletronicamente

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Senhora Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Senhor Secretário do Tesouro Nacional.

Documento assinado eletronicamente

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.

Documento assinado eletronicamente

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Ho Yiu Cheng, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 19/09/2018, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 19/09/2018, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 20/09/2018, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 20/09/2018, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretária(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 20/09/2018, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



08/10/2018

SEI/MF - 1138237 - Parecer



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior**, Secretário(a) do Tesouro Nacional, em 20/09/2018, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1138237** e o código CRC **F3537005**.

Referência: Processo nº 17944.100680/2017-60

SEI nº 1138237



SEI/MF - 1140935 - Memorando

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri...

Memorando SEI nº 58/2018/GECEM I/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Município de Palmas (TO).

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102056/2018-88.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 429, de 12/09/2018, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Município de Palmas (TO).
2. Informamos que a Lei municipal nº 365, de 01/02/2017, concedeu ao Município de Palmas (TO) autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea 'b', e § 3º, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
 - a) Margem R\$ 547.889.333,25
 - b) OG R\$ 23.741.818,86
4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Município de Palmas (TO).
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria MF nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexos:

I - [Anexo MARGEM e OG] (SEI nº 1143507).

Atenciosamente,



SEI/MF - 1140935 - Memorando

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri...

Documento assinado eletronicamente

RAFAEL SOUZA PENA

Coordenador de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Souza Pena, Coordenador(a) de Suporte aos Haveres Financeiros**, em 17/09/2018, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1140935** e o código CRC **B346858C**.

Referência: Processo nº 17944.102056/2018-88.

SEI nº 1140935



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	6.685.000,00	6.685.000,00	0	871.627,96	871.627,96
2019	16.200.000,00	16.200.000,00	0	1.580.193,68	1.580.193,68
2020	16.000.000,00	16.000.000,00	0	2.418.857,72	2.418.857,72
2021	15.300.000,00	15.300.000,00	0	3.402.836,28	3.402.836,28
2022	6.685.000,00	6.685.000,00	0	4.065.891,31	4.065.891,31
2023	0	0	5.533.636,36	4.014.068,37	9.547.704,73
2024	0	0	5.533.636,36	3.697.320,16	9.230.956,52
2025	0	0	5.533.636,36	3.373.653,20	8.907.289,56
2026	0	0	5.533.636,36	3.050.927,97	8.584.564,33
2027	0	0	5.533.636,36	2.707.516,18	8.241.152,54
2028	0	0	5.533.636,36	2.308.150,48	7.841.786,84
2029	0	0	5.533.636,36	1.911.540,67	7.445.177,03
2030	0	0	5.533.636,36	1.527.246,23	7.060.882,59
2031	0	0	5.533.636,36	1.133.498,11	6.667.134,47
2032	0	0	5.533.636,36	730.027,23	6.263.663,59
2033	0	0	5.533.636,40	309.228,91	5.842.865,31
Total:	60.870.000,00	60.870.000,00	60.870.000,00	37.102.584,46	97.972.584,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Município de Palmas (TO)
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2017
MARGEM =	547.889.333,25
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	RREO

Balanço Anual (DCA) de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		159.800.857,66
1.1.1.2.02.00.00	IPTU	48.744.171,04
1.1.1.2.08.00.00	ITBI	18.011.255,12
1.1.1.3.05.00.00	ISSQN	93.045.431,50
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		413.092.237,64
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	35.835.247,00
1.7.2.1.01.02.00	FPM	239.720.425,09
1.7.2.1.01.05.00	ITR	161.043,81
1.7.2.2.01.01.00	ICMS	96.970.856,58
1.7.2.2.01.02.00	IPVA	40.202.906,15
1.7.2.2.01.04.00	IPI EXPORTAÇÃO (MUNICÍPIOS)	201.759,01
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	8.393.857,04
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.377.050,77
Margem		550.122.187,49

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		102.400.213,17
Total dos últimos 12 meses	IPTU	48.744.171,04
	ISS	35.832.791,00
	ITBI	17.823.251,13
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		480.718.569,57
Total dos últimos 12 meses	IRRF	92.943.667,07
	Cota-Parte do FPM	250.377.402,44
	Cota-Parte do ICMS	96.970.856,58
	Cota-Parte do IPVA	40.202.906,15
	Cota-Parte do ITR	161.043,81
	Transferências da LC nº 87/1996	62.693,52
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	20.852.398,72
	Serviço da Dívida Externa	
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.377.050,77
Margem		547.889.333,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Município de Palmas (TO)
MEMO SEI:	429, de 12/09/2018
RESULTADO OG:	23.741.818,86

Operação nº 1

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Corporação Andina de Fomento
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	60.870.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	3,8773
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	30/06/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	97.972.584,46
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2033
Qtd. de anos de reembolso:	16
Total de reembolso em reais:	379.869.101,73
Reembolso médio(R\$):	23.741.818,86



SEI/MF - 1107871 - Memorando

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri...

Memorando SEI nº 55/2018/GECEN I/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Município de Palmas (TO).

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102056/2018-88.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 412, de 04/09/2018, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Município de Palmas (TO).
2. Informamos que a Lei municipal nº 365, de 01/02/2017, concedeu ao Município de Palmas (TO) autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea 'b', complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
 - a) Margem R\$ 547.889.333,25
 - b) OG R\$ 23.210.663,10
4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Município de Palmas (TO).
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria MF nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexo:

I - [Anexo MARGEM e OG] (SEI nº 1108310).

Atenciosamente,



SEI/MF - 1107871 - Memorando

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri...

Documento assinado eletronicamente
DENIS DO PRADO NETTO
Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 06/09/2018, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1107871** e o código CRC **3E34A41C**.

Referência: Processo nº 17944.102056/2018-88.

SEI nº 1107871



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Município de Palmas (TO)
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2017
MARGEM =	547.889.333,25
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	RREO

Balanço Anual (DCA) de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		159.800.857,66
1.1.1.2.02.00.00	IPTU	48.744.171,04
1.1.1.2.08.00.00	ITBI	18.011.255,12
1.1.1.3.05.00.00	ISSQN	93.045.431,50
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		413.092.237,64
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	35.835.247,00
1.7.2.1.01.02.00	FPM	239.720.425,09
1.7.2.1.01.05.00	ITR	161.043,81
1.7.2.2.01.01.00	ICMS	96.970.856,58
1.7.2.2.01.02.00	IPVA	40.202.906,15
1.7.2.2.01.04.00	IPI EXPORTAÇÃO (MUNICÍPIOS)	201.759,01
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	8.393.857,04
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.377.050,77
Margem		550.122.187,49

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		102.400.213,17
Total dos últimos 12 meses	IPTU	48.744.171,04
	ISS	35.832.791,00
	ITBI	17.823.251,13
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		480.718.569,57
Total dos últimos 12 meses	IRRF	92.943.667,07
	Cota-Parte do FPM	250.377.402,44
	Cota-Parte do ICMS	96.970.856,58
	Cota-Parte do IPVA	40.202.906,15
	Cota-Parte do ITR	161.043,81
	Transferências da LC nº 87/1996	62.693,52
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	20.852.398,72
	Serviço da Dívida Externa	
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.377.050,77
Margem		547.889.333,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Município de Palmas (TO)
MEMO SEI:	412, de 04/09/2018
RESULTADO OG:	23.210.663,10

Operação nº 1

Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	60.870.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	3,8773
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	30/06/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	95.780.726,16
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2033
Qtd. de anos de reembolso:	16
Total de reembolso em reais:	371.370.609,54
Reembolso médio(R\$):	23.210.663,10



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	6.685.000,00	6.685.000,00	0	871.627,96	871.627,96
2019	16.200.000,00	16.200.000,00	0	1.580.193,68	1.580.193,68
2020	16.000.000,00	16.000.000,00	0	2.418.857,72	2.418.857,72
2021	15.300.000,00	15.300.000,00	0	3.402.836,28	3.402.836,28
2022	6.685.000,00	6.685.000,00	2.766.818,20	4.065.891,31	6.832.709,51
2023	0	0	5.533.636,36	3.827.352,86	9.360.989,22
2024	0	0	5.533.636,36	3.507.699,94	9.041.336,30
2025	0	0	5.533.636,36	3.180.848,24	8.714.484,60
2026	0	0	5.533.636,36	2.854.040,13	8.387.676,49
2027	0	0	5.533.636,36	2.506.941,09	8.040.577,45
2028	0	0	5.533.636,36	2.107.494,04	7.641.130,40
2029	0	0	5.533.636,36	1.710.294,22	7.243.930,58
2030	0	0	5.533.636,36	1.323.572,57	6.857.208,93
2031	0	0	5.533.636,36	927.350,78	6.460.987,14
2032	0	0	5.533.636,36	521.357,01	6.054.993,37
2033	0	0	2.766.818,20	104.368,33	2.871.186,53
Total:	60.870.000,00	60.870.000,00	60.870.000,00	34.910.726,16	95.780.726,16



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 21/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto: definição de procedimentos para verificação do cumprimento dos artigos 51, 52 e 54, todos da LRF, inciso XIII, art. 21 da RSF nº 43, de 2001, alínea 'e', inciso II, art. 10 da RSF nº 48, de 2007, e artigos 4º, 6º e 8º, todos da Portaria STN nº 896, de 2017.

Senhora Subsecretária,

1. Trata a presente Nota da definição de procedimentos a serem adotados por esta Secretaria para a verificação do cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito e para a concessão de garantia da União, quanto ao disposto nos artigos 51, 52 e 54, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), inciso XIII, art. 21 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, alínea 'e', inciso II, art. 10 da RSF nº 48, de 2007, e artigos 4º, 6º e 8º, todos da Portaria STN nº 896, de 31 e outubro de 2017.

2. Ressalte-se que os procedimentos para a verificação do cumprimento de que trata o § 3º, art. 48 da LRF, bem como do art. 27 da RSF nº 43, de 2001, serão tratadas em Nota Técnica a ser elaborada por esta Coordenação-Geral.

3. Os referidos procedimentos, em que não se inclui a verificação do disposto no art. 8º da Portaria STN nº 896, de 2017, estão, atualmente, definidos na Nota nº 41/2008-COPEM/STN, de 19 de janeiro de 2008, segundo a qual:

9. Considerando o exposto acima, por ocasião da instrução dos pedidos de autorização para contratar operações de crédito de Estados, Municípios e Distrito Federal, sugerimos que seja solicitada a homologação dos relatórios do SISTN relativos apenas aos dois últimos exercícios e ao exercício em curso, conforme proposto no § 7º desta nota. Registre-se que o procedimento proposto merecerá destaque quando da solicitação de documentação complementar; trará agilidade no processo de instrução de operações, não cria qualquer insegurança jurídica, atende aos requisitos legais e, por fim, não requer adaptações no Manual de Instrução de Pleitos – MIP.

4. Contudo, no interregno compreendido entre a elaboração da Nota em comento e esta data, ocorreram diversas modificações, tanto na legislação quanto nos sistemas utilizados para a coleta de dados contábeis e fiscais dos entes da Federação, engendrando a necessidade de revisão dos procedimentos de verificação do cumprimento dos itens de exigência relativos ao envio da Declaração de Contas Anuais (DCA) e dos Demonstrativos Fiscais.

5. Além disso, com fulcro no § 2º, art. 48 da LRF, o inciso V, art. 3º da Portaria STN nº 896, de 2017, incluiu a obrigatoriedade de inserção, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do conjunto de informações primárias de natureza contábil, orçamentária e fiscal utilizadas para geração automática de relatórios e demonstrativos de propósito geral, denominado Matriz de Saldos Contábeis – MSC.

6. Assim, em relação à legislação, foram efetuadas modificações na LRF, alterando o marco legal sobre o assunto, conforme segue:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=4604448&info_criacao=147
Página 49 de 258 Parte integrante do Avulso da MSF nº 112 de 2018.



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32.

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51.

§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput.

§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

7. A referida alteração na LRF deu ensejo à edição de outros normativos, como a Portaria STN nº 896, de 2017, e a Portaria STN nº 55, de 2018.

8. No que tange às modificações dos sistemas de informação, quando da edição da Nota nº 41/2008-COPEM/STN, utilizava-se, para o registro e divulgação dos relatórios de que trata o Capítulo IX da LRF e para o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa de que cuida o § 4º, art. 32, também da LRF, o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN). Contudo, tal Sistema, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, foi descontinuado em 28 de fevereiro de 2015.

9. Em substituição, esta Secretaria implementou o Siconfi, com o objetivo de proporcionar a automatização do recebimento de informações qualificadas e confiáveis, disseminar práticas de transparência pública e de controle social, bem como tornar-se instrumento voltado à modernização das práticas contábeis aplicadas no Setor Público nacional.

10. Diante do cenário apresentado, com fulcro no § 2º, art. 48 da LRF, segundo o qual os entes da Federação disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, esta Secretaria editou a Portaria STN nº 896, de 2017, que, entre suas disposições atinentes ao assunto de que trata esta Nota, determinou que:

Art. 1º A disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no exercício de 2018, observarão as regras acerca de formato, de periodicidade e de sistema definidos nesta Portaria.

Parágrafo único. Conforme definido no § 4º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a inobservância das regras desta Portaria impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=469444&infra_sis... 2/7



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

11. Essa mesma Portaria estabelece, em consonância com a LRF, os seguintes prazos para publicação dos documentos que trazem as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes federados:

Art. 4º O recebimento das contas anuais na forma do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 será efetuado pelo Siconfi mediante o preenchimento da DCA, sem prejuízo do disposto no art. 8º desta Portaria.

(...)

§ 4º Para o envio da DCA, aplicam-se os prazos previstos no § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, quais sejam:

I – municípios, até trinta de abril;

II – estados e Distrito Federal, até trinta e um de maio.

(...)

Art. 6º Conforme os prazos de publicação a que se referem o caput do art. 52 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão inseridas, obrigatoriamente, no Siconfi:

I - pelo Poder Executivo de cada ente da Federação, as informações do RREO até trinta dias após o encerramento de cada bimestre;

II - por todos os Poderes e Órgãos dos entes da Federação elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e pelas defensorias públicas, as informações do RGF até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

(...)

§ 3º Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem, nos termos do art. 63 da Lei Complementar nº 101, de 2000, pela publicação semestral do RGF e dos demonstrativos do RREO previstos no art. 53 da mesma Lei, deverão registrar essa opção no Siconfi para o exercício pretendido e inserir os dados até trinta dias após o encerramento de cada semestre.

(...)

Art. 8º Os entes da Federação encaminharão para a STN, mensalmente, a MSC gerada a partir do leiaute definido para o exercício de 2018 conforme Anexo II desta Portaria.

§ 1º Os entes da Federação encaminharão a MSC até trinta dias após o mês de referência.

§ 2º A disponibilização dos dados e informações contábeis, orçamentárias e fiscais por meio do leiaute definido para a MSC conforme Anexo II desta Portaria, será obrigatória para:

I – a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios das capitais dos estados: a partir de janeiro de 2018;

II – os municípios que possuem regimes próprios de previdência, com exceção dos municípios das capitais dos estados: a partir de julho de 2018; e

III – os demais municípios não abrangidos nos incisos I e II: a partir de janeiro de 2019.

12. Quanto à forma de verificação do cumprimento do prazo para a disponibilização das citadas informações, considerando que o disposto no parágrafo único, art. 1º da Portaria STN nº 896, de 2017, estabelece que a inobservância das regras da referida Portaria impedirá que o ente da Federação receba tanto transferências voluntárias, quanto contrate operações de crédito, entende-se possível que se adotem as mesmas regras aplicáveis ao exame de adimplência para recebimento de transferências voluntárias à verificação do cumprimento dessas obrigações para fins de contratação de operações de crédito.

13. A verificação dos requisitos para o recebimento de transferências voluntárias, conforme Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, poderá ser realizada por meio do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) que, nos termos da Instrução Normativa STN nº 1, de 6 de outubro de 2017, espelha informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, discriminadas na Instrução Normativa em questão.

14. As condições para a realização das transferências voluntárias estão estabelecidas no art. 22 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, que, acerca da disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, dispõe, no inciso XIX desse mesmo artigo, que:

Art. 22. São condições para a celebração de instrumentos, a serem cumpridas pelo conveniente, conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas demais normas aplicáveis:

(...)



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

XIX - disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos em normativo específico do órgão central de contabilidade da União, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, alterado pela Lei Complementar nº 156, de 2016, incluindo: (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 451, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017).

- 1. Relatórios de Gestão Fiscal – RGF;*
- 2. Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO;*
- 3. Declarações das Contas Anuais – DCA;*
- 4. Matrizes de Saldos Contábeis – MSC; e*
- 5. Atualizações e alterações posteriores de formato definido no referido ato normativo vigente.*

15. A forma de verificação desses itens está disciplinada, atualmente, nos incisos I a IV, art. 2º da Portaria STN nº 55, de 18 de janeiro de 2018, nos seguintes termos:

Art. 2º O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi realizará, de forma automática e segundo os dados enviados pelos entes da Federação a atualização dos seguintes itens do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC:

I – Item 3.1 - Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF;

II Item 3.2 - Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária- RREO;

III - Item 3.3 - Encaminhamento das Contas Anuais;

IV - Item 3.4 - Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis - MSC; e

(...)

§ 1º A adimplência do item descrito no inciso I será observada mediante a homologação no Siconfi de todos os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, do exercício em curso e do anterior, de cada um dos Poderes e órgãos elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, inclusive as defensorias públicas, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55, ou semestre, para os entes que cumpram os requisitos e façam a opção prevista no art. 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000, com validade até a data-limite da homologação referente ao período subsequente.

§ 2º A adimplência do item descrito no inciso II dar-se-á mediante a homologação no Siconfi de todos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, do exercício em curso e do anterior, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, em atendimento ao disposto nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com validade até a data limite da homologação referente ao período subsequente.

§ 3º A adimplência do item descrito no inciso III dar-se-á mediante a homologação no Siconfi da Declaração das Contas Anuais – DCA, relativas aos 5 (cinco) últimos exercícios, em atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverá ocorrer até as datas limite de 30 de abril do exercício subsequente, para os Municípios, e de 31 de maio do exercício subsequente, para Estados e Distrito Federal, na forma definida pelas normas gerais relacionadas à consolidação nacional, e por esfera de governo, editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 4º A adimplência do item descrito no inciso IV será observada pelo encaminhamento ao Siconfi das Matrizes de Saldos Contábeis – MSC, em periodicidade mensal, até o último dia do mês seguinte ao mês de referência relativas ao exercício em curso e aos 4 imediatamente anteriores.

(...)

§ 6º O encaminhamento mencionado no § 4º será aplicado a partir do exercício de 2018.

16. Conforme se verifica, a forma de comprovação da publicação dos demonstrativos estabelecida na Portaria STN nº 55, de 2018, é suficiente, quanto à abrangência e periodicidade, para a realização das atividades relacionadas à verificação dos limites e condições para a contratação de operações de crédito e para a concessão de garantia da União, tendo em vista que, além de atender ao disposto na Portaria STN nº 896, de 2016, garante que o ente da Federação pleiteante tenha publicado os relatórios necessários para realização de tais atividades.

17. Ademais, a utilização do CAUC para fins da verificação dos requisitos de que trata esta Nota atende ao que preceitua o disposto no inciso VI, parágrafo único, art. 2º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que determina a observância, nos processos administrativos, entre outros, de critérios de adequação

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=469444&infra_sis... 4/7



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

18. Dessa forma, exigir que se publiquem os demonstrativos informações e dados contábeis dos entes federados em abrangência e periodicidade superiores àquelas definidas na Portaria STN nº 55, de 2018, constituir-se-á em mero procedimento burocrático.

19. Além disso, a verificação da publicação do RGF por meio do CAUC é mais abrangente do que aquela disposta na Nota nº 41/2008-COPEM/STN, pois, enquanto nesta a verificação de publicação do referido relatório ocorre somente para o Poder Executivo, na forma disposta pela Portaria STN nº 55, de 2018, o ente somente estará adimplente quando ocorrer publicação de todos os Poderes e órgãos elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, inclusive as defensorias públicas, sendo, portanto, mais abrangente e consentânea com as normas e princípios trazidos pela LRF e demais normativos atinentes à matéria.

20. Diante de todo o exposto, propõe-se, para fins de verificação de que tratam os artigos 51, 52 e 54, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), inciso XIII, art. 21 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, alínea ‘e’, inciso II, art. 10 da RSF nº 48, de 2007, e 4º, 6º e 8º, todos da Portaria STN nº 896, de 2017, no âmbito da verificação do cumprimento de limites e condições para contratação de operações de crédito e para a concessão de garantia pela União, seja utilizado o extrato do CAUC, considerando que o ente da Federação pleiteante cumpra os citados dispositivos legais quando estiver em situação de adimplência com os itens do CAUC referentes a tais obrigações, revogando-se da Nota nº 41/2008-COPEM/STN, tendo em vista que os procedimentos nela descritos estão obsoletos em relação aos sistemas de informação hoje disponíveis, bem como à legislação vigente.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

Rodrigo Guanaes Cavalcanti

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

Carlos Renato do Amaral Portilho

Gerente da GEAPE

Documento assinado eletronicamente

Helena Cristina Dill

Gerente da GEPEX

Documento assinado eletronicamente

Bruno Galete Caetano de Paula

Gerente da GEPIN

Documento assinado eletronicamente

Alberto Cardoso

Gerente da GDATA

De acordo. À consideração do Sr. Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado eletronicamente

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=aparecer_documento?id_documento=122448&id_documento=122448&id_documento=122448

Página 53 de 258

Parte integrante do Avulso da MSF nº 112 de 2018.



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Sra. Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais.

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. Concorde com a adoção dos procedimentos descritos nesta Nota Técnica e convalido todos os atos praticados em data anterior à sua elaboração que estejam em conformidade aos entendimentos aqui esposados, bem como revogo a Nota nº 41/2008-COPEM/STN, de 19 de janeiro de 2008.

Documento assinado eletronicamente

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Renato do Amaral Portilho, Gerente**, em 07/03/2018, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Cardoso, Gerente**, em 07/03/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 1284386



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Guanaes Cavalcanti, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 07/03/2018, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Galete Caetano de Paula, Gerente**, em 08/03/2018, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 08/03/2018, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 08/03/2018, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 09/03/2018, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 12/03/2018, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=469444&infra_sis... 6/7



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0399593** e
o código CRC **F4D2A9F9**.

Referência: Processo nº 17944.101899/2018-67.

SEI nº 0399593





Nota Técnica nº 55/2014/COPEM/STN

Brasília, 30 de abril de 2014.

ASSUNTO: Verificação dos limites e condições de operações de créditos de municípios. Manutenção dos procedimentos referentes à verificação do cumprimento do inciso I do §1º do art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Portaria STN nº 86, de 17 de fevereiro de 2014.

1. Trata-se da verificação, por esta Secretaria, do atendimento, no âmbito da verificação do cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito, por parte dos municípios, do disposto no inciso I, § 1º, do art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segundo o qual os municípios deverão encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril. De acordo com o § 2º desse mesmo artigo, o descumprimento desse prazo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

2. O procedimento que vem sendo adotado para comprovar o atendimento ao citado dispositivo legal, era exigir que o ente encaminhasse um dos seguintes documentos:

- a) Original ou cópia autenticada em cartório do ofício constando o protocolo de encaminhamento das contas relativas ao exercício anterior à Secretaria de Fazenda do respectivo Estado; ou
- b) Impressão da certidão de entrega, quando a Secretaria de Fazenda do Estado disponibilizar sítio na internet; ou
- c) Atualização do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN com as informações previstas na Portaria STN nº 683/2011, pelo sítio da Caixa Econômica Federal – CAIXA (www.caixa.gov.br), sendo essa comprovação válida somente para os Municípios dos Estados que houvessem realizado convênio com a CAIXA para disponibilização de acesso ao SISTN e intercâmbio de dados e informações.

3. Entretanto, com a edição da Portaria STN Nº 86/2014, estabeleceram-se regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2014. Conforme esse normativo, o recebimento das contas anuais na forma do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000, referentes ao exercício de 2013, está sendo efetuado pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. As informações coletadas por meio deste sistema encontram-se disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>.

4. Dessa forma, e considerando que alguns Estados já haviam firmado convênio com a CAIXA para recebimento dos balanços anuais por meio do SISTN, e o fato de que o SICONFI, que o substituiu, já se encontra em funcionamento disponibilizando as informações mediante acesso eletrônico nas mesmas condições, uma alternativa seria a manutenção do procedimento agora pelo novo sistema. A rotina seria restrita aos estados que já recebem dados contábeis mediante informações do SISTN para comprovação de que o Município encaminhou cópia de suas contas ao Poder Executivo do respectivo Estado, conforme inciso I do §1º do art. 51 da LRF,



(Continuação de Nota Técnica n.º 55/2014/COPEM/STN, de 30 de abril de 2014) Página 2 de 3

para fins do disposto no §2º, também do art. 51 da LRF. Assim, a referida exigência estaria atendida no caso de o Balanço Anual apresentar o status de "Homologado" no SICONFI.

5. Ocorre, contudo, que existem algumas dúvidas sobre a real necessidade de se firmarem previamente novos convênios, agora diretamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, para que o procedimento possa ser continuado. Não se admitindo a continuidade do procedimento com aqueles estados que se utilizam do SISTN, a alternativa seria passar a exigir dos seus municípios declaração de protocolo de entrega da cópia do balanço em papel. Foram discutidas, nesse caso, as prováveis consequências dessa medida para os municípios e para a própria Secretaria do Tesouro Nacional. Os entes receberiam, de uma hora para outra, a suspensão do procedimento, obrigando os municípios a se deslocarem até a capital do estado para protocolar as mesmas informações, em papel, que já estão disponíveis na internet e previstas em convênio que não foi em nenhum momento denunciado pela STN. Após o protocolo, deverão entregar o documento original à instituição financeira para que este encaminhe mediante malote à STN, o que também acarretaria maior prazo de tramitação. Os estados da mesma forma, seriam surpreendidos com a mudança repentina de posição, muito provavelmente sem fazer uso daquelas informações agora disponibilizadas em papel. O projeto do SICONFI foi desenvolvido para aprimorar o processo de coleta dos dados. Foram planejadas diversas etapas de maneira a evitar dificuldades para os entes e os resultados têm sido favoráveis de acordo com relatos da área de contabilidade pública da STN. Assim, a não aceitação do procedimento de envio aos estados, sem qualquer comunicação ou negociação prévia com os estados poderia ser um fator de desgaste para a imagem da STN.

6. Diante do exposto, submetemos a presente Nota à apreciação do Senhor Secretário do Tesouro Nacional para manifestação quanto ao melhor procedimento a adotar:

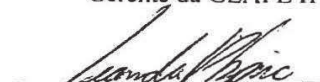
- a) continuidade da entrega de dados por meio do SICONFI em substituição ao SISTN, ainda que na ausência de convênio formal. Ressalte-se que, se um Estado manifestar-se a qualquer momento, de forma contrária à utilização das informações disponíveis no SICONFI, na condição de substituto do SISTN, esta Secretaria poderia passar a adotar, a partir desse momento, a comprovação de entrega nos termos definidos pela respectiva Secretaria de Finanças. No caso de se adotar tal procedimento, sugere-se o envio de Ofício-Circular nos termos da minuta anexa; ou
- b) o envio de ofício de exigência solicitando, até que seja firmado novo convênio com a STN, o envio do protocolo de entrega na Secretaria de Finanças estadual.

À consideração superior.


CARLOS RENATO DO AMARAL
PORTILHO
Gerente da GEAPE I


HO YIU CHENG
Gerente da GEAPE II

MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III


RODRIGO GUANES CAVALCANTI
Gerente da GEAPE IV

Leandro Enrique Pereira Espino
Gerente de Projeto da
GEAPE IV/COPEM/STN



EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI



(Continuação de Nota Técnica n.º 55/2014/COPEM/STN, de 30 de abril de 2014)

Página 3 de 3

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora da COPEM


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral da COPEM

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Considerando que o procedimento já adotado com o SISTN tem funcionado adequadamente e que o SICONFI, conforme relatado, não deverá apresentar solução de continuidade do ponto de vista operacional; que esta Secretaria deve manter a qualidade dos serviços prestados aos estados e municípios, e que a exigência de convênio para o propósito não foi esclarecida de forma definitiva, determino que se considere, para os estados que já haviam firmado convênio para acesso ao SISTN, como atendida a exigência quando o Balanço Anual apresentar o status de "Homologado" no SICONFI. Recomendo ainda que ajustes dessa natureza, de aspectos técnicos e operacionais, relacionados à entrada em funcionamento de sistemas desta Secretaria sejam sempre avaliados e implementados previamente, de maneira a evitar disfunções indesejadas.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional





Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar, 70048-900 - Brasília - DF - mip.stn@fazenda.gov.br

Ofício-Circular nº 1/2014/GABIN/STN/MF-DF

Brasília, 30 de abril de 2014.

Aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal

Assunto: Comprovação do cumprimento do disposto no § 1º, art. 51 da Lei Complementar 101/2000.

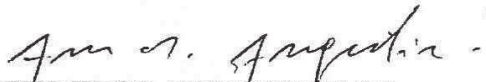
Prezado (as) Senhores (as),

1. Refiro-me ao § 1º do art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segundo o qual os municípios deverão encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril. De acordo com o § 2º desse mesmo artigo, o descumprimento desse prazo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
2. Em relação ao assunto, a Portaria STN Nº 86/2014 estabeleceu regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2014. Conforme esse normativo, o recebimento das contas anuais na forma do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000, referentes ao exercício de 2013, está sendo efetuado pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. As informações coletadas por meio deste sistema já encontram-se disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>.
3. Diante do exposto, considerando que o Estado já firmara convênio com a CAIXA para recebimento dos balanços anuais por meio do SISTN, e o fato de que o SICONFI, que o substituiu, já se encontra em funcionamento disponibilizando as informações mediante acesso eletrônico nas mesmas condições, esta Secretaria entende que a comprovação de que o Município encaminhou cópia de suas contas ao Poder Executivo do respectivo Estado, conforme inciso I do §1º do art. 51 da LRF, para fins do disposto no §2º, também do art. 51 da LRF, estará atendida quando o Balanço Anual apresentar o status de "Homologado" no SICONFI.
4. Caso esse Estado entenda que o SICONFI não atende, por qualquer razão, às necessidades para recebimento dos dados contábeis dos municípios e deseje estabelecer outro



mecanismo que não este disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, favor informar a esta Secretaria para que somente seja considerado atendida a obrigação após encaminhamento formal, por outros meios, conforme orientação da secretaria de finanças estadual.

Atenciosamente,


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional





ESTADO CONVENIENTE	ASSINATURA DO CONVÊNIO	VALIDADE DO CONVÊNIO
Amapá	06/12/2007	05/12/2012
Alagoas	31/07/2008	30/12/2010
Bahia	11/06/2008	10/06/2013
Ceará	18/06/2008	17/06/2013
Espírito Santo	21/07/2007	20/07/2012
Goiás	11/09/2007	10/09/2012
Maranhão	27/07/2007	26/07/2012
Mato Grosso do Sul	08/05/2007	07/05/2012
Minas Gerais	04/06/2008	03/06/2013
Pará	31/10/2007	31/10/2012
Paraíba	11/07/2007	11/07/2012
Pernambuco	25/07/2007	24/07/2012
Rio Grande do Norte	13/08/2008	12/08/2013
Rio de Janeiro	27/11/2007	26/11/2012
Roraima	08/10/2008	07/10/2013
Santa Catarina	03/05/2007	02/05/2012
São Paulo	23/08/2007	22/08/2012
Tocantins	13/09/2007	12/09/2012

Fonte: Ofício CALXA nº 0409/2010/GEAST, de 04/11/2010

Para a verificação dos Estados que firmaram convênio, acessar o SISTN, seguindo os seguintes passos:

1. Modificar a esfera de governo para estadual;
2. Clicar em Estado;
3. Clicar em Órgãos;
4. Escolher a unidade da federação e, posteriormente, Poder Executivo;
5. Detalhar o Poder Executivo.

Para o Estado que não possui o citado convênio, o analista deve exigir a comprovação mediante cópia simples (desde que possa ser feita comprovação de autenticidade pelo sítio) ou cópia autenticada em cartório do ofício de encaminhamento das contas relativas ao exercício anterior à Secretaria de Fazenda do respectivo Estado.

Assim, para os Estados que já tenham disponibilizado em seu sítio o rol dos municípios atualizados com a regra do inciso I do parágrafo 1º do art. 51 da LRF, tal comprovação poderá se realizar com a impressão da consulta ao referido sítio.

OBSERVAÇÃO

O sítio da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul permite imprimir a comprovação de encaminhamento das contas dos Municípios por meio do endereço www.che.sefaz.rs.gov.br/.

Do mesmo modo, é possível verificar a comprovação do encaminhamento das contas anuais dos municípios do Paraná por meio do endereço: www.gestaodinehiropublico.pr.gov.br/Gestao/responsabilidade/INTER_EmissaoCertidao.jsp





Nota n.º 436/2013 - STN/COPEM

Brasília (DF), 13 de junho de 2013.

- Parecer Técnico para pleitos destinados à realização de operações de crédito - inciso I, art. 21 da RSF nº 43/2001 e § 1º, art. 32 da LRF.

1. Fazemos referência ao inciso I, art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 e ao § 1º, art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratam da necessidade de o ente encaminhar ao pedido de verificação de limites e condições para a contratação de operação de crédito acompanhado de parecer de seu órgão técnico demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.
2. Ocorre que em muitos programas a serem financiados pelas operações de crédito pretendidas há dificuldade por parte dos entes da mensuração financeira dos benefícios gerados, tendo em vista as peculiaridades dos programas e projetos, tais como os de cunho social e de fortalecimento institucional. Podemos citar, também, como exemplo programas como o Caminho da Escola (aquisição de ônibus escolar), Provias (aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários), PROUCA (Programa Um Computador por Aluno), Saneamento e Pró-Moradia¹.
3. Observa-se também que ao exigir a demonstração da relação custo-benefício, os dispositivos legais referidos não definem a forma pela qual os benefícios devem ser mensurados, se quantitativamente ou qualitativamente.


¹ a) Caminho da Escola – itens financiáveis, conforme art. 9º-J da Resolução CMN nº 2.827/2001: veículos automotores de transporte coletivo, assim como embarcações, novos, de fabricação nacional, específicos para o transporte de alunos da educação básica das escolas públicas dos Estados e Municípios;
b) Provias – itens financiáveis, conforme art. 9º-K da Resolução CMN nº 2.827/2001: máquinas rodoviárias e equipamentos para pavimentação, chassi de caminhão, carrocerias e tratores, desde que customizados para atividades de intervenção viária;
c) PROUCA – itens financiáveis, conforme o BNDES e Resolução nº 17/2010 do Conselho Deliberativo do FNDE/MEC: computadores portáteis novos, com conteúdos pedagógicos, destinados ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem;
d) Saneamento Ambiental – contempla ações relacionadas a abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos, gestão de recursos hídricos, drenagem urbana sustentável, dentre outras;
e) Pró-Moradia – contempla ações relacionadas a: urbanização e regularização de assentamentos precários, produção e aquisição de conjuntos habitacionais e desenvolvimento institucional (gestão urbana e políticas públicas).




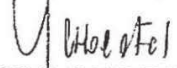
Continuação da Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/06/2013

4. Diante da dificuldade técnica na mensuração financeira dos benefícios, pelos motivos já expostos, bem como da correspondente ausência de definição legal desta mensuração, de forma a garantir o cumprimento da demonstração da relação custo-benefício, conforme inciso I, art. 21 da RSF nº 43/2001 e § 1º, art. 32 da LRF, sugerimos que o assunto seja encaminhado à apreciação do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.

À consideração superior.


JOÃO CARLOS FERREIRA
Gerente da GEAPE I

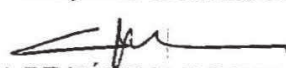

HO YIU CHENG
Gerente da GEAPE II


MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III


RODRIGO GUANAES CAVALCANTI
Gerente da GEAPE IV


EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI

De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

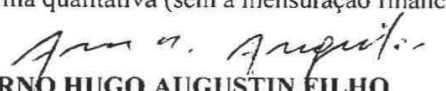
De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Tendo em vista o exposto, determino que o procedimento adotado pela COPEM seja de entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos quando o ente apresentar os benefícios de forma qualitativa (sem a mensuração financeira).


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional



Memorando SEI nº 5/2018/COREM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: **Consulta sobre análise da Capacidade de Pagamento, nos termos da Portaria MF nº 501/2017.**

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.101020/2018-87.

1. Complementarmente ao Memorando SEI nº 4/2018/COREM/SURIN/STN-MF, das análises de capacidade de pagamento feitas até agora segundo a metodologia da Portaria MF nº 501/2017:

- a) foram revistas as notas do Estado do Amazonas e dos Municípios de Manaus - AM e João Pessoa - PB;
- b) permanecem válidas as dos Municípios de Salvador - BA e Palmas - TO; e
- c) as demais análises não podem ser revistas neste momento porque os demonstrativos fiscais que seriam utilizados para fazer os acompanhamentos não foram publicados no Siconfi.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ

Coordenador-Geral da COREM substituto



Documento assinado eletronicamente por **Itanielson Dantas Silveira Cruz, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios Substituto(a)**, em 01/02/2018, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0323499** e o código CRC **8C95036A**.

Referência: Processo nº 17944.101020/2018-87.

SEI nº 0323499



Memorando SEI nº 6/2018/COREM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: **Consulta sobre análise da Capacidade de Pagamento, nos termos da Portaria MF nº 501/2017.**

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.101020/2018-87.

1. O art. 5º da Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 23 de novembro de 2017, estabelece que:

Art. 5º Os resultados das classificações de capacidade de pagamento feitas conforme disposto no art. 3º poderão ser revistos pela STN quando houver indícios de uma deterioração significativa da situação financeira do ente, por exemplo, quando o Estado, Município ou Distrito Federal sinalizar que deixou de atender ao requisito de elegibilidade do inciso I do art. 11, conforme acompanhamento a ser feito com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre, para o indicador de Poupança Corrente, e do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do 3º quadrimestre, para os indicadores de Endividamento e Liquidez.

2. Dessa forma, as análises da capacidade de pagamentos de Estados e Municípios feitas segundo a Portaria MF nº 501/17 podem ser revistas caso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre ou o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do 3º quadrimestre indiquem a perda da classificação A ou B. Nesse sentido, estão disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, os demonstrativos fiscais que são necessárias para fazer o acompanhamento das classificações de capacidade de pagamento feitas até hoje. A tabela a seguir demonstra os resultados do acompanhamento feito até o presente momento:

Ente	UF	Classificação	Data da nota	Nota SEI nº	Classificação Revista	Nota da revisão SEI
Amazonas	AM	B	26/12/2017	18/2017	C	06/2018
Manaus	AM	A	21/12/2017	16/2017	C	05/2018
Salvador	BA	B	21/12/2017	08/2017	B	-
João Pessoa	PB	B	21/12/2017	10/2017	C	04/2018
Hortolândia	SP	A	21/12/2017	14/2017	A	-
Palmas	TO	A	15/01/2018	03/2018	A	-

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ

Coordenador-Geral da COREM substituto



Documento assinado eletronicamente por **Itanielson Dantas Silveira Cruz**,
Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e

Memorando 6 (0331530) SEI 17944.101020/2018-87 / pg. 7





Municípios Substituto(a), em 06/02/2018, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0331530** e o código CRC **C527D4EE**.

Referência: Processo nº 17944.101020/2018-87.

SEI nº 0331530



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
Gerência de análise e acompanhamento Fiscal dos Estados, Distrito Federal e Municípios V

Nota Técnica SEI nº 3/2018/GEAFI V/COREM/SURIN/STN-MF

Assunto: **Capacidade de pagamento do município de Palmas/TO.**

Senhor(a) Coordenador-Geral da COPEM,

1. Encaminho anexa a nota técnica de avaliação da capacidade de pagamento do município de Palmas/TO.

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

LEONARDO LOBO PIRES

Coordenador-Geral da COREM



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lobo Pires, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios**, em 16/01/2018, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0282676** e o código CRC **2B7494E3**.

Referência: Processo nº 17944.100380/2018-61.

SEI nº 0282676



Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Em 15 de janeiro de 2018.

Assunto: Município Palmas (TO). Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501 de 23 de novembro de 2017, STN nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017.

1. O Município Palmas (TO) solicitou concessão de garantia da União para contratar operação de crédito externa com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos EUA) destinada a financiar parcialmente a execução do Programa de Requalificação Urbana – Palmas para o Futuro.
2. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio do Memorando SEI nº 11/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de janeiro de 2018, do Processo SEI nº 17944.100380/2018-61, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Município para a operação em referência, a fim de subsidiar a deliberação do Comitê de Análise de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional acerca da concessão de aval ou garantia da União à operação de crédito de interesse do Município.

I – METODOLOGIA DE ANÁLISE

3. A presente Nota de análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501 de 23/11/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049 de 13/12/2017. Nesse sentido, a classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

- I – Endividamento;
- II – Poupança Corrente; e
- III – Liquidez.

4. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, da Declaração de Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2016, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

5. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 1.049/2017. Os ajustes necessários à adequação das informações obtidas na forma do parágrafo

Nota Capacidade de pagamento de Palmas - TO (0282941)

SEI 17944.100380/2018-61 / pg. 3

Página 68 de 258

Parte integrante do Avulso da MSF nº 112 de 2018.



Pg. nº 2 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

anterior aos conceitos e definições aplicáveis ao processo de análise da capacidade de pagamento estão descritos no Anexo desta Nota.

6. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.

Assinado



Pg. nº 3 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança Corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

7. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501 de 23/11/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	B
B	A	A	
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

II – RESULTADO E ENCAMINHAMENTOS

8. A classificação final da capacidade de pagamento do Município Palmas (TO) é “A”.

9. Conforme Portaria STN nº 763/15, compete ao Comitê de Análise de Garantias (CGR) as avaliações técnicas dos pleitos de concessão de garantia. E, nos termos do regimento interno do Comitê de Análise de Garantias (CGR), aprovado pela Portaria STN nº 109, de 25 de fevereiro de 2016, compete à COREM a “análise da capacidade de pagamento e do risco de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art. 6º) e manifestar voto e posicionar-se em relação aos itens da pauta do CGR (art. 28 a 30).

10. Visando subsidiar deliberação do CGR, o posicionamento (ou voto) da COREM é que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos mesmos termos do disposto no art. 10 da MF nº 501 de 23/11/17, desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.

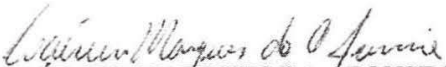
Assinatura



Pg. nº 4 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

11. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

À consideração superior.


LAÉRCIO MARQUES DA AFONSECA
JUNIOR
Gerente de Projeto GEAFI V

De acordo. Encaminhe-se à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.


LEONARDO LOBO PIRES
Coordenador-Geral da COREM



Pg. nº 5 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

ANEXO À NOTA SEI Nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da capacidade de pagamento, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/2017, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017.

Cálculo da Classificação da Capacidade de Pagamento

2. O cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito do Município foi realizado tendo por base os dados referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, da Declaração de Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2016, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.
3. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017 as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

Indicador I – Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Dívida Consolidada Bruta

4. A **Dívida Consolidada Bruta** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
5. Conforme “Anexo 02 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 a Dívida Consolidada Bruta do Município era de R\$137.498.248,07

Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

6. A **Receita Corrente Líquida (RCL)** corresponde às receitas correntes deduzidas da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.
7. Conforme “Anexo 02 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 a Receita Corrente Líquida do Município era de R\$913.125.188,85.
8. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de endividamento, bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 1.049/2017.



Pg. nº 6 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
DC	R\$137.498.248,07	15,06%	A
RCL	R\$913.125.188,85		

havin



Pg. nº 7 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Despesas Correntes - DCO

9. O item **Despesas Correntes** corresponde aos gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Desconsidera as perdas líquidas com o FUNDEB.

Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

10. O item **Receitas Correntes Ajustadas** corresponde às receitas orçamentárias, receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Deverão ser incluídas as receitas correntes intraorçamentárias, o retorno dos recursos do FUNDEB e deduzidas as restituições de receitas, a dedução da receita para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.
11. Dados os valores de Despesas Correntes e Receitas Correntes Ajustadas apresentados acima, a tabela a seguir demonstra o cálculo do indicador Poupança Corrente, além da classificação parcial do indicador, obtidos conforme §3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	2014	2015	2016	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
PESO	0,2	0,3	0,5	85,71%	A
DCO	R\$684.628.097,21	R\$759.620.115,74	R\$843.068.235,20		
RCA	R\$819.865.080,40	R\$851.200.926,75	R\$997.918.674,88		



Pg. nº 8 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta

12. O item **Obrigações Financeiras** corresponde às obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
13. O item **Disponibilidade de Caixa Bruta** corresponde aos ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
14. Os valores apurados para o cálculo do indicador de Liquidez estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS
Obrigações Financeiras (OF)	R\$32.435.362,76
Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)	R\$37.622.477,51

15. Não foram realizados ajustes nesse item.

16. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de liquidez (IL), bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
OF	R\$32.435.362,76	86,21%	A
DCB	R\$37.622.477,51		



Pg. nº 9 de 9 da Nota SEI nº 03/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15/01/2018.

Classificação Final da Capacidade de Pagamento

17. A tabela a seguir demonstra as classificações parciais dos três indicadores utilizados para a classificação final da capacidade de pagamento. Conforme dispõe o art. 3º da Portaria STN nº 1.049/2017, o Município Palmas (TO) obteve a classificação A.

INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Endividamento (DC)	A	A
Poupança Corrente (PC)	A	
Liquidez (IL)	A	

Carimbo



08/10/2018

SEI/MF - 0259547 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 147/2017/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto: Conclusão do processo de negociação - Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Município de Palmas e a Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 60.870.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro

1. Trata a presente nota sobre a conclusão do processo de negociação das minutas contratuais relativas à operação de crédito externo (com garantia da União) do Município de Palmas - TO com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos EUA), cujos recursos serão destinados ao Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro.

2. Inicialmente, cabe informar, que a autorização para a referida negociação foi dada por meio do Ofício nº 1368/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 09/11/2017 (Doc. 0157268), com base na Nota Técnica nº 114/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (Doc. 0152279).

3. A citada negociação ocorreu e foi concluída no dia 07/12/2017, na sede brasileira da Corporação Andina de Fomento, em Brasília. As condições financeiras da operação elencadas abaixo, constantes da minuta do contrato de empréstimo (Doc. 0239710), serão as seguintes:

- **Credor:** Corporação Andina de Fomento
- **Valor da operação:** US\$ 60.870.000,00
- **Modalidade:** Investimento
- **Prazo de desembolso:** 48 meses
- **Prazo total:** 180 meses
- **Carência:** 54 meses
- **Amortização:** 126 meses. A primeira data de amortização será após 54 meses contados a partir da data de assinatura do contrato
- **Juros:** Libor de 6 meses mais spread a ser definido na data de assinatura do contrato. Atualmente o spread se encontra em 1,90% a.a, sendo que nos primeiros 8 anos a CAF se obriga a financiar 0,15% a.a resultando num spread de 1,75% a.a, durante esse período
- **Juros de mora:** 2,0% a.a. acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo
- **Outras despesas:** Comissão de compromisso: 0,35% a.a. aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo; Comissão de financiamento: 0,85% aplicados sobre o montante do empréstimo; e Gastos de avaliação: US\$ 50.000,00

4. De acordo com a minuta do contrato de empréstimo, as condições financeiras terão validade de 6 meses, contados a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF. Caso o contrato não seja assinado pelas partes nesse período, as condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF.

ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

5. As minutas finais dos contratos de empréstimo e de garantia estão de acordo com as cláusulas usualmente aceitas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN em contratos com organismos multilaterais de crédito.

6. No que diz respeito especificamente à cessão de direitos e securitização, não há menção explícita quanto à possibilidade de securitização da operação na minuta do Contrato de Empréstimo. A respeito desse assunto, cabe registrar que o Grupo Estratégico do Comitê de Garantias deliberou em sua 4ª Reunião Ordinária que "é vedada a securitização de operações de crédito que contem com a garantia da União. Entretanto, conforme indicado na referida Nota Técnica, a vedação não se aplica aos empréstimos concedidos por organismos multilaterais, uma vez que os custos obtidos nestas operações são

Página 77 de 258

Parte integrante do Avulso da MSF nº 112 de 2018.



08/10/2018

SEI/MF - 0259547 - Nota Técnica

significativamente inferiores aos praticados pela República, não se configurando um risco à curva de juros soberana. Ressalta-se, entretanto, que a referida excepcionalidade pode ser revista, a qualquer tempo, a depender das condições de mercado".

OUTRAS OBSERVAÇÕES

7. No dia 07 de junho de 2017, foi publicado o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, que dispõe sobre a nova composição e competências da COFIEIX. Além das mudanças na composição e competências, o normativo revogou o artigo 98 do Decreto 93.872/86. O artigo 98 regulamentava a manifestação da STN e qualquer operação de crédito externo ou concessão de garantia a crédito da mesma origem não poderia ser formalizado sem o pronunciamento prévio da STN, quanto à oportunidade e conveniência da contratação ou viabilidade da concessão da garantia, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e sobre os aspectos legais da operação. Dessa forma, não haverá mais necessidade de manifestação da STN no Registro de Operação Financeira. Cumpre ressaltar que, até a presente data, ainda não foram definidos os novos procedimentos a respeito do registro da operação no Banco Central do Brasil.

8. Diante do exposto, tendo em vista que a referida operação foi autorizada com base nos novos procedimentos adotados para autorização da negociação, nos termos da Nota Técnica nº 52/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/07/2017 (Doc. 0152470), e que não houve análise prévia dos limites e condições do ente, deverá ser encaminhado Ofício ao ente solicitando atualização da documentação necessária para dar prosseguimento à análise da operação, nos termos da Resolução 43/2001 e demais requisitos legais.

À consideração superior.

Arthur Batista De Sousa
Auditor Federal De Finanças E Controle

Yohana Valeria Zavattiero Tognolo
Gerente da GEPEX, Substituta

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral.

Helena Cristina Dill
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios, Substituta

De acordo.

Renato da Motta Andrade Neto
Coordenador-geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Batista de Sousa, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 29/12/2017, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Yohana Valeria Zavattiero Tognolo, Gerente**, em 29/12/2017, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Coordenador(a)**, em 02/01/2018, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais Substituto**, em 03/01/2018, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



08/10/2018

SEI/MF - 0259547 - Nota Técnica



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0259547** e o código CRC **F0770F9E**.

Referência: Processo nº 17944.100680/2017-60.

SEI nº 0259547

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**ENTRE A****CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO****E O****MUNICÍPIO DE PALMAS****CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO**

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a **Corporação Andina de Fomento**, doravante denominada CAF, representada neste ato por seu Diretor Representante no Brasil, Senhor Víctor Manuel Silvestre Rico Frontaura, devidamente autorizado, por uma Parte; e por outra parte, o **Município de Palmas**, Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil, doravante denominado "Mutuário", representado neste ato pelo(a) Senhor(a) [•], na qualidade de Chefe do Poder Executivo, devidamente autorizado(a), nos termos e condições a seguir expostos:

Declarações

1. Considerando que o Mutuário solicitou à CAF um empréstimo para financiar parcialmente o "Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro", doravante denominado "Programa".
2. Considerando que a CAF considerou que o Programa é elegível para o financiamento e, conseqüentemente, consentiu em aprovar o empréstimo em favor do Mutuário, sujeito aos termos e condições estipulados no presente documento.
3. Considerando que as obrigações financeiras do Contrato serão garantidas solidariamente pela República Federativa do Brasil, doravante denominada "Garantidor", em conformidade com o Anexo C ("Contrato de Garantia").

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato de Empréstimo e sujeito às condições nelas estabelecidas, a CAF se compromete a emprestar ao Mutuário, sob a forma de mútuo, o montante indicado na Cláusula Segunda, e o Mutuário o aceita com a obrigação de utilizá-lo exclusivamente para financiar o Programa a ser executado no Município de Palmas, bem como a amortizá-lo nas condições pactuadas neste Contrato de Empréstimo.

*FW**decom**Publico*

CLÁUSULA SEGUNDA: Montante do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato, o empréstimo que a CAF concede ao Mutuário será de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil Dólares).

CLÁUSULA TERCEIRA: Prazos do Contrato de Empréstimo

O empréstimo terá um prazo total de 15 (quinze) anos, incluído o Prazo de Carência de 54 (cinquenta e quatro) meses, contado a partir da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: Aplicação dos Recursos do Programa

O Mutuário concorda expressamente que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar unicamente gastos do Programa, incluindo os seguintes itens: (i) obras viárias, drenagem urbana, iluminação pública, obras e ações ambientais, supervisão técnica, ambiental e social; (ii) estudos e projetos, apoio à UGP e auditoria externa; e (iii) a comissão de financiamento e os gastos de avaliação do empréstimo CAF.

O Programa está descrito de forma detalhada no Anexo "B", parte integrante do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: O "Órgão Executor"

As funções do Órgão Executor, conforme indicadas no Anexo "A", ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos ("SEISP"), ou outro órgão que vier a sucedê-la com atribuições similares, por intermédio da estrutura técnico-administrativa coordenada pela Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP).

CLÁUSULA SEXTA: Prazos para Solicitar Primeiro e Último Desembolsos dos Recursos do Empréstimo

O Mutuário terá um prazo de até 6 (seis) meses para solicitar o primeiro desembolso, e de até 48 (quarenta e oito) meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Condições Especiais de Desembolso dos Recursos do Empréstimo

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento, por parte do Mutuário, das condições estabelecidas na Cláusula 5 do Anexo "A" e das condições especiais abaixo, de forma que a CAF considere satisfatória:

A. Prévia ao primeiro desembolso:

Apresentar à CAF cópia do documento legal de criação da UGP e da sua estrutura.



B. Prévias ao início dos desembolsos para cada obra, grupo de obras e/ou serviços, conforme corresponda:

Apresentar à CAF:

1. O Manual Operativo do Programa ("MOP").
2. Apresentar o edital de licitação com as condições para a contratação da obra, incluindo as especificações técnicas gerais e particulares. Para as obras que se encontrarem em execução, apresentar um relatório da situação atual em termos de avanço físico e financeiro, o orçamento e o cronograma de desembolsos atualizado.
3. Cópia do contrato celebrado com a empresa que realizará a supervisão técnica, ambiental e social ou, na sua falta, evidência, a satisfação da CAF, de que o Órgão Executor dispõe dos sistemas e mecanismos próprios para atender a gestão de controle e acompanhamento dos contratos, incluindo os aspectos ambientais e sociais, indicando a estrutura administrativa, bem como os recursos humanos, materiais e os equipamentos que serão utilizados para a execução dessas tarefas.
4. As respectivas homologações emitidas pelo Mutuário nas quais conste que cada uma das contratações no âmbito do Programa está em conformidade com a legislação brasileira vigente relativa a licitações e contratações com a administração pública. Apresentar cópia das publicações realizadas, das atas de avaliação de ofertas, das atas de adjudicação, e dos contratos.
5. Evidência da disponibilidade dos serviços de segurança viária em uma das seguintes modalidades: (i) no âmbito da supervisão de obras; (ii) por profissional habilitado independente; ou (iii) por profissional especializado do quadro da prefeitura. Esse profissional não poderá ter participado da elaboração do respectivo projeto de obra.
6. Cópia das autorizações ambientais vigentes, estabelecidas na legislação nacional e aplicáveis ao Programa.

C. Prévias ao início de cada uma das obras ou grupo de obras:

Apresentar à CAF:

1. O projeto de engenharia, incluindo aspectos de segurança viária, quando corresponda.
2. Plano de desapropriação e reassentamento que inclua: (i) quantificação de imóveis e famílias afetadas (residências, comércios e indústrias); (ii) previsão de compensações e/ou indenizações; e (iii) mecanismos de resolução de conflitos e comunicação em caso de reclamações, quando corresponda.
3. Ações de gestão das interferências, tais como: redes de distribuição de água, de esgotamento sanitário, de energia elétrica, drenagem urbana e serviços de telecomunicação, entre outros.
4. Medidas de gerenciamento do tráfego nas áreas de influência das obras para minimizar o impacto dos serviços aos usuários.
5. Planejamento da implementação das redes de água potável e esgoto nas áreas que não possuem cobertura completa desses serviços, no âmbito do Programa, demonstrando, pelo menos, cronograma e orçamento para sua execução.
6. No caso das ciclovias, a solução escolhida no marco das diretrizes ou lineamentos vigentes.

[Handwritten signatures and initials]



D. Durante o período de desembolsos:

Apresentar à CAF:

1. No prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro desembolso, evidência de que foi iniciado o processo de contratação de uma empresa de auditoria independente com reconhecida capacidade técnica, encarregada de realizar a auditoria do Projeto. A auditoria deverá incluir a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, do uso dos recursos do Projeto e dos processos de contratação, que deverão obedecer à legislação aplicável vigente.
 2. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do primeiro desembolso, os Termos de Referência para a contratação do "Plano Diretor de Mobilidade Urbana Sustentável".
 3. No prazo de 60 (sessenta) dias posteriores ao último pagamento de cada obra, evidência do início das gestões para a obtenção da licença ambiental de operação, ou outras autorizações, conforme a legislação local.
 4. Evidência de que: (i) durante o segundo semestre de cada ano, foram incluídos os aportes locais para o programa no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano seguinte; e (ii) dentro dos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano, apresentar as dotações orçamentárias aprovadas na LOA para o exercício em curso.
 5. Ao atingir 80% (oitenta por cento) dos desembolsos de recursos do empréstimo, um plano de manutenção preventivo, rotineiro e corretivo das obras financiadas pela CAF.
 6. Apresentar para consideração da CAF, previamente à sua execução, qualquer modificação no objeto, custo ou prazo das ações financiadas com recursos do empréstimo CAF.
 7. Evidência de que está sendo cumprida oportunamente a disponibilidade de recursos de contrapartida local de acordo ao *pari passu* estabelecido no quadro de custo e financiamento do Programa. Esta certificação será verificada nos momentos em que o acumulado de desembolsos do empréstimo CAF alcance 30% (trinta por cento), 60% (sessenta por cento) e 90% (noventa por cento) do seu total.
 8. Os seguintes relatórios de avanço do Programa de acordo com os formatos e o conteúdo mínimo que se indique no MOP, a saber:
 - Inicial.** No prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro desembolso do empréstimo, com os conteúdos indicados no MOP, incluindo os aspectos ambientais e sociais, o Plano de Arborização do Município e a evidência de que a UGP está em operação.
 - Semestral.** No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do dia 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.
 - Anual.** No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir do início do ano calendário, o relatório de auditoria externa, correspondente ao ano imediatamente anterior.
 - Final.** No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data do último desembolso de recursos CAF, apresentar o relatório final, incluindo os aspectos ambientais e sociais e de segurança viária.
- Outros específicos.** Outros relatórios sobre aspectos específicos relacionados com o Programa que a CAF solicite durante a vigência do Contrato de Empréstimo.



CLÁUSULA OITAVA: Reembolso de Investimentos e Gastos. Reconhecimento de Recursos de Contrapartida.

A CAF, a pedido do Mutuário e/ou do Órgão Executor poderá realizar o reembolso de investimentos e gastos do Programa efetuados com recursos próprios a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF (11 de agosto de 2017) até a data do primeiro desembolso, conforme o orçamento do Programa. Esse reembolso não poderá exceder 20% (vinte por cento) do total do empréstimo, e será utilizado exclusivamente para reembolsar investimentos e gastos elegíveis pela CAF, correspondentes a obras e serviços executados que sejam parte do Programa. (Quadro de Usos e Fontes do Programa – Anexo “B”). Para estudos e projetos de pré-investimento do Programa, o reembolso poderá ser realizado para investimentos e gastos efetuados a partir de 18 (dezoito) meses antes da aprovação da CAF.

Adicionalmente, o Mutuário e/ou o Órgão Executor poderá solicitar à CAF o reconhecimento de investimentos e gastos considerados elegíveis como recursos de contrapartida local executados em obras do Programa realizadas a partir de 6 (seis) meses anteriores à data de recomendação do financiamento pela COFIEIX, de 3 de maio de 2016, até a data do primeiro desembolso do empréstimo.

CLÁUSULA NONA: Amortização do Empréstimo

O empréstimo será amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de parcelas semestrais, consecutivas e preferencialmente iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas. O pagamento da primeira parcela semestral de amortização do principal efetuar-se-á aos 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato.

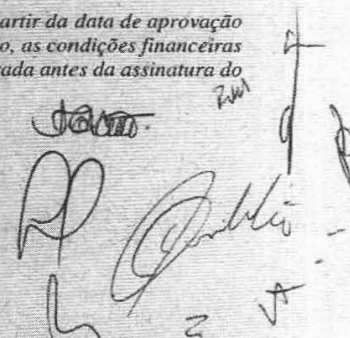
Havendo qualquer atraso no pagamento das parcelas de amortização antes mencionadas, a CAF terá direito de cobrar Juros de Mora, sem prejuízo de suspender as obrigações a seu cargo e/ou declarar vencimento antecipado do presente empréstimo, de acordo com o disposto nas Cláusulas 16 e 18 do Anexo “A”.

CLÁUSULA DÉCIMA: Juros¹

a) O Mutuário obriga-se a pagar semestralmente à CAF os juros sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses, aplicável ao período de juros, mais a margem de 1,90% (um vírgula noventa por cento).

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido na Cláusula Décima Primeira das Condições Particulares de Contratação e no item 6.1, da Cláusula 6, do Anexo “A”.

¹ As condições financeiras do presente contrato terão validade de 6 meses, contados a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF. Caso o contrato não seja assinado pelas partes nesse período, as condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).



- (b) Para o caso de mora, o Mutuário obriga-se a pagar à CAF, além dos juros estabelecidos no item anterior, 2,0% (dois por cento) anuais.

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido no item 6.2, da Cláusula 6, do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Financiamento Compensatório²

Durante o período de 8 (oito) anos contados a partir da data de início da vigência do presente Contrato, a CAF se obriga a financiar 15 (quinze) pontos básicos anuais da taxa de juros estabelecida na Cláusula Décima. Dessa forma, a margem citada no item (a) da Cláusula anterior corresponderá a 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) anuais. Esse financiamento será realizado com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório. O prazo mencionado poderá ser ampliado, sujeito às disponibilidades desse Fundo e a critério da CAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Comissão de Compromisso³

O Mutuário pagará à CAF uma comissão denominada "Comissão de Compromisso", por colocar à disposição do Mutuário o crédito especificado na Cláusula Segunda. Essa comissão será equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em Dólares, no vencimento de cada parcela semestral, até o momento em que cesse tal obrigação, segundo o disposto no último parágrafo desta Cláusula.

A comissão será calculada em dias corridos, com base num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

A comissão será devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do presente Contrato de Empréstimo e cessará, no todo ou em parte, na medida em que:

- (i) tenha sido desembolsada parte ou a totalidade do empréstimo; ou
- (ii) tenha ficado total ou parcialmente sem efeito a obrigação de desembolsar o empréstimo, de acordo com as Cláusulas 4, 14 e 16 do Anexo "A"; ou
- (iii) tenham sido suspensos os desembolsos por causas não imputáveis às Partes, conforme a Cláusula 17 do Anexo "A".

² As condições financeiras do presente contrato terão validade de 6 meses, contados a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF. Caso o contrato não seja assinado pelas partes nesse período, as condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).

³ As condições financeiras do presente contrato terão validade de 6 meses, contados a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF. Caso o contrato não seja assinado pelas partes nesse período, as condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Comissão de Financiamento⁴ e Gastos de Avaliação

a) O Mutuário pagará à CAF somente uma vez uma comissão denominada "Comissão de Financiamento" pela concessão do empréstimo. Essa comissão será equivalente a 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) do montante indicado na Cláusula Segunda do presente Contrato, e será devida a partir do início da vigência deste Contrato de Empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado, em Dólares, no mais tardar, quando se realize o primeiro desembolso do empréstimo.

b) Além disso, o Mutuário pagará diretamente à CAF a soma de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil Dólares) a título de gastos de avaliação. O pagamento dos gastos de avaliação deverá ser efetuado em Dólares no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Publicidade

O Mutuário coordenará com a CAF a inclusão do nome e do logotipo que a identifique em todos os cartazes, avisos, anúncios, placas, publicações ou qualquer outro meio de divulgação do Programa, ou nos documentos convocatórios relativos à licitação pública de obras ou serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Garantia

Simultaneamente a este Contrato, a CAF e o Garantidor assinam um Contrato de Garantia (Anexo "C"), em que são garantidas todas as obrigações relativas ao pagamento do serviço da dívida (principal, juros e comissões) contraídas pelo Mutuário no presente Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Comunicações

Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as Partes, relacionados ao presente Contrato, deverá efetuar-se por escrito e será considerado efetivo ou enviado por uma das Partes à outra, quando entregue por qualquer meio usual de comunicação, exceto no caso de arbitragem, que deverá ocorrer mediante recibo de notificação aos respectivos endereços a seguir:

À CAF

Endereço:

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
SAF Sul, Quadra 02, Lote 04
Edifício Via Esplanada – sala 404
CEP: 70070-600
Tel.: + 55 (61) 2191.8600

⁴ As condições financeiras do presente contrato terão validade de 6 meses, contados a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF. Caso o contrato não seja assinado pelas partes nesse período, as condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).



Ao Mutuário

Endereço: Prefeitura Municipal de Palmas
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência de Corporação Andina de Fomento
1212, Sul Avenida LO 27 Esquina com Avenida NS 10, s/n
CEP 77.024-540 Palmas-TO
Tel: +55 (63) 2111-0616
E-mail: cafpalmas.to@gmail.com

Prefeitura Municipal de Palmas – Gabinete do Prefeito
Quadra 104 Norte, Avenida JK
Edifício Via Nobre Empresarial - Lote 28 A – 8º Andar
CEP 77.066-014 Palmas-TO
Tel: +55 (63) 2111-7131/2525/2501
E-mail: gabineteprefeito@palmas.to.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Cópia de Correspondência

A CAF e o Mutuário enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução do Programa para:

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", 5º Andar
CEP-70040-906 Brasília - Distrito Federal- Brasil
Tel Nº +55 (61) 2020.4292
E-mail: seain@planejamento.gov.br

A CAF e o Mutuário enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução financeira do Programa para:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 8º Andar, sala 803
CEP-70040-900 Brasília - Distrito Federal - Brasil
Tel Nº + 55 (61) 3412.2842
E-mail: apoioconf.df.pgfn@pgfn.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A
1º Andar, Sala 121
Brasília – DF- Brasil
CEP 70048-900.



Tel No. + 55 (61) 3412.3518

E-mail: codiv.df.stn@tesouro.gov.br

A CAF enviará cópia de toda correspondência relativa à execução do Programa para:

Endereço: Prefeitura Municipal de Palmas
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência de Corporação Andina de Fomento
1212, Sul Avenida LO 27 Esquina com Avenida NS 10, s/n
CEP 77.024-540 Palmas-TO
Tel: +55 (63) 2111-0616
E-mail: cafpalmas.to@gmail.com

Prefeitura Municipal de Palmas
Gabinete do Prefeito
Quadra 104 Norte, Avenida JK
Edifício Via Nobre Empresarial - Lote 28 A - 8º Andar
CEP 77.066-014 Palmas-TO
Tel: +55 (63) 2111-7131/2525/2501
E-mail: gabineteprefeito@palmas.to.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Modificações

Toda modificação que se incorpore às disposições deste Contrato deverá ser feita de comum acordo entre a CAF, o Mutuário e o Garantidor por meio de carta ou de aditivo, a critério da CAF.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Arbitragem

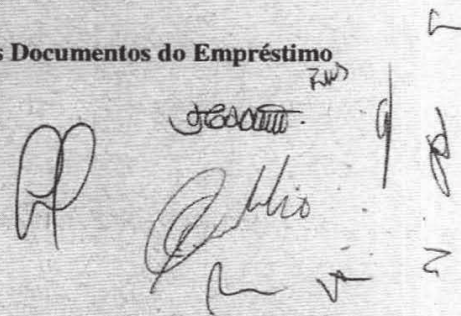
Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrentes da interpretação ou da aplicação do presente Contrato, e que não se solucione por acordo entre as Partes, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida na Cláusula 29 do Anexo "A" deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Estipulações Contratuais e Jurisdição Competente

O presente Contrato de Empréstimo reger-se-á pelas estipulações contidas neste documento e pelo estabelecido nos Anexos "A", "B" e "C", que são partes integrantes deste Contrato. Os direitos e obrigações estabelecidos nos referidos instrumentos são válidos e exigíveis de acordo com os termos nele contidos.

As Partes se submetem à jurisdição do país do Mutuário, cujos juízes e tribunais poderão conhecer de todo assunto que não seja de competência exclusiva do Tribunal Arbitral, de acordo com o disposto na Cláusula 29 do Anexo "A" deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Prevalência entre os Documentos do Empréstimo



Em caso de discrepância, as condições estabelecidas no presente documento ou em suas posteriores modificações prevalecerão sobre aquelas contidas nas Condições Gerais de Contratação do Anexo "A".

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Vigência

As Partes concordam que o presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Anexos

São partes integrantes do presente Contrato, os seguintes anexos:

Anexo "A": Condições Gerais de Contratação.

Anexo "B": Descrição do Programa.

Anexo "C": Contrato de Garantia.

As Partes, em comum acordo, assinam o presente Contrato de Empréstimo em 3 (três) vias originais no idioma português (Brasil), na cidade de [•], no dia [•] de [•] de 2017.

p. MUNICÍPIO DE PALMAS

p. CAF

[•]

[•]

Diretor Representante da CAF



ANEXO "A"**CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO****CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE A****CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO****E O****MUNICÍPIO DE PALMAS****CLÁUSULA 1.- GENERALIDADES****1.1 Definições**

Os termos detalhados a seguir terão o seguinte significado para efeitos do presente Contrato:

As Partes

No presente Contrato são de um lado a CAF e, do outro, o "Mutuário".

CAF

Corporação Andina de Fomento – CAF, instituição financeira multilateral de Direito Internacional Público, criada por meio de Convênio Constitutivo de 7 de fevereiro de 1968. É a financiadora no Contrato de Empréstimo, e quem assume os direitos e as obrigações detalhadas nas Condições Particulares e nas Condições Gerais de Contratação.

Condições Gerais de Contratação

Regras de caráter geral que serão de aplicação obrigatória à relação jurídica entre a Corporação Andina de Fomento, doravante denominada CAF, na qualidade de financiadora, e o beneficiário do crédito, doravante denominado Mutuário.

Este documento será incorporado como um anexo às Condições Particulares de Contratação pactuadas entre a CAF e o Mutuário.

Condições Particulares de Contratação

Acordos que regulam a relação específica entre a CAF e o Mutuário, contidos no documento de Condições Particulares de Contratação e anexos correspondentes, de aplicação obrigatória para as Partes contratantes.

20/11

20/11

20/11

20/11

20/11

20/11



Contrato de Garantia

Acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e a CAF, por meio do qual a primeira constitui garantia em favor da segunda, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Anexo "C", parte integrante das Condições Particulares de Contratação.

Data de Pagamento de Juros

Significa, depois do primeiro desembolso do empréstimo, o último Dia Útil de cada um dos períodos de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

Desembolso

Ato pelo qual a CAF transfere ao Mutuário uma determinada quantia de dinheiro, a pedido deste e a débito do crédito disponibilizado a seu favor.

Dia Útil

Exclusivamente para efeitos de determinar a data em que se deva realizar um desembolso ou um pagamento por capital, juros, comissões, gastos, etc. do empréstimo, significa um dia no qual os bancos estão abertos ao público na cidade de Nova York (Estados Unidos da América); exclusivamente para efeitos da determinação da taxa LIBOR, o termo "Dia Útil" terá o significado assignado na definição de LIBOR; e para qualquer outro propósito significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou considerado como feriado na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil.

Dias / Semestre

Toda referência a "dias", sem especificar se são dias corridos ou dias úteis, será entendida como dias corridos. Qualquer prazo cujo vencimento corresponda a um dia não útil (será prorrogado para o primeiro Dia Útil imediatamente posterior). Essa regra não se aplica quando o dia útil imediatamente posterior corresponda a outro exercício anual, caso em que o vencimento será no último Dia Útil do exercício anual em que vence o prazo original.

Toda referência a semestre ou período semestral corresponderá a um período ininterrupto de 6 (seis) meses. Se o período semestral vencer em um dia inexistente, este se entenderá como prorrogado para o primeiro Dia Útil do mês posterior.

Documentos do Empréstimo

Documentos que formalizam a relação jurídica entre a CAF e o Mutuário, entre os quais se incluem principalmente as Condições Particulares e as Condições Gerais de Contratação.

Dólares (US\$)

2



Moeda corrente nos Estados Unidos da América.

Força Maior ou Caso Fortuito

Causa natural ou provocada que produza um evento extraordinário, imprevisível e inevitável, não imputável ao Mutuário ou à CAF, que impeça a execução de alguma obrigação distinta das obrigações de pagamento estabelecidas neste Contrato em favor da CAF, ou que determine seu cumprimento parcial, tardio ou incompleto, ou a impossibilidade de cumprimento para quem está obrigado a realizar uma prestação.

Garantidor

República Federativa do Brasil.

LIBOR

Taxa interbancária de Juros, em qualquer período de juros, sobre empréstimos definidos em Dólares no período de 6 (seis) meses, determinada pela ICE Benchmark Administration Limited ("IBA") ou por qualquer outra pessoa jurídica que assuma a administração de referidas taxas e publicada pela Reuters, ou seu sucessor, em sua página LIBOR01, por Bloomberg (ou sua sucessora), em sua página "BBAM" ou por qualquer outro sistema de informação de reputação internacional similar e que realize a prestação de serviços de informação de taxas correspondentes, expressa como taxa anual às 11h de Londres, Inglaterra, e com 2 (dois) dias úteis antes do início do Período de Juros. Com a finalidade exclusiva de determinar a LIBOR conforme aqui definida, Dia Útil significa um dia em que os bancos estão abertos ao público nas cidades de Nova York, Estados Unidos da América e em que os bancos estão abertos para realização de transações no mercado interbancário de Londres, Inglaterra.

Se por algum motivo, na data determinada para fixação da taxa de juros, a taxa LIBOR não for publicada, a CAF notificará ao Mutuário que, neste caso, a LIBOR referente a esta data será determinada através do cálculo da média aritmética das taxas oferecidas e informadas às 11h, ou próximo às 11h, de Nova York, 2 (dois) Dias Úteis antes do início de um Período de Juros, para empréstimos em Dólares dos Estados Unidos da América, através de dois ou mais dos principais bancos situados na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, selecionados pela CAF. Com a finalidade exclusiva de determinar a LIBOR conforme aqui definida, Dia Útil significa um dia em que os bancos estão abertos ao público nas cidades de Nova York, Estados Unidos da América e em que os bancos estão abertos para realização de transações no mercado interbancário de Londres, Inglaterra, somente para cotações obtidas às 11h de Nova York, o termo Dia Útil significa um dia em que os bancos estão abertos ao público na cidade de Nova York, Estados Unidos da América. Em todos os eventos em que a LIBOR não seja proporcionada em uma data de determinação de taxas de juros, os cálculos aritméticos da CAF serão arredondados para cima, caso necessário.

3



aos quatro decimais mais próximos. Todas as determinações da LIBOR serão feitas pela CAF e serão conclusivas na ausência de erro manifesto.

Mutuário

Beneficiário da operação de empréstimo contratada com a CAF, que assume os direitos e as obrigações detalhadas nas Condições Particulares e nas Condições Gerais de Contratação.

Período de Juros

Cada período de 6 (seis) meses que começa em uma Data de Pagamento de Juros e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros do período seguinte. O primeiro Período de Juros significará o período que começa na data do primeiro desembolso e termina no dia anterior à primeira Data de Pagamento de Juros.

Prazo de Carência

Período de tempo transcorrido entre a data de assinatura do Contrato e a data de vencimento da primeira parcela de amortização do empréstimo. Durante esse período o Mutuário pagará à CAF os juros e comissões pactuados.

- 1.2 Nos casos em que o contexto permitir, as palavras grafadas no singular incluem o plural e vice-versa.
- 1.3 Os títulos das cláusulas foram estabelecidos para facilitar sua identificação, sem que eles possam contradizer o estabelecido no texto da cláusula.
- 1.4 O atraso da CAF no exercício de qualquer de seus direitos, ou a omissão de seu exercício, não poderá ser interpretado como uma renúncia a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou das circunstâncias em virtude das quais não puderam ser exercidos.

CLÁUSULA 2.- CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Mediante a celebração deste Contrato de Empréstimo, a CAF se compromete a desembolsar uma determinada quantia em dinheiro em favor do Mutuário, e este se obriga a recebê-la, utilizá-la e repagá-la nas condições pactuadas.

O Mutuário deverá utilizar os recursos provenientes do empréstimo, conforme o estabelecido nas cláusulas das Condições Particulares de Contratação intituladas: "Objeto do Empréstimo" e "Aplicação dos Recursos do Programa".



Diante do descumprimento dessa obrigação, a CAF poderá declarar o vencimento antecipado da dívida, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial. Caso a CAF não opte por declarar o vencimento antecipado da dívida, poderá exigir do Mutuário a devolução dos referidos recursos, os quais serão restituídos dentro de 3 (três) dias após o requerimento, aplicando-se o pagamento de juros a partir do momento em que foi efetuado o desembolso correspondente.

A CAF poderá requerer, a qualquer momento, os documentos e informações que considere necessários à comprovação de que os recursos tenham sido utilizados de acordo com o estipulado no Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA 3.- MODALIDADES DOS DESEMBOLSOS

O Mutuário poderá solicitar à CAF que os desembolsos do empréstimo sejam efetuados nas seguintes modalidades:

(a) **Transferências diretas**

A CAF transferirá os recursos diretamente para a conta ou para onde o Mutuário solicitar, de acordo com os procedimentos utilizados pela CAF para este tipo de desembolso, sempre que as referidas transferências sejam superiores ao montante de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares).

(b) **Emissão de Cartas de Crédito**

A CAF emitirá uma ou várias cartas de crédito para a aquisição de bens e prestação de serviços, em valor igual ou superior a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por fornecedor de bens ou prestador de serviços. Esse montante poderá ser modificado pela CAF, de acordo com o estabelecido na sua política normativa interna.

A solicitação para a emissão das referidas cartas de crédito deverá ser efetuada segundo o modelo que a CAF coloque à disposição do Mutuário.

As comissões e custos cobrados pela CAF e pelos bancos correspondentes, utilizados para este efeito, serão repassados ao Mutuário, que assumirá o custo total destes.

(c) **Fundo Rotativo**

A CAF colocará à disposição do Mutuário recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do montante do empréstimo, sujeitos a uma posterior comprovação de sua utilização. Os recursos desse Fundo somente poderão ser utilizados para financiar: i) gastos locais, ii) importação de insumos, iii) ativos fixos, peças e partes de ativos fixos e serviços técnicos até US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por fornecedor



de bens ou prestador de serviços. Esse montante poderá ser modificado pela CAF, de acordo com o estabelecido em suas normas internas.

A CAF poderá renovar total ou parcialmente esse Fundo, na medida em que for utilizado e se solicitado pelo Mutuário, desde que seja justificado dentro do prazo e cumpridas as condições estipuladas no Contrato de Empréstimo.

Os recursos deverão ser utilizados dentro dos 90 (noventa) dias seguintes ao recebimento destes, e justificados pelo Mutuário, dentro dos 120 (cento e vinte) dias posteriores ao seu recebimento, a critério da CAF. Para todos os efeitos do presente Contrato, o desembolso será entendido como efetuado na data em que os recursos forem colocados à disposição do Mutuário.

(d) **Outras modalidades**

Qualquer outra modalidade acordada entre as Partes.

CLÁUSULA 4.- PRAZO PARA SOLICITAR O DESEMBOLSO DO EMPRÉSTIMO

O Mutuário deverá solicitar à CAF o desembolso do empréstimo e a CAF deverá torná-lo efetivo, nos prazos estabelecidos na Cláusula das Condições Particulares de Contratação intitulada "Prazos para Solicitar Primeiro e Último Desembolsos dos Recursos do Empréstimo".

Nenhum pedido de desembolso e nenhuma complementação de documentação pendente, referente ao desembolso, poderão ser apresentados pelo Mutuário à CAF após vencidos os prazos estipulados para o primeiro e último desembolsos. Nesses casos, a CAF se reserva o direito de não efetuar o respectivo desembolso, enviando ao Mutuário uma comunicação por escrito. Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do vencimento dos referidos prazos, poder-se-á solicitar uma prorrogação, a qual será devidamente fundamentada, facultado à CAF o direito de deferi-la ou não, levando em consideração as razões expostas.

CLÁUSULA 5.- CONDIÇÕES PRÉVIAS AOS DESEMBOLSOS

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento das seguintes condições prévias por parte do Mutuário:

(a) Para o primeiro desembolso:

Que a CAF tenha recebido um parecer jurídico sobre as disposições legais, declarando que as obrigações contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo são válidas e exigíveis. O referido parecer deverá tratar de qualquer assunto que a CAF considere pertinente.

RW

6

[Handwritten signatures and initials]



(b) Para todos os desembolsos:

- (i) Que o Mutuário tenha apresentado, por escrito, uma solicitação de desembolso, indicando a modalidade deste. Para isso, o Mutuário juntará à solicitação de desembolso os documentos que forem requeridos pela CAF.
- (ii) Que não sobrevenha nenhuma das circunstâncias descritas nas Cláusulas 16, 17 e 18 do presente Anexo.

CLÁUSULA 6.- JUROS

6.1 Juros

6.1.1 Forma de Cálculo

- a) Durante o prazo de carência:
Os juros referentes a cada um dos desembolsos serão calculados à taxa anual resultante da aplicação do disposto no item (a) da Cláusula Décima das Condições Particulares de Contratação intitulada "Juros".
- b) Durante o período de amortização do principal:
Serão devidos juros, à taxa anual, relativos aos saldos devedores do empréstimo, conforme o disposto no item (a) da Cláusula das Condições Particulares de Contratação intitulada "Juros".

6.1.2 Disposições Gerais:

Os juros serão pagos semestralmente e serão devidos até o momento em que ocorra o reembolso total do empréstimo. O primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do Contrato de Empréstimo, desde que tenha ocorrido algum desembolso durante esse período.

Os juros serão calculados com base no número de dias corridos, num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

6.2 Juros de Mora:

O Mutuário pagará a CAF juros de mora à taxa anual pactuada no item (b) da Cláusula Décima das Condições Particulares de Contratação intitulada "Juros".

O atraso no pagamento de uma obrigação colocará o Mutuário em situação de mora, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial, não podendo o Mutuário invocar uma arbitragem a seu favor. Em caso de mora, fica facultada à CAF a possibilidade de recalcular a taxa de juros, aplicando à parcela do principal vencida e não paga a taxa LIBOR para



empréstimos a 6 (seis) meses mais alta vigente no(s) período(s) compreendido(s) entre o vencimento da obrigação e a data efetiva de pagamento do valor devido, acrescentando-se à margem aplicável. Sem prejuízo da cobrança de juros de mora, em razão do descumprimento contratual por parte do Mutuário, a CAF poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e/ou declarar o vencimento antecipado do empréstimo, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas 16 e 18 deste Anexo.

Os juros de mora serão calculados com base no número de dias corridos num período de 360 (trezentos sessenta) dias por ano.

CLÁUSULA 7.- CUSTOS

Na hipótese de ocorrer desembolsos por meio de Cartas de Crédito, será devida pelo Mutuário a comissão estabelecida para esta modalidade. As comissões e custos cobrados pelos bancos correspondentes que sejam utilizados para tal fim serão repassados ao Mutuário, que assumirá o custo total dos mesmos.

Todos os gastos da CAF com a assinatura, reconhecimento e execução do presente contrato, tais como: consultorias especializadas, perícias, avaliações, trâmites de cartório, tarifas, rubricas fiscais, taxas, registros e outros, serão cobertos exclusivamente pelo Mutuário, que deverá efetuar a transferência dos recursos para o pagamento ou o reembolso correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias da solicitação dos mesmos. Para todos os efeitos, estes custos deverão ser comprovados pela CAF.

CLÁUSULA 8.- MOEDA UTILIZADA PARA O DESEMBOLSO DO EMPRÉSTIMO

Os desembolsos do empréstimo serão efetuados em Dólares.

CLÁUSULA 9.- MOEDA UTILIZADA PARA O PAGAMENTO DO EMPRÉSTIMO

O pagamento de toda quantia devida a título de principal, juros, comissões, gastos e demais encargos será efetuado em Dólares.

CLÁUSULA 10.- LOCAL DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos efetuados pelo Mutuário à CAF, decorrentes do presente Contrato, serão depositados na conta que a CAF estabelecer, mediante prévia notificação por escrito ao Mutuário e ao Garantidor.

CLÁUSULA 11.- IMPUTAÇÃO DOS PAGAMENTOS

EW

8

João

R

✓



Todo pagamento efetuado pelo Mutuário à CAF, decorrente do presente Contrato de Empréstimo imputar-se-á na seguinte ordem: i) os custos e encargos, ii) as comissões, iii) os juros vencidos, e iv) as parcelas de amortização de principal.

CLÁUSULA 12.- PAGAMENTOS ANTECIPADOS

O Mutuário poderá pagar antecipadamente e sem qualquer penalidade uma ou mais parcelas de amortização, desde que solicite por escrito, no prazo de pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias da data do vencimento de uma parcela de amortização de principal e juros, e com aceitação expressa da CAF, desde que tenha transcorrido o Prazo de Carência ou o primeiro ano do empréstimo (ou o que ocorra por último), sujeito ao seguinte: (a) que o pagamento antecipado seja feito somente nas datas inicialmente estabelecidas para o pagamento das parcelas de amortização do principal e juros, (b) que não seja devida nenhuma quantia à CAF a título de principal, juros, comissões, custos e demais encargos, e (c) que o pagamento antecipado seja efetuado a partir do oitavo ano contado da data da assinatura do Contrato de Empréstimo. Tal pagamento antecipado, salvo acordo em contrário, aplicar-se-á às parcelas de principal por vencer, na ordem inversa as datas dos vencimentos. Qualquer pagamento antecipado deverá ser um múltiplo inteiro de uma parcela de amortização do principal.

As notificações de pagamento antecipado são irrevogáveis, salvo acordo em contrário entre as partes.

CLÁUSULA 13.- PAGAMENTO DE TRIBUTOS E OUTROS ENCARGOS

O pagamento de toda soma, a título de amortização do principal, juros, comissões, gastos e outros encargos, será feito pelo Mutuário, de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, sem nenhuma dedução de tributos, impostos, custos, gravames, taxas, direitos ou outros encargos aplicáveis na data de vigência do Contrato de Empréstimo, ou que sejam estabelecidos posteriormente. Em caso de exigência de qualquer um dos encargos acima descritos, caberá integralmente ao Mutuário o pagamento destes, de tal forma que o valor líquido pago à CAF seja igual à totalidade do que foi estabelecido no presente Contrato.

CLÁUSULA 14.- CANCELAMENTO PARCIAL OU TOTAL DO EMPRÉSTIMO

O Mutuário poderá solicitar o cancelamento parcial ou total dos recursos do empréstimo, com prévia autorização por escrito do Garantidor, mediante solicitação escrita no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data efetiva do cancelamento, devendo constar, expressamente, a ciência da CAF.

Os custos financeiros decorrentes do cancelamento ficarão a cargo do Mutuário.

O cancelamento parcial ou total dos recursos do empréstimo não possibilitará o reembolso dos valores correspondentes à Comissão de Financiamento e à Comissão de Compromisso.

9

Assinado. Rm
[Assinaturas]



CLÁUSULA 15.- AJUSTE DAS PARCELAS PENDENTES DE PAGAMENTO

Caso o Mutuário esteja impedido ou impossibilitado de receber ou solicitar desembolsos em razão do disposto na Cláusula das Condições Particulares de Contratação intitulada "Prazos para Solicitar Primeiro e Último Desembolsos dos Recursos do Empréstimo" e nas Cláusulas 4, 14, 16, 17 e 18 do presente Anexo, a CAF ajustará as parcelas pendentes de pagamento de forma proporcional.

CLÁUSULA 16.- SUSPENSÃO DE OBRIGAÇÕES PELA CAF

A CAF, mediante comunicação por escrito ao Mutuário, poderá suspender a execução de suas obrigações conforme o Contrato de Empréstimo, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) Atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo Mutuário a título de principal, juros, comissões, custos, encargos ou qualquer outro tipo de obrigação financeira assumida neste Contrato de Empréstimo; ou
- (b) Descumprimento, pelo Mutuário, de qualquer obrigação estipulada no presente Contrato; ou
- (c) Descumprimento, pelo Mutuário, de qualquer obrigação estipulada em outro contrato de empréstimo celebrado com a CAF; ou
- (d) Inexatidão ou falta de informação, sem justificativa, que possa incidir sobre a concessão do presente crédito no que concerne aos dados fornecidos pelo Mutuário antes da celebração do Contrato de Empréstimo ou durante sua execução; ou
- (e) Utilização dos produtos, dos materiais e dos bens de capital, ou ainda de atividades desenvolvidas pelo Mutuário que não se encontrem em harmonia com o meio ambiente ou transgridam as normas de legislação ambiental vigentes no país, bem como aquelas estabelecidas nas Condições Particulares de Contratação, ou
- (f) Não cumprimento, pelo Mutuário, dos procedimentos estabelecidos pela CAF para tornarem-se elegíveis os projetos objeto do financiamento no âmbito do Programa.

CLÁUSULA 17.- SUSPENSÃO DE OBRIGAÇÕES POR CAUSAS ALHEIAS ÀS PARTES

A CAF poderá suspender a execução das obrigações assumidas no Contrato de Empréstimo, caso ocorra qualquer uma das seguintes situações:

- (a) a retirada da República Federativa do Brasil como acionista da CAF; ou
- (b) o advento de força maior ou caso fortuito que impeça as partes de cumprirem com as obrigações contraídas.



CLÁUSULA 18.- DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO ANTECIPADO DO EMPRÉSTIMO

A CAF terá direito de declarar o vencimento antecipado do presente empréstimo nos seguintes casos:

- a) manutenção, por mais de 120 (cento e vinte) dias, de qualquer uma das circunstâncias descritas na Cláusula 16 deste Anexo; ou
- b) ocorrência de situação descrita no item (a) da cláusula anterior.

A ocorrência de qualquer uma das situações descritas acima facultará à CAF o direito de declarar vencidos os prazos de todos os montantes desembolsados, em virtude do presente empréstimo. Caso isso ocorra, a CAF enviará ao Mutuário e ao Garantidor um comunicado por escrito, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial. Nesses casos, a CAF terá direito de requerer ao Mutuário o reembolso imediato de todos os valores devidos, com juros, comissões e outros encargos, até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 19.- DESEMBOLSOS NÃO AFETADOS PELA SUSPENSÃO DE OBRIGAÇÕES OU PELA DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO DO PRAZO DO EMPRÉSTIMO

As medidas previstas nas Cláusulas 16, 17 e 18 deste Anexo não afetarão os desembolsos requeridos e ainda pendentes de execução, caso os recursos tenham sido postos à disposição através da emissão de Cartas de Crédito irrevogáveis.

CLÁUSULA 20.- OBRIGAÇÕES A CARGO DO ORGANISMO EXECUTOR

Além das obrigações descritas na Cláusula Sétima das Condições Particulares de Contratação e das contempladas neste Anexo "A", o Mutuário assume as seguintes obrigações:

- (a) Utilizar os recursos do empréstimo de forma diligente e eficiente, de acordo com as normas administrativas e financeiras.
- (b) Ajustar previamente com a CAF, por escrito, qualquer modificação substancial nos contratos de aquisição de bens e serviços que forem financiados com os recursos destinados ao Programa.

CLÁUSULA 21.- UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E DOS BENS

11



Os recursos do empréstimo deverão ser utilizados exclusivamente para os fins previstos no Contrato de Empréstimo.

O Mutuário não poderá utilizar os recursos para (i) aquisição de terrenos e ações; (ii) pagamento de taxas e impostos; (iii) custos alfandegários; (iv) despesas com a constituição de empresas; (v) juros durante a construção; (vi) armamentos e outros gastos militares; (vii) outros que a CAF estabeleça.

Os bens e serviços financiados pelo empréstimo serão utilizados exclusivamente no Programa, não podendo o Mutuário dar a eles um destino diferente do estabelecido, vendê-los, transferi-los ou gravá-los.

CLÁUSULA 22.- AUMENTO NO CUSTO DO PROGRAMA E RECURSOS ADICIONAIS

Independentemente do motivo, no caso de modificação do custo do Programa durante sua execução, o Mutuário informará e apresentará a documentação pertinente à CAF, comprometendo-se a alocar os recursos adicionais necessários para garantir a correta e oportuna execução do Programa.

CLÁUSULA 23.- AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Para efeitos do presente Contrato, a licitação pública internacional e a licitação pública nacional serão regidas de acordo com o estabelecido na legislação brasileira.

O Mutuário deverá realizar uma licitação pública internacional para a aquisição de bens cujo valor exceda o equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil Dólares), bem como em caso de contratação de obras e de serviços de engenharia com valores que excedam o equivalente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Dólares). Os editais de licitação deverão apresentar ampla divulgação nos moldes legais, possibilitando assim a eficiência, a transparência e garantindo a alta competitividade do processo licitatório.

Em situações especiais de contratações que tenham por objeto valores superiores aos mencionados no parágrafo anterior, poderá ser utilizada a licitação pública nacional desde que, por motivos de ordem técnica, forem devidamente justificadas pelo Mutuário e autorizadas prévia e formalmente pela CAF.

Para aquisições de bens de até o equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil Dólares), ou no caso de contratação de obras e serviços de até o equivalente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Dólares), o Mutuário aplicará regras e procedimentos de licitação pública nacional.



Para contratações de consultorias, cujos valores excedam o equivalente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Dólares), o Mutuário aplicará procedimentos de licitação pública internacional. Para contratações inferiores ao equivalente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Dólares), o Mutuário aplicará regras e procedimentos de licitação pública nacional.

CLÁUSULA 24.- LIVROS E REGISTROS

O Mutuário deverá manter livros e registros da utilização do empréstimo, nos moldes da legislação e de acordo com a prática contábil. Esses livros e registros deverão demonstrar:

- (a) Os pagamentos efetuados com recursos provenientes do Contrato de Empréstimo; e
- (b) A operação do Programa.

Os livros e registros correspondentes ao Programa poderão ser revisados pela CAF, conforme o disposto na cláusula seguinte deste Anexo, até o total dos pagamentos das quantias devidas à CAF em razão deste Contrato.

CLÁUSULA 25.- SUPERVISÃO

A CAF estabelecerá os procedimentos de supervisão e fiscalização que julgue necessários para assegurar a execução normal do Programa.

O Mutuário deverá permitir que os funcionários e demais peritos enviados pela CAF inspecionem, a qualquer momento, o andamento do Programa, inclusive os livros, registros e outros documentos que possam ter alguma relação com o Programa.

CLÁUSULA 26.- RELATÓRIOS

Durante a vigência do empréstimo, o Mutuário e/ou o Órgão Executor deverá fornecer os relatórios que a CAF considerar convenientes, dentro dos prazos limites, quanto à utilização dos recursos emprestados e dos bens e serviços adquiridos com tais recursos, bem como da execução do Programa.

CLÁUSULA 27.- AVISO DE CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS

O Mutuário deverá comunicar imediatamente à CAF os seguintes casos:

- (a) Qualquer circunstância que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins deste empréstimo.



- (b) Qualquer modificação nas disposições legais que afetem o Mutuário com relação à execução do Programa e ao cumprimento do presente Contrato.

A CAF poderá adotar, a seu critério, as medidas que julgue apropriadas, de acordo com as disposições descritas no presente Contrato de Empréstimo, se tais circunstâncias ou modificações afetarem substancialmente e de forma adversa o Mutuário, o Programa, ou ambos.

CLÁUSULA 28.- CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DISPOSIÇÃO DO CONTRATO

A CAF poderá ceder, transferir ou de alguma forma dispor, total ou parcialmente, dos direitos e obrigações derivados do presente Contrato de Empréstimo, vedada qualquer securitização.

No caso de cessão contratual ou transferência, a CAF comunicará, por escrito, ao Mutuário e ao Garantidor, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. O terceiro, em relação à parte cedida ou transferida, assumirá a posição contratual da CAF no presente Contrato, ficando obrigado nas mesmas condições pactuadas.

O Mutuário não poderá ceder, transferir ou de alguma maneira dispor dos direitos e obrigações derivados do presente Contrato, salvo autorização expressa e por escrito da CAF e do Garantidor.

CLÁUSULA 29.- ARBITRAGEM

A arbitragem a ser realizada entre as Partes estará sujeita às seguintes condições:

- (a) **Generalidades**
Toda controvérsia, dúvida ou discrepância oriunda do presente Contrato de Empréstimo será submetida à consideração das Partes que, de mútuo acordo, deverão solucioná-la.
Se não houver acordo entre as Partes, a decisão será submetida, de forma incondicional e irrevogável, à decisão de um Tribunal Arbitral, de acordo com os procedimentos estabelecidos a seguir.
As Partes concordam em excluir das matérias suscetíveis de arbitragem as relativas à execução de obrigações vencidas, sendo facultado à CAF solicitar sua execução perante qualquer Juiz ou Tribunal que esteja legitimado para conhecimento do assunto.
- (b) **Composição e nomeação dos membros do Tribunal Arbitral**
O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros: a CAF designará 1 (um) membro, o Mutuário, outro, e o terceiro, doravante denominado "Dirimente", será



designado por meio de acordo direto entre ambas as Partes, ou por seus respectivos árbitros.

Caso algum dos membros do Tribunal Arbitral necessite ser substituído, a substituição será feita de acordo com o procedimento estabelecido para sua nomeação. O sucessor designado terá as mesmas funções e atribuições que o seu antecessor.

(c) **Início do Procedimento**

Para submeter uma controvérsia ao procedimento de arbitragem, será dirigida por uma das Partes à outra uma comunicação por escrito expondo a natureza da controvérsia, as formas propostas de satisfação ou reparação pretendida, bem como o nome do árbitro designado. Recebida a comunicação, a outra Parte deverá, num prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, manifestar-se a respeito da controvérsia, comunicando à Parte contrária o nome da pessoa designada como árbitro. As Partes, de comum acordo, designarão o "Dirimente", em até 30 (trinta) dias subsequentes.

Vencidos os prazos acima descritos sem que as Partes ou os árbitros designados cheguem a um acordo quanto à nomeação do "Dirimente", este ou estes, de acordo com o caso, será(ão) designado(s) pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos - OEA, a pedido de qualquer uma das Partes.

(d) **Constituição do Tribunal Arbitral**

A critério do Garantidor, o Tribunal Arbitral funcionará na cidade de Caracas, Venezuela, ou na cidade de Montevideu, Uruguai, e iniciará suas funções na data fixada pelo próprio Tribunal.

(e) **Regras que deverão ser seguidas pelo Tribunal Arbitral**

O Tribunal Arbitral estará sujeito às seguintes regras:

- i) O Tribunal só terá competência para tratar dos assuntos próprios da controvérsia estabelecida, adotando procedimento próprio, podendo, por sua iniciativa, designar os peritos que considerar necessários, dando oportunidade às Partes, em todos os casos, de apresentarem as exposições necessárias em audiência.
- ii) O Tribunal decidirá a controvérsia baseado em princípios gerais de direito, apoiando-se nos termos do Contrato, e pronunciará sua decisão mesmo em caso de revelia.
- iii) O laudo arbitral: (I) terá forma escrita e será baseado no voto vencedor de pelo menos 2 (dois) dos árbitros; (II) será pronunciado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias posteriores à data em que o Tribunal Arbitral tenha iniciado seus trabalhos, excetuando-se a existência de circunstâncias especiais e imprevistas que permitam a ampliação do prazo por igual período; (III) será notificado às Partes, por escrito, mediante comunicação assinada por pelo

15



menos 2 (dois) membros do Tribunal; (IV) deverá ser acatado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação judicial a ser realizada após ratificada a decisão pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) da República Federativa do Brasil; e (V) no caso de descumprimento, a decisão arbitral deverá ser convertida em título executivo judicial para posterior execução.

(f) Despesas

Os honorários dos árbitros, incluídos os do "Dirimente", serão pagos pela Parte não favorecida pelo laudo arbitral. Em caso de decisão parcial, cada uma das Partes arcará com os honorários do árbitro que o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) houver designado, e os honorários do "Dirimente" serão pagos em cotas iguais por cada uma das Partes.

Fica entendido que ambas as Partes irão custear os gastos de funcionamento do Tribunal Arbitral e cada uma, suas próprias despesas. Toda dúvida relacionada à divisão de gastos ou à forma de pagamento será resolvida, em definitivo, pelo Tribunal.

As Partes arcarão, de mútuo acordo, com os honorários das demais pessoas que cada Parte considere que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se as Partes não estiverem de acordo quanto aos honorários de tais pessoas, caberá ao Tribunal impor uma decisão.

(g) Notificações

Toda comunicação relativa à arbitragem ou ao laudo arbitral será realizada, por escrito e com recibo de notificação assinado pela outra Parte, na forma prevista no presente Contrato. As Partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

CLÁUSULA 30.- JURISDIÇÃO COMPETENTE

As Partes elegem como jurisdição competente, para dirimir dúvidas e eventuais controvérsias que não possam ser submetidas à arbitragem, a de Brasília, na República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA 31.- REPRESENTANTES AUTORIZADOS

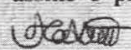
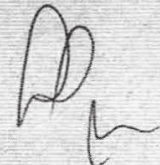
O Mutuário enviará à CAF, o mais breve possível, a lista de nomes e assinaturas das pessoas que o representarão nas diversas situações relativas ao Contrato de Empréstimo, certificada pela pessoa devidamente autorizada para esse fim, e encaminhada de acordo com o procedimento estabelecido na cláusula das Condições Particulares do Contrato de Empréstimo intitulada "Comunicações".

O Mutuário comunicará à CAF toda mudança nos nomes dos representantes autorizados.

Enquanto a CAF não receber a referida lista de nomes e assinaturas, entender-se-á que somente representará o Mutuário perante a CAF o representante que assine o presente Contrato de Empréstimo.

2/11/18

16



CLÁUSULA 32.- DATA DO CONTRATO

A data de entrada em vigência do Contrato de Empréstimo será a data da assinatura, estabelecida na parte final das Condições Particulares de Contratação.

RMS

17

RP
Fullio: [assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

ANEXO "B"**PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO****A. Objetivo do Programa**

Contribuir para a melhoria as condições de mobilidade da população e do acesso aos serviços públicos essenciais através de um conjunto de ações de pavimentação de vias urbanas, drenagem urbana, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais.

B. Descrição do Programa

O Programa está estruturado em três componentes: (1) infraestrutura urbana; (2) gestão do Programa; e (3) outros gastos.

Componente 1. Infraestrutura Urbana. Consiste em: (i) pavimentação e recuperação de aproximadamente 100 km de vias urbanas, com sua respectiva sinalização e obras de arte; (ii) implantação de infraestrutura cicloviária; (iii) implantação de aproximadamente 100km de drenagem urbana; (iv) supervisão técnica, ambiental e social; (v) iluminação pública; (vi) implantação de, no mínimo, 5 (cinco) equipamentos de saúde, 8 (oito) equipamentos de educação e 500 (quinhentas) unidades habitacionais; (vii) desapropriações; e (viii) execução de bacia de infiltração em áreas verdes.

Componente 2. Gestão do Programa. Financia gastos de gerenciamento, administração, acompanhamento, avaliação, auditoria e elaboração de estudos e projetos de engenharia.

Componente 3. Outros Gastos. Este componente contempla o pagamento da comissão de financiamento da CAF e dos gastos de avaliação.

C. Gestão para a execução do Programa

Apoio à Unidade de Gerenciamento do Programa. Compreende, dentre outros, os recursos para a contratação de serviços de consultoria com o objetivo de dar apoio à UGP na gestão do Programa.

Auditoria Externa. O Mutuário contratará uma auditoria independente de reconhecida capacidade técnica, com a finalidade de auditar anualmente, durante o período de desembolso do empréstimo, os procedimentos de contratação de acordo com a legislação aplicável, o cumprimento de cláusulas contratuais e do uso dos recursos do Programa.

Contratações. As obras e serviços serão realizados por meio de contratações de empresas especializadas e/ou consultores independentes com experiência comprovada, seguindo a normativa exigida na legislação local vigente e os parâmetros estabelecidos no presente Contrato de Empréstimo.



Manutenção e conservação. O Mutuário compromete-se a conservar adequadamente as obras e equipamentos do Programa após à conclusão de cada obra.

Supervisão técnica, ambiental e social. Compreende os recursos para a contratação de empresa(s) de supervisão e monitoramento, de reconhecida capacidade técnica, para o acompanhamento das obras financiadas pela CAF, incluindo os aspectos de segurança viária.

Conta específica. O Órgão Executor será responsável pela abertura de uma conta específica e exclusiva para o Programa, na qual serão efetuados os desembolsos da CAF.

Manual Operacional: A UGP contará com um Manual Operacional do Programa (MOP), conforme assinalado nas Condições Particulares de Contratação, que definirá o marco conceitual e operacional do Programa, estabelecendo as regras, mecanismos e procedimentos para orientar a execução, o controle e a supervisão.

D. Orçamento do Programa

Quadro de usos e fontes estimado do Programa (US\$)

	Componentes	CAF	Aporte Local	Total
1	Infraestrutura Urbana	58.960.245	60.159.605	119.119.850
1.1	Supervisão técnica, ambiental e social	2.500.000	250.000	2.750.000
1.2	Obras viárias	22.000.000	13.669.565	35.669.565
1.3	Drenagem urbana	26.155.741	12.781.106	38.936.847
1.4	Iluminação pública	7.950.000	2.257.515	10.207.515
1.5	Equipamentos públicos/habitação	0	28.775.263	28.775.263
1.6	Obras e ações ambientais	354.504	417.327	771.831
1.7	Desapropriações	0	2.008.829	2.008.829
2	Gestão do Programa	1.342.360	710.395	2.052.755
2.1	Estudos e projetos	500.000	626.158	1.126.158
2.2	Apoio à UGP	653.660	65.366	719.026
2.3	Auditoria externa	188.700	18.871	207.571
3	Outros Gastos	567.395	0	567.395
3.1	Comissão de financiamento	517.395	0	517.395
3.2	Gastos de avaliação	50.000	0	50.000
	Total	60.870.000	60.870.000	121.740.000

E. Gestão ambiental e social do Programa

A UGP coordenará as ações de gestão ambiental e social. O MOP estabelecerá os procedimentos relativos às ações ambientais e sociais.

Durante a execução das obras deverão ser observadas as Salvaguardas Ambientais e Sociais da CAF, bem como as recomendações contidas nas autorizações e/ou licenciamentos segundo as normativas vigentes.



ANEXO "C"**CONTRATO DE GARANTIA**

Entre a República Federativa do Brasil, doravante denominada "Garantidor", representada neste ato pelo(a) Senhor(a) [•], devidamente autorizado(a), e a Corporação Andina de Fomento, doravante denominada CAF, representada neste ato por seu Diretor Representante no Brasil, Senhor Víctor Manuel Silvestre Rico Frontaura, devidamente autorizado, levando em conta que, de acordo com o Contrato de Empréstimo celebrado na cidade de [•], nesta mesma data, entre CAF e o Município de Palmas, Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil, doravante denominado "Mutuário", em que a CAF concordou em emprestar ao Mutuário US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil Dólares) para o financiamento parcial do Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro, sempre que o Garantidor se responsabilize de forma solidária pelas obrigações de pagamento do serviço da dívida do Mutuário estipuladas no Contrato de Empréstimo, as partes contratantes concordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- a. O Garantidor se constitui devedor solidário de todas as obrigações de pagamento do serviço da dívida contraída pelo Mutuário no referido Contrato de Empréstimo, que o Garantidor declara conhecer e aceitar todo o seu conteúdo.
- b. As obrigações de pagamento do Garantidor, de acordo com o Contrato de Empréstimo, têm e terão a mesma prioridade de pagamento que as demais dívidas externas que o Garantidor tenha com os Organismos Financeiros Internacionais Multilaterais dos quais faça parte, decorrentes de contratos de empréstimo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O Garantidor se obriga a:

- a. Informar o mais breve possível à CAF sobre qualquer ocorrência que, no âmbito de sua competência, dificulte ou impeça o alcance dos objetivos do empréstimo ou o cumprimento das obrigações do Mutuário.
- b. Informar o mais breve possível à CAF quando, na condição de devedor solidário, vier a realizar os pagamentos correspondentes ao serviço do empréstimo.

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page, including a signature that appears to be "J. A. Silva" and other initials.



CLÁUSULA TERCEIRA:

No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela de principal ou juros por parte do Mutuário, a CAF informará imediatamente ao Garantidor, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com cópia para a Secretaria do Tesouro Nacional, e dará as devidas instruções, a fim de que se realize o pagamento da quantia devida no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da referida comunicação.

A responsabilidade do Garantidor somente se extinguirá pelo cumprimento das obrigações de pagamento do serviço da dívida contraída pelo Mutuário, não podendo eximir-se de sua responsabilidade, ainda que a CAF tenha concedido prorrogações ou concessões ao Mutuário, desde que as referidas prorrogações tenham sido autorizadas pelo Garantidor, ou tenha se omitido ou retardado o exercício de suas ações contra o Mutuário.

CLÁUSULA QUARTA:

O Garantidor se compromete a pagar todas as obrigações financeiras decorrentes do Contrato de Empréstimo sem dedução nem restrição alguma, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo previstos nas leis vigentes na República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA:

O atraso no exercício dos direitos da CAF estabelecidos neste Contrato, ou sua omissão, não poderão ser interpretados como uma renúncia a tais direitos, nem como uma aceitação das circunstâncias que não lhe teriam permitido exercer tais direitos.

CLÁUSULA SEXTA:

Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrente da interpretação ou aplicação deste Contrato e que não se solucione por acordo entre elas, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, como estabelecido na Cláusula 29 do Anexo "A" do Contrato de Empréstimo. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Garantidor, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro. Para os efeitos da arbitragem, no que diz respeito às obrigações financeiras, toda referência que se fizer ao Mutuário no processo e na decisão do Tribunal Arbitral se entenderá aplicável ao Garantidor.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A CAF, mediante prévia solicitação por escrito do Garantidor, informará a respeito dos montantes desembolsados ou não desembolsados do empréstimo.



CLÁUSULA OITAVA:

Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as Partes, decorrente do presente Contrato, deverá efetuar-se por escrito, sem exceção alguma, e será considerado efetuado ou enviado por uma das Partes à outra quando entregue por qualquer meio usual de comunicação, exceto o que for relativo à arbitragem que deverá ocorrer mediante recibo de notificação, para os respectivos endereços a seguir:

Ao Garantidor

Endereço:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios,
Bloco P, 8º andar, sala 803
CEP 70048-900 Brasília, Distrito Federal, Brasil
Tel No. + 55 (61) 3412.2842
E-mail: apoiocof.df.pgfn@pgfn.gov.br

Com cópia para a Secretaria do Tesouro Nacional, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo Mutuário:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Ed. Anexo - Ala A
1º Andar, Sala 121
Brasília - DF- Brasil
CEP 70048-900.
Tel No. + 55 (61) 3412.3518

E-mail: codiv.df.stn@tesouro.gov.br

À CAF

Endereço:

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
SAF Sul, Quadra 02, Lote 04
Edifício Via Esplanada - sala 404
CEP: 70070-600
Tel.: + 55 (61) 2191.8600



Em comum acordo, a CAF e o Garantidor, atuando cada um por meio de seus representantes autorizados, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, no idioma português (Brasil), na cidade de [•], no dia [•] de [•] de 201[•].

p. CAF

Vitor Manuel Silvestre Rico Frontaura
Diretor Representante da CAF

p. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

[•]
Procurador(a) da Fazenda Nacional

RWS



Vol. 24, N.8 Agosto/2018

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, setembro de 2018



Ministro da Fazenda
Eduardo Refinetti Guardia

Secretária-Executiva

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Secretário do Tesouro Nacional

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Otavio Ladelra de Medeiros

Subsecretarios

Adriano Pereira de Paula

Gildenora Batista Dantas Miihomem

José Franco Medeiros de Moraes

Isidoro Fábio de Brasil Camargo

Pedro Jucá Maciel

Priscilla Maria Santana

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Elisape Palmeira Bardella

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Abílio Felipe Dáquilla Prates

ernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Carla de Lima Rocha

itor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social

ASCOM/Tesouro Nacional)

Telephone: (61) 3412-1843
E-mail: ascom@lesguro.nov.br

-mail: ascom@tesouro.gov.br
disponivel em: www.tesouro.gov.br

esportiverenti, www.resolub.gov.br

Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte:

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 24, n. 08 (Agosto 2018). –
Brasília : STN, 1995.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

SSN 1519-2970

1. *Finanças públicas – Periódicos.* 2. *Receita pública – Periódicos.* 3. *Despesa pública – Periódicos.*
4. *Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.*

CDD 336.005

Sumário

<i>Panorama Geral do Resultado do Governo Central</i>	4
<i>Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior</i>	5
Visão Geral	5
Receitas do Governo Central	6
Transferências do Tesouro Nacional	8
Despesas do Governo Central	9
Previdência Social	12
<i>Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior</i>	13
Visão Geral	13
Receitas do Governo Central	14
Transferências do Tesouro Nacional	15
Despesas do Governo Central	16
Previdência Social	17
<i>Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior</i>	18
Visão Geral	18
Receitas do Governo Central	19
Transferências do Tesouro Nacional	20
Despesas do Governo Central	21
Previdência Social	23



Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018	7
Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018	8
Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018	8
Tabela 1.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018	14
Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018	16
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018	19
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018	21
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018	22



Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

a preços correntes

Discriminação	Jan-Ago					Agosto				
	R\$ Milhões		Variação (2018/2017)			R\$ Milhões		Variação (2018/2017)		
	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	882.460,9	971.882,6	89.421,6	10,1%	6,6%	109.667,9	114.894,0	5.226,1	4,8%	0,5%
II. Transf. por Repartição de Receita	154.094,8	171.802,1	17.707,3	11,5%	7,9%	18.105,6	22.434,5	4.328,9	23,9%	18,9%
III. Receita Líquida Total (I-II)	728.366,2	800.080,5	71.714,3	9,8%	6,3%	91.562,3	92.459,5	897,2	1,0%	-3,1%
IV. Despesa Total	815.110,4	862.658,4	47.548,0	5,8%	2,4%	101.673,3	112.192,8	10.519,6	10,3%	5,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	4.021,0	4.021,0	-	-	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-86.744,2	-58.557,0	28.187,3	-32,5%	-35,2%	-10.111,0	-19.733,4	-9.622,4	95,2%	87,3%
Tesouro Nacional e Banco Central	26.528,4	64.828,7	38.300,3	144,4%	136,6%	6.777,6	-1.716,2	-8.493,8	-	2,6%
Previdência Social (RGPS)	-113.272,6	-123.385,7	-10.113,1	8,9%	5,4%	-16.888,6	-18.017,2	-1.128,6	6,7%	2,4%
VII. Resultado Primário/PIB	-2,0%	-1,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	27.080,4	65.277,7	38.197,3	141,1%	133,4%	6.863,9	-1.749,5	-8.613,4	-	-
Resultado do Banco Central	-552,1	-449,0	103,1	-18,7%	-21,1%	-86,3	33,3	119,6	-	-
Resultado da Previdência Social	-113.272,6	-123.385,7	-10.113,1	8,9%	5,4%	-16.888,6	-18.017,2	-1.128,6	6,7%	2,4%

Em agosto de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 19,7 bilhões contra déficit de 10,1 bilhões em agosto de 2017. Em termos reais, a receita líquida apresentou redução de 3,1% enquanto a despesa total apresentou elevação de 5,9%. A redução da receita líquida foi condicionada pelo crescimento das transferências por repartição de receita (18,9% em termos reais) enquanto a elevação das despesas foi determinada principalmente pelo crescimento das despesas discricionárias e pelos gastos de financiamento eleitoral.

Comparativamente ao acumulado até agosto de 2017, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 86,7 bilhões em 2017 para déficit de 58,6 bilhões em 2018. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 6,3% enquanto a despesa cresceu 2,4%. A elevação da receita é derivada de alteração na legislação do PIS/Cofins, do recolhimento do PRT/PERT e da melhora dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação. Há ainda o efeito positivo em R\$ 4,0 bilhões relativo ao resgate de cotas do FFIE.



Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	924.372,4	985.023,0	60.650,7	6,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	572.929,7	614.972,8	42.043,1	7,3%
I.2 Incentivos Fiscais	-18,2	-12,2	6,0	-33,1%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	245.775,2	247.109,6	1.334,4	0,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	105.685,7	122.952,8	17.267,1	16,3%
II. Transferências por Repartição de Receita	161.394,0	174.068,0	12.674,0	7,9%
III. Receita Líquida Total (I-II)	762.978,4	810.955,0	47.976,7	6,3%
IV. Despesa Total	853.576,3	873.775,9	20.199,6	2,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	364.371,1	372.096,2	7.725,1	2,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	194.708,2	196.856,7	2.148,5	1,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	137.369,7	132.792,4	-4.577,4	-3,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	157.127,3	172.030,6	14.903,3	9,5%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	4.074,8	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-90.598,0	-58.746,1	31.851,9	-35,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	27.998,0	66.240,6	38.242,6	136,6%
Previdência Social (RGPS)	-118.595,9	-124.986,6	-6.390,7	5,4%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	28.575,7	66.696,4	38.120,7	133,4%
Resultado do Banco Central	-577,7	-455,9	121,9	-21,1%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-118.595,9	-124.986,6	-6.390,7	5,4%

A preços de agosto de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 31,9 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 90,6 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 58,7 bilhões em 2018. Essa melhora decorreu principalmente do crescimento da receita líquida (6,3%) em taxa superior à elevação da despesa total (2,4%).

Sobre o aumento da receita, destaca-se:

- elevação da arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17);
- desempenho da arrecadação associada aos programas de Parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT; e
- a melhora da atividade econômica e dos indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação.

Por seu turno, a despesa primária segue pressionada pela elevação de benefícios previdenciários e de despesa de pessoal. Houve elevação também em despesas discricionárias.



Receitas do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	924.372,4	985.023,0	60.650,7	6,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	572.929,7	614.972,8	42.043,1	7,3%
Imposto de Importação	21.630,1	27.315,3	5.685,2	26,3%
IPI	30.145,0	36.764,0	6.619,0	22,0%
Imposto de Renda	245.232,7	248.322,1	3.089,4	1,3%
IOF	23.930,2	24.296,2	366,1	1,5%
COFINS	142.454,4	166.526,2	24.071,9	16,9%
PIS/PASEP	38.443,3	44.118,1	5.674,8	14,8%
CSLL	52.121,7	56.423,7	4.301,9	8,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	4.021,3	3.035,2	-986,0	-24,5%
Outras	14.951,1	8.172,0	-6.779,2	-45,3%
I.2 Incentivos Fiscais	-18,2	-12,2	6,0	-33,1%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	245.775,2	247.109,6	1.334,4	0,5%
Urbana	239.664,3	240.319,4	655,1	0,3%
Rural	6.110,8	6.790,2	679,4	11,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	105.685,7	122.952,8	17.267,1	16,3%
Concessões e Permissões	5.000,1	10.267,8	5.267,8	105,4%
Dividendos e Participações	4.856,5	6.352,5	1.495,9	30,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.794,8	8.629,4	-165,4	-1,9%
CotaParte de Compensações Financeiras	26.051,1	39.738,0	13.686,9	52,5%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.491,9	10.041,4	549,5	5,8%
Contribuição do Salário Educação	14.345,7	14.246,2	-99,6	-0,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.222,2	3.455,4	233,3	7,2%
Operações com Ativos	731,5	748,6	17,1	2,3%
Demais Receitas	33.191,8	29.473,5	-3.718,2	-11,2%

2017 a julho de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a julho de 2017;

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 60,7 bilhões (6,6%) em relação ao acumulado até agosto de 2017. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 42,0 bilhões (7,3%) nas receitas administradas pela RFB juntamente com o aumento de R\$ 17,3 bilhões (16,3%) nas receitas não administradas pela RFB e o acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (0,5%) na arrecadação líquida para o RGPS.

Ressalte-se que nas receitas administradas pela RFB houve reclassificação de resíduo do estoque de parcelamentos especiais não reclassificados em novembro de 2017 (ver relatórios de nov/2017 e dez/2017). Esta reclassificação, apesar de não impactar o total da receita administrada, influencia sua composição, majorando, principalmente, imposto de renda, Cofins, PIS/PASEP e CSLL e minorando outras receitas administradas.

Ademais desse efeito, os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- aumento de R\$ 24,1 bilhões (16,9%) na Cofins e R\$ 5,7 bilhões (14,8%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis (Decreto 9.101/17), aumento do volume de venda de bens (aumento real de 5,62% - PMC-IBGE);
- elevação de R\$ 6,6 bilhões (22,0%) no IPI influenciado principalmente pelo crescimento de 2,76% na produção industrial de dezembro de



- aumento de R\$ 5,7 bilhões (26,3%) no Imposto de Importação derivada, principalmente, da elevação de 9,5% da taxa média de câmbio, redução na alíquota média efetiva e aumento de 25,7% no valor em dólares das importações;
- elevação de R\$ 4,3 bilhões (8,3%) na CSLL condicionada pelo incremento na arrecadação referente à estimativa mensal relativa a empresas não financeiras; e
- aumento de R\$ 3,1 bilhões (1,3%) no Imposto de Renda, sendo esta determinada pelo aumento na arrecadação de IRPJ (R\$ 2,7 bilhões).

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago	
	2017	2018
Banco do Brasil	855,9	1.306,1
BNB	105,5	79,4
BNDES	3.574,4	1.522,6
Caixa	0,0	2.846,5
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	55,1	61,0
Petrobras	0,0	376,9
Demais	265,6	160,0
Total	4.856,5	6.352,5

Fonte: Tesouro Nacional

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 7,8 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL), PRT e demais parcelamentos da Dívida Ativa.

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 16,8 bilhões (19,0%) quando comparadas ao mesmo período de 2017. Essa elevação é explicada, principalmente por:

- elevação de R\$ 13,7 bilhões (52,5%) em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente a desvalorização cambial e a elevação no preço internacional do petróleo; e
- aumento de R\$ 5,3 bilhões (105,4%) nas receitas de concessões e permissões por conta do pagamento em agosto de 2018 de R\$ 7,0 bilhões referentes a 15ª rodada de concessão de petróleo e gás.



Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferências por Repartição de Receita	161.394,0	174.068,0	12.674,0	7,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	129.393,9	134.858,6	5.464,7	4,2%
II.2 Fundos Constitucionais	5.609,6	5.515,6	-94,0	-1,7%
Repasso Total	8.303,2	8.664,8	361,6	4,4%
Superávit dos Fundos	-2.693,5	-3.149,2	-455,7	16,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.586,4	8.566,2	-20,2	-0,2%
II.4 Compensações Financeiras	16.114,4	23.604,8	7.490,4	46,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.315,6	1.186,8	-128,8	-9,8%
II.6 Demais	374,1	336,0	-38,1	-10,2%

Compensações Financeiras.

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 12,7 bilhões (7,9%) em relação ao acumulado até agosto de 2017, passando de R\$ 161,4 bilhões em 2017 para 174,1 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- elevação de R\$ 5,5 bilhões (4,2%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE, reflexo do aumento dos tributos compartilhados (IR e IPI); e
- acréscimo de R\$ 7,5 bilhões (46,5%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e



Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 -Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV . Despesa Total	853.576,3	873.775,9	20.199,6	2,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	364.371,1	372.096,2	7.725,1	2,1%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	284.240,3	291.964,9	7.724,6	2,7%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	80.130,8	80.131,3	0,6	0,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	194.708,2	196.856,7	2.148,5	1,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	137.369,7	132.792,4	-4.577,4	-3,3%
Abono e Seguro Desemprego	39.020,4	37.530,7	-1.489,7	-3,8%
Benefícios Prest. Continuada LOAS/RMV	37.411,7	37.822,6	410,9	1,1%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.222,2	3.450,0	227,8	7,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	555,0	267,6	-287,3	-51,8%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	10.793,8	9.822,8	-971,0	-9,0%
FUNDEB (Complem. União)	10.008,4	10.115,4	106,9	1,1%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
Sentenças Judiciais e Precatórios	10.534,3	13.462,5	2.928,2	27,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.229,8	12.440,8	-5.789,0	-31,8%
FIES	3.125,9	2.057,8	-1.068,1	-34,2%
Demais	4.468,1	4.106,9	-361,2	-8,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	157.127,3	172.030,6	14.903,3	9,5%
Discricionárias Executivo	149.710,8	163.956,3	14.245,5	9,5%
PAC	14.799,4	13.910,3	-889,1	-6,0%
d/q MCMV	1.958,7	1.793,7	-165,0	-8,4%
Emissões de TDA	31,0	25,5	-5,5	-17,7%
Doações e Convênios	0,0	146,9	146,9	-
Demais	134.880,4	149.873,6	14.993,2	11,1%
Discricionárias LEJU/MPU	7.416,5	8.074,3	657,8	8,9%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	199.245,9	216.496,5	17.250,7	8,7%
Outras Despesas de Custeio	175.418,0	187.775,7	12.357,6	7,0%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

A despesa total do Governo Central no acumulado até agosto de 2018 atingiu R\$ 873,8 bilhões, 2,4% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 853,6 bilhões. Essa variação se deve ao efeito combinado dos seguintes fatores:

- elevação em R\$ 7,7 bilhões (2,1%) em Benefícios Previdenciários;
- aumento de R\$ 2,1 bilhões (1,1%) em Pessoal e Encargos Sociais;
- incremento em R\$ 14,9 bilhões (9,5%) em Despesas Discricionárias; e
- redução R\$ 4,6 bilhões Outras Despesas Obrigatórias (3,3%).

A redução em Subsídios, Subvenções e Proagro (R\$ 5,8 bilhões), que é resultado do processo de racionalização nos gastos com subsídios e a diminuição em Abono e Seguro Desemprego (R\$ 1,8 bilhões) foram parcialmente compensadas pela elevação de Sentenças Judiciais e Precatórios – OCC (R\$ 2,9 bilhões).

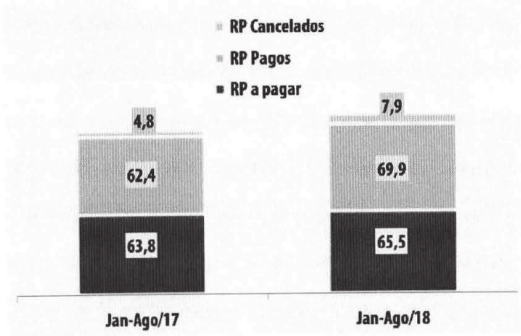


Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	134.880,4	149.873,6	14.993,2	11,1%
Ministério da Saúde	66.397,6	72.704,0	6.306,4	9,5%
Ministério da Educação	19.438,8	19.215,5	-223,3	-1,1%
Ministério do Desenvolvimento Social	22.595,5	23.197,2	601,7	2,7%
Ministério da Defesa	8.011,1	10.571,4	2.560,3	32,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	2.472,0	2.308,6	-163,4	-6,6%
Demais órgãos do Executivo	15.965,5	21.877,0	5.911,5	37,0%

As Despesas Discricionárias - Todos os Poderes apresentaram elevação de R\$ 14,9 bilhões (11,1%) explicada, principalmente pelas discricionárias do poder executivo que respondem pelas despesas de custeio dos ministérios e emendas parlamentares impositivas.



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até agosto de 2018 correspondeu a R\$ 69,9 milhões, contra R\$ 62,4 milhões no mesmo período do ano anterior



Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Agricultura	9.171,9	6.692,6	-2.479,3	-27,0%
Equalização de custeio agropecuário	2.097,9	1.112,1	-985,9	-47,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.278,3	1.590,2	-688,1	-30,2%
Política de preços agrícolas	-55,3	314,5	369,7	-
Pronaf	4.208,6	2.854,7	-1.353,9	-32,2%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	127,4	458,9	331,4	260,1%
Álcool	48,3	28,4	-19,9	-41,2%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-1,8	197,7	199,5	-
Funcafé	63,6	56,7	-6,9	-10,9%
Revitaliza	17,1	9,3	-7,8	-45,5%
Proagro	387,7	70,2	-317,5	-81,9%
Outros	9.057,9	5.748,2	-3.309,7	-36,5%
Proex	376,7	273,3	-103,4	-27,4%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.294,9	5.074,9	-3.220,0	-38,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de créd. dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,6	6,7	0,1	1,6%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	462,3	449,2	-13,1	-2,8%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parc. à Rem. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	49,6	44,3	-5,2	-10,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,0	-43,0	-37,0	614,9%
PNAFE	-126,1	-57,2	69,0	-54,7%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
Total	18.229,8	12.440,8	-5.789,0	-31,8%



Previdência Social

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	245.775,2	247.109,6	1.334,4	0,5%
Arrecadação Bruta	274.835,5	275.888,2	1.052,7	0,4%
Contribuição Previdenciária	236.683,3	237.853,1	1.169,8	0,5%
Simples/Nacional/PAES	25.944,5	26.981,7	1.037,1	4,0%
REFIS	112,4	83,8	-28,5	-25,4%
Depósitos Judiciais	1.301,5	1.146,8	-154,7	-11,9%
Compensação RGPS	10.793,8	9.822,8	-971,0	-9,0%
(-) Restituição/Devolução	-795,0	-626,7	168,3	-21,2%
(-) Transferências a Terceiros	-28.265,3	-28.152,0	113,4	-0,4%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	364.371,1	372.096,2	7.725,1	2,1%
RESULTADO PRIMÁRIO	-118.595,9	-124.986,6	-6.390,7	5,4%

Comparando os valores acumulados até agosto de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 118,6 bilhões para R\$ 125 bilhões (5,4%) a preços de agosto de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 7,7 bilhões (2,1%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 584,2 mil (2,0%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 14,01 (1,0%); e
- elevação real de R\$ 1,3 bilhão (0,5%) na arrecadação líquida.

Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ Milhões - A preços de nov/16 (IPCA)

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
CONTRIBUIÇÃO	245.775,2	247.109,6	1.334,4	0,5%
Urbano	239.664,3	240.319,4	655,1	0,3%
Rural	6.110,8	6.790,2	679,4	11,1%
BENEFÍCIOS	364.371,1	372.096,2	7.725,1	2,1%
Urbano	284.240,3	291.964,9	7.724,6	2,7%
Rural	80.130,8	80.131,3	0,6	0,0%
RESULTADO PRIMÁRIO	-118.595,9	-124.986,6	-6.390,7	5,4%
Urbano	-44.576,0	-51.645,5	-7.069,5	15,9%
Rural	-74.019,9	-73.341,1	678,8	-0,9%



Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Agosto		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	114.266,3	114.894,0	627,7	0,5%
I.1 Receita Administrada pela RFB	65.386,7	65.785,3	398,6	0,6%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.567,8	31.331,1	-236,8	-0,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.311,7	17.788,1	476,4	2,8%
II. Transferência por Repartição de Receita	18.864,8	22.434,5	3.569,7	18,9%
III. Receita Líquida Total (I-II)	95.401,5	92.459,5	-2.942,1	-3,1%
IV. Despesa Total	105.936,4	112.192,8	6.256,4	5,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.164,6	49.348,2	183,7	0,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.499,5	23.489,7	990,1	4,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.283,1	14.998,1	1.715,0	12,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.989,2	24.356,8	3.367,6	16,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB ²	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-10.534,9	-19.733,4	-9.198,5	87,3%
Tesouro Nacional e Banco Central	7.061,8	-1.716,2	-8.778,0	-
Previdência Social (RGPS)	-17.596,7	-18.017,2	-420,4	2,4%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	7.151,7	-1.749,5	-8.901,2	-
Resultado do Banco Central	-89,9	33,3	123,2	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-17.596,7	-18.017,2	-420,4	2,4%

A preços de agosto de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 10,5 bilhões em agosto de 2017 para um déficit de R\$ 19,7 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou redução de R\$ 9,2 bilhões (87,3%). Essa variação decorreu da redução da receita líquida em R\$ 2,9 bilhões (3,1%) somada à elevação de R\$ 6,3 bilhões (5,9%) da despesa total.

Sobre a redução da receita líquida, destaque-se a elevação de R\$ 3,6 bilhões (18,9%) nas transferências por repartição de receita resultantes do bom desempenho da arrecadação de julho de 2018.

A elevação da despesa é explicada pelo efeito combinado do crescimento dos gastos com pessoal e encargos sociais em R\$ 1,0 bilhão (4,4%), das outras despesas obrigatórias em R\$ 1,7 bilhão (12,9%) e das despesas discricionárias - todos os poderes em R\$ 3,4 bilhões (16,0%).



Receitas do Governo Central

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Agosto		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	114.266,3	114.894,0	627,7	0,5%
I.1 Receita Administrada pela RFB	65.386,7	65.785,3	398,6	0,6%
Imposto de Importação	3.121,4	3.933,2	811,8	26,0%
IPI	3.912,0	4.473,3	561,3	14,3%
Imposto de Renda	22.639,9	20.079,4	-2.560,5	-11,3%
IOF	2.921,2	3.027,8	106,6	3,6%
COFINS	19.069,4	22.738,6	3.669,2	19,2%
PIS/PASEP	5.034,4	5.734,1	699,7	13,9%
CSLL	4.641,2	5.051,8	410,6	8,8%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	536,6	206,6	-330,0	-61,5%
Outras	3.510,7	540,6	-2.970,1	-84,6%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.567,8	31.331,1	-236,8	-0,8%
Urbana	30.679,2	30.462,2	-217,1	-0,7%
Rural	888,6	868,9	-19,7	-2,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.311,7	17.788,1	476,4	2,8%
Concessões e Permissões	1.907,4	7.180,2	5.272,8	276,4%
Dividendos e Participações	350,3	612,5	262,2	74,8%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.095,6	1.044,1	-51,5	-4,7%
CotaParte de Compensações Financeiras	1.625,9	2.752,9	1.127,0	69,3%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.156,0	1.226,5	70,4	6,1%
Contribuição do Salário Educação	1.649,5	1.601,1	-48,4	-2,9%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	465,1	424,7	-40,4	-8,7%
Operações com Ativos	83,4	84,4	1,0	1,2%
Demais Receitas	8.978,4	2.861,8	-6.116,6	-68,1%

R\$ 1,1 bilhão em Compensações Financeiras, explicado pela elevação na taxa de câmbio e no preço internacional do petróleo; (iii) parcialmente compensados pela diminuição de R\$ 6,1 bilhões em demais receitas, fruto do recebimento de R\$ 6,0 bilhões em agosto/17 referente à devolução de precatórios conforme Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 627,7 milhões (0,5%), passando de R\$ 114,3 bilhões em agosto de 2017 para R\$ 114,9 bilhões em agosto de 2018. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 398,6 milhões (0,6%) na receita administrada pela RFB juntamente com elevação e de R\$ 476,4 milhões (2,8%) nas receitas não administradas parcialmente compensados pela redução de R\$ 236,8 milhões (0,8%) na arrecadação líquida para o RGPS. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- elevação de R\$ 3,7 bilhões (19,2%) na Cofins decorrente do efeito combinado do aumento do volume de venda de bens (aumento real de 3,00% no PMC-IBGE) e do volume de serviços (aumento real de 3,70% PMS-IBGE) com movimentos de compensação de créditos tributários;
- redução de R\$ 2,6 bilhões (11,3%) em Imposto de Renda, influenciado pelo montante de restituições e compensações; e
- decréscimo de R\$ 3,0 bilhões (84,6%) em outras receitas administradas, explicado pela arrecadação em agosto de 2017 de parcela referente à entrada nos programas de parcelamento PRT/PERT e pela redução nominal de 10,74% na arrecadação de Loterias.

A variação das receitas não administradas em R\$ 5,8 bilhões é explicada (i) pela elevação em Concessões e Permissões (R\$ 5,3 bilhões), devido aos recebimentos associados à 15ª rodada de partilha de petróleo; (ii) pelo crescimento de



Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Agosto		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	18.864,8	22.434,5	3.569,7	18,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.140,3	14.813,7	673,4	4,8%
II.2 Fundos Constitucionais	670,4	694,1	23,7	3,5%
Repasse Total	916,5	979,1	62,6	6,8%
Superávit dos Fundos	246,1	285,0	38,9	15,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	971,6	956,1	-15,5	-1,6%
II.4 Compensações Financeiras	3.050,3	5.953,4	2.903,1	95,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	32,2	17,2	-15,0	-46,6%

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 3,6 bilhões (18,9%), passando de R\$ 18,7 bilhões em agosto de 2017 para R\$ 22,4 bilhões no mesmo mês de 2018. Esse resultado decorre principalmente do crescimento de R\$ 2,9 bilhões em Compensações Financeiras, explicado pela elevação na arrecadação de Cota-Parte em julho/18 ante julho/17. Vale destacar também o crescimento das transferências relativas ao FPM/ FPE / IPI-EE, explicada pela elevação dos tributos compõem a base de repartição.



Despesas do Governo Central

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018 - IPCA

Discriminação	Agosto		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	105.936,4	112.192,8	6.256,4	5,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.164,6	49.348,2	183,7	0,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	37.080,6	37.424,4	343,7	0,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	12.083,9	11.923,8	-160,1	-1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.499,5	23.489,7	990,1	4,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.283,1	14.998,1	1.715,0	12,9%
Abono e Seguro Desemprego	4.918,6	5.196,5	278,0	5,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.681,6	4.718,0	36,4	0,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	465,1	424,7	-40,4	-8,7%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,6	60,6	10,0	19,8%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	1.014,7	919,9	-94,8	-9,3%
FUNDEB (Complem. União)	1.149,0	963,9	-185,1	-16,1%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	128,9	132,3	3,5	2,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	316,7	370,6	53,9	17,0%
FIES	-49,2	-40,5	8,7	-17,7%
Demais	607,2	536,7	-70,4	-11,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.989,2	24.356,8	3.367,6	16,0%
Discricionárias Executivo	20.010,6	23.311,8	3.301,2	16,5%
PAC	2.166,5	2.688,5	522,0	24,1%
d/q MCMV	226,3	426,1	199,8	88,3%
Emissões de TDA	5,5	9,5	4,0	73,7%
Demais	17.838,7	20.613,8	2.775,1	15,6%
Discricionárias LEJU/MPU	978,6	1.045,0	66,4	6,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	24.228,5	28.985,2	4.756,7	19,6%
Outras Despesas de Custeio	21.290,2	25.236,0	3.945,8	18,5%
Outras Despesas de Capital	2.938,3	3.749,1	810,9	27,6%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em agosto de 2018, houve elevação de R\$ 6,3 bilhões (5,9%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 105,9 bilhões para R\$ 112,2 bilhões. Essa variação se deve, principalmente à elevação de R\$ 3,4 bilhões (16,0%) em Despesas Discricionárias - Todos os Poderes, concentrada nas Despesas Discricionárias do Executivo.

As outras despesas obrigatórias cresceram R\$ 1,7 bilhão (12,9%) principalmente devido à despesa com Financiamento de Campanha Eleitoral, que totalizou R\$ 1,7 bilhão em agosto de 2018, sem contrapartida em 2017.



Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Agosto		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	17.838,7	20.599,6	2.760,9	15,5%
Ministério da Saúde	8.596,2	8.953,3	357,2	4,2%
Ministério da Educação	2.373,8	2.971,4	597,7	25,2%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.297,9	3.258,5	-39,4	-1,2%
Ministério da Defesa	1.139,9	1.456,7	316,8	27,8%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	307,1	359,8	52,7	17,2%
Demais órgãos do Executivo	2.123,9	3.599,9	1.475,9	69,5%

Previdência Social

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	Agosto		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	31.567,8	31.331,1	-236,8	-0,8%
Arrecadação Bruta	34.984,5	34.603,1	-381,4	-1,1%
Contribuição Previdenciária	30.348,5	30.039,9	-308,6	-1,0%
Simples/Nacional/PAES	3.401,8	3.406,8	5,0	0,1%
REFIS	9,3	227,5	218,3	-
Depósitos Judiciais	210,3	9,0	-201,2	-95,7%
Compensação RGPS	1.014,7	919,9	-94,8	-9,3%
(-) Restituição/Devolução	-175,2	-101,8	73,3	-41,9%
(-) Transferências a Terceiros	-3.241,5	-3.170,2	71,2	-2,2%
Benefícios Previdenciários	49.164,6	49.348,2	183,7	0,4%
Resultado Primário	-17.596,7	-18.017,2	-420,4	2,4%

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 17,6 bilhões em agosto de 2017 para déficit de R\$ 18 bilhões em agosto de 2018, representando uma diferença de R\$ de R\$ 420,4 milhões. Essa variação é explicada pela redução de R\$ 236,8 milhões na arrecadação líquida e pela elevação de R\$ 183,7 milhões (0,4%) nos Benefícios Previdenciários, influenciada pelo crescimento de 434,4 mil (1,5%) do número de benefícios emitidos e pela diminuição de R\$ 27,32 (1,4%) do valor médio dos benefícios.



Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	julho	agosto	Diferença	% Real
I. Receita Total	126.239,8	114.894,0	-11.345,8	-9,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	76.273,4	65.785,3	-10.488,0	-13,8%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.701,5	31.331,1	629,6	2,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	19.265,0	17.788,1	-1.476,9	-7,7%
II. Transferência por Repartição de Receita	19.883,6	22.434,5	2.550,9	12,8%
III. Receita Líquida Total (I-II)	106.356,2	92.459,5	-13.896,8	-13,1%
IV. Despesa Total	113.845,2	112.192,8	-1.652,3	-1,5%
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.235,5	49.348,2	4.112,7	9,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.987,1	23.489,7	-5.497,4	-19,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	17.956,0	14.998,1	-2.957,9	-16,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.666,5	24.356,8	2.690,3	12,4%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-7.489,0	-19.733,4	-12.244,4	163,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	7.045,1	-1.716,2	-8.761,3	-
Previdência Social (RGPS)	-14.534,1	-18.017,2	-3.483,1	24,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	7.184,6	-1.749,5	-8.934,1	-
Resultado do Banco Central	-139,5	33,3	172,8	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-14.534,1	-18.017,2	-3.483,1	24,0%

Em agosto de 2018, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 19,7 bilhões, contra déficit de R\$ 7,5 bilhões em julho de 2018 a preços constantes de agosto. Houve redução da receita líquida em R\$ 13,9 bilhões (13,1%), resultado principalmente da concentração sazonal em julho das receitas de IRPJ, CSLL e Cota-Parte de Compensações Financeira. Houve redução da despesa total em R\$ 1,7 bilhão (1,5%), decorrente principalmente de diminuições em subsídios e pessoal, que têm uma execução mais concentrada no mês de julho.



Receitas do Governo Central

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	julho	agosto	Diferença	% Real
I. Receita Total	126.239,8	114.894,0	-11.345,8	-9,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	76.273,4	65.785,3	-10.488,0	-13,8%
Imposto de Importação	3.839,0	3.933,2	94,2	2,5%
IPI	4.527,1	4.473,3	-53,8	-1,2%
Imposto de Renda	29.578,4	20.079,4	-9.499,1	-32,1%
IOF	3.047,6	3.027,8	-19,8	-0,6%
COFINS	20.046,8	22.738,6	2.691,8	13,4%
PIS/PASEP	5.248,0	5.734,1	486,1	9,3%
CSLL	7.984,6	5.051,8	-2.932,8	-36,7%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	215,4	206,6	-8,8	-4,1%
Outras	1.786,6	540,6	-1.246,0	-69,7%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.701,5	31.331,1	629,6	2,1%
Urbana	29.830,1	30.462,2	632,0	2,1%
Rural	871,3	868,9	-2,4	-0,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	19.265,0	17.788,1	-1.476,9	-7,7%
Concessões e Permissões	450,5	7.180,2	6.729,6	-
Dividendos e Participações	0,1	612,5	612,4	-
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.064,5	1.044,1	-20,5	-1,9%
CotaParte de Compensações Financeiras	11.032,4	2.752,9	-8.279,5	-75,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.280,4	1.226,5	-53,9	-4,2%
Contribuição do Salário Educação	1.593,0	1.601,1	8,1	0,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	428,5	424,7	-3,9	-0,9%
Operações com Ativos	124,1	84,4	-39,7	-32,0%
Demais Receitas	3.291,5	2.861,8	-429,6	-13,1%

Em valores atualizados de agosto de 2018, a receita total do Governo Central apresentou redução de R\$ 11,3 bilhões (9%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 126,2 bilhões em julho de 2018 para R\$ 114,9 bilhões em agosto de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- redução de R\$ 10,5 bilhões (13,8%) nas receitas administradas pela RFB principalmente devido ao decréscimo de R\$ 2,9 bilhões (36,7%) na CSLL e de R\$ 9,5 bilhões (32,1%) no imposto de renda devido ao pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única da CSLL/IRPJ referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho/2018; e
- redução de R\$ 1,5 bilhão (7,7%) nas receitas não administradas pela RFB: diminuição de R\$ 8,4 bilhões na receita de cota parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, parcialmente compensada pelo recebimento de R\$ 7,2 bilhões em Concessões, referente principalmente à antecipação de pagamentos associados à 15ª rodada de concessão de petróleo e gás.



Transferências do Tesouro Nacional

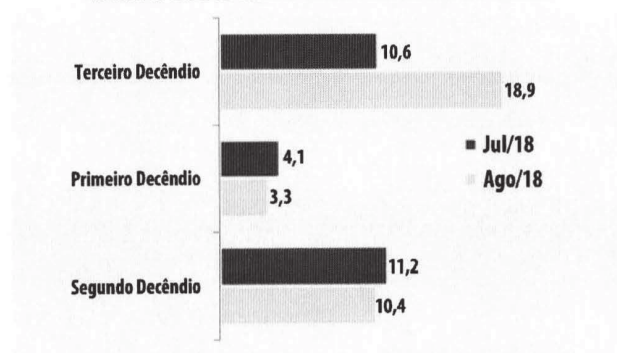
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	julho	agosto	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	19.883,6	22.434,5	2.550,9	12,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.839,9	14.813,7	-1.026,2	-6,5%
II.2 Fundos Constitucionais	635,6	694,1	58,5	9,2%
Repasse Total	775,4	979,1	203,7	26,3%
Superávit dos Fundos	-139,8	-285,0	-145,2	103,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	957,5	956,1	-1,4	-0,2%
II.4 Compensações Financeiras	2.048,1	5.953,4	3.905,4	190,7%
II.5 CIDE - Combustíveis	371,4	0,0	-371,4	-100,0%
II.6 Demais	31,1	17,2	-13,9	-44,7%

Em agosto de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 2,6 bilhões (12,8%), totalizando R\$ 22,4 bilhões, contra R\$ 19,9 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente à transferência em agosto de receitas sazonalmente concentradas em julho, notadamente imposto de renda e Compensações Financeiras.

Gráfico 2. Base de Cálculo Transferências Constitucionais



Despesas do Governo Central

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	julho	agosto	Diferença	% Real
IV . Despesa Total	113.845,2	112.192,8	-1.652,3	-1,5%
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.235,5	49.348,2	4.112,7	9,1%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	35.699,0	37.424,4	1.725,4	4,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.536,6	11.923,8	2.387,3	25,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.987,1	23.489,7	-5.497,4	-19,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	17.956,0	14.998,1	-2.957,9	-16,5%
Abono e Seguro Desemprego	4.839,9	5.196,5	356,6	7,4%
Benefícios de Prest. Continuada LOAS/RMV	4.647,8	4.718,0	70,2	1,5%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	428,5	424,7	-3,9	-0,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	28,7	60,6	32,0	111,5%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	960,1	919,9	-40,2	-4,2%
FUNDEB (Complem. União)	963,1	963,9	0,9	0,1%
Fundo Constitucional DF	161,8	132,6	-29,2	-18,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	280,2	132,3	-147,9	-52,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.658,1	370,6	-4.287,5	-92,0%
FIES	551,9	-40,5	-592,3	-
Demais	435,9	2.119,4	1.683,4	386,2%
IV.4 Desp. Discricionárias - Todos os Poderes	21.666,5	24.356,8	2.690,3	12,4%
Discricionárias Executivo	20.657,4	23.311,8	2.654,4	12,8%
PAC	1.889,4	2.688,5	799,1	42,3%
d/q MCMV	280,7	426,1	145,4	51,8%
Emissões de TDA	3,8	9,5	5,7	153,0%
Demais	18.764,3	20.613,8	1.849,6	9,9%
Discricionárias LEJU/MPU	1.009,1	1.045,0	35,9	3,6%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	25.357,4	28.985,2	3.627,8	14,3%
Outras Despesas de Custeio	21.973,9	25.236,0	3.262,1	14,8%
Outras Despesas de Capital	3.383,5	3.749,1	365,7	10,8%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em agosto de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 112,2 bilhões, representando redução de R\$ 1,7 bilhão (1,5%), em relação a julho de 2018. Essa variação é explicada pelo efeito conjugado de (i) diminuição de R\$ 5,5 bilhões nas despesas de pessoal e encargos sociais em virtude do adiantamento em julho de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo; (ii) decréscimo de R\$ 4,3 bilhões (92,0%) em Subsídio, subvenção e Proagro explicado pela sistemática de pagamentos estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do RTN de dezembro de 2015); (iii) elevação de R\$ 4,1 bilhões (9,1%) em Benefícios Previdenciários, devido ao pagamento em agosto da primeira parcela do 13º salário para metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo; e (iv) crescimento de R\$ 2,7 bilhões nas despesas discricionárias.



Tabela 3.5 - Demais Despesas Discrecionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	julho	agosto	Diferença	% Real
Total	18.746,7	20.599,6	1.852,9	9,9%
Ministério da Saúde	9.103,7	8.953,3	-150,4	-1,7%
Ministério da Educação	2.608,9	2.971,4	362,5	13,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.952,0	3.258,5	306,5	10,4%
Ministério da Defesa	1.196,5	1.456,7	260,2	21,7%
Min. da Ciência Tecnologia e Inovação	312,4	359,8	47,3	15,2%
Demais órgãos do Executivo	2.573,1	3.599,9	1.026,7	39,9%



Previdência Social

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de ago/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	julho	agosto	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	30.701,5	31.331,1	629,6	2,1%
Arrecadação Bruta	33.931,2	34.603,1	671,9	2,0%
Contribuição Previdenciária	29.383,8	30.039,9	656,0	2,2%
Simples/NACIONAL/PAES	3.440,4	3.406,8	-33,6	-1,0%
Depósitos Judiciais	103,2	227,5	124,4	120,6%
Refis	43,7	9,0	-34,7	-79,4%
Compensação RGPS	960,1	919,9	-40,2	-4,2%
(-) Restituição/Devolução	-62,6	-101,8	-39,2	62,6%
(-) Transferências a Terceiros	-3.167,1	-3.170,2	-3,1	0,1%
Benefícios Previdenciários	45.235,5	49.348,2	4.112,7	9,1%
Resultado Primário	-14.534,1	-18.017,2	-3.483,1	24,0%

Em agosto de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 18,0 bilhões, contra déficit de R\$ 14,5 bilhões no mês anterior. O aumento do déficit de R\$ 3,5 bilhões (24%) se deve ao efeito conjugado do aumento de R\$ 4,1 bilhões nos benefícios previdenciários e pelo aumento de R\$ 629,6 milhões (2,1%) na arrecadação líquida do RGPS. A elevação dos benefícios previdenciários é explicada pelo pagamento em agosto da primeira parcela do 13º salário para metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo.



Boxe 1 - Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 4º Bimestre de 2018

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO 2018), o Poder Executivo publicou, em 21/09/2018, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Central para o ano corrente, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de agosto de 2018, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados.

O Relatório de Avaliação do 4º bimestre, com relação à atualização do cenário econômico, manteve em 1,60% a previsão de crescimento real do PIB para 2018, em relação à última avaliação, e reduziu a estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) para 2018 de 4,2% para 4,1%.

Em relação ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre, a estimativa de receita cresceu R\$ 3,8 bilhões, devido principalmente ao aumento de R\$ 3,7 bilhões na projeção de arrecadação das Receitas Administradas pela RFB. Em relação às Receitas não Administradas pela RFB, houve elevação de R\$ 2,0 bilhões, com destaque para a arrecadação com Cota-Parte de Compensações Financeiras, revista de R\$ 58,8 bilhões para R\$ 60,4 bilhões em 2018. Essa alteração ocorreu, principalmente, devido ao crescimento das estimativas do preço internacional do petróleo e da taxa de câmbio. Também houve redução da estimativa da Arrecadação Líquida para o RGPS, influenciada, em grande medida, pela revisão para baixo do crescimento dos parâmetros associados à massa salarial.

No lado das despesas, houve diminuição de R\$ 4,3 bilhões nas despesas obrigatórias, explicado principalmente pelas reduções em Benefícios Previdenciários (R\$ 1,2 bilhão) e em Pessoal (R\$ 1,5 bilhão), devido principalmente à incorporação nas projeções dos dados realizados até agosto. Além disso, houve decréscimos de R\$ 1,3 bilhão em Abono e Seguro Desemprego, explicado pela redução na projeção do Seguro Desemprego, e de R\$ 1,4 bilhão em Subsídios.

Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018 indicaria a possibilidade de ampliação de empenho e movimentação financeira em R\$ 8,2 bilhões sem comprometer a meta de resultado primário prevista na LDO 2018. Não obstante, tendo em vista que as projeções de despesa que constam no relatório estão R\$ 4,1 bilhões abaixo dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, o espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias está condicionado pela estimativa de despesa em relação aos limites da EC nº 95/2016. O quadro a seguir resume as principais variações nas estimativas do relatório:



Resultado da Avaliação do 4º Bimestre (R\$ bilhões)			
Discriminação	Avaliação 3º Bimestre (a)	Avaliação 4º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.482,2	1.486,0	3,8
1.1 Receitas Administradas Líquidas de Incentivos Fiscais	901,4	905,1	3,7
1.2 Receitas Não-Administradas	188,3	190,4	2,1
1.3 Arrecadação Líquida do RGPS	392,5	390,5	-2,0
2. Transferência aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	256,1	255,9	-0,1
3. Receita Líquida de Transferência (1) - (2)	1.226,1	1.230,0	3,9
4. Despesas Primárias	1.383,3	1.380,8	-2,5
4.1. Obrigatórias*	1.255,6	1.251,3	-4,3
4.2. Despesas com Controle de Fluxo Discricionárias do Executivo	127,7	129,5	1,8
5. Resultado primário (3) - (4)	-157,2	-150,8	6,4
6. Metal Fiscal	-159,0	-159,0	0,0
7. Ampliação (+) ou Esforço (-) (3 - 4 - 6)	1,8	8,2	6,4
Memo:	Avaliação 3º Bimestre (a)	Avaliação 4º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Despesas Sujeitas ao Teto	1.347,2	1.343,8	-3,5
Limite EC 95	1.347,9	1.347,9	0,0
Margem Fiscal	0,7	4,1	3,5

* Inclui despesas do LEJU/MPU

Fonte: SOF/MP.



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/18 Jul/18		Ago/18 Ago/17	
I. RECEITA TOTAL	109.667,9	126.353,4	114.894,0	-11.459,4		5.226,1	4,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	62.755,4	76.342,0	65.785,3	-10.556,7	-13,8%	3.029,94	4,8%
I.1.1 Imposto de Importação	2.995,8	3.842,4	3.933,2	90,8	2,4%	937,4	31,3%
I.1.2 IPI	3.754,6	4.531,1	4.473,3	-57,8	-1,3%	718,8	19,1%
I.1.3 Imposto de Renda	21.728,8	29.605,0	20.079,4	-9.525,7	-32,2%	-1.649,4	-7,6%
I.1.4 IOF	2.803,7	3.050,3	3.027,8	-22,5	-0,7%	224,1	8,0%
I.1.5 COFINS	18.302,0	20.064,8	22.738,6	2.673,7	13,3%	4.436,6	24,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.831,8	5.252,7	5.734,1	481,4	9,2%	902,3	18,7%
I.1.7 CSLL	4.454,4	7.991,7	5.051,8	-2.939,9	-36,8%	597,4	13,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	515,0	215,6	206,6	-9,0	-4,2%	-308,4	-59,9%
I.1.10 Outras	3.369,4	1.788,2	540,6	-1.247,6	-69,8%	-2.828,8	-84,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,5	-10,5	-	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.297,5	30.729,1	31.331,1	602,0	2,0%	1.033,6	3,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	16.615,1	19.282,3	17.788,1	-1.494,2	-7,7%	1.173,0	7,1%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.830,6	450,9	7.180,2	6.729,2	-	5.349,5	292,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	336,2	0,1	612,5	612,4	-	276,3	82,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.051,5	1.065,5	1.044,1	-21,4	-2,0%	-7,4	-0,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.560,5	11.042,3	2.752,9	-8.289,4	-75,1%	1.192,4	76,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.109,5	1.281,5	1.226,5	-55,1	-4,3%	117,0	10,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.583,1	1.594,4	1.601,1	6,7	0,4%	18,0	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	446,4	428,9	424,7	-4,2	-1,0%	-21,7	-4,9%
I.4.8 Operações com Ativos	80,1	124,2	84,4	-39,8	-32,0%	4,3	5,4%
I.4.9 Demais Receitas	8.617,1	3.294,4	2.861,8	-432,6	-13,1%	-5.755,3	-66,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.105,6	19.901,5	22.434,5	2.533,0	12,7%	4.328,9	23,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.571,3	15.854,1	14.813,7	-1.040,4	-6,6%	1.242,42	9,2%
II.2 Fundos Constitucionais	643,4	636,1	694,1	58,0	9,1%	50,70	7,9%
II.2.1 Repasse Total	879,6	776,1	979,1	203,0	0,3	99,5	11,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-236,2	-140,0	-285,0	-145,0	1,0	-48,8	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	932,5	958,4	956,1	-2,3	-0,2%	23,60	2,5%
II.4 Compensações Financeiras	2.927,5	2.049,9	5.953,4	3.903,5	190,4%	3.025,9	103,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	371,8	0,0	-371,8	-100,0%	-	-
II.6 Demais	30,9	31,2	17,2	-14,0	-44,8%	13,71	-44,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	91.562,3	106.451,9	92.459,5	-13.992,5	-13,1%	897,2	1,0%
IV. DESPESA TOTAL	101.673,3	113.947,6	112.192,8	-1.754,8	-1,5%	10.519,6	10,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	47.186,1	45.276,2	49.348,2	4.072,0	9,0%	2.162,18	4,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.594,1	29.013,2	23.489,7	-5.523,5	-19,0%	1.895,58	8,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.748,6	17.972,2	14.998,1	-2.974,1	-16,5%	2.249,5	17,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.720,6	4.844,3	5.196,5	352,3	7,3%	475,9	10,1%
IV.3.2 Anistiados	12,6	17,8	12,6	-5,2	-29,1%	0,1	0,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,9	52,6	51,1	-1,5	-2,8%	4,2	8,9%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.493,2	4.652,0	4.718,0	66,1	1,4%	224,8	5,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	446,4	428,9	424,7	-4,2	-1,0%	-21,7	-4,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,6	28,7	60,6	31,9	111,3%	12,0	24,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	973,9	961,0	919,9	-41,1	-4,3%	-54,0	-5,5%
IV.3.10 Convênios	16,7	0,0	0,0	0,0	-	-16,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	8,0	0,0	0,0	0,0	-	-8,0	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	121,8	119,4	84,6	-34,8	-29,2%	-37,2	-30,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.102,8	963,9	963,9	0,0	0,0%	-138,8	-12,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	105,1	162,0	132,6	-29,4	-18,1%	27,6	26,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	123,7	280,5	132,3	-148,1	-52,8%	8,7	7,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	304,0	4.662,320	370,6	-4.291,7	-92,1%	66,6	21,9%
IV.3.21 Transferências ANA	40,7	23,5	27,4	3,9	16,6%	-13,3	-32,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	68,5	63,8	69,2	5,4	8,5%	0,7	1,1%
IV.3.23 FIES	-47,2	552,4	-40,5	-592,8	-	6,8	-14,3%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	1.715,2	1.715,2	-	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.144,6	21.686,0	24.356,8	2.670,8	12,3%	4.212,3	20,9%
IV.4.1 PAC	2.079,3	1.891,1	2.688,5	797,4	42,2%	609,2	29,3%
d/q MCMV	217,2	280,9	426,1	145,2	51,7%	208,9	96,2%
IV.4.2 Emissões de TDA	5,3	3,8	9,5	5,7	152,8%	4,25	81,0%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	17,6	14,2	-3,4	-19,1%	14,24	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	17.120,8	18.763,5	20.599,6	1.836,1	9,8%	3.478,75	20,3%
IV.4.5 LEJU/MPU	939,2	1.010,0	1.045,0	35,0	3,5%	105,81	11,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-10.111,0	-7.495,7	-19.733,4	-12.237,7	163,3%	-9.622,4	95,2%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	378,7	670,4	-	-	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-932,3	3.568,4	-	-	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	748,4	580,0	-	-	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-9.916,2	-2.676,9	-	-	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-33.710,1	-20.363,7	-	-	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-43.626,3	-23.040,6	-	-	-	-	-



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
				Ago/18	Jul/18	Ago/18	Ago/17
I. RECEITA TOTAL	114.266,3	126.239,8	114.894,0	-11.345,8	-9,0%	627,7	0,5%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	65.386,7	76.273,4	65.785,3	-10.488,0	-13,8%	398,6	0,6%
I.1.1 Imposto de Importação	3.121,4	3.839,0	3.933,2	94,2	2,5%	811,8	26,0%
I.1.2 IPI	3.912,0	4.527,1	4.473,3	-53,8	-1,2%	561,3	14,3%
I.1.3 Imposto de Renda	22.639,9	29.578,4	20.079,4	-9.499,1	-32,1%	-2.560,5	-11,3%
I.1.4 IOF	2.921,2	3.047,6	3.027,8	-19,8	-0,6%	106,6	3,6%
I.1.5 COFINS	19.069,4	20.046,8	22.738,6	2.669,2	13,4%	3.669,2	19,2%
I.1.6 PIS/PASEP	5.034,4	5.248,0	5.734,1	486,1	9,3%	699,7	13,9%
I.1.7 CSLL	4.641,2	7.984,6	5.051,8	-2.932,8	-36,7%	410,6	8,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	536,6	215,4	206,6	-8,8	-4,1%	-330,0	-61,5%
I.1.10 Outras	3.510,7	1.786,6	540,6	-1.246,0	-69,7%	-2.970,1	-84,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,5	-10,5	-	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.567,8	30.701,5	31.331,1	629,6	2,1%	-236,8	-0,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	17.311,7	19.265,0	17.788,1	-1.476,9	-7,7%	476,4	2,8%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.907,4	450,5	7.180,2	6.729,6	-	5.272,8	276,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	350,3	0,1	612,5	612,4	-	262,2	74,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.095,6	1.064,5	1.044,1	-20,5	-1,9%	-51,5	-4,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.625,9	11.032,4	2.752,9	-8.279,5	-75,0%	1.127,0	69,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.156,0	1.280,4	1.226,5	-53,9	-4,2%	70,4	6,1%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.649,5	1.593,0	1.601,1	8,1	0,5%	-48,4	-2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	465,1	428,5	424,7	-3,9	-0,9%	-40,4	-8,7%
I.4.8 Operações com Ativos	83,4	124,1	84,4	-39,7	-32,0%	1,0	1,2%
I.4.9 Demais Receitas	8.978,4	3.291,5	2.861,8	-429,6	-13,1%	-6.116,6	-68,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.864,8	19.883,6	22.434,5	2.550,9	12,8%	3.569,7	18,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.140,3	15.839,9	14.813,7	-1.026,2	-6,5%	673,4	4,8%
II.2 Fundos Constitucionais	670,4	635,6	694,1	58,5	9,2%	23,7	3,5%
II.2.1 Repasse Total	916,5	775,4	979,1	203,7	26,3%	62,6	6,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-246,1	-139,8	-285,0	-145,2	103,8%	-38,9	15,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	971,6	957,5	956,1	-1,4	-0,2%	-1,5	-1,6%
II.4 Compensações Financeiras	3.050,3	2.048,1	5.953,4	3.905,4	190,7%	2.903,1	95,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	371,4	0,0	-371,4	-	0,0	-
II.6 Demais	32,2	31,1	17,2	-13,9	-44,7%	-15,0	-46,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	95.401,5	106.356,2	92.459,5	-13.896,8	-13,1%	-2.942,1	-3,1%
IV. DESPESA TOTAL	105.936,4	113.845,2	112.192,8	-1.652,3	-1,5%	6.256,4	5,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.164,6	45.235,5	49.348,2	4.112,7	9,1%	183,7	0,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.499,5	28.987,1	23.489,7	-5.497,4	-19,0%	990,1	4,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.283,1	17.956,0	14.998,1	-2.957,9	-16,5%	1.715,0	12,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.918,6	4.839,9	5.196,5	356,6	7,4%	278,0	5,7%
IV.3.2 Anistiados	13,1	17,8	12,6	-5,2	-29,0%	-0,5	-3,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	48,9	52,5	51,1	-1,4	-2,7%	2,2	4,5%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.681,6	4.647,8	4.718,0	70,2	1,5%	36,4	0,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	465,1	428,5	424,7	-3,9	-0,9%	-40,4	-8,7%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,6	28,7	60,6	32,0	111,5%	10,0	19,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.014,7	960,1	919,9	-40,2	-4,2%	-94,8	-9,3%
IV.3.10 Convênios	17,4	0,0	0,0	0,0	-	-17,4	-100,0%
IV.3.11 Doações	8,3	0,0	0,0	0,0	-	-8,3	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	127,0	119,3	94,6	-34,7	-29,1%	-42,3	-33,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.149,0	963,1	963,9	0,9	0,1%	-185,1	-16,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	109,5	161,8	132,6	-29,2	-18,1%	23,1	21,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,3	159,0	159,2	0,1	0,1%	-10,1	-6,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	128,9	280,2	132,3	-147,9	-52,8%	3,5	2,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	316,7	4.658,1	370,6	-4.287,5	-92,0%	53,9	17,0%
IV.3.21 Transferências ANA	42,4	23,5	27,4	3,9	16,7%	-15,0	-35,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	71,3	63,8	69,2	5,4	8,5%	-2,1	-3,0%
IV.3.23 FIES	-49,2	551,9	-40,5	-592,3	-	8,7	-17,7%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	1.715,2	1.715,2	-	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todas as Poderes	20.989,2	21.666,5	24.356,8	2.690,3	12,4%	3.367,6	16,0%
IV.4.1 PAC	2.166,5	1.889,4	2.688,5	799,1	42,3%	522,0	24,1%
d/q MCMV	226,3	280,7	426,1	145,4	51,8%	199,8	88,3%
IV.4.2 Emissões de TDA	5,5	3,8	9,5	5,7	153,0%	4,0	73,7%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	17,6	14,2	-3,4	-19,0%	14,2	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	17.838,7	18.746,7	20.599,6	1.852,9	9,9%	2.760,9	15,5%
IV.4.5 LEJU/MPU	978,6	1.009,1	1.045,0	35,9	3,6%	66,4	6,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-10.534,9	-7.489,0	-19.733,4	-12.244,4	163,5%	-9.198,5	87,3%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	394,6	669,8					
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-971,4	3.565,2					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	779,7	579,4					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-10.332,0	-2.674,5					
X. JUROS NOMINAIS	-35.123,6	-20.345,3					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-45.455,6	-23.019,9					

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	
I. RECEITA TOTAL	882.460,9	971.882,6	89.421,6	10,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	546.841,6	606.497,1	59.655,5	10,9%
I.1.1 Imposto de Importação	20.658,0	26.988,0	6.330,0	30,6%
I.1.2 IPI	28.786,4	36.279,1	7.492,7	26,0%
I.1.3 Imposto de Renda	233.996,1	244.702,0	10.705,9	4,6%
I.1.4 IOF	22.849,8	23.988,2	1.138,4	5,0%
I.1.5 COFINS	136.018,5	164.384,2	28.365,7	20,9%
I.1.6 PIS/PASEP	36.703,7	43.540,1	6.836,3	18,6%
I.1.7 CSLL	49.697,8	55.580,9	5.883,1	11,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	3.840,1	2.989,4	-850,7	-22,2%
I.1.10 Outras	14.291,1	8.045,2	-6.245,9	-43,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	-12,2	5,2	-30,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	234.704,9	243.948,6	9.243,7	3,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	100.931,8	121.449,0	20.517,2	20,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	4.783,2	10.236,4	5.453,2	114,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.638,9	6.265,2	1.626,3	35,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.398,1	8.518,0	120,0	1,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	24.856,8	39.255,4	14.398,6	57,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.064,9	9.920,3	855,4	9,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	13.689,6	14.046,7	357,1	2,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.079,3	3.412,9	333,7	10,8%
I.4.8 Operações com Ativos	698,5	739,2	40,7	5,8%
I.4.9 Demais Receitas	31.722,7	29.054,8	-2.667,8	-8,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	154.094,8	171.802,1	17.707,3	11,5%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	123.536,9	133.076,7	9.539,8	7,7%
II.2 Fundos Constitucionais	5.356,0	5.444,6	88,6	1,7%
II.2.1 Repasse Total	7.926,5	8.546,4	619,8	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.570,5	-3.101,7	-531,2	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.196,0	8.448,4	252,4	3,1%
II.4 Compensações Financeiras	15.395,2	23.333,4	7.938,3	51,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
II.6 Demais	356,2	329,7	-26,4	-7,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	728.366,2	800.080,5	71.714,3	9,8%
IV. DESPESA TOTAL	815.110,4	862.658,4	47.548,0	5,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	347.977,5	367.334,3	19.356,7	5,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	185.929,1	194.351,3	8.422,2	4,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	131.107,8	130.978,1	-129,8	-0,1%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	37.238,7	37.022,2	-216,4	-0,6%
IV.3.2 Anistiados	124,1	114,2	-9,9	-7,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	383,2	399,3	16,1	4,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	35.724,6	37.335,8	1.611,1	4,5%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.079,3	3.412,9	333,7	10,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	529,6	264,5	-265,1	-50,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.306,3	9.687,1	-619,2	-6,0%
IV.3.10 Convênios	128,4	0,0	-128,4	-100,0%
IV.3.11 Doações	42,7	0,0	-42,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	563,6	527,2	-36,4	-6,5%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	9.545,3	9.959,0	413,7	4,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	946,9	975,8	29,0	3,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.300,0	1.273,3	-26,7	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.068,2	13.217,3	3.149,1	31,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.368,4	12.273,2	-5.095,2	-29,3%
IV.3.21 Transferências ANA	184,8	189,6	4,8	2,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	594,0	576,3	-17,7	-3,0%
IV.3.23 FIES	2.979,7	2.035,0	-944,7	-31,7%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todas os Poderes	150.096,0	169.994,8	19.898,8	13,3%
IV.4.1 PAC	14.145,6	13.762,9	-382,7	-2,7%
d/q MCMV	1.872,9	1.779,7	-93,2	-5,0%
IV.4.2 Emissões de TDA	29,7	25,3	-4,4	-14,8%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	144,9	144,9	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	128.835,2	148.088,5	19.253,3	14,9%
IV.4.5 LEJU/MPU	7.085,4	7.973,2	887,8	12,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	4.021,0	4.021,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-86.744,2	-58.557,0	28.187,3	-32,5%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	3.069,8	3.069,8	0,0	0,0%
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	6.541,3	6.541,3	0,0	0,0%
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.514,8	-1.514,8	0,0	0,0%
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-78.648,0	-78.648,0	0,0	0,0%
X. JUROS NOMINAIS	-232.458,3	-232.458,3	0,0	0,0%
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-311.106,3	-311.106,3	0,0	0,0%



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Ago	2018 Jan-Ago	Diferença Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	924.372,4	985.023,0	60.650,7	6,6%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	572.929,7	614.972,8	42.043,1	7,3%
I.1.1 Imposto de Importação	21.630,1	27.315,3	5.685,2	26,3%
I.1.2 IPI	30.145,0	36.764,0	6.619,0	22,0%
I.1.3 Imposto de Renda	245.232,7	248.322,1	3.089,4	1,3%
I.1.4 IOF	23.930,2	24.296,2	366,1	1,5%
I.1.5 COFINS	142.454,4	166.526,2	24.071,9	16,9%
I.1.6 PIS/PASEP	38.443,3	44.118,1	5.674,8	14,8%
I.1.7 CSLL	52.121,7	56.423,7	4.301,9	8,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.021,3	3.035,2	-986,0	-24,5%
I.1.10 Outras	14.951,1	8.172,0	-6.779,2	-45,3%
I.2 - Incentivos Fiscais	-18,2	-12,2	6,0	-33,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	245.775,2	247.109,6	1.334,4	0,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	105.685,7	122.952,8	17.267,1	16,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	5.000,1	10.267,8	5.267,8	105,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.856,5	6.352,5	1.495,9	30,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.794,8	8.629,4	-165,4	-1,9%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	26.051,1	39.738,0	13.686,9	52,5%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.491,9	10.041,4	549,5	5,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	14.345,7	14.246,2	-99,6	-0,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.222,2	3.455,4	233,3	7,2%
I.4.8 Operações com Ativos	731,5	748,6	17,1	2,3%
I.4.9 Demais Receitas	33.191,8	29.473,5	-3.718,2	-11,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	161.394,0	174.068,0	12.674,0	7,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	129.393,9	134.858,6	5.464,7	4,2%
II.2 Fundos Constitucionais	5.609,6	5.515,6	-94,0	-1,7%
II.2.1 Repasse Total	8.303,2	8.664,8	361,6	4,4%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.693,5	-3.149,2	-455,7	16,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.586,4	8.566,2	-20,2	-0,2%
II.4 Compensações Financeiras	16.114,4	23.604,8	7.490,4	46,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.315,6	1.186,8	-128,8	-9,8%
II.6 Demais	374,1	336,0	-38,1	-10,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	762.978,4	810.955,0	47.976,7	6,3%
IV. DESPESA TOTAL	853.576,3	873.775,9	20.199,6	2,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	364.371,1	372.096,2	7.725,1	2,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	194.708,2	196.856,7	2.148,5	1,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	137.369,7	132.792,4	-4.577,4	-3,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	39.020,4	37.530,7	-1.489,7	-3,8%
IV.3.2 Anistiados	130,0	115,7	-14,2	-11,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	401,3	404,4	3,0	0,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	37.411,7	37.822,6	410,9	1,1%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.222,2	3.450,0	227,8	7,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	555,0	267,6	-287,3	-51,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.793,8	9.822,8	-971,0	-9,0%
IV.3.10 Convênios	134,4	0,0	-134,4	-100,0%
IV.3.11 Doações	44,7	0,0	-44,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	589,2	532,3	-56,9	-9,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.008,4	10.115,4	106,9	1,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	991,7	987,5	-4,2	-0,4%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.361,5	1.290,0	-71,5	-5,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.534,3	13.462,5	2.928,2	27,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.229,8	12.440,8	-5.789,0	-31,8%
IV.3.21 Transferências ANA	193,3	192,1	-1,2	-0,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	622,0	585,0	-37,1	-6,0%
IV.3.23 FIES	3.125,9	2.057,8	-1.068,1	-34,2%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	157.127,3	172.030,6	14.903,3	9,5%
IV.4.1 PAC	14.799,4	13.910,3	-889,1	-6,0%
d/q MCMV	1.958,7	1.793,7	-165,0	-8,4%
IV.4.2 Emissões de TDA	31,0	25,5	-5,5	-17,7%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	146,9	146,9	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	134.880,4	149.873,6	14.993,2	11,1%
IV.4.5 LEJU/MPU	7.416,5	8.074,3	657,8	8,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	4.074,8	4.074,8	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-90.598,0	-58.746,1	31.851,9	-35,2%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	3.211,7	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	6.887,8	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.581,5	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-82.079,9	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-243.419,3	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-325.499,2	-	-	-



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Varição (%)	Diferença	Varição (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/18 Jul/18		Ago/18 Ago/17	
I. RECEITA TOTAL	109.667,9	126.353,4	114.894,0	-11.459,4	-9,1%	5.226,1	4,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	62.755,4	76.342,0	65.785,3	-10.556,7	-13,8%	3.029,9	4,8%
I.1.1 Imposto de Importação	2.995,8	3.842,4	3.933,2	90,8	2,4%	937,4	31,3%
I.1.2 IPI	3.754,6	4.531,1	4.473,3	-57,8	-1,3%	718,8	19,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	507,3	455,1	443,7	-11,4	-2,5%	-63,6	-12,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	137,0	173,7	169,0	-4,7	-2,7%	32,0	23,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	392,8	413,0	531,5	118,4	28,7%	138,7	35,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	1.295,3	1.651,9	1.832,5	180,6	10,9%	537,2	41,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.422,2	1.837,5	1.496,7	-340,8	-18,5%	74,5	5,2%
I.1.3 Imposto de Renda	21.728,8	29.605,0	20.079,4	-9.525,7	-32,2%	-1.649,4	-7,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.434,2	2.648,5	2.654,0	5,4	0,2%	219,7	9,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.451,5	15.336,6	2.694,9	-12.641,7	-82,4%	-4.756,6	-63,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	11.843,1	11.619,9	14.730,5	3.110,6	26,8%	2.887,4	24,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.668,3	4.258,8	6.824,1	2.565,3	60,2%	1.155,8	20,4%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.566,1	3.202,8	3.536,2	333,4	10,4%	-29,9	-0,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.711,1	3.041,8	3.131,5	89,7	2,9%	1.420,5	83,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	897,6	1.116,4	1.238,6	122,2	10,9%	341,0	38,0%
I.1.4 IOF	2.803,7	3.050,3	3.027,8	-22,5	-0,7%	224,1	8,0%
I.1.5 Cofins	18.302,0	20.064,8	22.738,6	2.673,7	13,3%	4.436,6	24,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.831,8	5.252,7	5.734,1	481,4	9,2%	902,3	18,7%
I.1.7 CSLL	4.454,4	7.991,7	5.051,8	-2.939,9	-36,8%	597,4	13,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	515,0	215,6	206,6	-9,0	-4,2%	-308,4	-59,9%
I.1.10 Outras	3.369,4	1.788,2	540,6	-1.247,6	-69,8%	-2.828,8	-84,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,5	-10,5	-	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.297,5	30.729,1	31.331,1	602,0	2,0%	1.033,6	3,4%
I.3.1 Urbana	29.444,6	29.857,0	30.462,2	605,2	2,0%	1.017,6	3,5%
I.3.2 Rural	852,8	872,1	868,9	-3,2	-0,4%	16,0	1,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	16.615,1	19.282,3	17.788,1	-1.494,2	-7,7%	1.173,0	7,1%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.830,6	450,9	7.180,2	6.729,2	-	5.349,5	292,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	336,2	0,1	612,5	612,4	-	276,3	82,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.051,5	1.065,5	1.044,1	-21,4	-2,0%	-7,4	-0,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.560,5	11.042,3	2.752,9	-8.289,4	-75,1%	1.192,4	76,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.109,5	1.281,5	1.226,5	-55,1	-4,3%	117,0	10,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.583,1	1.594,4	1.601,1	6,7	0,4%	18,0	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	446,4	428,9	424,7	-4,2	-1,0%	-21,7	-4,9%
I.4.8 Operações com Ativos	80,1	124,2	84,4	-39,8	-32,0%	4,3	5,4%
I.4.9 Demais Receitas	8.617,1	3.294,4	2.861,8	-432,6	-13,1%	-5.755,3	-66,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.105,6	19.901,5	22.434,5	2.533,0	12,7%	4.328,9	23,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.571,3	15.854,1	14.813,7	-1.040,4	-6,6%	1.242,4	9,2%
II.2 Fundos Constitucionais	643,4	636,1	694,1	58,0	9,1%	50,7	7,9%
II.2.1 Repasse Total	879,6	776,1	979,1	203,0	26,2%	99,5	11,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-236,2	-140,0	-285,0	-145,0	103,6%	-48,8	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	932,5	958,4	956,1	-2,3	-0,2%	23,6	2,5%
II.4 Compensações Financeiras	2.927,5	2.049,9	5.953,4	3.903,5	190,4%	3.025,9	103,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	371,8	0,0	-371,8	-	0,0	-
II.6 Demais	30,9	31,2	17,2	-14,0	-44,8%	-13,7	-44,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	91.562,3	106.451,9	92.459,5	-13.992,5	-13,1%	897,2	1,0%



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/18	Jul/18	Ago/18	Ago/17
I. RECEITA TOTAL	114.266,3	126.239,8	114.894,0	-11.345,8	-9,0%	627,7	0,5%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	65.386,7	76.273,4	65.785,3	-10.488,0	-13,8%	398,6	0,6%
I.1.1 Imposto de Importação	3.121,4	3.839,0	3.933,2	94,2	2,5%	811,8	26,0%
I.1.2 IPI	3.912,0	4.527,1	4.473,3	-53,8	-1,2%	561,3	14,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	528,5	454,7	443,7	-11,0	-2,4%	-84,9	-16,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	142,8	173,5	169,0	-4,5	-2,6%	26,2	18,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	409,3	412,7	531,5	118,8	28,8%	122,2	29,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	1.349,6	1.650,4	1.832,5	182,1	11,0%	482,9	35,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.481,8	1.835,8	1.496,7	-339,1	-18,5%	14,9	1,0%
I.1.3 Imposto de Renda	22.639,9	29.578,4	20.079,4	-9.499,1	-32,1%	-2.560,5	-11,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.536,3	2.646,1	2.654,0	7,8	0,3%	117,7	4,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.763,9	15.322,8	2.694,9	-12.627,9	-82,4%	-5.069,0	-65,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	12.339,7	11.609,4	14.730,5	3.121,0	26,9%	2.390,8	19,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.906,0	4.255,0	6.824,1	2.569,1	60,4%	918,1	15,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.715,6	3.200,0	3.536,2	336,3	10,5%	-179,4	-4,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.782,8	3.039,1	3.131,5	92,4	3,0%	1.348,7	75,7%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	995,2	1.115,4	1.238,6	123,2	11,0%	303,4	32,4%
I.1.4 IOF	2.921,2	3.047,6	3.027,8	-19,8	-0,6%	106,6	3,6%
I.1.5 Cofins	19.069,4	20.046,8	22.738,6	2.691,8	13,4%	3.669,2	19,2%
I.1.6 PIS/PASEP	5.034,4	5.248,0	5.734,1	486,1	9,3%	699,7	13,9%
I.1.7 CSLL	4.641,2	7.984,6	5.051,8	-2.932,8	-36,7%	410,6	8,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	596,6	215,4	206,6	-8,8	-4,1%	-330,0	-61,5%
I.1.10 Outras	3.510,7	1.786,6	540,6	-1.246,0	-69,7%	-2.970,1	-84,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,5	-10,5	-	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.567,8	30.701,5	31.331,1	629,6	2,1%	-236,8	-0,8%
I.3.1 Urbana	30.679,2	29.830,1	30.462,2	632,0	2,1%	-217,1	-0,7%
I.3.2 Rural	888,6	871,3	868,9	-2,4	-0,3%	-19,7	-2,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	17.311,7	19.265,0	17.788,1	-1.476,9	-7,7%	476,4	2,8%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.907,4	450,5	7.180,2	6.729,6	-	5.272,8	276,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	350,3	0,1	612,5	612,4	-	262,2	74,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.095,6	1.064,5	1.044,1	-20,5	-1,9%	-51,5	-4,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.625,9	11.032,4	2.752,9	-8.279,5	-75,0%	1.127,0	69,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.156,0	1.280,4	1.226,5	-53,9	-4,2%	70,4	6,1%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.649,5	1.593,0	1.601,1	8,1	0,5%	-48,4	-2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	465,1	428,5	424,7	-3,9	-0,9%	-40,4	-8,7%
I.4.8 Operações com Ativos	83,4	124,1	84,4	-39,7	-32,0%	1,0	1,2%
I.4.9 Demais Receitas	8.978,4	3.291,5	2.861,8	-429,6	-13,1%	-6.116,6	-68,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.864,8	19.883,6	22.434,5	2.550,9	12,8%	3.569,7	18,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.140,3	15.839,9	14.813,7	-1.026,2	-6,5%	673,4	4,8%
II.2 Fundos Constitucionais	670,4	635,6	694,1	58,5	9,2%	23,7	3,5%
II.2.1 Repasse Total	916,5	775,4	979,1	203,7	26,3%	62,6	6,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-246,1	-139,8	-285,0	-145,2	103,8%	-38,9	15,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	971,6	957,5	956,1	-1,4	-0,2%	-15,5	-1,6%
II.4 Compensações Financeiras	3.050,3	2.048,1	5.953,4	3.905,4	190,7%	2.903,1	95,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	371,4	0,0	-371,4	-100,0%	0,0	-
II.6 Demais	32,2	31,1	17,2	-13,9	-44,7%	-15,0	-46,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	95.401,5	106.356,2	92.459,5	-13.896,8	-13,1%	-2.942,1	-3,1%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	
I. RECEITA TOTAL	882.460,9	971.882,6	89.421,6	10,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	546.841,6	606.497,1	59.655,5	10,9%
I.1.1 Imposto de Importação	20.658,0	26.988,0	6.330,0	30,6%
I.1.2 IPI	28.786,4	36.279,1	7.492,7	26,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.405,3	3.488,0	82,7	2,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.796,0	1.668,1	-127,9	-7,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.837,4	3.321,3	483,9	17,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	8.758,2	11.662,3	2.904,0	33,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	11.989,4	16.139,5	4.150,0	34,6%
I.1.3 Imposto de Renda	233.996,1	244.702,0	10.705,9	4,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	24.157,2	25.480,8	1.323,7	5,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	84.306,6	89.741,1	5.434,6	6,4%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	125.532,4	129.480,0	3.947,6	3,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	63.845,4	66.932,6	3.087,3	4,8%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	37.369,7	32.910,8	-4.458,8	-11,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	17.320,1	21.115,2	3.795,1	21,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	6.997,3	8.521,3	1.524,0	21,8%
I.1.4 IOF	22.849,8	23.988,2	1.138,4	5,0%
I.1.5 Cofins	136.018,5	164.384,2	28.365,7	20,9%
I.1.6 PIS/PASEP	36.703,7	43.540,1	6.836,3	18,6%
I.1.7 CSLL	49.697,8	55.580,9	5.883,1	11,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	3.840,1	2.989,4	-850,7	-22,2%
I.1.10 Outras	14.291,1	8.045,2	-6.245,9	-43,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	-12,2	5,2	-30,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	234.704,9	243.948,6	9.243,7	3,9%
I.3.1 Urbana	228.867,0	237.243,5	8.376,6	3,7%
I.3.2 Rural	5.838,0	6.705,0	867,1	14,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	100.931,8	121.449,0	20.517,2	20,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	4.783,2	10.236,4	5.453,2	114,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.638,9	6.265,2	1.626,3	35,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.398,1	8.518,0	120,0	1,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	24.856,8	39.255,4	14.398,6	57,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.064,9	9.920,3	855,4	9,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	13.689,6	14.046,7	357,1	2,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.079,3	3.412,9	333,7	10,8%
I.4.8 Operações com Ativos	698,5	739,2	40,7	5,8%
I.4.9 Demais Receitas	31.722,7	29.054,8	-2.667,8	-8,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	154.094,8	171.802,1	17.707,3	11,5%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	123.536,9	133.076,7	9.539,8	7,7%
II.2 Fundos Constitucionais	5.356,0	5.444,6	88,6	1,7%
II.2.1 Repasse Total	7.926,5	8.546,4	619,8	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.570,5	-3.101,7	-531,2	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.196,0	8.448,4	252,4	3,1%
II.4 Compensações Financeiras	15.395,2	23.333,4	7.938,3	51,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
II.6 Demais	356,2	329,7	-26,4	-7,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	728.366,2	800.080,5	71.714,3	9,8%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Ago	2018 Jan-Ago	Diferença Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	924.372,4	985.023,0	60.650,7	6,6%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	572.929,7	614.972,8	42.043,1	7,3%
I.1.1 Imposto de Importação	21.630,1	27.315,3	5.685,2	26,3%
I.1.2 IPI	30.145,0	36.764,0	6.619,0	22,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.564,3	3.535,5	-28,7	-0,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.882,2	1.692,7	-189,5	-10,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.971,1	3.362,4	391,4	13,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	9.170,0	11.799,3	2.629,3	28,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	12.557,4	16.374,0	3.816,6	30,4%
I.1.3 Imposto de Renda	245.232,7	248.322,1	3.089,4	1,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	25.290,6	25.815,3	524,7	2,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	88.405,0	91.154,4	2.749,5	3,1%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	131.537,1	131.352,3	-184,8	-0,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	66.913,2	68.015,4	1.102,2	1,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	39.145,6	33.315,9	-5.829,7	-14,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	18.149,4	21.390,9	3.241,5	17,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	7.329,0	8.630,1	1.301,2	17,8%
I.1.4 IOF	23.930,2	24.296,2	366,1	1,5%
I.1.5 Cofins	142.454,4	166.526,2	24.071,9	16,9%
I.1.6 PIS/PASEP	38.443,3	44.118,1	5.674,8	14,8%
I.1.7 CSLL	52.121,7	56.423,7	4.301,9	8,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.021,3	3.035,2	-986,0	-24,5%
I.1.10 Outras	14.951,1	8.172,0	-6.779,2	-45,3%
I.2 - Incentivos Fiscais	-18,2	-12,2	6,0	-33,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	245.775,2	247.109,6	1.334,4	0,5%
I.3.1 Urbana	239.664,3	240.319,4	655,1	0,3%
I.3.2 Rural	6.110,8	6.790,2	679,4	11,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	105.685,7	122.952,8	17.267,1	16,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	5.000,1	10.267,8	5.267,8	105,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.856,5	6.352,5	1.495,9	30,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.794,8	8.629,4	-165,4	-1,9%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	26.051,1	39.738,0	13.686,9	52,5%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.491,9	10.041,4	549,5	5,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	14.345,7	14.246,2	-99,6	-0,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.222,2	3.455,4	233,3	7,2%
I.4.8 Operações com Ativos	731,5	748,6	17,1	2,3%
I.4.9 Demais Receitas	33.191,8	29.473,5	-3.718,2	-11,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	161.394,0	174.068,0	12.674,0	7,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	129.393,9	134.858,6	5.464,7	4,2%
II.2 Fundos Constitucionais	5.609,6	5.515,6	-94,0	-1,7%
II.2.1 Repasse Total	8.303,2	8.664,8	361,6	4,4%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.693,5	-3.149,2	-455,7	16,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.586,4	8.566,2	-20,2	-0,2%
II.4 Compensações Financeiras	16.114,4	23.604,8	7.490,4	46,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.315,6	1.186,8	-128,8	-9,8%
II.6 Demais	374,1	336,0	-38,1	-10,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	762.978,4	810.955,0	47.976,7	6,3%



Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/18	Jul/18	Ago/18	Ago/17
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	336,2	0,1	612,5	612,4	-	276,3	82,2%
Banco do Brasil	297,0	0,0	392,0	392,0	-	95,0	32,0%
BNB	38,4	0,0	29,7	29,7	-	-8,7	-22,7%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	187,0	187,0	-	187,0	-
Demais	0,9	0,1	3,8	3,7	-	3,0	347,2%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Dez/16	Nov/16	Dez/16	Dez/15
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	350,3	0,1	612,5	612,4	-	262,2	74,8%
Banco do Brasil	309,4	0,0	392,0	392,0	-	82,5	26,7%
BNB	40,0	0,0	29,7	29,7	-	-10,3	-25,8%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	187,0	187,0	-	187,0	-
Demais	0,9	0,1	3,8	3,7	-	2,9	329,2%



Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017 Jan-Ago	2018 Jan-Ago	Diferença	Variação (%)
			Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	4.638,9	6.265,2	1.626,3	35,1%
Banco do Brasil	819,5	1.291,0	471,5	0,6
BNB	100,9	78,5	-22,4	-0,2
BNDES	3.412,4	1.500,0	-1.912,4	-0,6
Caixa	0,0	2.804,3	2.804,3	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	52,6	59,9	7,3	0,1
Petrobras	0,0	374,0	374,0	-
Demais	253,4	157,5	-95,9	-0,4

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA

Discriminação	2017 Jan-Ago	2018 Jan-Ago	Diferença	Variação (%)
			Jan-Dez/16 Jan-Dez/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	4.856,5	6.352,5	1.495,9	30,8%
Banco do Brasil	855,9	1.306,1	450,2	0,5
BNB	105,5	79,4	-26,1	-0,2
BNDES	3.574,4	1.522,6	-2.051,8	-0,6
Caixa	0,0	2.846,5	2.846,5	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	55,1	61,0	5,9	0,1
Petrobras	0,0	376,9	376,9	-
Demais	265,6	160,0	-105,6	-0,4



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
				Ago/18	Jul/18	Ago/18	Ago/17
IV. DESPESA TOTAL	101.673,3	113.947,6	112.192,8	-1.754,8	-1,5%	10.519,6	10,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	47.186,1	45.276,2	49.348,2	4.072,0	9,0%	2.162,2	4,6%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	35.588,4	35.731,1	37.424,4	1.693,3	4,7%	1.836,0	5,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	498,9	942,6	722,7	-219,9	-23,3%	223,7	44,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	11.597,6	9.545,1	11.923,8	2.378,7	24,9%	326,2	2,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	163,4	233,4	231,5	-21,9	-8,7%	68,1	41,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.594,1	29.013,2	23.489,7	-5.523,5	-19,0%	1.895,6	8,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	406,5	243,0	1.136,5	893,5	367,7%	730,0	179,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.748,6	17.972,2	14.998,1	-2.974,1	-16,5%	2.249,5	17,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.720,6	4.844,3	5.196,5	352,3	7,3%	475,9	10,1%
Abono	1.436,9	1.700,6	2.081,5	380,9	22,4%	644,6	44,9%
Seguro Desemprego	3.283,7	3.143,7	3.115,1	-28,6	-0,9%	-168,7	-5,1%
d/q Seguro Desemprego	61,0	70,6	58,4	-12,1	-17,2%	-2,6	-4,2%
IV.3.2 Anistia	12,6	17,8	12,6	-5,2	-29,1%	0,1	0,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,9	52,6	51,1	-1,5	-2,8%	4,2	8,9%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.493,2	4.652,0	4.718,0	66,1	1,4%	224,8	5,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	63,2	100,8	81,3	-19,4	-19,3%	18,2	28,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	446,4	428,9	424,7	-4,2	-1,0%	-21,7	-4,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,6	28,7	60,6	31,9	111,3%	12,0	24,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	973,9	961,0	919,9	-41,1	-4,3%	-54,0	-5,5%
IV.3.10 Convênios	16,7	0,0	0,0	0,0	-	-16,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	8,0	0,0	0,0	0,0	-	-8,0	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	121,8	119,4	84,6	-34,8	-29,2%	-37,2	-30,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.102,8	963,9	963,9	0,0	0,0%	-138,8	-12,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	105,1	162,0	132,6	-29,4	-18,1%	27,6	26,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	123,7	280,5	132,3	-148,1	-52,8%	8,7	7,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	304,0	4.662,3	370,6	-4.291,7	-92,1%	66,6	21,9%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	304,0	4.662,3	370,6	-4.291,7	-92,1%	66,6	21,9%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	10,1	453,1	5,5	-447,6	-98,8%	-4,6	-45,6%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1,5	705,2	0,9	-704,4	-99,9%	-0,6	-42,3%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	73,8	55,2	76,7	21,5	38,9%	3,9	5,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	16,1	0,0	-16,1	-100,0%	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	61,1	5,4	25,1	19,7	361,8%	-36,0	-58,9%
Garantia à Sustentação de Preços	11,7	33,7	51,6	17,9	53,2%	39,9	341,4%
IV.3.20.1.4 Pronaf	39,1	1.194,0	57,4	-1.136,6	-95,2%	18,3	46,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	45,8	1.199,4	47,4	-1.152,0	-96,0%	1,6	3,5%
Concessão de Financiamento	-6,7	-5,4	10,0	15,4	-	16,7	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	24,9	-73,6	21,6	95,2	-	-3,3	-13,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	53,8	38,9	85,3	46,4	119,2%	31,4	58,4%
Concessão de Financiamento	-28,9	-112,4	-63,7	48,8	-43,4%	-34,8	-120,4%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	3,7	145,7	142,0	-	145,7	-
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	11,7	0,0	-11,7	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-28,8	65,7	60,1	-5,6	-8,6%	88,9	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	4,0	3,8	3,1	-0,7	-18,0%	-0,9	-22,3%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,3	2.158,8	1,4	-2.157,4	-99,9%	-0,9	-38,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,2	0,0	-3,2	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	180,0	63,9	0,0	-63,9	-100,0%	-180,0	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,8	20,7	0,0	-20,7	-100,0%	-0,8	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-2,7	-6,9	-1,7	5,2	-75,2%	1,0	-
IV.3.20.2 Proagro	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	40,7	23,5	27,4	3,9	16,6%	-13,3	-32,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	68,5	63,8	69,2	5,4	8,5%	0,7	1,1%
IV.3.23 FIES	-47,2	552,4	-40,5	-592,8	-	6,8	-14,3%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	1.715,2	1.715,2	-	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	20.144,6	21.686,0	24.356,8	2.670,8	12,3%	4.212,3	20,9%
IV.4.1 Discrecionárias Executivo	19.205,4	20.676,0	23.311,8	2.635,8	12,7%	4.106,5	21,4%
IV.4.1.1 PAC	2.079,3	1.891,1	2.688,5	797,4	42,2%	609,2	29,3%
d/q MCMV	217,2	280,9	426,1	145,2	51,7%	208,9	96,2%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	17,6	14,2	-3,4	-19,1%	14,2	-
IV.4.1.3 Demais	17.120,8	18.765,5	20.599,6	1.836,1	9,8%	3.478,8	20,3%
Min. da Saúde	8.250,2	9.111,9	8.953,3	-158,6	-1,7%	703,1	8,5%
Min. da Des. Social	3.165,2	2.954,6	3.258,5	303,9	10,3%	93,3	2,9%
Min. da Educação	2.278,2	2.611,3	2.971,4	360,1	13,8%	693,2	30,4%
Demais	3.427,2	4.085,7	5.416,3	1.330,6	32,6%	1.989,1	58,0%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	5,3	3,8	9,5	5,7	152,8%	4,3	81,0%
IV.4.2 LEJU/MPU	939,2	1.010,0	1.045,0	35,0	3,5%	105,8	11,3%
Legislativo	223,5	128,4	141,6	13,2	10,3%	18,1	14,6%
Judiciário	635,1	700,7	728,3	27,6	3,9%	93,2	14,7%
Demais	180,6	180,9	175,1	-5,8	-3,2%	-5,5	-3,0%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA

Discriminação	2017			Diferença		Variação (%)	Diferença		Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto/18	Jul/18		Agosto/18	Agosto/17	
IV. DESPESA TOTAL	105.936,4	113.845,2	112.192,8	-1.652,3	-1.552,3	-1,5%	6.256,4	6.256,4	5,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.164,6	45.235,5	49.348,2	4.112,7	-4.112,7	9,1%	183,7	183,7	0,4%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	37.080,6	35.699,0	37.424,4	1.725,4	-1.725,4	4,8%	343,7	343,7	0,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	519,9	941,7	722,7	-219,0	-219,0	-23,3%	202,8	202,8	39,0%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	12.083,9	9.536,6	11.923,8	2.387,3	-2.387,3	25,0%	-160,1	-160,1	-1,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	170,3	253,2	231,5	-21,7	-21,7	-8,6%	61,2	61,2	35,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.499,5	28.987,1	23.489,7	-5.497,4	-5.497,4	-19,0%	990,1	990,1	4,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	423,6	242,8	1.136,5	893,7	-893,7	368,1%	712,9	712,9	168,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.283,1	17.956,0	14.998,1	-2.957,9	-2.957,9	-16,5%	1.715,0	1.715,0	12,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.918,6	4.839,9	5.195,5	356,6	-356,6	7,4%	278,0	278,0	5,7%
Abono	1.497,1	1.699,0	2.081,5	382,4	-382,4	22,5%	584,3	584,3	39,0%
Seguro Desemprego	3.421,4	3.140,9	3.115,1	-25,8	-25,8	-0,8%	-306,3	-306,3	-9,0%
d/q Seguro Defeso	63,5	70,5	58,4	-12,1	-12,1	-17,1%	-5,1	-5,1	-8,1%
IV.3.2 Anistiados	13,1	17,8	12,6	-5,2	-5,2	-29,0%	-0,5	-0,5	-3,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	48,9	52,5	51,1	-1,4	-1,4	-2,7%	2,2	2,2	4,5%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.681,6	4.647,8	4.718,0	70,2	-70,2	1,5%	36,4	36,4	0,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	65,8	100,7	81,3	-19,3	-19,3	-19,2%	15,5	15,5	23,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	465,1	428,5	424,7	-3,9	-3,9	-0,9%	40,4	40,4	8,7%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,6	28,7	60,6	32,0	-32,0	111,5%	10,0	10,0	19,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.014,7	960,1	919,9	-40,2	-40,2	-4,2%	-94,8	-94,8	-9,3%
IV.3.10 Convênios	17,4	0,0	0,0	0,0	0,0	-	17,4	17,4	100,0%
IV.3.11 Doações	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-8,3	-8,3	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	127,0	119,3	84,6	-34,7	-34,7	-29,1%	-42,3	-42,3	-33,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.149,0	963,1	963,9	0,9	0,9	0,1%	-185,1	-185,1	-16,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	109,5	161,8	132,5	-29,2	-29,2	-18,1%	23,1	23,1	21,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,3	159,0	159,2	0,1	0,1	0,1%	-10,1	-10,1	-6,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fosséis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	128,9	280,2	132,3	-147,9	-147,9	-52,8%	3,5	3,5	2,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	316,7	4.658,1	370,6	-4.287,5	-4.287,5	-92,0%	53,9	53,9	17,0%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	316,7	4.658,1	370,6	-4.287,5	-4.287,5	-92,0%	53,9	53,9	17,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	10,5	452,7	5,5	-447,1	-447,1	-98,8%	-5,0	-5,0	-47,8%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1,5	704,6	0,9	-703,7	-703,7	-99,9%	-0,7	-0,7	-44,6%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	75,8	55,1	76,7	21,5	-21,5	39,1%	0,8	0,8	1,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	16,1	0,0	-16,1	-16,1	-	0,0	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	63,7	5,4	25,1	-19,7	-19,7	-36,2%	-38,6	-38,6	-60,6%
Garantia e Sustentação de Preços	12,2	33,6	51,6	17,9	-17,9	53,3%	39,4	39,4	323,7%
IV.3.20.1.4 Pronaf	40,7	1.192,9	57,4	-1.135,5	-1.135,5	-95,2%	16,6	16,6	40,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,7	1.198,3	47,4	-1.150,9	-1.150,9	-96,0%	-0,3	-0,3	-0,7%
Concessão de Financiamento	-7,0	-5,4	10,0	15,4	-15,4	-	17,0	17,0	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	26,0	-73,5	21,6	95,1	-95,1	-	-4,4	-4,4	-16,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	56,1	38,9	85,3	46,4	-46,4	119,4%	29,2	29,2	52,0%
Concessão de Financiamento	-30,1	-112,3	-63,7	48,7	-48,7	-43,3%	-33,6	-33,6	-111,5%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	3,7	145,7	142,0	-142,0	-	145,7	145,7	-
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	11,7	0,0	-11,7	-11,7	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-30,0	65,7	60,1	-5,6	-5,6	-8,5%	90,1	90,1	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	4,1	3,8	3,1	-0,7	-0,7	-17,9%	-1,1	-1,1	-25,4%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	3,8	0,0	-3,8	-3,8	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,4	2.156,9	1,4	-2.155,5	-2.155,5	-99,9%	-1,0	-1,0	-41,1%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,2	0,0	-3,2	-3,2	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	187,5	63,8	0,0	-63,8	-63,8	-100,0%	-187,5	-187,5	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,8	20,7	0,0	-20,7	-20,7	-100,0%	-0,8	-0,8	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-2,9	-6,9	-1,7	5,2	-5,2	-75,2%	1,2	1,2	-40,4%
IV.3.20.2 Proagro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.3 PNATE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	42,4	23,5	27,4	3,9	-3,9	16,7%	15,0	15,0	35,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	71,3	63,8	69,7	5,4	-5,4	8,5%	-2,1	-2,1	-3,0%
IV.3.23 FIES	-49,2	551,9	-40,5	-592,3	-592,3	-	8,7	8,7	-17,7%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	1.715,2	1.715,2	-1.715,2	-	1.715,2	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.989,2	21.666,5	24.356,8	2.690,3	-2.690,3	12,4%	3.367,6	3.367,6	16,0%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	20.010,6	20.657,4	23.311,8	2.654,4	-2.654,4	12,8%	3.301,2	3.301,2	16,5%
IV.4.1.1 PAC	2.166,5	1.889,4	2.688,5	799,1	-799,1	42,3%	522,0	522,0	24,3%
d/q MCMV	226,3	280,7	426,1	145,4	-145,4	51,8%	198,8	198,8	88,3%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	17,6	14,2	-3,4	-3,4	-19,0%	14,2	14,2	-
IV.4.1.3 Demais	17.838,7	18.746,7	20.599,6	1.852,9	-1.852,9	9,9%	2.760,9	2.760,9	15,5%
Min. da Saúde	8.596,2	8.103,7	8.953,3	150,4	-150,4	-1,7%	357,2	357,2	4,2%
Min. da Des. Social	3.297,9	2.952,0	3.258,5	306,5	-306,5	10,4%	39,4	39,4	-1,2%
Min. da Educação	2.973,8	2.608,9	2.971,4	362,5	-362,5	13,9%	597,7	597,7	25,2%
Demais	3.570,9	4.082,0	5.416,3	1.334,2	-1.334,2	37,7%	1.845,4	1.845,4	51,7%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	5,5	3,8	9,5	5,7	-5,7	153,0%	4,0	4,0	73,7%
IV.4.2 LEJU/MPJ	978,6	1.009,1	1.045,0	35,9	-35,9	3,6%	66,4	66,4	6,8%
Legislativo	128,7	128,3	141,6	13,3	-13,3	10,4%	12,9	12,9	10,0%
Judiciário	661,7	700,0	728,3	28,3	-28,3	4,0%	66,6	66,6	10,1%
Demais	188,2	180,8	175,1	-5,6	-5,6	-3,1%	-13,1	-13,1	-6,9%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	
IV. DESPESA TOTAL	815.110,4	862.658,4	47.548,0	5,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	347.977,5	367.334,3	19.356,7	5,6%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	271.447,1	288.211,4	16.764,3	6,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.604,1	8.782,8	1.178,7	15,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	76.530,4	79.122,9	2.592,5	3,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.111,2	2.398,8	287,6	13,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	185.929,1	194.351,3	8.422,2	4,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.200,0	5.946,7	-253,3	-4,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	131.107,8	130.978,1	-129,8	-0,1%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	37.238,7	37.022,2	-216,4	-0,6%
Abono	11.225,9	12.008,9	783,0	7,0%
Seguro Desemprego	26.012,8	25.013,3	-999,4	-3,8%
d/q Seguro Defeso	2.085,2	2.317,1	231,9	11,1%
IV.3.2 Anistia	124,1	114,2	-9,9	-7,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	383,2	399,3	16,1	4,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	35.724,6	37.335,8	1.611,1	4,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	688,5	702,9	14,5	2,1%
IV.3.7 Complemento da FGTS (LC nº 110/01)	3.079,3	3.412,9	333,7	10,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	529,6	264,5	-265,1	-50,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.306,3	9.687,1	-619,2	-6,0%
IV.3.10 Convênios	128,4	0,0	-128,4	-100,0%
IV.3.11 Doações	42,7	0,0	-42,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	563,6	527,2	-36,4	-6,5%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	9.545,3	9.959,0	413,7	4,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	946,9	975,8	29,0	3,1%
IV.3.15 FFA/FONE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.300,0	1.273,3	-26,7	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.068,2	13.217,3	3.149,1	31,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.368,4	12.273,2	-5.095,2	-29,3%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	17.119,0	12.259,5	-4.859,4	-28,4%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.998,1	1.096,5	-901,6	-45,1%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.170,2	1.569,2	-601,0	-27,7%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-51,8	310,6	362,4	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	53,6	-20,5	-27,7%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-195,8	13,7	209,6	-
Garantia à Sustentação de Preços	70,0	243,3	173,3	247,6%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4.009,9	2.816,7	-1.193,2	-29,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4.005,7	2.814,3	-1.191,4	-29,7%
Concessão de Financiamento	4,2	2,4	-1,8	-42,8%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	358,8	266,7	-92,1	-25,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	408,4	495,3	86,9	21,3%
Concessão de Financiamento	-49,6	-228,6	-179,0	-361,1%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	121,6	453,5	331,9	272,9%
IV.3.20.1.7 Alcool	46,0	28,0	-18,0	-39,1%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-1,6	197,0	198,5	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	60,7	55,8	-4,9	-8,1%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	16,3	9,2	-7,1	-43,6%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.900,4	5.004,4	-2.896,0	-36,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,3	6,6	0,3	5,3%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	442,5	444,0	1,5	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FFA/FONE/FDO	47,2	43,8	-3,5	-7,3%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-5,8	-42,5	-36,7	-
IV.3.20.2 Proagro	369,5	70,0	-299,5	-81,1%
IV.3.20.3 PNAFE	-120,0	-56,3	63,7	-53,1%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	184,8	189,6	4,8	2,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	594,0	576,3	-17,7	-3,0%
IV.3.23 FIES	2.979,7	2.035,0	-944,7	-31,7%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	150.096,0	169.994,8	19.898,8	13,3%
IV.4.1 Discricionárias Executiva	143.010,5	162.021,6	19.011,0	13,3%
IV.4.1.1 PAC	14.145,6	13.762,9	-382,7	-2,7%
d/q MCMV	1.872,9	1.779,7	-93,2	-5,0%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	144,9	144,9	-
IV.4.1.3 Demais	128.835,2	148.085,5	19.250,3	14,9%
Min. da Saúde	63.422,6	71.813,8	8.391,2	13,2%
Min. da Des. Social	21.575,3	22.908,0	1.332,8	6,2%
Min. da Educação	18.567,3	18.991,3	424,0	2,3%
Demais	25.270,1	34.375,4	9.105,3	36,0%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	29,7	25,3	-4,4	-14,8%
IV.4.2 LEJU/MPU	7.085,4	7.973,2	887,8	12,5%
Legislativo	1.066,0	1.127,0	61,0	5,7%
Judiciário	4.725,6	5.529,8	804,2	17,0%
Demais	1.293,8	1.316,4	22,6	1,7%



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Ago/18 - IPCA

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	Jan-Ago/17
IV. DESPESA TOTAL	853.576,3	873.775,9	20.199,6	2,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	364.371,1	372.096,2	7.725,1	2,1%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	284.240,3	291.964,9	7.724,6	2,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.948,6	8.914,4	965,8	12,1%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	80.130,8	80.131,3	0,6	0,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.206,8	2.434,2	227,4	10,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	194.708,2	196.856,7	2.148,5	1,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.476,1	6.038,9	-437,3	-6,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	137.369,7	132.792,4	-4.577,4	-3,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	39.020,4	37.530,7	-1.489,7	-3,8%
Abono	11.776,6	12.191,0	414,3	3,5%
Seguro Desemprego	27.243,8	25.339,8	-1.904,0	-7,0%
d/q Seguro Defeso	2.187,5	2.354,9	167,5	7,7%
IV.3.2 Anistia	130,0	115,7	-14,3	-11,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	401,3	404,4	3,0	0,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	37.411,7	37.822,6	410,9	1,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	720,2	711,6	-8,6	-1,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.222,2	3.450,0	227,8	7,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	555,0	267,6	-287,3	-51,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.793,8	9.822,8	-971,0	-9,0%
IV.3.10 Convênios	134,4	0,0	-134,4	-100,0%
IV.3.11 Doações	44,7	0,0	-44,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	589,2	532,3	-56,9	-9,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.008,4	10.115,4	106,9	1,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	991,7	987,5	-4,2	-0,4%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.361,5	1.290,0	-71,5	-5,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.534,3	13.462,5	2.928,2	27,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.229,8	12.440,8	-5.789,0	-31,8%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	17.968,3	12.427,8	-5.540,4	-30,8%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	2.097,9	1.112,1	-985,9	-47,0%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.278,3	1.590,2	-688,1	-30,2%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-55,3	314,5	369,7	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	77,7	54,5	-23,2	-29,9%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-206,1	14,1	220,3	-
Garantia à Sustentação de Preços	73,1	245,8	172,7	236,2%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4.208,6	2.854,7	-1.353,9	-32,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4.204,2	2.852,3	-1.351,9	-32,2%
Concessão de Financiamento	4,5	2,5	-2,0	-44,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	376,7	273,3	-103,4	-27,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	427,5	501,6	74,2	17,3%
Concessão de Financiamento	-50,8	-228,3	-177,5	-349,5%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	127,4	458,9	331,4	260,1%
IV.3.20.1.7 Alcool	48,3	28,4	-19,9	-41,2%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-1,8	197,7	199,5	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	63,6	56,7	-6,9	-10,9%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	17,1	9,3	-7,8	-45,5%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.294,9	5.074,9	-3.220,0	-38,8%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,6	6,7	0,1	1,6%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	462,3	449,2	-13,1	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	49,6	44,3	-5,2	-10,6%
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	-6,0	-43,0	-37,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	387,7	70,2	-317,5	-81,9%
IV.3.20.2 Proagro	-126,1	-57,2	69,0	-54,7%
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	193,3	192,1	-1,2	-0,6%
IV.3.21 Transferências ANA	622,0	585,0	-37,1	-6,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	3.125,9	2.057,8	-1.068,1	-34,2%
IV.3.23 FIES	0,0	1.715,2	1.715,2	-
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	157.127,3	172.030,6	14.903,3	9,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	149.710,8	163.956,3	14.245,5	9,5%
IV.4.1 Discricionárias Executiva	14.799,4	13.910,3	-889,1	-6,0%
d/q MCMV	1.858,7	1.793,7	-65,0	-3,5%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	146,9	146,9	-
IV.4.1.3 Demais	134.880,4	149.873,6	14.993,2	11,1%
Min. da Saúde	66.397,6	72.704,0	6.306,4	9,5%
Min. da Des. Social	22.595,5	23.197,2	601,7	2,7%
Min. da Educação	19.438,8	19.215,5	-223,3	-1,1%
Demais	26.448,6	34.756,9	8.308,3	31,4%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	31,0	25,5	-5,5	-17,7%
IV.4.2 LEIU/MPU	7.416,5	8.074,3	657,8	8,9%
Legislativo	1.115,7	1.142,0	26,4	2,4%
Judiciário	4.946,5	5.600,2	653,6	13,2%
Demais	1.354,3	1.332,2	-22,2	-1,6%



Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	Jan-Ago/2017						Jan-Ago/2018					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	85.937,9	26.218,1	18.761,9	9.585,7	13.208,0	22.773,7	51.471,9	34.014,4	12.512,9	22.009,7	16.398,3	28.399,9
Câmara dos Deputados	120,3	10,1	3,3	3,2	10,4	13,6	118,7	21,4	12,1	9,2	7,8	16,9
Senado Federal	41,8	25,9	4,8	4,8	5,3	10,0	49,6	10,5	6,4	5,9	8,2	14,1
Tribunal de Contas da União	61,6	7,4	3,1	2,9	39,7	42,6	34,4	20,9	3,3	3,3	6,0	9,3
Supremo Tribunal Federal	26,5	5,1	2,6	2,6	0,5	3,1	41,4	8,8	2,5	2,5	9,9	12,4
Superior Tribunal de Justiça	24,2	3,3	1,4	1,4	18,0	19,4	33,5	6,0	3,0	3,0	9,4	12,4
Justiça Federal	470,1	983,9	945,3	945,0	82,6	1.027,6	293,9	872,1	838,1	837,7	144,5	982,2
Justiça Militar	6,9	0,7	0,2	0,2	0,6	0,8	9,1	1,7	0,6	0,6	0,9	1,5
Justiça Eleitoral	519,8	37,6	7,6	6,9	41,3	48,1	471,3	181,1	21,5	21,1	46,5	69,1
Justiça do Trabalho	649,4	137,3	80,7	39,5	75,1	114,7	760,1	133,6	229,7	228,9	192,1	417,2
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	127,7	11,2	0,2	0,2	10,7	10,9	25,1	7,0	1,2	1,2	21,7	22,9
Conselho Nacional de Justiça	45,2	2,2	0,3	0,3	1,2	1,4	49,9	0,6	0,4	0,4	0,1	0,6
Presidência da República ^{4/}	1.239,3	184,1	31,4	30,7	139,7	170,4	1.951,7	311,8	77,8	47,4	273,4	320,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.200,1	188,1	131,0	130,6	109,1	239,7	605,1	320,7	260,0	260,0	86,9	346,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.011,5	174,5	2,0	1,9	204,9	206,8	1.082,2	709,3	21,6	12,7	460,4	473,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.290,2	101,6	228,0	208,0	212,6	420,6	796,7	482,7	315,7	301,3	206,1	507,4
Ministério da Fazenda	1.718,5	186,0	111,1	110,8	276,0	386,8	1.140,2	1.021,0	875,2	875,1	241,0	1.116,1
Ministério da Educação	6.434,0	1.115,7	389,1	330,8	2.149,7	2.480,5	4.569,9	1.506,6	558,2	502,4	2.058,9	2.561,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	105,3	4,2	2,0	2,0	7,1	9,2	54,8	20,3	3,8	3,8	19,6	23,4
Defesa Pública da União	30,8	6,7	4,6	4,6	6,1	10,7	7,0	2,5	0,2	0,2	5,2	5,3
Ministério da Justiça	1.481,0	80,3	4,8	4,6	656,9	661,5	1.257,9	171,6	22,4	19,3	746,6	769,9
Ministério de Minas e Energia	73,3	6,3	3,9	3,8	16,1	20,0	79,8	17,3	7,4	6,5	22,0	28,5
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	261,8	59,9	21,8	21,8	36,8	118,6	109,4	17,7	26,5	26,5	75,4	101,9
Ministério das Relações Exteriores	35,2	3,8	3,6	3,6	21,5	25,1	39,8	14,4	12,5	12,5	27,2	39,7
Ministério da Saúde	7.496,1	1.760,3	499,1	446,6	1.742,5	2.189,1	5.524,7	2.745,6	892,4	870,3	3.418,4	4.288,7
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	14,4	0,2	0,2	0,2	4,2	4,4	13,4	0,6	0,0	0,0	4,4	4,4
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Transportes	14.078,8	8.228,0	3.704,9	3.082,6	2.965,7	6.048,3	9.930,8	7.451,1	3.251,6	3.049,5	2.960,5	6.010,1
Ministério do Trabalho e Previdência Social	112,6	35,9	0,2	0,2	19,4	19,6	58,1	15,2	1,4	1,3	46,7	48,0
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	164,4	80,4	32,5	30,0	11,9	64,0	217,5	154,6	27,4	25,9	69,7	95,5
Ministério do Meio Ambiente	577,8	22,2	9,2	8,6	31,5	42,1	89,2	27,1	18,2	18,2	34,9	53,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	758,1	297,4	3,0	3,0	139,2	142,2	740,9	623,6	17,4	17,4	176,1	193,8
Ministério da Defesa	9.489,7	6.101,2	2.003,5	1.776,7	1.753,8	3.530,5	9.766,8	8.101,4	3.325,4	3.270,8	2.238,0	5.508,8
Ministério da Integração Nacional	5.177,5	1.077,0	423,7	374,1	1.015,8	1.410,1	4.082,8	2.506,5	436,0	388,4	1.233,5	1.709,9
Ministério do Turismo	465,0	225,1	0,1	0,1	102,4	162,5	467,3	706,6	0,0	0,0	239,1	239,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	397,0	37,0	2,2	1,5	108,6	110,1	116,2	228,2	68,1	67,1	111,7	129,8
Ministério das Cidades	9.793,9	4.043,0	2.308,5	1.979,0	1.016,0	2.995,0	6.085,1	5.323,1	1.155,0	1.109,5	1.071,6	2.181,1
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	0,7	0,4	0,4	2,2	2,6	5,1	0,7	0,3	0,3	1,1	1,4
Advocacia Geral da União	20,8	2,4	0,2	0,2	3,3	3,5	15,1	6,6	0,1	0,1	20,2	20,3
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	98,7	7,9	3,5	3,5	20,2	23,7

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1/} Corresponde ao investimento das Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesas investimento (GND 4) e investimentos financeiros (GND 5), com exceção das despesas financeiras, incluídas despesas como o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 154/2012.

^{2/} Despesas pagas com recursos em valores da ordem bancária ou emitidas no SIAF, sob a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagos efetivos" adotado para as informações da Tabela 1.1, pois nesse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

^{3/} Inclui Oitavo Bimestre do último dia do ano anterior, com impacto no caso no ano de referência. Inclui Oitavo Bimestre do último dia do mês de referência, com impacto no caso no período seguinte.

^{4/} Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 586/22 em 03 de junho de 2013.

^{5/} Inclui: Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/18	Jul/18	Ago/18	Ago/17
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	66.899,4	67.208,3	27.810,7	-39.397,6	-0,5%	-39.088,7	-58,4%
Emissão de Títulos	58.242,7	55.395,0	18.213,0	-37.182,1	-67,1%	-40.029,8	-68,7%
Remuneração das Disponibilidades	7.337,0	11.089,5	8.507,4	-2.582,2	-23,3%	1.170,3	16,0%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.319,7	723,7	1.090,4	366,7	50,7%	-229,3	-17,4%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	7.000,0	0,0	38.500,0	38.500,0	-	31.500,0	450,0%
Resgate de Títulos	0,5	0,0	33.029,5	33.029,5	-	33.029,1	-
Encargos da DPMF	6.999,5	0,0	5.470,5	5.470,5	-	-1.529,1	-21,8%
3. RESULTADO (1 - 2)	59.899,4	67.208,3	-10.689,3	-77.897,6	-	-70.588,7	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de DB's.



Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	166.557,4	227.613,7	61.056,3	36,7%
Emissão de Títulos	82.435,4	138.692,6	56.257,2	-
Remuneração das Disponibilidades	66.061,7	66.731,5	669,8	1,0%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	10.111,0	7.233,7	-2.877,3	-28,5%
Resultado do Banco Central	7.949,2	14.955,8	7.006,6	-
2. DESPESAS NO BACEN	196.660,0	214.455,8	17.795,8	9,0%
Resgate de Títulos	152.247,3	144.985,4	-7.261,9	-4,8%
Encargos da DPMF	44.412,7	69.470,5	25.057,7	56,4%
3. RESULTADO (1 - 2)	-30.102,6	13.157,9	43.260,5	-143,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.



Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/18	Jul/18	Ago/18	Jul/18	Ago/18	Jul/18	Ago/18	Jul/18
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	2.200.743,4	2.576.228,4	0,0	-2.576.228,4	-100,0%	-2.200.743,4	-100,0%	-2.200.743,4	-100,0%	-2.200.743,4	-100,0%
<i>Dívida Interna</i>	<i>4.899.100,0</i>	<i>5.327.993,3</i>	<i>0,0</i>	<i>-5.327.993,3</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-4.899.100,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-4.899.100,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-4.899.100,0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>DPMFI em Poder do Público ^{1/}</i>	<i>3.286.426,2</i>	<i>3.607.556,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-3.607.556,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-3.286.426,2</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-3.286.426,2</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-3.286.426,2</i>	<i>-100,0%</i>
LFT	1.076.658,6	1.253.797,6	0,0	-1.253.797,6	-100,0%	-1.076.658,6	-100,0%	-1.076.658,6	-100,0%	-1.076.658,6	-100,0%
LTN	818.949,6	844.009,9	0,0	-844.009,9	-100,0%	-818.949,6	-100,0%	-818.949,6	-100,0%	-818.949,6	-100,0%
NTN-B	915.534,8	1.005.038,4	0,0	-1.005.038,4	-100,0%	-915.534,8	-100,0%	-915.534,8	-100,0%	-915.534,8	-100,0%
NTN-C	71.126,0	76.811,8	0,0	-76.811,8	-100,0%	-71.126,0	-100,0%	-71.126,0	-100,0%	-71.126,0	-100,0%
NTN-F	356.462,0	375.901,9	0,0	-375.901,9	-100,0%	-356.462,0	-100,0%	-356.462,0	-100,0%	-356.462,0	-100,0%
Dívida Securitizada	7.873,3	5.688,4	0,0	-5.688,4	-100,0%	-7.873,3	-100,0%	-7.873,3	-100,0%	-7.873,3	-100,0%
Demais Títulos em Poder do Público	39.873,8	46.308,0	0,0	-46.308,0	-100,0%	-39.873,8	-100,0%	-39.873,8	-100,0%	-39.873,8	-100,0%
<i>DPMFI em Poder do Banco Central</i>	<i>1.632.434,1</i>	<i>1.754.061,3</i>	<i>0,0</i>	<i>-1.754.061,3</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.632.434,1</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.632.434,1</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.632.434,1</i>	<i>-100,0%</i>
LFT	518.426,6	604.097,2	0,0	-604.097,2	-100,0%	-518.426,6	-100,0%	-518.426,6	-100,0%	-518.426,6	-100,0%
LTN	413.491,1	401.381,1	0,0	-401.381,1	-100,0%	-413.491,1	-100,0%	-413.491,1	-100,0%	-413.491,1	-100,0%
Demais Títulos na Carteira do BCB	700.516,4	748.583,0	0,0	-748.583,0	-100,0%	-700.516,4	-100,0%	-700.516,4	-100,0%	-700.516,4	-100,0%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	<i>-40.822,3</i>	<i>-38.124,4</i>	<i>0,0</i>	<i>38.124,4</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-40.822,3</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-40.822,3</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-40.822,3</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Demais Obrigações Internas</i>	<i>11.060,0</i>	<i>4.500,5</i>	<i>0,0</i>	<i>-4.500,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-11.060,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-11.060,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-11.060,0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Haveres Internas</i>	<i>2.688.356,5</i>	<i>2.751.764,9</i>	<i>0,0</i>	<i>-2.751.764,9</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-2.688.356,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-2.688.356,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-2.688.356,5</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Disponibilidades Internas</i>	<i>1.012.770,5</i>	<i>1.098.567,9</i>	<i>0,0</i>	<i>-1.098.567,9</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.012.770,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.012.770,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.012.770,5</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	<i>557.026,5</i>	<i>588.906,4</i>	<i>0,0</i>	<i>-588.906,4</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-557.026,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-557.026,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-557.026,5</i>	<i>-100,0%</i>
Bônus Renegociados	4.869,4	5.767,3	0,0	-5.767,3	-100,0%	-4.869,4	-100,0%	-4.869,4	-100,0%	-4.869,4	-100,0%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	572,9	501,1	0,0	-501,1	-100,0%	-572,9	-100,0%	-572,9	-100,0%	-572,9	-100,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	15.499,1	19.074,4	0,0	-19.074,4	-100,0%	-15.499,1	-100,0%	-15.499,1	-100,0%	-15.499,1	-100,0%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	9.892,5	9.270,5	0,0	-9.270,5	-100,0%	-9.892,5	-100,0%	-9.892,5	-100,0%	-9.892,5	-100,0%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	491.878,9	521.568,0	0,0	-521.568,0	-100,0%	-491.878,9	-100,0%	-491.878,9	-100,0%	-491.878,9	-100,0%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.057,7	31.442,4	0,0	-31.442,4	-100,0%	-32.057,7	-100,0%	-32.057,7	-100,0%	-32.057,7	-100,0%
Antecipação de Royalties	2.242,4	1.271,0	0,0	-1.271,0	-100,0%	-2.242,4	-100,0%	-2.242,4	-100,0%	-2.242,4	-100,0%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	13,7	11,7	0,0	-11,7	-100,0%	-13,7	-100,0%	-13,7	-100,0%	-13,7	-100,0%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	<i>527.109,8</i>	<i>556.486,8</i>	<i>0,0</i>	<i>-556.486,8</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-527.109,8</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-527.109,8</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-527.109,8</i>	<i>-100,0%</i>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	736.361,4	757.944,9	0,0	-757.944,9	-100,0%	-736.361,4	-100,0%	-736.361,4	-100,0%	-736.361,4	-100,0%
Fundos Constitucionais Regionais	123.969,5	135.766,5	0,0	-135.766,5	-100,0%	-123.969,5	-100,0%	-123.969,5	-100,0%	-123.969,5	-100,0%
Fundos Diversos	166.779,0	162.775,4	0,0	-162.775,4	-100,0%	-166.779,0	-100,0%	-166.779,0	-100,0%	-166.779,0	-100,0%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	<i>591.449,7</i>	<i>507.803,7</i>	<i>0,0</i>	<i>-507.803,7</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-591.449,7</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-591.449,7</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-591.449,7</i>	<i>-100,0%</i>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	198,7	18,7	0,0	-18,7	-100,0%	-198,7	-100,0%	-198,7	-100,0%	-198,7	-100,0%
Haveres de Operações Estruturadas	19.253,7	17.395,5	0,0	-17.395,5	-100,0%	-19.253,7	-100,0%	-19.253,7	-100,0%	-19.253,7	-100,0%
Haveres de Operações de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	548.225,8	467.786,0	0,0	-467.786,0	-100,0%	-548.225,8	-100,0%	-548.225,8	-100,0%	-548.225,8	-100,0%
Demais Haveres Administrados pela STN	23.771,5	22.603,6	0,0	-22.603,6	-100,0%	-23.771,5	-100,0%	-23.771,5	-100,0%	-23.771,5	-100,0%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	116.543,5	140.334,1	0,0	-140.334,1	-100,0%	-116.543,5	-100,0%	-116.543,5	-100,0%	-116.543,5	-100,0%
<i>Dívida Externa</i>	<i>117.567,0</i>	<i>141.280,2</i>	<i>0,0</i>	<i>-141.280,2</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-117.567,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-117.567,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-117.567,0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Dívida Mobiliária</i>	<i>106.032,3</i>	<i>128.191,1</i>	<i>0,0</i>	<i>-128.191,1</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-106.032,3</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-106.032,3</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-106.032,3</i>	<i>-100,0%</i>
Euro	3.777,1	4.427,7	0,0	-4.427,7	-100,0%	-3.777,1	-100,0%	-3.777,1	-100,0%	-3.777,1	-100,0%
Global US\$	91.781,5	113.385,3	0,0	-113.385,3	-100,0%	-91.781,5	-100,0%	-91.781,5	-100,0%	-91.781,5	-100,0%
Global BRL	10.473,7	10.378,1	0,0	-10.378,1	-100,0%	-10.473,7	-100,0%	-10.473,7	-100,0%	-10.473,7	-100,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
<i>Dívida Contratual</i>	<i>11.534,8</i>	<i>13.089,1</i>	<i>0,0</i>	<i>-13.089,1</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-11.534,8</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-11.534,8</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-11.534,8</i>	<i>-100,0%</i>
Organismos Multilaterais	3.410,6	3.603,1	0,0	-3.603,1	-100,0%	-3.410,6	-100,0%	-3.410,6	-100,0%	-3.410,6	-100,0%
Credores Privados e Ag. Governamentais	8.124,1	9.486,0	0,0	-9.486,0	-100,0%	-8.124,1	-100,0%	-8.124,1	-100,0%	-8.124,1	-100,0%
Haveres Externos	1.023,5	946,1	0,0	-946,1	-100,0%	-1.023,5	-100,0%	-1.023,5	-100,0%	-1.023,5	-100,0%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>1.023,5</i>	<i>946,1</i>	<i>0,0</i>	<i>-946,1</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.023,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.023,5</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-1.023,5</i>	<i>-100,0%</i>
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (1+2)	2.317.287,0	2.716.562,5	0,0	-2.716.562,5	-100,0%	-2.317.287,0	-100,0%	-2.317.287,0	-100,0%	-2.317.287,0	-100,0%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIB ^{2/}	35,8%	40,4%	0,0%	-40,4%	-100,0%	-35,81%	-100,0%	-35,81%	-100,0%	-35,81%	-100,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017 Agosto	2018		Diferença Ago/18 Jul/18	Variação (%) Ago/18 Jul/18	Diferença Ago/18 Ago/17	Variação (%) Ago/18 Ago/17
		Julho	Agosto				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	66.870,8	83.140,5	70.808,8	-12.331,8	-14,8%	3.937,9	5,9%
I.1.1 Imposto de Importação	3.000,1	3.837,0	3.931,2	94,1	2,5%	931,1	31,0%
I.1.2 IPI	3.960,9	4.887,6	4.558,4	-329,2	-6,7%	597,6	15,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	454,0	455,1	434,3	-20,8	-4,6%	-19,7	-4,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	133,9	172,2	149,9	-22,2	-12,9%	16,0	12,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	335,3	393,5	289,9	-103,6	-26,3%	-45,4	-13,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.296,4	1.644,2	1.834,0	189,8	11,5%	537,6	41,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.741,2	2.222,6	1.850,3	-372,3	-16,8%	109,0	6,3%
I.1.3 Imposto de Renda	24.952,4	34.664,7	26.780,1	-7.884,6	-22,7%	1.827,7	7,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.391,4	2.750,3	2.531,9	0,2	-7,9%	140,5	5,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	8.061,1	15.745,7	9.261,9	-6.483,8	-41,2%	1.200,9	14,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.499,9	16.168,6	14.986,3	-1.182,4	-7,3%	486,3	3,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.365,6	9.013,0	8.844,1	-168,9	-1,9%	478,5	5,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.529,4	3.169,1	2.983,2	-186,0	-5,9%	-546,3	-15,5%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.654,8	2.986,6	2.104,0	-882,7	-29,6%	449,1	27,1%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	950,0	999,9	1.055,1	55,1	5,5%	105,0	11,1%
I.1.4 IOF	2.777,5	3.002,5	2.916,9	-85,6	-2,9%	139,4	5,0%
I.1.5 COFINS	18.667,0	20.077,8	19.728,5	-349,3	-1,7%	1.061,5	5,7%
I.1.6 PIS/PASEP	4.919,2	5.360,2	5.205,4	-154,7	-2,9%	286,3	5,8%
I.1.7 CSLL	4.649,8	8.474,5	5.376,9	-3.097,6	-36,6%	727,1	15,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	513,4	215,4	196,5	-18,9	-8,8%	-316,9	-61,7%
I.1.10 Outras	3.430,5	2.620,9	2.114,7	-506,1	-19,3%	-1.315,8	-38,4%



Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	564.400,8	630.799,4	66.398,5	11,8%
I.1.1 Imposto de Importação	20.794,2	26.988,8	6.194,6	29,8%
I.1.2 IPI	30.423,6	35.244,9	4.821,3	15,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.322,0	3.478,6	156,6	4,7%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.767,4	1.608,8	-158,6	-9,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.699,5	2.878,6	179,1	6,6%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	8.791,2	11.664,2	2.873,0	32,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	13.843,4	15.614,6	1.771,2	12,8%
I.1.3 Imposto de Renda	242.491,0	258.814,4	16.323,4	6,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	23.943,9	24.684,2	740,3	3,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	84.472,4	96.093,5	11.621,0	13,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	134.074,6	138.036,7	3.962,1	3,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	73.038,4	78.302,9	5.264,5	7,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	37.037,4	32.043,4	-4.993,9	-13,5%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	16.873,8	19.804,5	2.930,7	17,4%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	7.125,1	7.885,9	760,8	10,7%
I.1.4 IOF	22.851,9	23.651,5	799,5	3,5%
I.1.5 COFINS	138.723,1	159.877,1	21.154,0	15,2%
I.1.6 PIS/PASEP	37.539,9	42.697,1	5.157,3	13,7%
I.1.7 CSLL	49.266,4	54.343,2	5.076,8	10,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	3.835,0	2.948,9	-886,1	-23,1%
I.1.10 Outras	18.475,7	26.233,5	7.757,7	42,0%



Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017 Agosto	2018 Julho	2018 Agosto	Diferença Ago/18 Jul/18	Variação (%)	Diferença Ago/18 Ago/17	Variação (%)
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.105,6	20.248,5	21.790,0	1.541,5	7,6%	3.684,4	20,3%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.571,3	15.854,1	14.813,7	-1.040,4	-6,6%	1.242,4	9,2%
I.2 Fundos Constitucionais	643,4	983,2	151,5	-831,7	-84,6%	-491,9	-76,5%
I.2.1 Repasse Total	879,6	1.123,1	436,5	-686,7	-61,1%	-442,1	-50,4%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-236,2	-140,0	-285,0	-145,0	-103,6%	-48,8	-20,7%
I.3 Contribuição do Salário Educação	932,5	958,4	956,1	-2,3	-0,2%	23,6	2,5%
I.4 Compensações Financeiras	2.927,5	2.049,9	5.851,6	3.801,7	185,5%	2.924,0	99,9%
I.5 CIDE - Combustíveis	0,0	371,8	0,0	-371,8	-100,0%	0,0	-
I.6 Demais	30,9	31,2	17,2	-14,0	-44,8%	-13,7	-44,3%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,7	0,7	-	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	19,4	14,2	1,0	-13,1	-92,7%	18,4	-94,7%
I.6.3 IOF Ouro	1,4	1,2	1,4	0,2	19,6%	0,0	-0,9%
I.6.4 ITR	10,0	15,8	14,1	-1,7	-10,9%	4,0	40,3%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II. DESPESA TOTAL	108.915,5	107.331,8	120.214,2	12.882,4	12,0%	11.298,7	10,4%
II.1 Benefícios Previdenciários	54.604,6	45.381,1	57.136,8	11.755,7	25,9%	2.532,1	4,6%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	41.531,0	34.875,3	41.503,2	8.622,9	24,7%	1.972,2	4,7%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	12.410,5	9.311,2	12.679,3	3.368,1	36,2%	268,8	2,2%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	663,1	1.194,5	954,2	-240,3	-20,1%	291,1	43,9%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.554,1	22.454,1	23.634,6	1.180,5	5,3%	2.080,5	9,7%
II.2.1 Ativo Civil	9.654,5	10.010,6	10.148,9	138,3	1,4%	494,4	5,1%
II.2.2 Ativo Militar	2.068,7	2.171,6	2.162,5	-9,1	-0,4%	93,8	4,5%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.138,6	6.241,9	6.500,8	258,9	4,1%	362,3	5,9%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.384,1	3.784,7	3.718,1	-66,6	-1,8%	334,0	9,9%
II.2.5 Outros	308,3	245,2	1.104,2	859,0	350,3%	795,9	258,2%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.714,8	18.885,9	16.060,7	-2.825,2	-15,0%	2.345,9	17,1%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	4.720,6	4.844,3	5.196,5	352,3	7,3%	475,9	10,1%
II.3.2 Anistias	12,7	12,6	12,5	0,2	1,2%	0,3	-2,2%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,1	51,4	53,8	2,4	4,7%	4,7	9,6%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.497,3	4.657,4	4.723,2	65,8	1,4%	276,0	5,0%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	446,4	428,9	424,7	-4,2	-1,0%	-21,7	-4,9%
II.3.8 Créditos Extraordinários	60,4	30,1	59,0	28,9	96,0%	1,4	-2,3%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	973,9	961,0	919,9	-41,1	-4,3%	-54,0	-5,5%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	31,5	17,8	17,3	-0,5	-2,9%	-14,2	-45,2%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	121,8	119,4	84,6	-34,8	-29,2%	-37,2	-30,6%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	1.102,8	963,9	963,9	0,0	0,0%	-138,8	-12,6%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	107,5	162,6	134,4	-28,2	-17,3%	26,9	25,0%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	937,7	995,2	1.042,6	47,4	4,8%	105,0	11,2%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	3,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	123,6	278,3	130,9	-147,4	-53,0%	7,3	5,9%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	304,0	4.563,5	368,2	-4.195,3	-91,9%	64,2	21,1%
II.3.19.1 Igualização de custeio agropecuário	10,1	453,1	5,5	-447,6	-98,8%	4,6	-45,6%
II.3.19.2 Igualização de invest. rural e agroindustrial	1,5	705,2	0,9	-704,4	-99,9%	-0,6	-42,3%
II.3.19.3 Igualização Empréstimo do Governo Federal	0,0	16,1	0,0	-16,1	-100,0%	0,0	-
II.3.19.4 Igualização Aquisições do Governo Federal	61,1	5,4	25,1	15,7	361,8%	-36,0	-58,9%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	11,7	33,7	51,6	17,9	53,2%	39,9	341,4%
II.3.19.6 Pronaf	39,1	1.194,0	57,4	-1.136,6	-95,2%	18,3	46,7%
II.3.19.7 Proex	24,9	3,7	21,6	-9,2	-	-3,3	-13,4%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	3,7	145,7	142,0	-	145,7	-
II.3.19.9 Alcool	0,0	11,7	0,0	-11,7	-100,0%	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-28,8	65,7	57,9	-7,8	-11,8%	86,7	-
II.3.19.11 Funcafé	4,0	4,0	2,8	-1,2	-30,0%	-1,1	-29,0%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,3	2.158,8	1,4	-2.157,4	-99,9%	0,9	38,7%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,2	0,0	-3,2	-100,0%	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	180,0	-35,3	0,0	35,3	-100,0%	-180,0	-100,0%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Igualização dos Fundos FDI/FDNI/FDCO	0,8	20,7	0,0	-20,7	-100,0%	-0,8	-100,0%
II.3.19.18 Receltes de Recuperação de Subvenções	-2,7	-6,9	-1,7	5,2	-75,2%	1,0	-37,9%
II.3.19.19 Proagro	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.20 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	41,9	24,2	26,1	2,0	8,2%	-15,7	-37,6%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	68,5	63,8	69,2	5,4	8,5%	0,7	1,1%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	-47,2	552,4	-40,5	-592,8	-	6,8	-14,3%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	1.715,2	1.715,2	-	1.715,2	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	19.042,0	20.610,8	23.382,2	2.771,4	13,4%	4.340,1	22,8%
II.4.1 Obrigações	10.135,9	11.027,5	13.684,8	2.657,3	24,1%	3.548,9	35,0%
II.4.2 Discriminadas	8.906,1	9.583,2	9.697,3	114,1	1,2%	791,2	8,9%
Memorando:							
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	127.021,1	127.580,3	142.004,2	14.423,9	11,3%	14.983,1	11,8%
IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	19.849,4	21.563,8	23.593,8	2.740,0	13,3%	3.744,4	17,4%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	19.663,5	21.421,9	23.643,8	2.221,9	10,4%	3.980,3	20,2%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.571,3	15.854,1	14.813,7	-1.040,4	-6,6%	1.242,4	9,2%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	932,5	958,4	956,1	-2,3	-0,2%	23,6	2,5%
IV.1.3 Compensações Financeiras	2.927,5	2.049,9	5.851,6	3.801,7	185,5%	2.924,0	99,9%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	0,0	371,8	0,0	-371,8	-100,0%	0,0	-
IV.1.5 Demais	2.232,2	2.187,7	2.022,4	-165,3	-7,6%	-209,8	-9,4%
IOF Ouro	1,4	1,2	1,4	0,2	19,6%	0,0	-0,9%
ITR	10,0	15,8	14,1	-1,7	-10,9%	4,0	40,3%
FUNDEB (Complem. União)	1.102,8	963,9	963,9	0,0	0,0%	-138,8	-12,6%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.118,0	1.206,8	1.043,0	-163,8	-13,6%	-75,0	-6,7%
FCDF - DCC	107,5	162,6	134,4	-28,2	-17,3%	26,9	25,0%
FCDF - Pessoal	1.010,5	1.044,2	908,6	-135,6	-13,0%	-101,9	-10,1%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	80,4	30,1	59,0	28,9	96,0%	1,4	-2,3%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	22,3	20,3	41,3	21,0	103,1%	19,0	84,9%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	19,5	18,7	40,0	21,3	113,4%	20,4	104,6%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	2,8	1,6	1,3	-0,3	-18,3%	-1,5	-53,5%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	64,2	91,5	50,0	-41,5	-45,3%	-14,2	-22,1%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	107.210,7	106.016,6	118.210,2	12.193,6	11,5%	10.999,4	10,3%



Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago		
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	154.098,5	171.505,1	17.406,6	11,3%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	123.536,9	133.076,7	9.539,8	7,7%
I.2 Fundos Constitucionais	5.256,0	5.248,8	-107,2	-2,0%
I.2.1 Repasse Total	7.926,5	8.350,5	424,0	5,3%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-2.570,5	-3.101,7	-531,2	-20,7%
I.3 Contribuição do Salário Educação	8.199,7	8.449,0	249,3	3,0%
I.4 Compensações Financeiras	15.395,2	23.231,6	7.836,4	50,9%
I.5 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
I.6 Demais	356,2	329,7	-26,4	-7,4%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,7	0,7	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	88,0	73,1	-14,9	-16,9%
I.6.3 IOF Duro	10,8	8,7	-2,1	-19,2%
I.6.4 ITR	164,8	157,3	-7,6	-4,6%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	90,0	-2,6	-2,8%
II. DESPESA TOTAL	820.954,6	868.362,0	47.407,5	5,8%
II.1 Benefícios Previdenciários	356.285,9	376.052,5	19.766,6	5,5%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	271.077,6	287.158,0	16.080,4	5,9%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	75.487,6	77.712,1	2.224,5	2,9%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	9.720,7	11.182,4	1.461,7	15,0%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	183.400,1	191.670,9	8.270,7	4,5%
II.2.1 Ativo Civil	80.734,6	83.251,2	2.516,6	3,1%
II.2.2 Ativo Militar	17.121,2	18.015,7	894,5	5,2%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	51.291,5	53.398,5	2.107,1	4,1%
II.2.4 Reformas e pensões militares	28.397,0	31.263,2	2.866,2	10,1%
II.2.5 Outros	5.855,8	5.742,3	-113,6	-1,9%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	138.489,4	138.995,6	506,2	0,4%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	37.237,9	37.022,2	-215,7	-0,6%
II.3.2 Anistiados	123,7	114,3	-9,4	-7,6%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	388,2	414,1	25,9	6,7%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	35.788,7	37.403,7	1.615,0	4,5%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.079,3	3.412,9	333,7	10,8%
II.3.8 Créditos Extraordinários	683,6	303,5	-380,1	-55,6%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.306,3	9.687,1	-619,2	-6,0%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	261,1	151,2	-110,0	-42,1%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	563,6	577,2	13,6	2,4%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	9.545,3	9.959,0	413,7	4,3%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	865,1	978,0	112,9	13,1%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	7.055,5	7.919,5	864,0	12,2%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.300,0	1.273,3	-26,7	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.059,3	13.190,9	3.131,6	31,1%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.473,4	12.158,6	-5.314,8	-30,4%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.998,1	1.096,5	-901,6	-45,1%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.170,2	1.569,2	-601,0	-27,7%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	53,6	-20,5	-27,7%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-195,8	13,7	209,6	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	70,0	243,3	173,3	247,6%
II.3.19.6 Pronaf	4.009,9	2.816,7	-1.193,2	-29,8%
II.3.19.7 Proex	358,8	266,7	-92,1	-25,7%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	121,6	453,5	331,9	272,9%
II.3.19.9 Alcool	46,0	28,0	-18,0	-39,1%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-1,6	186,5	188,1	-
II.3.19.11 Funcafe	59,6	55,7	-3,9	-6,5%
II.3.19.12 Revitaliza	12,8	9,2	-3,7	-28,4%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.900,4	5.004,4	-2.896,0	-36,7%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,3	6,6	0,3	5,3%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	552,0	339,9	-212,1	-38,4%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDF/FDNE/FDCO	47,2	43,8	-3,5	-7,3%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-5,8	-42,5	-36,7	635,6%
II.3.19.19 Proagro	369,5	70,0	-299,5	-81,1%
II.3.19.20 PNAFE	-120,0	-56,3	63,7	-53,1%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	184,6	189,4	4,7	2,6%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	594,0	540,5	-53,5	-9,0%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	2.979,7	2.035,0	-944,7	-31,7%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	142.779,2	161.643,1	18.863,9	13,2%
II.4.1 Obrigatórias	80.839,6	87.553,7	6.714,2	8,3%
II.4.2 Discrecionárias	61.939,7	74.089,3	12.149,7	19,6%
Memorando:	975.053,0	1.039.867,1	64.814,1	6,6%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	168.551,1	187.598,1	19.047,0	11,3%
IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	166.634,3	184.616,5	17.982,2	10,8%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	123.536,9	133.076,7	9.539,8	7,7%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	8.199,7	8.449,0	249,3	3,0%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	15.395,2	23.231,6	7.836,4	50,9%
IV.1.3 Compensações Financeiras	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	18.248,0	18.690,0	442,0	2,4%
IV.1.5 Demais	10,8	8,7	-2,1	-19,2%
IOF Duro	164,8	157,3	-7,6	-4,6%
ITR	9.545,3	9.959,0	413,7	4,3%
FUNDEB (Complem. União)	8.527,1	8.565,0	38,0	0,4%
Fundo Constitucional DF - FPDF	865,1	978,0	112,9	13,1%
FPDF - OCC	7.661,9	7.587,0	-75,0	-1,0%
FPDF - Pessoal	683,6	303,5	-380,1	-55,6%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	0,0	0,0	0,0	24,8%
d/q Impacto Primário do FIES	102,1	118,7	16,7	16,3%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	88,9	111,6	22,8	25,6%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	13,2	7,1	-6,1	-46,3%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	1.131,2	2.559,4	1.428,2	126,3%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	806.501,9	852.269,0	45.767,1	5,7%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	806.501,9	852.269,0	45.767,1	5,7%



Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago"^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
I. DESPESA TOTAL	127.021,1	127.580,3	142.004,2	14.423,9	11,3%	14.983,1	11,8%
I.1 Poder Executivo	122.755,9	123.108,2	137.468,8	14.360,6	11,7%	14.712,9	12,0%
I.2 Poder Legislativo	819,2	831,3	854,1	22,8	2,7%	34,9	4,3%
I.2.1 Câmara dos Deputados	393,4	395,0	410,9	15,9	4,0%	17,5	4,4%
I.2.2 Senado Federal	288,0	295,8	300,7	4,9	1,7%	12,6	4,4%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	137,8	140,5	142,5	2,0	1,4%	4,7	3,4%
I.3 Poder Judiciário	2.938,1	3.122,8	3.167,7	44,9	1,4%	229,6	7,8%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,2	46,3	45,3	-0,9	-2,0%	2,1	4,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	94,8	108,9	102,4	-6,5	-6,0%	7,6	8,0%
I.3.3 Justiça Federal	756,9	816,1	797,4	-18,7	-2,3%	-	5,3%
I.3.4 Justiça Militar da União	34,5	34,8	37,7	2,9	8,3%	3,2	9,2%
I.3.5 Justiça Eleitoral	496,5	535,0	584,9	49,9	9,3%	88,4	17,8%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.329,3	1.389,4	1.407,9	18,6	1,3%	78,7	5,9%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	172,2	183,3	180,9	-2,4	-1,3%	8,7	5,1%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,7	9,2	11,2	2,0	22,1%	0,5	4,8%
I.4. Defensoria Pública da União	42,3	40,9	40,2	-0,7	-1,6%	-2,1	-5,0%
I.5 Ministério Público da União	465,6	477,1	473,4	-3,7	-0,8%	7,8	1,7%
I.5.1 Ministério Público da União	459,3	470,7	467,2	-3,5	-0,7%	7,9	1,7%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6,3	6,4	6,2	-0,2	-3,8%	-0,1	-1,7%
Memorando:							
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	107.210,7	106.016,6	118.210,2	12.193,6	11,5%	10.999,4	10,3%
II.1 Poder Executivo	102.971,1	101.564,8	113.716,1	12.151,3	12,0%	10.745,0	10,4%
II.2 Poder Legislativo	819,2	831,3	854,1	22,8	2,7%	34,9	4,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	393,4	395,0	410,9	15,9	4,0%	17,5	4,5%
II.2.2 Senado Federal	288,0	295,8	300,7	4,9	1,7%	12,6	4,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	137,8	140,5	142,5	2,0	1,4%	4,7	3,4%
II.3 Poder Judiciário	2.912,5	3.102,5	3.126,4	23,9	0,8%	213,9	7,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,2	46,3	45,3	-0,9	-2,0%	2,1	4,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	94,4	108,9	0,0	-108,9	-100,0%	-94,4	-100,0%
II.3.3 Justiça Federal	756,9	816,1	797,4	-18,7	-2,3%	40,5	5,3%
II.3.4 Justiça Militar da União	34,3	34,8	0,0	-34,8	-100,0%	-34,3	-100,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	474,1	514,7	543,6	29,0	5,6%	69,5	14,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.326,7	1.389,4	1.407,9	18,6	1,3%	81,3	6,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	172,2	183,3	180,9	-2,4	-1,3%	8,7	5,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,7	9,2	11,2	2,0	22,1%	0,5	4,8%
II.4. Defensoria Pública da União	42,3	40,9	40,2	-0,7	-1,6%	-2,1	-5,0%
II.5 Ministério Público da União	465,6	477,1	473,4	-3,7	-0,8%	7,8	1,7%
II.5.1 Ministério Público da União	459,3	470,7	467,2	-3,5	-0,7%	7,9	1,7%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6,3	6,4	6,2	-0,2	-3,8%	-0,1	-1,7%



Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017 Jan-Ago	2018 Jan-Ago	Diferença Jan-Ago/18 Jan-Ago/17	Varição (%)
I. DESPESA TOTAL	975.053,0	1.039.867,1	64.814,1	6,6%
I.1 Poder Executivo	939.940,3	1.002.408,3	62.468,0	6,6%
I.2 Poder Legislativo	6.992,8	7.162,9	170,0	2,4%
I.2.1 Câmara dos Deputados	3.278,5	3.396,5	117,9	3,6%
I.2.2 Senado Federal	2.524,2	2.566,6	42,4	1,7%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	1.190,1	1.199,8	9,7	0,8%
I.3 Poder Judiciário	24.110,8	26.066,3	1.955,5	8,1%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	356,4	379,3	22,9	6,4%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	785,2	857,8	72,6	9,2%
I.3.3 Justiça Federal	6.296,9	6.739,7	442,8	7,0%
I.3.4 Justiça Militar da União	292,3	306,4	14,1	4,8%
I.3.5 Justiça Eleitoral	3.947,1	4.343,2	396,1	10,0%
I.3.6 Justiça do Trabalho	10.877,6	11.781,9	904,3	8,3%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.480,1	1.578,4	98,3	6,6%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	75,1	79,6	4,5	6,0%
I.4. Defensoria Pública da União	351,5	344,2	-7,3	-2,1%
I.5 Ministério Público da União	3.657,6	3.885,4	227,8	6,2%
I.5.1 Ministério Público da União	3.611,7	3.839,6	227,9	6,3%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	45,9	45,8	-0,1	-0,2%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	806.501,9	852.269,0	45.767,1	5,7%
II.1 Poder Executivo	771.543,6	814.930,1	43.386,5	5,6%
II.2 Poder Legislativo	6.982,2	7.162,9	180,7	2,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.267,9	3.396,5	128,6	3,9%
II.2.2 Senado Federal	2.524,2	2.566,6	42,4	1,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.190,1	1.199,8	9,7	0,8%
II.3 Poder Judiciário	23.967,0	25.946,4	1.979,3	8,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	356,4	379,3	23,0	6,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	781,9	857,3	75,4	9,6%
II.3.3 Justiça Federal	6.292,8	6.739,6	446,9	7,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	291,7	306,4	14,7	5,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.841,6	4.224,3	382,7	10,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.848,0	11.781,4	933,5	8,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.479,6	1.578,4	98,8	6,7%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	75,1	79,6	4,5	6,0%
II.4. Defensoria Pública da União	351,5	344,2	-7,3	-2,1%
II.5 Ministério Público da União	3.657,6	3.885,4	227,8	6,2%
II.5.1 Ministério Público da União	3.611,6	3.839,6	227,9	6,3%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	45,9	45,8	-0,1	-0,2%





Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em agosto de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -12,7% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 11,5 bilhões, ante R\$ 13,2 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2017			2018			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Até Agosto	Julho	Agosto	Até Agosto	Ago/18 Jul/18	Ago/18 Ago/17	Até Ago/18 Ago/17
FPM	8.762,4	5.401,7	51.724,2	8.708,5	5.874,6	55.330,0	-32,5%	8,8%	7,0%
FPE	4.551,2	5.161,6	45.602,9	4.449,6	5.613,5	48.999,1	26,2%	8,8%	7,4%
IPI - Exp	313,9	293,7	2.302,4	335,6	362,9	2.942,6	8,2%	23,6%	27,8%

Obs.1: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%).

Obs. 2: Na variação do FPM de agosto sobre o mês anterior, foram considerados para o mês de julho o repasse ordinário somado ao 1% anual (EC84/2014).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	18,4%	26,2%	18,4%	26,2%	3,5%	8,2%

Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Obs. 2: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1% ocorrido em julho.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Setembro	Outubro	Novembro
FPM	-28,1%	26,0%	5,0%
FPE	-28,1%	26,0%	5,0%
IPI - EXP	-0,6%	17,0%	-9,0%

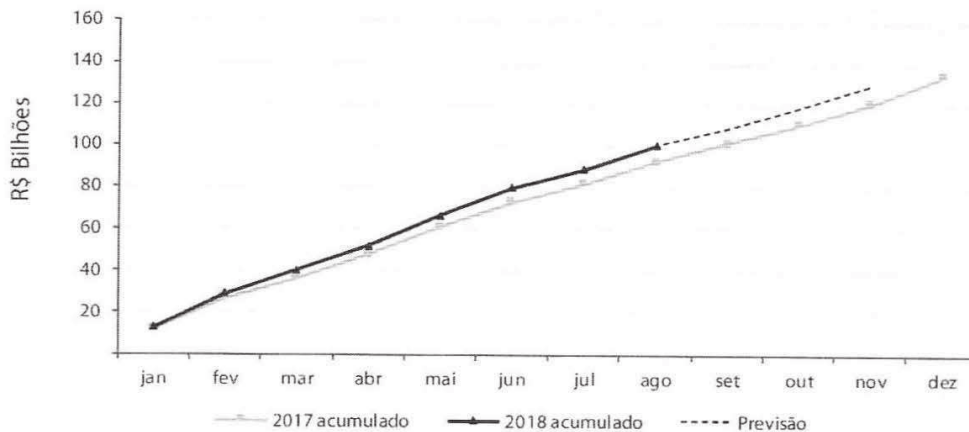
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.



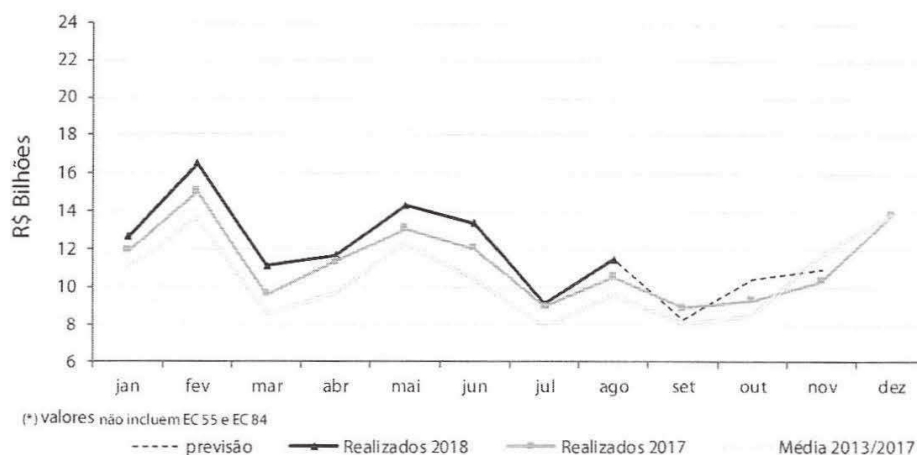


Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



(*) valores não incluem EC 55 e EC 84

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2018 a 20/08/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
JUL/3º DEC	2.806,0	16.117,8	18.923,8	AGO/1º DEC	3.254,9	3.406,3	224,5	6.885,7
AGO/1º DEC	1.078,3	2.185,0	3.263,3	AGO/2º DEC	561,3	587,4	86,3	1.234,9
AGO/2º DEC	652,1	9.797,3	10.449,4	AGO/3º DEC	1.797,3	1.880,9	52,2	3.730,4
TOTAL	4.536,4	28.100,1	32.636,5	TOTAL	5.613,5	5.874,6	362,9	11.850,9

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Resultado do Tesouro Nacional – Agosto/2018





Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	31.572,4	194.020,0	27,3
Alagoas	AL	133.525,6	235.682,4	816,2
Amazonas	AM	95.092,9	163.407,1	1.695,6
Amapá	AP	23.264,0	192.024,6	591,2
Bahia	BA	540.029,4	523.795,2	15.597,5
Ceará	CE	292.292,9	408.538,7	3.425,7
Distrito Federal	DF	10.124,2	38.601,6	463,0
Espírito Santo	ES	104.982,0	87.536,7	14.699,3
Goiás	GO	215.630,9	160.975,1	8.516,4
Maranhão	MA	247.097,1	402.991,3	4.187,8
Minas Gerais	MG	771.650,1	252.092,8	45.072,3
Mato Grosso do Sul	MS	86.265,8	75.513,5	6.616,4
Mato Grosso	MT	107.288,6	129.590,1	5.067,7
Pará	PA	206.559,8	344.032,3	21.751,3
Paraíba	PB	184.594,9	267.463,8	311,2
Pernambuco	PE	289.269,1	384.685,6	5.112,6
Piauí	PI	156.305,3	242.474,2	96,0
Paraná	PR	397.012,9	160.232,9	34.428,7
Rio de Janeiro	RJ	173.006,4	90.021,7	64.998,7
Rio Grande do Norte	RN	145.680,6	232.602,5	313,2
Rondônia	RO	52.058,3	160.267,6	1.075,2
Roraima	RR	29.629,8	139.101,0	16,0
Rio Grande do Sul	RS	397.515,4	128.555,3	33.205,4
Santa Catarina	SC	229.255,5	72.490,5	21.667,3
Sergipe	SE	87.941,3	231.037,0	234,4
São Paulo	SP	783.189,0	54.847,8	72.581,8
Tocantins	TO	83.730,1	240.891,3	340,4
TOTAL		5.874.564,4	5.613.472,5	362.908,9

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO.80553893149
Date: 2018.09.12 14:24:54 BRT
Perfil: Chefe de Ente
Instituição: Palmas
Cargo: PREFEITA

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.100680/2017-60****Dados básicos****Tipo de Interessado:** Município**Interessado:** Palmas**UF:** TO**Número do PVL:** PVL02.001229/2017-06**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 30/08/2018**Data Limite de Conclusão:** 13/09/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Infraestrutura**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Corporação Andina de Fomento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 60.870.000,00**Analista Responsável:** Ho Yiu Cheng**Vínculos****PVL:** PVL02.001229/2017-06**Processo:** 17944.100680/2017-60**Situação da Dívida:****Data Base:**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Checklist**Legenda:** AD Adequado (29) - IN Inadequado (7) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFLEX	Indeterminada	
IN	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
AD	Aba "Operações não contratadas"	-	
IN	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
AD	Certidão do Tribunal de Contas	30/09/2018	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	-	
AD	Aba "Informações Contábeis"	-	
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	
AD	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	Indeterminada	
IN	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
IN	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
AD	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
IN	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
IN	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEX	-	

Observações sobre o PVL

Informações sobre o interessado


SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Outros lançamentos

COFLEX

Nº da Recomendação:

Data da Recomendação:

Data da homologação da Recomendação:

Validade da Recomendação:

Valor autorizado (US\$):

Contrapartida mínima (US\$):

Registro de Operações Financeiras ROF

Nº do ROF:

PAF e refinanciamentos

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Realizar operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento - CAF, com a garantia da República Federativa do Brasil, até o valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares americanos), destinada ao financiamento do projeto do Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro**Taxa de Juros:** Taxa Libor Semestral + spread da data de assinatura do contrato.**Demais encargos e comissões (discriminar):** Comissão de Compromisso - equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo.
Indexador: Comissão de Financiamento - equivalente a 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) do montante do empréstimo
Comissão de Avaliação - equivalente a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil Dólares)
Juros de Mora de 2,00% ao ano, adicionada à taxa de juros contratual.
Obs: As condições financeiras finais serão as da data de assinatura do contrato.

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 54**Prazo de amortização (meses):** 126**Prazo total (meses):** 180**Ano de início da Operação:** 2018**Ano de término da Operação:** 2033

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	6.685.000,00	6.685.000,00	0,00	871.627,96	871.627,96
2019	16.200.000,00	16.200.000,00	0,00	1.580.193,68	1.580.193,68
2020	16.000.000,00	16.000.000,00	0,00	2.418.857,72	2.418.857,72
2021	15.300.000,00	15.300.000,00	0,00	3.402.836,28	3.402.836,28
2022	6.685.000,00	6.685.000,00	0,00	4.065.891,31	4.065.891,31
2023	0,00	0,00	5.533.636,36	4.014.068,37	9.547.704,73
2024	0,00	0,00	5.533.636,36	3.697.320,16	9.230.956,52
2025	0,00	0,00	5.533.636,36	3.373.653,20	8.907.289,56
2026	0,00	0,00	5.533.636,36	3.050.927,97	8.584.564,33
2027	0,00	0,00	5.533.636,36	2.707.516,18	8.241.152,54
2028	0,00	0,00	5.533.636,36	2.308.150,48	7.841.786,84
2029	0,00	0,00	5.533.636,36	1.911.540,67	7.445.177,03
2030	0,00	0,00	5.533.636,36	1.527.246,23	7.060.882,59
2031	0,00	0,00	5.533.636,36	1.133.498,11	6.667.134,47
2032	0,00	0,00	5.533.636,36	730.027,23	6.263.663,59
2033	0,00	0,00	5.533.636,40	309.228,91	5.842.865,31
Total:	60.870.000,00	60.870.000,00	60.870.000,00	37.102.584,46	97.972.584,46



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.102948/2017-06**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Interna**Finalidade:** Infraestrutura**Credor:** Caixa Econômica Federal**Moeda:** Real**Valor:** 50.000.000,00**Status:** Deferido

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	0,00	50.000.000,00	0,00	4.515.549,95	4.515.549,95
2019	0,00	0,00	6.741.573,03	4.629.368,48	11.370.941,51
2020	0,00	0,00	6.741.573,03	3.975.434,21	10.717.007,24
2021	0,00	0,00	6.741.573,03	3.298.662,87	10.040.235,90
2022	0,00	0,00	6.741.573,03	2.633.310,03	9.374.883,06
2023	0,00	0,00	6.741.573,03	1.967.957,25	8.709.530,28
2024	0,00	0,00	6.741.573,03	1.306.715,11	8.048.288,14
2025	0,00	0,00	6.741.573,03	637.251,61	7.378.824,64
2026	0,00	0,00	2.808.988,79	69.118,53	2.878.107,32
Total:	0,00	50.000.000,00	50.000.000,00	23.033.368,04	73.033.368,04



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	27.517.088,57	0,00	0,00	27.517.088,57
2019	31.247.884,94	0,00	0,00	31.247.884,94
2020	56.637.500,00	0,00	0,00	56.637.500,00
2021	56.637.500,00	0,00	0,00	56.637.500,00
2022	56.637.500,00	0,00	0,00	56.637.500,00
2023	51.917.708,33	0,00	0,00	51.917.708,33
Total:	280.595.181,84	0,00	0,00	280.595.181,84

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	16.372.587,97	8.059.037,82	2.278.001,16	27.948,05	18.650.589,13	8.086.985,87
2019	25.633.755,45	8.695.303,09	10.074.221,97	4.520.709,78	35.707.977,42	13.216.012,87
2020	18.999.849,57	7.575.721,01	7.135.999,71	9.829.396,21	26.135.849,28	17.405.117,22
2021	11.379.311,76	6.699.057,81	4.963.124,88	14.373.732,51	16.342.436,64	21.072.790,32
2022	7.799.574,49	5.255.116,41	5.800.331,78	18.887.248,87	13.599.906,27	24.142.365,28



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2023	7.319.942,98	4.741.495,80	13.608.410,61	20.502.887,90	20.928.353,59	25.244.383,70
2024	6.881.729,63	4.231.605,86	11.505.590,65	19.217.952,12	18.387.320,28	23.449.557,98
2025	7.486.787,89	3.694.617,32	11.911.795,28	18.258.285,14	19.398.583,17	21.952.902,46
2026	8.139.691,58	3.113.680,12	12.646.488,75	17.239.543,19	20.786.180,33	20.353.223,31
2027	8.844.004,73	2.485.452,51	13.426.496,51	16.157.967,46	22.270.501,24	18.643.419,97
2028	5.719.293,21	1.908.180,67	14.254.613,43	15.009.682,51	19.973.906,64	16.917.863,18
2029	6.072.046,70	1.413.523,37	15.133.806,80	13.790.573,85	21.205.853,50	15.204.097,22
2030	3.080.313,93	1.006.388,61	14.610.643,95	12.547.345,99	17.690.957,88	13.553.734,60
2031	2.955.021,86	766.806,92	15.375.374,36	11.310.804,91	18.330.396,22	12.077.611,83
2032	3.137.281,15	514.681,58	16.323.693,81	9.998.963,01	19.460.974,96	10.513.644,59
2033	3.330.781,78	247.005,70	17.330.503,52	8.606.209,57	20.661.285,30	8.853.215,27
Restante a pagar	1.155.302,73	20.026,93	94.216.084,67	20.392.715,05	95.371.387,40	20.412.741,98
Total:	144.307.277,41	60.427.701,53	280.595.181,84	230.671.966,12	424.902.469,25	291.099.667,85

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Informações Contábeis**Balanço Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 20.002.258,44**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 102.554.092,92

Balanço Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 3º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 304.053.948,66

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 3º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 958.146.146,45

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2018**Período:** 1º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 146.633.727,36**Deduções:** 167.668.217,30**Dívida consolidada líquida (DCL):** -21.034.489,94**Receita corrente líquida (RCL):** 961.698.446,76**% DCL/RCL:** -2,19

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas?

Não

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

1º Quadrimestre

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Despesa bruta com pessoal	516.101.620,62	28.201.785,19
Despesas não computadas	43.631.270,67	2.959.739,21





Processo nº 17944.100680/2017-60

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social Contribuições patronais	0,00	0,00
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	472.470.349,95	25.242.045,98
Receita Corrente Líquida (RCL)	961.698.446,76	961.698.446,76
TDP/RCL	49,13	2,62
Limite máximo	54,00	6,00

Declarção sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

2375

Data da LOA

19/02/2018

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
0010 - Recursos Próprios	1676 - Requalificação Urbana - Palmas para o futuro
0600 - Receita de Operações de Crédito	1676 - Requalificação Urbana - Palmas para o futuro

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Não

Número do PLOA

2017037298

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

2374

Data da Lei do PPA

19/02/2018

Ano de início do PPA

2018

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
1118 - Infraestrutura Cidadã	1676 - PPA-P-Requalificação urbana - Palmas para o futuro

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000
15,23 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino
25,86 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.100680/2017-60**

Sim





Processo nº 17944.100680/2017-60

Notas Explicativas

Observação:

- * Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	365	01/02/2017	Dólar dos EUA	60.870.000,00	10/10/2017	DOC00.007682/2017-38

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	Anexo 1	20/02/2018	28/02/2018	DOC00.014693/2018-55
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO TCE - Nº 07-2018	10/08/2018	15/08/2018	DOC00.030770/2018-14
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO TCE	06/07/2018	14/08/2018	DOC00.030749/2018-19
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	06/07/2018	10/07/2018	DOC00.028111/2018-18
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	21/02/2018	28/02/2018	DOC00.014691/2018-66
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão em Cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal	25/10/2017	26/10/2017	DOC00.008476/2017-45
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão em Cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal	06/10/2017	10/10/2017	DOC00.007683/2017-82
Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	Declaração de Adimplência	09/10/2017	10/10/2017	DOC00.007703/2017-15
Documentação adicional	CERTIDÃO DE PRECATÓRIOS Nº 12438/2018	16/03/2018	16/03/2018	DOC00.016993/2018-79
Documentação adicional	DECLARAÇÃO PREFEITO	15/03/2018	26/03/2018	DOC00.017918/2018-25
Documentação adicional	DECLARAÇÃO SECRETÁRIO DE FINANÇAS	15/03/2018	23/03/2018	DOC00.017830/2018-11
Documentação adicional	IN TCE 11/2012	05/12/2012	23/03/2018	DOC00.017831/2018-58
Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	Minuta Contrato	27/08/2017	10/10/2017	DOC00.007697/2017-04
Minuta do contrato de garantia (operação externa)	Minuta Contrato	27/08/2017	10/10/2017	DOC00.007701/2017-26
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF - OPERAÇÃO CAF - ATUALIZADO EM 27-08-2018	27/08/2018	27/08/2018	DOC00.031587/2018-36
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF - OPERAÇÃO CAF - ATUALIZADO EM 27-08-18	27/08/2018	27/08/2018	DOC00.031586/2018-91
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF - OPERAÇÃO CAF ATUALIZADO 14-03-18	14/03/2018	15/03/2018	DOC00.016733/2018-01
Módulo do ROF	REGISTRO DE OPERAÇÃO ATUALIZADO EXTRAÍDO SISBACEM	27/07/2018	27/07/2018	DOC00.029748/2018-21



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER Nº 081-2018-PGM	28/02/2018	15/03/2018	DOC00.016734/2018-48
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico nº 196-2017	12/09/2017	10/10/2017	DOC00.007684/2017-27
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO 02/2018	20/03/2018	23/03/2018	DOC00.017824/2018-56
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico nº 001/2018	22/01/2018	28/02/2018	DOC00.014690/2018-11
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico SEISP nº 001/2017	06/10/2017	10/10/2017	DOC00.007685/2017-71
Recomendação da COFLEX	RECOMENDAÇÃO Nº 04/0116	03/05/2016	10/10/2017	DOC00.007686/2017-16

Minutas

Não há tramitações de documentos.

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 11/09/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1164	11/09/2018

Em retificação pelo interessado - 30/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1115	30/08/2018

Em retificação pelo interessado - 24/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1080	24/08/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.100680/2017-60**

Em retificação pelo interessado - 17/07/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	939	17/07/2018

Em retificação pelo interessado - 02/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	490	29/03/2018

Em retificação pelo interessado - 14/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	375	14/03/2018

Em retificação pelo interessado - 15/01/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	99	15/01/2018

Processo pendente de distribuição - 03/01/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	147	29/12/2017

Encaminhado para agendamento da negociação - 13/11/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	114	08/11/2017
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	1368	09/11/2017

Pendente de correções ou ajustes - 23/10/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações sem Garantia) ao Interessado	1158	19/10/2017



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,85580	29/06/2018

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	25.776.023,00	77.517.088,57	103.293.111,57
2019	62.463.960,00	31.247.884,94	93.711.844,94
2020	61.692.800,00	56.637.500,00	118.330.300,00
2021	58.993.740,00	56.637.500,00	115.631.240,00
2022	25.776.023,00	56.637.500,00	82.413.523,00
2023	0,00	51.917.708,33	51.917.708,33
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	3.360.823,09	31.253.124,95	34.613.948,04
2019	6.092.910,79	60.294.931,80	66.387.842,59
2020	9.326.631,60	54.257.973,74	63.584.605,34
2021	13.120.656,13	47.455.462,86	60.576.118,99
2022	15.677.263,71	47.117.154,61	62.794.418,32
2023	36.814.039,90	54.882.267,57	91.696.307,47
2024	35.592.722,15	49.885.166,40	85.477.888,55
2025	34.344.727,09	48.730.310,27	83.075.037,36
2026	33.100.363,14	44.017.510,96	77.117.874,10
2027	31.776.235,96	40.913.921,21	72.690.157,17
2028	30.236.361,70	36.891.769,82	67.128.131,52
2029	28.707.113,59	36.409.950,72	65.117.064,31
2030	27.225.351,09	31.244.692,48	58.470.043,57
2031	25.707.137,09	30.408.008,05	56.115.145,14
2032	24.151.434,07	29.974.619,55	54.126.053,62
2033	22.528.920,06	29.514.500,57	52.043.420,63
Restante a pagar	0,00	115.784.129,38	115.784.129,38

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Exercício anterior**Despesas de capital executas do exercício anterior 102.554.092,92**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada 102.554.092,92

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 20.002.258,44

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada 20.002.258,44-----
Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001**Exercício corrente****Despesas de capital previstas no orçamento 304.053.948,66**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas 304.053.948,66

Liberações de crédito já programadas 77.517.088,57

Liberação da operação pleiteada 25.776.023,00

Liberações ajustadas 103.293.111,57-----
Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	25.776.023,00	77.517.088,57	964.375.318,24	10,71	66,94



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2019	62.463.960,00	31.247.884,94	976.955.417,79	9,59	59,95
2020	61.692.800,00	56.637.500,00	989.699.622,43	11,96	74,73
2021	58.993.740,00	56.637.500,00	1.002.610.072,89	11,53	72,08
2022	25.776.023,00	56.637.500,00	1.015.688.937,81	8,11	50,71
2023	0,00	51.917.708,33	1.028.938.414,13	5,05	31,54
2024	0,00	0,00	1.042.360.727,45	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	1.055.958.132,39	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	1.069.732.912,98	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	1.083.687.383,07	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	1.097.823.886,67	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	1.112.144.798,37	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	1.126.652.523,74	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	1.141.349.499,74	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	1.156.238.195,09	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	1.171.321.110,76	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	3.360.823,09	31.253.124,95	964.375.318,24	3,59
2019	6.092.910,79	60.294.931,80	976.955.417,79	6,80
2020	9.326.631,60	54.257.973,74	989.699.622,43	6,42
2021	13.120.656,13	47.455.462,86	1.002.610.072,89	6,04
2022	15.677.263,71	47.117.154,61	1.015.688.937,81	6,18
2023	36.814.039,90	54.882.267,57	1.028.938.414,13	8,91
2024	35.592.722,15	49.885.166,40	1.042.360.727,45	8,20
2025	34.344.727,09	48.730.310,27	1.055.958.132,39	7,87



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2026	33.100.363,14	44.017.510,96	1.069.732.912,98	7,21
2027	31.776.235,96	40.913.921,21	1.083.687.383,07	6,71
2028	30.236.361,70	36.891.769,82	1.097.823.886,67	6,11
2029	28.707.113,59	36.409.950,72	1.112.144.798,37	5,86
2030	27.225.351,09	31.244.692,48	1.126.652.523,74	5,19
2031	25.707.137,09	30.408.008,05	1.141.349.499,74	4,92
2032	24.151.434,07	29.974.619,55	1.156.238.195,09	4,68
2033	22.528.920,06	29.514.500,57	1.171.321.110,76	4,44
Média até 2027:				6,79
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				59,07
Média até o término da operação:				6,20
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				53,88

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	961.698.446,76
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-21.034.489,94
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	330.595.181,84
Valor da operação pleiteada	234.702.546,00

Saldo total da dívida líquida	544.263.237,90
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,57
Limite da DCL/RCL	1,20

Percentual do limite de endividamento	47,16%
--	---------------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 12/09/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 12/09/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	17/08/2018 18:24:55



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO:80553893149
Date: 2018.08.30 16:45:27 BRT
Perfil: Chefe de Ente
Instituição: Palmas
Cargo: PREFEITA

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.100680/2017-60****Dados básicos****Tipo de Interessado:** Município**Interessado:** Palmas**UF:** TO**Número do PVL:** PVL02.001229/2017-06**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 28/08/2018**Data Limite de Conclusão:** 11/09/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Infraestrutura**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Corporação Andina de Fomento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 60.870.000,00**Analista Responsável:** Arthur Batista De Sousa**Vínculos****PVL:** PVL02.001229/2017-06**Processo:** 17944.100680/2017-60**Situação da Dívida:****Data Base:**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Checklist**Legenda:** AD Adequado (29) - IN Inadequado (7) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	
IN	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
AD	Aba "Operações não contratadas"	-	
IN	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
AD	Certidão do Tribunal de Contas	30/09/2018	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	-	
AD	Aba "Informações Contábeis"	-	
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	
AD	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	Indeterminada	
IN	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
IN	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
AD	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
IN	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
IN	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEX	-	

Observações sobre o PVL

Informações sobre o interessado


SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Outros lançamentos

COFLEX

Nº da Recomendação:

Data da Recomendação:

Data da homologação da Recomendação:

Validade da Recomendação:

Valor autorizado (US\$):

Contrapartida mínima (US\$):

Registro de Operações Financeiras ROF

Nº do ROF:

PAF e refinanciamentos

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Realizar operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento - CAF, com a garantia da República Federativa do Brasil, até o valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares americanos), destinada ao financiamento do projeto do Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro**Taxa de Juros:**
Taxa Libor Semestral + spread da data de assinatura do contrato.**Demais encargos e comissões (discriminar):** Comissão de Compromisso - equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo.
Indexador: Comissão de Financiamento - equivalente a 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) do montante do empréstimo
Comissão de Avaliação - equivalente a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil Dólares)
Juros de Mora de 2,00% ao ano, adicionada à taxa de juros contratual.
Obs: As condições financeiras finais serão as da data de assinatura do contrato.

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 54**Prazo de amortização (meses):** 126**Prazo total (meses):** 180**Ano de início da Operação:** 2018**Ano de término da Operação:** 2033

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	6.685.000,00	6.685.000,00	0,00	871.627,96	871.627,96
2019	16.200.000,00	16.200.000,00	0,00	1.580.193,68	1.580.193,68
2020	16.000.000,00	16.000.000,00	0,00	2.418.857,72	2.418.857,72
2021	15.300.000,00	15.300.000,00	0,00	3.402.836,28	3.402.836,28
2022	6.685.000,00	6.685.000,00	2.766.818,20	4.065.891,31	6.832.709,51
2023	0,00	0,00	5.533.636,36	3.827.352,86	9.360.989,22
2024	0,00	0,00	5.533.636,36	3.507.699,94	9.041.336,30
2025	0,00	0,00	5.533.636,36	3.180.848,24	8.714.484,60
2026	0,00	0,00	5.533.636,36	2.854.040,13	8.387.676,49
2027	0,00	0,00	5.533.636,36	2.506.941,09	8.040.577,45
2028	0,00	0,00	5.533.636,36	2.107.494,04	7.641.130,40
2029	0,00	0,00	5.533.636,36	1.710.294,22	7.243.930,58
2030	0,00	0,00	5.533.636,36	1.323.572,57	6.857.208,93
2031	0,00	0,00	5.533.636,36	927.350,78	6.460.987,14
2032	0,00	0,00	5.533.636,36	521.357,01	6.054.993,37
2033	0,00	0,00	2.766.818,20	104.368,33	2.871.186,53
Total:	60.870.000,00	60.870.000,00	60.870.000,00	34.910.726,16	95.780.726,16



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.102948/2017-06**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Interna**Finalidade:** Infraestrutura**Credor:** Caixa Econômica Federal**Moeda:** Real**Valor:** 50.000.000,00**Status:** Deferido

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	0,00	50.000.000,00	0,00	4.515.549,95	4.515.549,95
2019	0,00	0,00	6.741.573,03	4.629.368,48	11.370.941,51
2020	0,00	0,00	6.741.573,03	3.975.434,21	10.717.007,24
2021	0,00	0,00	6.741.573,03	3.298.662,87	10.040.235,90
2022	0,00	0,00	6.741.573,03	2.633.310,03	9.374.883,06
2023	0,00	0,00	6.741.573,03	1.967.957,25	8.709.530,28
2024	0,00	0,00	6.741.573,03	1.306.715,11	8.048.288,14
2025	0,00	0,00	6.741.573,03	637.251,61	7.378.824,64
2026	0,00	0,00	2.808.988,79	69.118,53	2.878.107,32
Total:	0,00	50.000.000,00	50.000.000,00	23.033.368,04	73.033.368,04





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.100680/2017-60

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	27.517.088,57	0,00	0,00	27.517.088,57
2019	31.247.884,94	0,00	0,00	31.247.884,94
2020	56.637.500,00	0,00	0,00	56.637.500,00
2021	56.637.500,00	0,00	0,00	56.637.500,00
2022	56.637.500,00	0,00	0,00	56.637.500,00
2023	51.917.708,33	0,00	0,00	51.917.708,33
Total:	280.595.181,84	0,00	0,00	280.595.181,84

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	16.372.587,97	8.059.037,82	2.278.001,16	27.948,05	18.650.589,13	8.086.985,87
2019	25.633.755,45	8.695.303,09	10.074.221,97	4.520.709,78	35.707.977,42	13.216.012,87
2020	18.999.849,57	7.575.721,01	7.135.999,71	9.829.396,21	26.135.849,28	17.405.117,22
2021	11.379.311,76	6.699.057,81	4.963.124,88	14.373.732,51	16.342.436,64	21.072.790,32
2022	7.799.574,49	5.255.116,41	5.800.331,78	18.887.248,87	13.599.906,27	24.142.365,28



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2023	7.319.942,98	4.741.495,80	13.608.410,61	20.502.887,90	20.928.353,59	25.244.383,70
2024	6.881.729,63	4.231.605,86	11.505.590,65	19.217.952,12	18.387.320,28	23.449.557,98
2025	7.486.787,89	3.694.617,32	11.911.795,28	18.258.285,14	19.398.583,17	21.952.902,46
2026	8.139.691,58	3.113.680,12	12.646.488,75	17.239.543,19	20.786.180,33	20.353.223,31
2027	8.844.004,73	2.485.452,51	13.426.496,51	16.157.967,46	22.270.501,24	18.643.419,97
2028	5.719.293,21	1.908.180,67	14.254.613,43	15.009.682,51	19.973.906,64	16.917.863,18
2029	6.072.046,70	1.413.523,37	15.133.806,80	13.790.573,85	21.205.853,50	15.204.097,22
2030	3.080.313,93	1.006.388,61	14.610.643,95	12.547.345,99	17.690.957,88	13.553.734,60
2031	2.955.021,86	766.806,92	15.375.374,36	11.310.804,91	18.330.396,22	12.077.611,83
2032	3.137.281,15	514.681,58	16.323.693,81	9.998.963,01	19.460.974,96	10.513.644,59
2033	3.330.781,78	247.005,70	17.330.503,52	8.606.209,57	20.661.285,30	8.853.215,27
Restante a pagar	1.155.302,73	20.026,93	94.216.084,67	20.392.715,05	95.371.387,40	20.412.741,98
Total:	144.307.277,41	60.427.701,53	280.595.181,84	230.671.968,12	424.902.459,25	291.099.667,85

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Informações Contábeis**Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 20.002.258,44**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 102.554.092,92

Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 3º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 304.053.948,66

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 3º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 958.146.146,45

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2018**Período:** 1º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 146.633.727,36**Deduções:** 167.668.217,30**Dívida consolidada líquida (DCL):** -21.034.489,94**Receita corrente líquida (RCL):** 961.698.446,76**% DCL/RCL:** -2,19

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas?

Não

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

1º Quadrimestre

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Despesa bruta com pessoal	516.101.620,62	28.201.785,19
Despesas não computadas	43.631.270,67	2.959.739,21



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00
Contribuições patronais		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	472.470.349,95	25.242.045,98
Receita Corrente Líquida (RCL)	961.698.446,76	961.698.446,76
TDP/RCL	49,13	2,62
Limite máximo	54,00	6,00

Declaração sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

2375

Data da LOA

19/02/2018

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
0010 - Recursos Próprios	1676 - Requalificação Urbana - Palmas para o futuro
0600 - Receita de Operações de Crédito	1676 - Requalificação Urbana - Palmas para o futuro

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.100680/2017-60**

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Não

Número do PLOA

2017037298

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

2374

Data da Lei do PPA

19/02/2018

Ano de início do PPA

2018

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
1118 - Infraestrutura Cidadã	1676 - PPA-P-Requalificação urbana - Palmas para o futuro

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000
15,23 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino
25,86 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?





Processo nº 17944.100680/2017-60

Sim





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.100680/2017-60

Notas Explicativas

Observação:

* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	365	01/02/2017	Dólar dos EUA	60.870.000,00	10/10/2017	DOC00.007682/2017-38

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	Anexo 1	20/02/2018	28/02/2018	DOC00.014693/2018-55
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO TCE - Nº 07-2018	10/08/2018	15/08/2018	DOC00.030770/2018-14
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO TCE	06/07/2018	14/08/2018	DOC00.030749/2018-19
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	06/07/2018	10/07/2018	DOC00.028111/2018-18
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	21/02/2018	28/02/2018	DOC00.014691/2018-66
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão em Cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal	25/10/2017	26/10/2017	DOC00.008476/2017-45
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão em Cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal	06/10/2017	10/10/2017	DOC00.007683/2017-82
Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	Declaração de Adimplência	09/10/2017	10/10/2017	DOC00.007703/2017-15
Documentação adicional	CERTIDÃO DE PRECATÓRIOS Nº 12438/2018	16/03/2018	16/03/2018	DOC00.016993/2018-79
Documentação adicional	DECLARAÇÃO PREFEITO	15/03/2018	26/03/2018	DOC00.017918/2018-25
Documentação adicional	DECLARAÇÃO SECRETÁRIO DE FINANÇAS	15/03/2018	23/03/2018	DOC00.017830/2018-11
Documentação adicional	IN TCE 11/2012	05/12/2012	23/03/2018	DOC00.017831/2018-58
Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	Minuta Contrato	27/08/2017	10/10/2017	DOC00.007697/2017-04
Minuta do contrato de garantia (operação externa)	Minuta Contrato	27/08/2017	10/10/2017	DOC00.007701/2017-26
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF - OPERAÇÃO CAF- ATUALIZADO EM 27-08-2018	27/08/2018	27/08/2018	DOC00.031587/2018-36
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF - OPERAÇÃO CAF - ATUALIZADO EM 27-08-18	27/08/2018	27/08/2018	DOC00.031586/2018-91
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF - OPERAÇÃO CAF ATUALIZADO 14-03-18	14/03/2018	15/03/2018	DOC00.016733/2018-01
Módulo do ROF	REGISTRO DE OPERAÇÃO ATUALIZADO EXTRAÍDO SISBACEM	27/07/2018	27/07/2018	DOC00.029748/2018-21



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER Nº 081-2018-PGM	28/02/2018	15/03/2018	DOC00.016734/2018-48
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico nº 196-2017	12/09/2017	10/10/2017	DOC00.007684/2017-27
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO 02/2018	20/03/2018	23/03/2018	DOC00.017824/2018-56
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico nº 001/2018	22/01/2018	28/02/2018	DOC00.014690/2018-11
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico SEISP nº 001/2017	06/10/2017	10/10/2017	DOC00.007685/2017-71
Recomendação da COFLEX	RECOMENDAÇÃO Nº 04/0116	03/05/2016	10/10/2017	DOC00.007686/2017-16

Minutas

Não há tramitações de documentos.

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 30/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1115	30/08/2018

Em retificação pelo interessado - 24/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1080	24/08/2018

Em retificação pelo interessado - 17/07/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	939	17/07/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.100680/2017-60**

Em retificação pelo interessado - 02/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	490	29/03/2018

Em retificação pelo interessado - 14/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	375	14/03/2018

Em retificação pelo interessado - 15/01/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	99	15/01/2018

Processo pendente de distribuição - 03/01/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	147	29/12/2017

Encaminhado para agendamento da negociação - 13/11/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	114	08/11/2017
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	1368	09/11/2017

Pendente de correções ou ajustes - 23/10/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações sem Garantia) ao Interessado	1158	19/10/2017



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,85580	29/06/2018

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	25.776.023,00	77.517.088,57	103.293.111,57
2019	62.463.960,00	31.247.884,94	93.711.844,94
2020	61.692.800,00	56.637.500,00	118.330.300,00
2021	58.993.740,00	56.637.500,00	115.631.240,00
2022	25.776.023,00	56.637.500,00	82.413.523,00
2023	0,00	51.917.708,33	51.917.708,33
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.100680/2017-60

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	3.360.823,09	31.253.124,95	34.613.948,04
2019	6.092.910,79	60.294.931,80	66.387.842,59
2020	9.326.631,60	54.257.973,74	63.584.605,34
2021	13.120.656,13	47.455.462,86	60.576.118,99
2022	26.345.561,33	47.117.154,61	73.462.715,94
2023	36.094.102,23	54.882.267,57	90.976.369,80
2024	34.861.584,51	49.885.166,40	84.746.750,91
2025	33.601.309,72	48.730.310,27	82.331.619,99
2026	32.341.203,01	44.017.510,96	76.358.713,97
2027	31.002.858,53	40.913.921,21	71.916.779,74
2028	29.462.670,60	36.891.769,82	66.354.440,42
2029	27.931.147,53	36.409.950,72	64.341.098,25
2030	26.440.026,19	31.244.692,48	57.684.718,67
2031	24.912.274,21	30.408.008,05	55.320.282,26
2032	23.346.843,44	29.974.619,55	53.321.462,99
2033	11.070.721,02	29.514.500,57	40.585.221,59
Restante a pagar	0,00	115.784.129,38	115.784.129,38

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

Exercício anterior**Despesas de capital executas do exercício anterior 102.554.092,92**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada 102.554.092,92

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 20.002.258,44

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada 20.002.258,44

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001

Exercício corrente**Despesas de capital previstas no orçamento 304.053.948,66**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas 304.053.948,66

Liberações de crédito já programadas 77.517.088,57

Liberação da operação pleiteada 25.776.023,00

Liberações ajustadas 103.293.111,57

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	25.776.023,00	77.517.088,57	964.375.318,24	10,71	66,94



SADIPEM

Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2019	62.463.960,00	31.247.884,94	976.955.417,79	9,59	59,95
2020	61.692.800,00	56.637.500,00	989.699.622,43	11,96	74,73
2021	58.993.740,00	56.637.500,00	1.002.610.072,89	11,53	72,08
2022	25.776.023,00	56.637.500,00	1.015.688.937,81	8,11	50,71
2023	0,00	51.917.708,33	1.028.938.414,13	5,05	31,54
2024	0,00	0,00	1.042.360.727,45	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	1.055.958.132,39	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	1.069.732.912,98	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	1.083.687.383,07	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	1.097.823.886,67	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	1.112.144.798,37	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	1.126.652.523,74	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	1.141.349.499,74	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	1.156.238.195,09	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	1.171.321.110,76	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	3.360.823,09	31.253.124,95	964.375.318,24	3,59
2019	6.092.910,79	60.294.931,80	976.955.417,79	6,80
2020	9.326.631,60	54.257.973,74	989.699.622,43	6,42
2021	13.120.656,13	47.455.462,86	1.002.610.072,89	6,04
2022	26.345.561,33	47.117.154,61	1.015.688.937,81	7,23
2023	36.094.102,23	54.882.267,57	1.028.938.414,13	8,84
2024	34.861.584,51	49.885.166,40	1.042.360.727,45	8,13
2025	33.601.309,72	48.730.310,27	1.055.958.132,39	7,80



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.100680/2017-60

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2026	32.341.203,01	44.017.510,96	1.069.732.912,98	7,14
2027	31.002.858,53	40.913.921,21	1.083.687.383,07	6,64
2028	29.462.670,60	36.891.769,82	1.097.823.886,67	6,04
2029	27.931.147,53	36.409.950,72	1.112.144.798,37	5,79
2030	26.440.026,19	31.244.692,48	1.126.652.523,74	5,12
2031	24.912.274,21	30.408.008,05	1.141.349.499,74	4,85
2032	23.346.843,44	29.974.619,55	1.156.238.195,09	4,61
2033	11.070.721,02	29.514.500,57	1.171.321.110,76	3,46
Média até 2027:				6,86
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				59,68
Média até o término da operação:				6,16
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				53,53

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	961.698.446,76
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-21.034.489,94
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	330.595.181,84
Valor da operação pleiteada	234.702.546,00

Saldo total da dívida líquida	544.263.237,90
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,57
Limite da DCL/RCL	1,20

Percentual do limite de endividamento	47,16%
--	---------------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 30/08/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.100680/2017-60

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

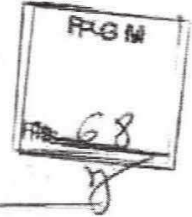
Data da Consulta: 30/08/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	17/08/2018 18:24:55





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PALMAS
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



PROCESSO N.º: 2017051766.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO
EXTERNO. PROGRAMA DE
REQUALIFICAÇÃO URBANA.
PALMAS PARA O FUTURO. LEI
AUTORIZATIVA. REQUISITOS
NECESSÁRIOS. PELO
PROSSEGUIMENTO.

PARECER N.º 1.976/2017 - PGM

I - DO RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação de análise jurídica quanto à contratação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), destinado ao financiamento do projeto do Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro.

Também consta nos autos, minuta de contrato de empréstimo delineando o referido ajustamento entre as partes.

Em síntese, é o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Propedeuticamente impende asseverar que não faz parte das atribuições da Procuradoria Geral do Município a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato de gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo.

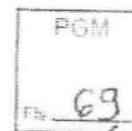
Estes aspectos são corriqueiramente denominados de "mérito administrativo" e são de responsabilidade única do administrador público.

Avenida JK, Conj. 01, Qd. 104 Norte, Lt. 28A, Ed. Via Nobre Empresarial, 5º andar, Palmas-TO.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PALMAS
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



À Procuradoria Geral do Município, incumbe apenas a análise dos aspectos jurídicos dos questionamentos realizados.

III - DA FUNDAMENTAÇÃO:

No caso, o Município de Palmas está firmando contrato com a Corporação Andina, onde esta irá disponibilizar recursos financeiros, a título de empréstimo, para serem aplicados no "Programa de Requalificação Urbana de Palmas."

Dentre as ações do referido Programa observa-se da minuta previsão de gasto em obras civis e de iluminação pública, supervisão técnica, ambiental e social de segurança viária, estudos e projetos, fiscalização de obras incluindo a gestão do programa.

Observa-se que o empréstimo foi tratado na Lei Complementar nº 365/2017 a qual autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento - CAF, com a garantia da República Federativa do Brasil, até o valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares americanos).

Em suma, a minuta do contrato de empréstimo mostra-se compatível com a autorização legislativa dada pela Lei Complementar nº 365/2017, tanto no que diz respeito ao valor do empréstimo como quanto à sua destinação. Atendido, pois, o requisito da legalidade.

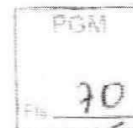
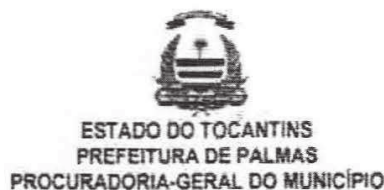
A contratação da operação de crédito em comento terá que obedecer aos ditames instituídos na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme consta no artigo 32 e 33.

Imperativo colacionar, a priori, os ditames da Lei Complementar Nacional nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que traz em seu bojo a normatização quantos às operações de crédito por parte da Administração Pública:

"Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:





- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar."

Desta feita, conforme legislação, imprescindível autorização legislativa para que o município possa contrair empréstimo, sem olvidar, contudo, das demais exigências trazidas. Cumpre destacar aqui, as vedações impostas na Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 167. São vedados:

- III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

A Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, determina em seu art. 7º o seguinte:

Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

- I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro **não poderá ser superior a 16%** (dezesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;
- II - o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, **inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5%** (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;
- III - o montante da dívida consolidada **não poderá exceder o teto estabelecido pelo Senado Federal**, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

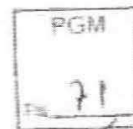
§ 1º O limite de que trata o inciso I, para o caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, será calculado levando em

Avenida JK, Conj. 01, Qd. 104 Norte, Lt. 28A, Ed. Via Nobre Empresarial, 5º andar, Palmas-TO.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PALMAS
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



consideração o cronograma anual de ingresso, projetando-se a receita corrente líquida de acordo com os critérios estabelecidos no § 6º deste artigo.

Portanto, há de se observar os limites estabelecidos a este tipo de operação.

IV - CONCLUSÃO

Ex positis, abstraindo-se das questões da análise técnica e da conveniência da ação administrativa, observadas as disposições do art. 167 da CRFB/88, Lei Complementar nº 101/2.000, e Resolução nº 40 e 43/2001, e observado a devida autorização legal por meio da Lei nº 365/2017, opina-se pela possibilidade jurídica realização de operação de crédito externo, observada a legislação pertinente.

É o parecer, S.M.J.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, aos 18 (dezesesseis) dias do mês de Setembro de 2017.

Maria Lucylla Rassi Sant'Anna
Procuradora Chefe da SubProcuradoria Administrativa

4

Avenida JK, Conj. 01, Qd. 104 Norte, Lt. 28A, Ed. Via Nobre Empresarial, 5º andar, Palmas-TO.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PALMAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER Nº 081/2018/PGM
Parecer Jurídico e Declaração da Chefe do Poder Executivo
Operação de Crédito Externo

Em atedimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do **Município de Palmas**, Estado do Tocantins, para realizar operação de crédito com a **Corporação Andina de Fomento – CAF**, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares), destinado ao financiamento do projeto do Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica, no caso pela Lei Complementar nº 365, de 1º de fevereiro de 2017;
- b) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada, consoante a Lei Ordinária nº 2.375 de 19 de fevereiro de 2018.
- c) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Palmas, 28 de fevereiro de 2018.

PÚBLIO BORGES ALVES
Procurador Geral do Município

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito do Município de Palmas

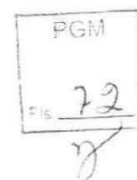
1

Avenida JK, Conj. 01, Qd. 104 Norte, Lt. 28A, Ed. Via Nobre Empresarial, 5º andar, Palmas-To.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PALMAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER Nº 1916/2017/PGM
Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo
Operação de Crédito Externo


Em atedimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do **Município de Palmas**, Estado do Tocantins, para realizar operação de crédito com a **Corporação Andina de Fomento – CAF**, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares), destinado ao financiamento do projeto do Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica, no caso pela Lei Complementar nº 365, de 1º de fevereiro de 2017;
- b) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada;
- c) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Palmas, 12 de setembro de 2017.


PÚBLIO BORGES ALVES
Procurador Geral do Município

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito do Município de Palmas

1

Avenida JK, Conj. 01, Qd. 104 Norte, Lt. 28A, Ed. Via Nobre Empresarial, 5º andar, Palmas-To.





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

PARECER TÉCNICO SEISP Nº 02/2018/SUPCAF

Assunto: Operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento - CAF

Garantia: República Federativa do Brasil

Valor: US\$ 60.870.000,00

Projeto: Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro

Referência: Ofício SEI nº 375/2018/COPEM/SURIN/STN-MF de 14/03/2018

I. Identificação precisa da operação de crédito objeto de avaliação

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal Nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Palmas, Estado do Tocantins, de operação de crédito, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares) junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, destinada ao Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro.

II. Relação Custo-Benefício

Tendo em vista a natureza do investimento, entendo que os benefícios esperados (i - integração das áreas geograficamente distintas e distantes do município, com infraestrutura básica necessária aos cidadãos, através da implementação de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, ciclovias, drenagem, eficiência energética e a construção de pontes; ii - melhoria da mobilidade urbana, com a possível redução das emissões de gases de efeito estufa; iii - aumento das áreas verdes do município, com a criação de parques e proteção e recuperação de mananciais; iv - aumento da oferta de equipamentos públicos, tais como escolas e centros de saúde na área de influência do projeto; v - redução dos riscos de doenças ocasionadas por domicílios em lugares impróprios, aumentando a qualidade de vida e o IDH do município; vi - aumento na segurança pública nas quadras e município; vii - redução nos acidentes gerados pela falta de sinalização básica; viii - melhoria visual das quadras associadas a um projeto socialmente justo e acessível para a sociedade, respeitando os direitos sociais básicos garantidos em constituição), não são mensuráveis financeiramente de forma viável, mas superam os custos necessários e correspondentes à operação de crédito pleiteada.

O aporte de recursos por meio de operações de crédito é um dos mecanismos eficazes que possibilita à administração pública financiar programas de desenvolvimento, através de fontes diversas, tais como: recursos federais, parcerias público-privadas e/ou recursos externos.

Neste sentido, os recursos oriundos dessa operação de crédito, de caráter externo, destinam-se ao financiamento de investimentos em obras de infraestrutura. O custo do Programa está estimado em US\$ 121.740.000,00 dos quais US\$ 60.870.000,00 (50%) correspondem às contribuições do Município de Palmas/TO (em obras existentes a partir da aprovação da COFIEIX e a serem executadas, conforme Quadro de Usos e Fontes) e US\$ 60.870.000,00 (50%) referente ao empréstimo CAF.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

No que diz respeito ao empréstimo da CAF e condições básicas de financiamento, tem-se que o valor da operação de crédito, prazo de carência, dentre outras informações, podem ser observadas a partir do quadro abaixo, ressaltando que o cronograma financeiro da operação está lançado diretamente no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM).

Quadro 1. Dados da operação de crédito externo com garantia da União.

Valor	US\$ 60.870.000,00
Amortização	126 meses
Carência	54 meses
Juros	Libor¹ + 1,90%² / Mora 2,0% aa
Prazo Total	180 meses

¹ Trata-se da Taxa Libor semestral, pautada na projeção de 09/08/2018 a 09/02/2033, de acordo com a curva de juros solicitada no "Fale Conosco" do Tesouro Nacional (www.tesouro.gov.br/fale-conosco-sadipem).

² A taxa fixa de 1,90% é utilizada a partir do nono ano do contrato (2026). No período correspondente aos oito anos iniciais (2018 - 2025), essa taxa é de 1,75%, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do 'Contrato de Empréstimo entre a Corporação Andina de Fomento e o Município de Palmas - Condições particulares de contratação'.

Com base no cronograma financeiro da operação, tem-se que a liberação de recursos, correspondente ao empréstimo, é de US\$ 60.870.000,00, com pagamento equivalente a US\$ 96.097.285,14. Isso significa que, do montante que será pago ao final do financiamento, aproximadamente 36,7% corresponde a juros e demais encargos.

Deste modo, a partir desses dados, é possível auferir o retorno anual do investimento, por meio da Taxa Interna de Retorno (TIR). Considerando que a TIR é uma medida relativa que demonstra o quanto rende um projeto de investimento, identifica-se que essa operação gerará um retorno anual de aproximadamente 7,75% ao município.

Quanto às fontes alternativas de financiamento do projeto, cumpre destacar que a única fonte de recursos compatível com o investimento em questão, seria a da União, por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), condizente com operação de crédito interno. Entretanto, não consta, no momento, nenhuma linha de captação de recursos condizente com o investimento em questão disponibilizada pelo Governo Federal, bem como nenhuma previsão para tal. Vale lembrar ainda que o município vem buscando a contratação da operação de crédito desde o ano de 2015, conseguindo a aprovação por meio da Recomendação COFIEIX nº 04/0116, de 03 de maio de 2016.

Além do mais, há de se considerar que, usualmente, as condições de financiamento da CEF são financeiramente menos vantajosas ao município, haja vista que as taxas de juros são mais onerosas. A exemplo disso, tem-se que a operação em questão seria atendida se pleiteada numa linha similar ao do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), um programa que foi lançado pela CEF em 2012 para facilitar e ampliar a concessão de crédito para obras de saneamento ambiental, energia, transporte e logística.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
 Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 2



**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF**

Com base nas condições básicas do financiamento inerentes ao programa FINISA - CAIXA, pode-se supor, para efeitos comparativos, uma situação hipotética dessa mesma operação, considerando 15 (quinze) anos de financiamento, sendo 03 (três) de carência e taxa de juros composta pela taxa CDI (9,93% acumulada de 2017) mais a taxa de remuneração da Caixa (equivalente a 2,79% a.a.), acrescida de uma tarifa de contratação equivalente a 2,0% do principal.

Diante do cenário acima descrito, o financiamento em questão, de US\$ 60.870.000,00, geraria uma dívida de US\$ 127.900.044,00, sendo o valor de US\$ 67.030.044,00 correspondente aos juros e demais encargos, que responderia, assim, a aproximadamente 52,4% do montante total da operação.

Diante disto, em termos financeiros, observa-se que a CAF, no momento, é mais atrativa e vantajosa ao município, conforme estratificado no quadro a seguir.

Quadro 2. Comparativo de Fontes (Simulação): CAF e CEF

Fonte	Liberações (US\$)	Amortização (US\$)	Juros, demais encargos e comissões (US\$)	Total de Reembolsos (US\$)	Juros e Encargos do Total (%)
CAF	60.870.000,00	60.870.000,00	35.227.285,14	96.097.285,14	36,7
CEF	60.870.000,00	60.870.000,00	67.030.044,00	127.900.044,00	52,4

Assim, tomando como base o valor da operação de US\$ 60.870.000,00, se financiado pela CAF, os encargos totais da operação equivalem a 36,7% e o retorno anual do investimento aproximadamente 7,75%, ao passo que os encargos totais da operação com as condições da CEF são de aproximadamente 52,4%, justificando assim, financeiramente, em questões de viabilidade ao município e disponibilidade de recursos, a escolha pelo financiamento via CAF.

Ademais, convém reforçar que a simulação com a CEF se deu com base em uma linha de financiamento compatível com a pleiteada junto a CAF, que, no entanto, não se encontra disponível. Neste sentido, considerando a hipótese do financiamento com os recursos da CAF não ser realizado, isso implicará também na impossibilidade de realização do investimento, haja vista que o município não possui recursos próprios para realizar tais investimentos de uma única vez, e, por não haver disponível, no momento, nenhuma outra fonte de recursos, implicando ainda, em frustração por parte da população já atendida no processo de contratação da operação de crédito.

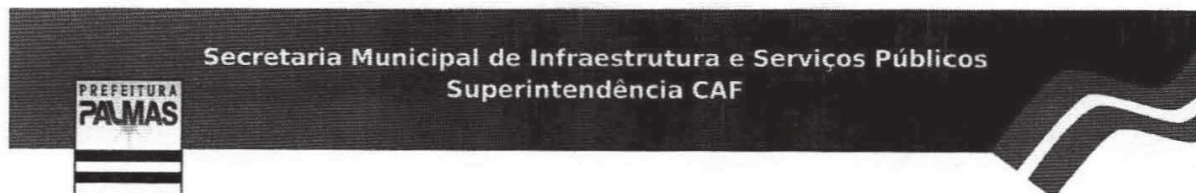
O "Programa de Requalificação Urbana: Palmas para o Futuro" contempla obras em todas as partes da cidade, garantindo uma melhor qualidade de vida para a população a partir da execução das obras.

O cronograma físico-financeiro estimado de execução de obras, demonstrado a seguir, apresenta as inúmeras obras que serão executadas na cidade.

Quadra 1.212 Sui, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 3





Quadro 3. Cronograma Físico-financeiro estimado de execução das obras.

Cronograma Físico-Financeiro Estimado							
Item	Obra	Valor Estimado	2018	2019	2020	2021	2022
1	Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária e Calçadas Acessíveis da Quadra 508 Norte (ARNE 64)	\$ 2.609.284,21	\$ 875.062,06	\$ 1.441.553,99	\$ 292.668,16	\$ -	\$ -
2	Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária, Calçadas Acessíveis e macrodrenagem do Setor Taquari	\$ 17.899.342,10	\$ 4.573.281,91	\$ 9.307.657,89	\$ 4.018.402,30	\$ -	\$ -
3	Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária, Calçadas Acessíveis e macrodrenagem do Setor Taquaralto	\$ 1.836.616,86	\$ -	\$ 642.815,90	\$ 1.007.211,34	\$ 186.589,62	\$ -
4	Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária e Calçadas Acessíveis no Setor Santa Fé	\$ 1.319.462,67	\$ -	\$ 118.254,29	\$ 593.758,20	\$ 395.838,80	\$ 211.611,38
5	Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Calçadas Acessíveis, Macrodrenagem e Ponte em Concreto Armado na Avenida NS-05 entre Av. LO-02A e Av. LO-08	\$ 1.782.497,51	\$ -	\$ 178.249,75	\$ 735.650,25	\$ 868.597,51	\$ -
6	Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária e Calçadas Acessíveis na Quadra 812 Sul (ARS SE 85)	\$ 1.709.425,90	\$ -	\$ 524.558,44	\$ 492.079,39	\$ 692.788,07	\$ -
7	Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária e Calçadas Acessíveis na Quadra 212 Sul (ASR-SE 25)	\$ 1.509.588,22	\$ -	\$ 551.023,36	\$ 523.336,25	\$ 435.228,61	\$ -
8	Pavimentação Asfáltica dos Encaixes das Avenidas LO-04 e LO-13 (entre Av. NS-10 e TO 050)	\$ 569.300,37	\$ -	\$ 199.255,13	\$ 370.045,24	\$ -	\$ -
9	Macrodrenagem na Avenida LO-21 entre TO-050 e Av. NS-5B e complementação da Pavimentação Asfáltica da Avenida LO-21 entre TO-050 e Av. Teotônio Segurado	\$ 6.710.863,36	\$ -	\$ 134.217,27	\$ 2.013.259,01	\$ 2.013.259,01	\$ 2.550.128,08
10	Drenagem, Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária, Calçadas Acessíveis e Macrodrenagem da Quadra 408 Norte (ARNE 54)	\$ 1.861.237,49	\$ 521.146,50	\$ 515.000,00	\$ 508.680,62	\$ 316.410,38	\$ -
11	Conclusão da drenagem da Quadra 112 Sul (ASR SE 15) através de abertura de Caixas Coletoras, Aduelas e Tampões.	\$ 94.152,58	\$ -	\$ 94.152,58	\$ -	\$ -	\$ -
12	Pavimentação Asfáltica na Avenida LO-05 (entre Av. NS-01 e Av. NS-15) e Ponte sobre o Córrego Brejo Comprido	\$ 1.974.672,09	\$ -	\$ -	\$ 533.161,46	\$ 691.135,23	\$ 750.375,39
13	Macrodrenagem Av. NS-10 entre Av. JK e o Lançamento no Córrego Brejo Comprido para atender a Quadra 112 Sul.	\$ 2.571.157,32	\$ -	\$ -	\$ 385.673,60	\$ 1.414.136,53	\$ 771.347,20
14	Pavimentação Asfáltica da Avenida NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25)	\$ 1.177.355,99	\$ -	\$ -	\$ 176.603,40	\$ 647.545,79	\$ 353.206,80
15	Drenagem, Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Calçadas Acessíveis no Setor Morada do Sol I e III	\$ 3.218.810,94	\$ -	\$ -	\$ 96.564,33	\$ 1.993.637,95	\$ 1.128.608,66
16	Conclusão da drenagem da Quadra 506 Norte (ARNE 63) através de abertura de Caixas Coletoras, Aduelas, e Tampões.	\$ 48.499,04	\$ -	\$ 48.499,04	\$ -	\$ -	\$ -
17	Conclusão da drenagem da Quadra 212 Norte (ASR NE 25) através da abertura das Caixas Coletoras, Aduelas, Tampões e Meio-fio.	\$ 177.929,81	\$ -	\$ 177.929,81	\$ -	\$ -	\$ -
18	Eficientização do Parque de Iluminação do município de Palmas	\$ 7.950.000,00	\$ -	\$ 795.000,00	\$ 3.180.000,00	\$ 3.975.000,00	\$ -
19	Calçadas e Ciclovias para acesso ao Corredor BRT	\$ 374.419,34	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 243.372,57	\$ 131.046,77
20	Drenagem Sustentável e Praças Adjacentes ao BRT	\$ 337.981,25	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 168.990,63	\$ 168.990,63
21	Gestão do Programa - Gerenciamento e Fiscalização de Obras	\$ 1.342.360,00	\$ 148.114,54	\$ 351.832,56	\$ 352.906,44	\$ 337.469,30	\$ 152.037,16
22	Outros Gastos (Comissão+Avaliação+Auditoria+UGP+Supervisão)	\$ 3.795.042,95	\$ 567.395,00	\$ 920.000,00	\$ 920.000,00	\$ 920.000,00	\$ 467.647,95
	Total Geral	\$ 60.870.000,00	\$ 6.685.000,00	\$ 16.000.000,00	\$ 16.200.000,00	\$ 15.300.000,00	\$ 6.685.000,00

III. Interesse Econômico e Social da Operação

O "Programa de Requalificação Urbana: Palmas para o Futuro" objetiva melhorar as condições de mobilidade da população e do acesso aos serviços públicos essenciais, através de um conjunto de ações de pavimentação de vias urbanas, drenagem urbana, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais.

Partindo disto, em termos econômicos e sociais, o pleito vislumbra melhorar a qualidade de vida da população, através de um conjunto de ações para requalificar a infraestrutura urbana em diversos espaços do município, contribuindo com a construção de um espaço socialmente justo, com forte desenvolvimento urbano e econômico, prezando

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 4





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

pelo crescimento sustentável e digno para todos os palmenses.

Neste sentido, os recursos oriundos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento de investimentos em obras, que se consolidam em:

- Pavimentação, drenagem, ciclovias, sinalização viária, calçadas acessíveis nas Quadras 508 Norte (ARNE 64), 408 Norte (ARNE 54), 812 Sul (ARS SE 85), 212 Sul (ARS SE 25), Setores Morada do Sol I e III, Taquari (T20, T21, T30, T31, T32 e T33), Taquaralto e Santa Fé;
- Conclusão da drenagem das Quadras 112 Sul (ASR SE 15), 506 Norte (ARNE 63) e 212 Norte (ASR NE 25) através da abertura das Caixas Coletoras, Aduelas, Tampões e Meio-fio;
- Pavimentação, macrodrenagem, ciclovias, sinalização viária, calçadas acessíveis nas Avenidas LO-05 (entre Av. NS-01 e Av. NS-15), Av. NS-05 (entre a Av. LO-02A e LO-08), e Av. NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25);
- Ponte sobre o Córrego Brejo Comprido interligando a Região Leste a Região Oeste através da Avenida LO-05 e Ponte sobre o Córrego Sussuapara interligando a Região Norte a Região Sul através Avenida NS-05 entre Av. LO -04 e Av. LO-08;
- Execução de Pavimentação Asfáltica dos Encaixes das Avenidas LO-04 e LO-13 (entre Av. NS-10 e TO 050);
- Execução de Macrodrenagem na Avenida LO-21 entre TO-050 e Av. NS-5B e complementação da Pavimentação Asfáltica da Avenida LO-21 (entre TO-050 e Av. Teotônio Segurado) e Macrodrenagem na Avenida NS-10 (entre Av. JK e o Lançamento no Córrego Brejo Comprido, para atender as Quadras 112 Sul e 212 Sul) e Pavimentação Asfáltica da Avenida NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25);
- Calçadas e Ciclovias para acesso ao Corredor BRT;
- Drenagem Sustentável e Praças Adjacentes ao BRT;
- Eficientização do Parque de Iluminação do Município de Palmas.

No que tange a eficientização do Parque de Iluminação, um dos serviços de maior vulto do programa, que abrange toda a rede de logradouros e espaços públicos, tem-se como metas:

- Migrar o parque de iluminação pública municipal, de lâmpadas do tipo vapor de sódio para iluminação por LED;
- Estabelecer, ao longo do processo de migração, um cadastro com georreferenciamento de todos os pontos de iluminação, para monitoramento e rastreamento;
- Promover o uso de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, para suprir no mínimo 50% do consumo de todo o Parque de Iluminação Pública;
- Implementar projetos que, em conjunto com a utilização da tecnologia LED, contribuam com a inovação e desenvolvimento de uma infraestrutura para Cidade Eficiente no município.

Situando o município de aplicação do investimento, tem-se que Palmas, capital do Tocantins, está localizada na Região Norte do país e faz parte da área de atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, ocupando uma área de aproximadamente 2.051,93 Km². O município é composto pelo plano diretor e as regiões adjacentes ao plano.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 5





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

que contam com os distritos de Buritirana e Taquaruçu e os bairros/setores Taquari, Taquaralto e Aurenny (I, II, III e IV) e pela área rural.

Na última década, Palmas apresentou o maior crescimento, em termos populacionais, entre as capitais brasileiras, saltando de 137.355 habitantes em 2000 para 286.787 habitantes em 2017, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período de 2013-2014 apresentou, ainda, a maior taxa de crescimento geométrico entre as capitais do país, com 2,91% (IBGE, 2014). O IDH-M, por sua vez, apresentou o valor de 0,788¹ em 2010 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Quanto à estruturação urbano-ambiental, cabe destacar que Palmas apresenta problemas que se chocam com os ideais de uma capital planejada, que advém desde o seu processo de criação, consequente, dentre outros fatores, da atividade imobiliária especulativa, que se dá em detrimento do equilíbrio ambiental necessário à qualidade de vida da população. Assim, um dos principais agravantes para o ambiente urbano palmeno é a ocupação desordenada e os grandes vazios urbanos causados pela especulação imobiliária.

Dentre os problemas observados podem-se apontar: a falta de pavimentação causando sérios transtornos aos moradores e usuários do espaço urbano; a deficiência ou a inexistência de macro e de micro drenagem em avenidas e em algumas quadras; as dimensões inadequadas e a falta de limpeza das bocas-de-lobo; as condições de descargas inadequadas de águas pluviais, causando assoreamento dos cursos d'água; o lançamento de águas pluviais de imóveis edificados direto sobre vias públicas.

No entanto, Palmas instituiu, através do Decreto Municipal nº 700 de 15 de janeiro de 2014, seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em atendimento à Lei nº 11.445/2010 contemplando os quatro eixos: Abastecimento de Água; Coleta e Tratamento de Esgoto; Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais; e, Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana. O PMSB de Palmas encontra-se em fase de revisão e o Estudo Técnico apresentado pela Concessionária de Saneamento do Tocantins (Saneatins) apresenta que houve uma considerável evolução no atendimento do sistema de esgotamento sanitário, passando de 50,3% em 2013 para aproximadamente 82% das áreas aptas em junho de 2017, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado antes do lançamento.

Com relação ao sistema de abastecimento de água, o índice que já era de 99,9% em 2013 se manteve, conforme previa o PMSB, fazendo com que Palmas universalizasse o acesso aos serviços de água e esgoto. Com relação aos dados de drenagem urbana e resíduos sólidos os dados existentes são os constantes do PMSB onde estes estão sendo revisados. Em 2014 Palmas tinha uma cobertura de aproximadamente 45% de áreas com rede de drenagem pluvial. No mesmo ano, a cobertura do sistema de limpeza urbana era de 100% se mantendo nos dias atuais com coleta de cerca de 260 ton/dia de resíduos sólidos

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Palmas é 0,788, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,827, seguida de Renda, com índice de 0,789, e de Educação, com índice de 0,749 (Atlas Brasil, 2013).



PREFEITURA
PALMASSecretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

destinadas ao aterro sanitário do município.

No tocante ao sistema de iluminação da cidade, verifica-se a necessidade de modernização do parque de iluminação pública, com vistas ao alcance de eficiência energética com a redução do gasto com energia elétrica. Pretende-se, neste momento, onde tecnologias e inovações encontram novos desafios, utilizar alternativas para viabilizar economicamente os custos municipais extras, preservando a qualidade do serviço e o erário público, por meio de ações permanentes de eficiência energética, metodologias que gerem economia de escala, utilização de energias renováveis viabilizadas pela resolução 482 da ANEEL e as tecnologias de iluminação de estado sólido (LED), que podem reduzir de forma importante o consumo energético.

A eficiência do parque de iluminação pública economizará um volume de recursos importantes, pois a instalação de lâmpadas com tecnologia LED, mais eficientes do que as convencionais, irá proporcionar ao município uma economia da energia entre 50 a 65%, reduzindo o custo de manutenção no futuro devido a maior durabilidade e menor incidência de defeitos. Com isso, o município buscará reduzir suas despesas de energia e de manutenção, de forma significativa, para não inviabilizar as contas públicas municipais, garantindo dessa forma, investimentos com os recursos economizados.

A Energia Elétrica e a Iluminação Pública são tratadas, atualmente, como um dos assuntos prioritários pelos atuais administradores públicos, sendo essenciais para a qualidade de vida da comunidade, de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios. Além disso, constitui-se num dos vetores importantes para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade.

Diante de todo esse cenário, o investimento em questão busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das áreas, ainda carentes de infraestrutura no município, otimizando sua ocupação com a implantação de mais núcleos comerciais e residenciais proporcionando à comunidade a prestação de serviços e a oferta de produtos, promovendo assim o seu desenvolvimento econômico e social, buscando com isso:

- Reduzir o deslocamento por parte da população, promovendo o desenvolvimento regional, com abastecimento mais eficiente e rápido de mercadorias, beneficiando toda a comunidade local;
- Aumentar a circulação de capital no setor de serviços e comércio de materiais para construção local com a implantação do empreendimento;
- Gerar empregos diretos e indiretos, o que aumentará o aporte de renda na economia local;
- Aumentar a comercialização de insumos e serviços na área de construção civil, o que resultará em arrecadação de impostos para o município para garantir a continuidade de investimentos.

Tem-se, desse modo, que apesar de ser uma cidade nova, Palmas tem se mostrado promissora em relação ao seu desenvolvimento. No entanto, Palmas possui muitas vacunas

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 7





**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF**

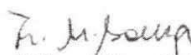
que padecem de uma atenção especial por parte dos seus gestores, tais como infraestrutura básica e uma matriz energética que supra as demandas da população.

Assim, cabe ao poder público voltar suas atenções para essas problemáticas, com o intuito de impedir a deterioração das condições de vida da população, considerando que a infraestrutura urbana é um direito básico de todo o cidadão, e, entendendo que o programa trata de serviços em que há uma grande demanda e carência por conta da sociedade, cuja oferta se dá, a priori, somente pelo setor público.

IV. Conclusão

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Palmas – TO, 20 de março de 2018.


Rafael Marcolino de Souza
Superintendente CAF


Paulo Cezar Monteiro da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

De acordo


Carlos Enrique Franco Amastha
Prefeito do Município de Palmas





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

PARECER TÉCNICO SEISP Nº 01/2018/SUPCAF

Assunto: Operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento - CAF
Garantia: República Federativa do Brasil
Valor: US\$ 60.870.000,00
Projeto: Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro

I. Identificação precisa da operação de crédito objeto de avaliação

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal Nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Palmas, Estado do Tocantins, de operação de crédito, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares) junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, destinada ao Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro.

II. Relação Custo-Benefício

Tendo em vista a natureza do investimento, entendo que os benefícios esperados (i - integração das áreas geograficamente distintas e distantes do município, com infraestrutura básica necessária aos cidadãos, através da implementação de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, ciclovias, drenagem, eficiência energética e a construção de pontes; ii - melhoria da mobilidade urbana, com a possível redução das emissões de gases de efeito estufa; iii - aumento das áreas verdes do município, com a criação de parques e proteção e recuperação de mananciais; iv - aumento da oferta de equipamentos públicos, tais como escolas e centros de saúde na área de influência do projeto; v - redução dos riscos de doenças ocasionadas por domicílios em lugares impróprios, aumentando a qualidade de vida e o IDH do município; vi - aumento na segurança pública nas quadras e município; vii - redução nos acidentes gerados pela falta de sinalização básica; viii - melhoria visual das quadras associadas a um projeto socialmente justo e acessível para a sociedade, respeitando os direitos sociais básicos garantidos em constituição), não são mensuráveis financeiramente de forma viável, mas superam os custos necessários e correspondentes à operação de crédito pleiteada.

O aporte de recursos por meio de operações de crédito é um dos mecanismos eficazes que possibilita à administração pública financiar programas de desenvolvimento, através de fontes diversas, tais como: recursos federais, parcerias público-privadas e/ou recursos externos.

Neste sentido, os recursos oriundos dessa operação de crédito, de caráter externo, destinam-se ao financiamento de investimentos em obras de infraestrutura. O custo do Programa está estimado em US\$ 121.740.000,00 dos quais US\$ 60.870.000,00 (50%) correspondem às contribuições do Município de Palmas/TO (em obras existentes a partir da aprovação da COFLEX e a serem executadas, conforme Quadro de Usos e Fontes) e US\$ 60.870.000,00 (50%) referente ao empréstimo CAF.

No que diz respeito ao empréstimo da CAF e condições básicas de

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefones: 2111-0600
Ouvidoria 08006454156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página 11





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

financiamento, tem-se que o valor da operação de crédito, prazo de carência, dentre outras informações, podem ser observadas a partir do quadro abaixo, ressaltando que o cronograma financeiro da operação está lançado diretamente no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM).

Quadro 1. Dados da operação de crédito externo com garantia da União.

Valor	US\$ 60.870.000,00
Amortização	126 meses
Carência	54 meses
Juros	Libor ¹ + 1,90% ² / Mora 2,0% aa
Prazo Total	180 meses

¹ Trata-se da Taxa Libor semestral, pautada na projeção de 09/08/2018 a 09/02/2033, de acordo com a curva de juros solicitada no "Fale Conosco" do Tesouro Nacional (www.tesouro.gov.br/fale-conosco-sadipem).

² A taxa fixa de 1,90% é utilizada a partir do nono ano do contrato (2026). No período correspondente aos oito anos iniciais (2018 - 2025), essa taxa é de 1,75%, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do 'Contrato de Empréstimo entre a Corporação Andina de Fomento e o Município de Palmas - Condições particulares de contratação'.

Com base no cronograma financeiro da operação, tem-se que a liberação de recursos, correspondente ao empréstimo, é de US\$ 60.870.000,00, com pagamento equivalente a US\$ 96.097.285,14. Isso significa que, do montante que será pago ao final do financiamento, aproximadamente 36,7% corresponde a juros e demais encargos.

Deste modo, a partir desses dados, é possível auferir o retorno anual do investimento, por meio da Taxa Interna de Retorno (TIR). Considerando que a TIR é uma medida relativa que demonstra o quanto rende um projeto de investimento, identifica-se que essa operação gerará um retorno anual de aproximadamente 7,75% ao município.

Quanto às fontes alternativas de financiamento do projeto, cumpre destacar que a única fonte de recursos compatível com o investimento em questão, seria a da União, por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), condizente com operação de crédito interno. Entretanto, não consta, no momento, nenhuma linha de captação de recursos condizente com o investimento em questão disponibilizada pelo Governo Federal, bem como nenhuma previsão para tal. Vale lembrar ainda que o município vem buscando a contratação da operação de crédito desde o ano de 2015, conseguindo a aprovação por meio da Recomendação COFEX nº 04/0116, de 03 de maio de 2016.

Além do mais, há de se considerar que, usualmente, as condições de financiamento da CEF são financeiramente menos vantajosas ao município, haja vista que as taxas de juros são mais onerosas. A exemplo disso, tem-se que a operação em questão seria atendida se pleiteada numa linha similar ao do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), um programa que foi lançado pela CEF em 2012 para facilitar e ampliar a concessão de crédito para obras de saneamento ambiental, energia, transporte e logística.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006164156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 2





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

Com base nas condições básicas do financiamento inerentes ao programa FINISA - CAIXA, pode-se supor, para efeitos comparativos, uma situação hipotética dessa mesma operação, considerando 15 (quinze) anos de financiamento, sendo 03 (três) de carência e taxa de juros composta pela taxa CDI (9,93% acumulada de 2017) mais a taxa de remuneração da Caixa (equivalente a 2,79% a.a.), acrescida de uma tarifa de contratação equivalente a 2,0% do principal.

Diante do cenário acima descrito, o financiamento em questão, de US\$ 60.870.000,00, geraria uma dívida de US\$ 127.900.044,00, sendo o valor de US\$ 67.030.044,00 correspondente aos juros e demais encargos, que responderia, assim, a aproximadamente 52,4% do montante total da operação.

Diante disto, em termos financeiros, observa-se que a CAF, no momento, é mais atrativa e vantajosa ao município, conforme estratificado no quadro a seguir.

Quadro 2. Comparativo de Fontes (Simulação): CAF e CEF

Fonte	Liberações (US\$)	Amortização (US\$)	Juros, demais encargos e comissões (US\$)	Total de Reembolsos (US\$)	Juros e Encargos do Total (%)
CAF	60.870.000,00	60.870.000,00	35.227.285,14	96.097.285,14	36,7
CEF	60.870.000,00	60.870.000,00	67.030.044,00	127.900.044,00	52,4

Assim, tomando como base o valor da operação de US\$ 60.870.000,00, se financiado pela CAF, os encargos totais da operação equivalem a 36,7% e o retorno anual do investimento aproximadamente 7,75%, ao passo que os encargos totais da operação com as condições da CEF são de aproximadamente 52,4%, justificando assim, financeiramente, em questões de viabilidade ao município e disponibilidade de recursos, a escolha pelo financiamento via CAF.

Ademais, convém reforçar que a simulação com a CEF se deu com base em uma linha de financiamento compatível com a pleiteada junto a CAF, que, no entanto, não se encontra disponível. Neste sentido, considerando a hipótese do financiamento com os recursos da CAF não ser realizado, isso implicará também na impossibilidade de realização do investimento, haja vista que o município não possui recursos próprios para realizar tais investimentos de uma única vez, e, por não haver disponível, no momento, nenhuma outra fonte de recursos, implicando ainda, em frustração por parte da população já atendida no processo de contratação da operação de crédito.

III. Interesse Econômico e Social da Operação

O "Programa de Requalificação Urbana: Palmas para o Futuro" objetiva melhorar as condições de mobilidade da população e do acesso aos serviços públicos essenciais, através de um conjunto de ações de pavimentação de vias urbanas, drenagem urbana, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais.

Partindo disto, em termos econômicos e sociais, o pleito vislumbra melhorar a qualidade de vida da população, através de um conjunto de ações para requalificar a infraestrutura urbana em diversos espaços do município, contribuindo com a

Quadra L.212 Sul, Avenida LC-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 0800 18-156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

construção de um espaço socialmente justo, com forte desenvolvimento urbano e econômico, prezando pelo crescimento sustentável e digno para todos os palenses.

Neste sentido, os recursos oriundos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento de investimentos em obras, que se consolidam em:

- Pavimentação, drenagem, ciclovias, sinalização viária, calçadas acessíveis nas Quadras 508 Norte (ARNE 64), 408 Norte (ARNE 54), 812 Sul (ARS SE 85), 212 Sul (ARS SE 25), Setores Morada do Sol I e III, Taquari (T20, T21, T30, T31, T32 e T33), Taquaralto e Santa Fé;
- Conclusão da drenagem das Quadras 112 Sul (ASR SE 15), 506 Norte (ARNE 63) e 212 Norte (ASR NE 25) através da abertura das Caixas Coletoras, Aduelas, Tampões e Meio-fio;
- Pavimentação, macrodrenagem, ciclovias, sinalização viária, calçadas acessíveis nas Avenidas LO-05 (entre Av. NS-01 e Av. NS-15), Av. NS-05 (entre a Av. LO-02A e LO-08), e Av. NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25);
- Ponte sobre o Córrego Brejo Comprido interligando a Região Leste a Região Oeste através da Avenida LO-05 e Ponte sobre o Córrego Sussuapara interligando a Região Norte a Região Sul através Avenida NS-05 entre Av. LO-04 e Av. LO-08;
- Execução de Pavimentação Asfáltica dos Encaixes das Avenidas LO-04 e LO-13 (entre Av. NS-10 e TO 050);
- Execução de Macrodrenagem na Avenida LO-21 entre TO-050 e Av. NS-5B e complementação da Pavimentação Asfáltica da Avenida LO-21 (entre TO-050 e Av. Teotônio Segurado) e Macrodrenagem na Avenida NS-10 (entre Av. JK e o Lançamento no Córrego Brejo Comprido, para atender as Quadras 112 Sul e 212 Sul) e Pavimentação Asfáltica da Avenida NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25);
- Calçadas e Ciclovias para acesso ao Corredor BRT;
- Drenagem Sustentável e Praças Adjacentes ao BRT;
- Eficientização do Parque de Iluminação do Município de Palmas.

No que tange a eficientização do Parque de Iluminação, um dos serviços de maior vulto do programa, que abrange toda a rede de logradouros e espaços públicos, tem-se como metas:

- Migrar o parque de iluminação pública municipal, de lâmpadas do tipo vapor de sódio para iluminação por LED;
- Estabelecer, ao longo do processo de migração, um cadastro com georreferenciamento de todos os pontos de iluminação, para monitoramento e rastreamento;
- Promover o uso de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, para suprir no mínimo 50% do consumo de todo o Parque de Iluminação Pública;
- Implementar projetos que, em conjunto com a utilização da tecnologia LED, contribuam com a inovação e desenvolvimento de uma infraestrutura para Cidade Eficiente no município.

Situando o município de aplicação do investimento, tem-se que Palmas, capital do Tocantins, está localizada na Região Norte do país e faz parte da área de atuação

Quadra 1, 212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08000464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 4





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, ocupando uma área de aproximadamente 2.051,93 Km². O município é composto pelo plano diretor e as regiões adjacentes ao plano, que contam com os distritos de Buritirana e Taquaruçu e os bairros/setores Taquari, Taquaralto e Aurenny (I, II, III e IV) e pela área rural.

Na última década, Palmas apresentou o maior crescimento, em termos populacionais, entre as capitais brasileiras, saltando de 137.355 habitantes em 2000 para 286.787 habitantes em 2017, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período de 2013-2014 apresentou, ainda, a maior taxa de crescimento geométrico entre as capitais do país, com 2,91% (IBGE, 2014). O IDH-M, por sua vez, apresentou o valor de 0,788¹ em 2010 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Quanto à estruturação urbano-ambiental, cabe destacar que Palmas apresenta problemas que se chocam com os ideais de uma capital planejada, que advém desde o seu processo de criação, consequente, dentre outros fatores, da atividade imobiliária especulativa, que se dá em detrimento do equilíbrio ambiental necessário à qualidade de vida da população. Assim, um dos principais agravantes para o ambiente urbano palmeno é a ocupação desordenada e os grandes vazios urbanos causados pela especulação imobiliária.

Dentre os problemas observados podem-se apontar: a falta de pavimentação causando sérios transtornos aos moradores e usuários do espaço urbano; a deficiência ou a inexistência de macro e de micro drenagem em avenidas e em algumas quadras; as dimensões inadequadas e a falta de limpeza das bocas-de-lobo; as condições de descargas inadequadas de águas pluviais, causando assoreamento dos cursos d'água; o lançamento de águas pluviais de imóveis edificados direto sobre vias públicas.

No entanto, Palmas instituiu, através do Decreto Municipal nº 700 de 15 de janeiro de 2014, seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em atendimento à Lei nº 11.445/2010 contemplando os quatro eixos: Abastecimento de Água; Coleta e Tratamento de Esgoto; Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais; e, Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana. O PMSB de Palmas encontra-se em fase de revisão e o Estudo Técnico apresentado pela Concessionária de Saneamento do Tocantins (Saneatins) apresenta que houve uma considerável evolução no atendimento do sistema de esgotamento sanitário, passando de 50,3% em 2013 para aproximadamente 82% das áreas aptas em junho de 2017, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado antes do lançamento.

Com relação ao sistema de abastecimento de água, o índice que já era de 99,9% em 2013 se manteve, conforme previa o PMSB, fazendo com que Palmas universalizasse o acesso aos serviços de água e esgoto. Com relação aos dados de drenagem urbana e resíduos sólidos os dados existentes são os constantes do PMSB onde estes estão sendo revisados. Em 2014 Palmas tinha uma cobertura de

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Palmas é 0,788, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,827, seguida de Renda, com índice de 0,789, e de Educação, com índice de 0,749 (Atlas Brasil, 2013).





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

aproximadamente 45% de áreas com rede de drenagem pluvial. No mesmo ano, a cobertura do sistema de limpeza urbana era de 100% se mantendo nos dias atuais com coleta de cerca de 260 ton/dia de resíduos sólidos destinadas ao aterro sanitário do município.

No tocante ao sistema de iluminação da cidade, verifica-se a necessidade de modernização do parque de iluminação pública, com vistas ao alcance de eficiência energética com a redução do gasto com energia elétrica. Pretende-se, neste momento, onde tecnologias e inovações encontram novos desafios, utilizar alternativas para viabilizar economicamente os custos municipais extras, preservando a qualidade do serviço e o erário público, por meio de ações permanentes de efficientização energética, metodologias que gerem economia de escala, utilização de energias renováveis viabilizadas pela resolução 482 da ANEEL e as tecnologias de iluminação de estado sólido (LED), que podem reduzir de forma importante o consumo energético.

A efficientização do parque de iluminação pública economizará um volume de recursos importantes, pois a instalação de lâmpadas com tecnologia LED, mais eficientes do que as convencionais, irá proporcionar ao município uma economia da energia entre 50 a 65%, reduzindo o custo de manutenção no futuro devido a maior durabilidade e menor incidência de defeitos. Com isso, o município buscará reduzir suas despesas de energia e de manutenção, de forma significativa, para não inviabilizar as contas públicas municipais, garantindo dessa forma, investimentos com os recursos economizados.

A Energia Elétrica e a Iluminação Pública são tratadas, atualmente, como um dos assuntos prioritários pelos atuais administradores públicos, sendo essenciais para a qualidade de vida da comunidade, de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios. Além disso, constitui-se num dos vetores importantes para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade.

Diante de todo esse cenário, o investimento em questão busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das áreas, ainda carentes de infraestrutura no município, otimizando sua ocupação com a implantação de mais núcleos comerciais e residenciais proporcionando à comunidade a prestação de serviços e a oferta de produtos, promovendo assim o seu desenvolvimento econômico e social, buscando com isso:

- Reduzir o deslocamento por parte da população, promovendo o desenvolvimento regional, com abastecimento mais eficiente e rápido de mercadorias, beneficiando toda a comunidade local;
- Aumentar a circulação de capital no setor de serviços e comércio de materiais para construção local com a implantação do empreendimento;
- Gerar empregos diretos e indiretos, o que aumentará o aporte de renda na economia local;
- Aumentar a comercialização de insumos e serviços na área de construção civil, o que resultará em arrecadação de impostos para o município para

Quarta 1 212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidor: 08006464136 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 6





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

garantir a continuidade de investimentos.

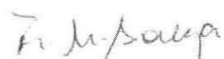
Tem-se, desse modo, que apesar de ser uma cidade nova, Palmas tem se mostrado promissora em relação ao seu desenvolvimento. No entanto, Palmas possui muitas lacunas que padecem de uma atenção especial por parte dos seus gestores, tais como infraestrutura básica e uma matriz energética que supra as demandas da população.

Assim, cabe ao poder público voltar suas atenções para essas problemáticas, com o intuito de impedir a deterioração das condições de vida da população, considerando que a infraestrutura urbana é um direito básico de todo o cidadão, e, entendendo que o programa trata de serviços em que há uma grande demanda e carência por conta da sociedade, cuja oferta se dá, a priori, somente pelo setor público.

IV. Conclusão

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Palmas – TO, 22 de janeiro de 2018.


Rafael Marcolino de Souza
Superintendente CAF


Paulo César Monteiro da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

De acordo


Carlos Enrique Franco Amastha
Prefeito do Município de Palmas





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

PARECER TÉCNICO SEISP Nº 01/2017/SUPCAF

Assunto: Operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento - CAF

Garantia: República Federativa do Brasil

Valor: US\$ 60.870.000,00

Projeto: Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro

I. Identificação precisa da operação de crédito objeto de avaliação

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal Nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Palmas, Estado do Tocantins, de operação de crédito, no valor de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares) junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, destinada ao Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro.

II. Relação Custo-Benefício

Tendo em vista a natureza do investimento, entendo que os benefícios esperados (i - integração das áreas geograficamente distintas e distantes do município, com infraestrutura básica necessária aos cidadãos, através da implementação de pavimentação de ruas e avenidas, ciclovias, drenagem, eficiência energética e a construção de pontes; ii - melhoria da mobilidade urbana, com a possível redução das emissões de gases de efeito estufa; iii - aumento das áreas verdes do município, com a criação de parques e proteção e recuperação de mananciais; iv - aumento da oferta de equipamento públicos, tais como escolas e centros de saúde na área de influência do projeto; v - redução dos riscos de doenças ocasionadas por domicílios em lugares impróprios, aumentando a qualidade de vida e o IDH do município; vi - aumento na segurança pública nas quadras e município; vii - redução nos acidentes gerados pela falta de sinalização básica; viii - melhoria visual das quadras associadas a um projeto socialmente justo e acessível para a sociedade, respeitando os direitos sociais básicos garantidos em constituição), não são mensuráveis financeiramente de forma viável, mas superam os custos necessários e correspondentes à operação de crédito pleiteada.

O aporte de recursos por meio de operações de crédito é um dos mecanismos eficazes que possibilita à administração pública financiar programas de desenvolvimento, através de fontes diversas, tais como: recursos federais, parcerias público-privadas e/ou recursos externos.

Neste sentido, os recursos oriundos dessa operação de crédito, de caráter externo, destinam-se ao financiamento de investimentos em obras de infraestrutura. O custo do Programa está estimado em US\$ 124.000.000,00 dos quais US\$ 63.130.000,00 (50,9%) correspondem às contribuições do Município de Palmas/TO (em obras existentes a partir da aprovação da COFLEX e a serem executadas, conforme Quadro de Usos e Fontes) e US\$ 60.870.000,00 (49,1%) referente ao empréstimo CAF.

No que diz respeito ao empréstimo da CAF, o valor da operação de crédito,

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 1





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

considerando a Taxa Libor Semestral de 29 de setembro de 2017, pode ser observado a partir da simulação do quadro abaixo.

Quadro 1. Cronograma Financeiro (Simulação) - CAF

Valor	US\$ 60.870.000,00			
Prazo	126 meses			
Carência	54 meses			
Juros	Libor + 1,90%*			
Prazo Total	180 meses			
Ano	Liberações (US\$)	Amortização (US\$)	Juros, demais encargos e comissões (US\$)	Total de Reembolsos (US\$)
2018	13.370.000,00	-	2.715.572,20	2.715.572,20
2019	16.200.000,00	-	2.091.477,20	2.091.477,20
2020	16.000.000,00	-	2.035.477,20	2.035.477,20
2021	15.300.000,00	-	1.981.927,20	1.981.927,20
2022	-	2.454.572,17	1.981.927,20	4.436.499,37
2023	-	5.029.676,19	1.861.395,34	6.891.071,53
2024	-	5.194.775,51	1.696.296,03	6.891.071,54
2025	-	5.365.294,21	1.525.777,32	6.891.071,53
2026	-	5.515.862,04	1.412.071,71	6.927.933,75
2027	-	5.705.332,01	1.222.601,74	6.927.933,75
2028	-	5.901.310,29	1.026.623,46	6.927.933,75
2029	-	6.104.020,42	823.913,33	6.927.933,75
2030	-	6.313.693,65	614.240,10	6.927.933,75
2031	-	6.530.569,16	397.364,59	6.927.933,75
2032	-	6.754.894,35	173.039,41	6.927.933,76
Total	60.870.000,00	60.870.000,00	21.559.704,03	82.429.704,03

* A taxa fixa de 1,90% é utilizada a partir do nono ano do contrato (2026). No período correspondente aos oito anos iniciais (2018 - 2025), essa taxa é de 1,75%, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do 'Contrato de Empréstimo entre a Corporação Andina de Fomento e o Município de Palmas - Condições particulares de contratação'.

Tem-se assim que a liberação de recursos, correspondente ao empréstimo, é de US\$ 60.870.000,00, com pagamento equivalente a US\$ 82.429.704,03. Isso significa que o município pagará aproximadamente 26,16% de juros e demais encargos.

Deste modo, a partir desses dados, é possível auferir o retorno anual do investimento, por meio da Taxa Interna de Retorno (TIR). Considerando que a TIR é uma medida relativa que demonstra o quanto rende um projeto de investimento, identifica-se que essa operação gerará um retorno anual de aproximadamente 4,79% ao município.

Quanto às fontes alternativas de financiamento do projeto, cumpre esclarecer que a única fonte de recursos que se tem disponível é da União, por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), condizente com operação de crédito interno. Entretanto, não consta, no momento, nenhuma linha de captação de recursos condizente com o investimento em questão disponibilizada pelo Governo Federal.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 2





**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF**

Além disso, as condições de financiamento da CEF não são financeiramente vantajosas ao município, haja vista que as taxas de juros são onerosas, correspondendo a uma taxa fixa de 6,0%, acrescidas de uma taxa administrativa de 2,0% e uma taxa de risco de 0,3%, incididas anualmente sobre o saldo devedor.

Assim, na hipótese desse investimento ser realizado com a fonte de recursos da União, atendendo as condições de financiamento da CEF, os encargos com juros corresponderiam a aproximadamente US\$ 26.703.880,50, que custaria ao município um montante de US\$ 87.573.880,50, como pagamento total da operação. Além disso, a taxa de retorno do investimento seria de 2,24% anual, relativamente menor que a gerada com a resultante com as condições da CAF.

Diante disto, em termos financeiros (e de condições de financiamento), observa-se que a CAF é mais atrativa e vantajosa ao município, conforme estratificado no quadro a seguir.

Quadro 2. Comparativo de Fontes (Simulação): CAF e CEF

Fonte	Liberações (US\$)	Amortização (US\$)	Juros, demais encargos e comissões (US\$)	Total de Reembolsos (US\$)	TIR (%/ano)
CAF	60.870.000,00	60.870.000,00	21.559.704,03	82.429.704,03	4,79
CEF	60.870.000,00	60.870.000,00	26.703.880,50	87.573.880,50	2,24

Assim, tomando como base o valor da operação de US\$ 60.870.000,00, se financiado pela CAF, os encargos totais da operação equivalem a 26,16% e o retorno anual do investimento de aproximadamente 4,79%, ao passo que os encargos totais da operação com as condições da CEF são de aproximadamente 30,49%, justificando assim, financeiramente, em questões de viabilidade ao município e disponibilidade de recursos, a escolha pelo financiamento via CAF.

III. Interesse Econômico e Social da Operação

O "Programa de Requalificação Urbana: Palmas para o Futuro" objetiva melhorar as condições de mobilidade da população e do acesso aos serviços públicos essenciais, através de um conjunto de ações de pavimentação integrada de asfalto, drenagem urbana, calçadas acessíveis e ciclovias, sinalização viária, saúde, educação, habitação e lazer.

Além disso, objetiva reestruturar a rede de iluminação pública do município, por meio da sua efficientização, modernização e controle remoto, obedecendo as normas, critérios e parâmetros técnicos de qualidade, alterando também, a matriz energética da cidade com utilização de fontes renováveis de geração.

Partindo disto, em termos econômicos e sociais, o pleito vislumbra melhorar a qualidade de vida da população, através de um conjunto de ações para requalificar a infraestrutura urbana em diversos espaços do município, contribuindo com a construção de um espaço socialmente justo, com forte desenvolvimento urbano e econômico, prezando pelo crescimento sustentável e digno para todos os palenses.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 3





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

Neste sentido, os recursos oriundos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento de investimentos em obras, que se consolidam em:

- Pavimentação, drenagem, ciclovias, sinalização viária, calçadas acessíveis nas Quadras 508 Norte (ARNE 64), 408 Norte (ARNE 54), 812 Sul (ARS SE 85), 212 Sul (ARS SE 25), Setores Morada do Sol I e III, Taquari (T20, T21, T30, T31, T32 e T33), Taquaralto e Santa Fé;
- Conclusão da drenagem das Quadras 112 Sul (ASR SE 15), 506 Norte (ARNE 63) e 212 Norte (ASR NE 25) através da abertura das Caixas Coletoras, Aduelas, Tampões e Meio-fio;
- Pavimentação, macrodrenagem, ciclovias, sinalização viária, calçadas acessíveis nas Avenidas LO-05 (entre Av. NS-01 e Av. NS-15), Av. NS-05 (entre a Av. LO-02A e LO-08), e Av. NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25);
- Ponte sobre o Córrego Brejo Comprido interligando a Região Leste a Região Oeste através da Avenida LO-05 e Ponte sobre o Córrego Sussuapara interligando a Região Norte a Região Sul através Avenida NS-05 entre Av. LO -04 e Av. LO-08;
- Execução de Pavimentação Asfáltica dos Encaixes das Avenidas LO-04 e LO-13 (entre Av. NS-10 e TO 050);
- Execução de Macrodrenagem na Avenida LO-21 entre TO-050 e Av. NS-5B e complementação da Pavimentação Asfáltica da Avenida LO-21 (entre TO-050 e Av. Teotônio Segurado) e Macrodrenagem na Avenida NS-10 (entre Av. JK e o Lançamento no Córrego Brejo Comprido, para atender as Quadras 112 Sul e 212 Sul) e Pavimentação Asfáltica da Avenida NS-10 (entre Av. LO-03 e Av. LO-25);
- Calçadas e Ciclovias para acesso ao Corredor BRT;
- Drenagem Sustentável e Praças Adjacentes ao BRT;
- Eficientização do Parque de Iluminação do Município de Palmas.

No que tange a eficientização do Parque de Iluminação, um dos serviços de maior vulto do programa, que abrange toda a rede de logradouros e espaços públicos, tem-se como metas:

- Migrar o parque de iluminação pública municipal, de lâmpadas do tipo vapor de sódio para iluminação por LED;
- Estabelecer, ao longo do processo de migração, um cadastro com georreferenciamento de todos os pontos de iluminação, para monitoramento e rastreamento;
- Promover o uso de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, para suprir no mínimo 50% do consumo de todo o Parque de Iluminação Pública;
- Implementar projetos que, em conjunto com a utilização da tecnologia LED, contribuam com a inovação e desenvolvimento de uma infraestrutura para Cidade Eficiente no município.

Situando o município de aplicação do investimento, tem-se que Palmas, capital do Tocantins, está localizada na Região Norte do país e faz parte da área de atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, ocupando uma área de aproximadamente 2.051,93 Km². O município é composto pelo plano diretor e as regiões adjacentes ao plano, que contam com os distritos de Buritirana, Taquari, Taquaruçu, Taquaralto e Aurenny (I, II, III e IV) e pela área rural.

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 4





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

Na última década, Palmas apresentou o maior crescimento, em termos populacionais, entre as capitais brasileiras, saltando de 137.355 habitantes em 2000 para 286.787 habitantes em 2017, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período de 2013-2014 apresentou, ainda, a maior taxa de crescimento geométrico entre as capitais do país, com 2,91% (IBGE, 2014). O IDH-M, por sua vez, apresentou o valor de 0,788¹ em 2010 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Quanto à estruturação urbano-ambiental, cabe destacar que Palmas apresenta problemas que se chocam com os ideais de uma capital planejada, que advém desde o seu processo de criação, consequente, dentre outros fatores, da atividade imobiliária especulativa, que se dá em detrimento do equilíbrio ambiental necessário à qualidade de vida da população. Assim, um dos principais agravantes para o ambiente urbano palmeno é a ocupação desordenada e os grandes vazios urbanos causados pela especulação imobiliária.

Dentre os problemas observados podem-se apontar: a falta de pavimentação causando sérios transtornos aos moradores e usuários do espaço urbano; a deficiência ou a inexistência de macro e de micro drenagem em avenidas e em algumas quadras; as dimensões inadequadas e a falta de limpeza das bocas-de-lobo; as condições de descargas inadequadas de águas pluviais, causando assoreamento dos cursos d'água; o lançamento de águas pluviais de imóveis edificados direto sobre vias públicas.

No entanto, Palmas instituiu, através do Decreto Municipal nº 700 de 15 de Janeiro de 2014, seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em atendimento à Lei nº 11.445/2010 contemplando os quatro eixos: Abastecimento de Água; Coleta e Tratamento de Esgoto; Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais; e, Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana. O PMSB de Palmas encontra-se em fase de revisão e o Estudo Técnico apresentado pela Concessionária de Saneamento do Tocantins (Saneatins) apresenta que houve uma considerável evolução no atendimento do sistema de esgotamento sanitário, passando de 50,3% em 2013 para aproximadamente 82% das áreas aptas em junho de 2017, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado antes do lançamento. Com relação ao sistema de abastecimento de água, o índice que já era de 99,9% em 2013 se manteve, conforme previa o PMSB, fazendo com que Palmas universalizasse o acesso aos serviços de água e esgoto. Com relação aos dados de drenagem urbana e resíduos sólidos os dados existentes são os constantes do PMSB onde estes estão sendo revisados. Em 2014 Palmas tinha uma cobertura de aproximadamente 45% de áreas com rede de drenagem pluvial. No mesmo ano, a cobertura do sistema de limpeza urbana era de 100% se mantendo nos dias atuais com coleta de cerca de 260 ton/dia de resíduos sólidos destinadas ao aterro sanitário do município.

No tocante ao sistema de iluminação da cidade, verifica-se a necessidade de modernização do parque de iluminação pública, com vistas ao alcance de eficiência energética com a redução do gasto com energia elétrica. Pretende-se, neste momento, onde

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Palmas é 0,788, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,827, seguida de Renda, com índice de 0,789, e de Educação, com índice de 0,749 (Atlas Brasil, 2013).





Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF

tecnologias e inovações encontram novos desafios, utilizar alternativas para viabilizar economicamente os custos municipais extras, preservando a qualidade do serviço e o erário público, por meio de ações permanentes de efficientização energética, metodologias que gerem economia de escala, utilização de energias renováveis viabilizadas pela resolução 482 da ANEEL e as tecnologias de iluminação de estado sólido (LED), que podem reduzir de forma importante o consumo energético.

A efficientização do parque de iluminação pública economizará um volume de recursos importantes, pois a instalação de lâmpadas com tecnologia LED, mais eficientes do que as convencionais, irá proporcionar ao município uma economia da energia entre 50 a 65%, reduzindo o custo de manutenção no futuro devido a maior durabilidade e menor incidência de defeitos. Com isso, o município buscará reduzir suas despesas de energia e de manutenção, de forma significativa, para não inviabilizar as contas públicas municipais, garantindo dessa forma, investimentos com os recursos economizados.

A Energia Elétrica e a Iluminação Pública são tratadas, atualmente, como um dos assuntos prioritários pelos atuais administradores públicos, sendo essenciais para a qualidade de vida da comunidade, de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios. Além disso, constitui-se num dos vetores importantes para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade.

Diante de todo esse cenário, o investimento em questão busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das áreas, ainda carentes de infraestrutura no município, otimizando sua ocupação com a implantação de mais núcleos comerciais e residenciais proporcionando à comunidade a prestação de serviços e a oferta de produtos, promovendo assim o seu desenvolvimento econômico e social, buscando com isso:

- Reduzir o deslocamento por parte da população, promovendo o desenvolvimento regional, com abastecimento mais eficiente e rápido de mercadorias, beneficiando toda a comunidade local;
- Aumentar a circulação de capital no setor de serviços e comércio de materiais para construção local com a implantação do empreendimento;
- Gerar empregos diretos e indiretos, o que aumentará o aporte de renda na economia local;
- Aumentar a comercialização de insumos e serviços na área de construção civil, o que resultará em arrecadação de impostos para o município para garantir a continuidade de investimentos.

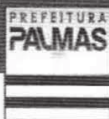
Tem-se, desse modo, que apesar de ser uma cidade nova, Palmas tem se mostrado promissora em relação ao seu desenvolvimento. No entanto, Palmas possui muitas lacunas que padecem de uma atenção especial por parte dos seus gestores, tais como infraestrutura básica e uma matriz energética que supra as demandas da população.

Assim, cabe ao poder público voltar suas atenções para essas problemáticas, com o intuito de impedir a deterioração das condições de vida da população, considerando que a infraestrutura urbana é um direito básico de todo o cidadão, e, entendendo que o programa

Quadra 1.212 Sul, Avenida LO-27, Esquina com NS-10, Centro | Telefone: 2111-0600
Ouvidoria 08006464156 / ouvidoria@palmas.to.gov.br

Página | 6





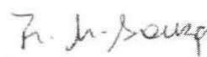
**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Superintendência CAF**

trata de serviços em que há uma grande demanda e carência por conta da sociedade, cuja oferta se dá, a priori, somente pelo setor público.

IV. Conclusão

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Palmas – TO, 06 de outubro de 2017.


RAFAEL MARCOLINO DE SOUZA
Superintendente CAF


HEBERT VERAS NUNES
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

De acordo


CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito do Município de Palmas



:: SEI / MP - 1754264 - Resolução/Recomendações ::

<https://seimp.planejamento.gov.br/sei/controlador.php?acao=document...>

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X**

116ª REUNIÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 04/0116, de 3 de maio de 2016.

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso I do Art. 2.º do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

RECOMENDA

Ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1. Nome: | PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO |
| 2. Mutuário: | Município de Palmas - TO |
| 3. Garantidor: | República Federativa do Brasil |
| 4. Entidade Financiadora: | Corporação Andina de Fomento - CAF |
| 5. Valor do Empréstimo: | pelo equivalente a até US\$ 60.870.000,00 |
| 6. Valor da Contrapartida: | no mínimo igual ao valor do financiamento |

Ressalva(s):

- a) À época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF n.º 306/2012; e
- b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

Carlos Eduardo Lampert Costa

Secretário-Executivo, substituto

Francisco Gaetani

Presidente

De acordo.

Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão



:: SEI / MP - 1754264 - Resolução/Recomendações ::

<https://seimp.planejamento.gov.br/sei/controlador.php?acao=document...>

Nota: A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Lampert Costa, Secretário-Executivo da COFIEX, substituto**, em 05/05/2016, às 11:28.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO GAETANI, Presidente da COFIEX**, em 06/05/2016, às 14:19.



Documento assinado eletronicamente por **Valdir Moysés Simão, Ministro**, em 10/05/2016, às 18:01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **1754264** e o código CRC **D32BF4B2**.





128

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 90, quinta-feira, 12 de maio de 2016

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 2/2016

A pregoeira do IBGE/MS torna público o resultado da licitação para aquisição de cortiços, na qual sagram-se vencedoras as seguintes empresas: CNPJ 02.437.839/0001-17, itens 1, 2, 7, 11 a 15 e 30, com o valor de R\$ 27.935,00; CNPJ 10.742.589/0001-57, itens 8 e 9, com o valor de R\$ 568,05; CNPJ 13.734.839/0001-03, item 10, com o valor de R\$ 600,00 e CNPJ 22.934.158/0001-71, itens 17 a 19, com o valor de R\$ 9.879,23. Itens cancelados 3 a 6 e 16.

ANA CLÁUDIA SILVA BARBOSA

(SIDEAC - 11/05/2016) 114629-11301-2016NE800001

UNIDADE ESTADUAL EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 114614

Número do Contrato: 3/2015.
Nº Processo: 036200016201617.
PREGÃO SISP Nº 1/2015. Contratante: FUNDACAO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. CNPJ Contratado: 1857811000115. Contratado: F & R - EVENTOS, LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: Prorrogação da vigência indicada na Cláusula Segunda - da Vigência, do contrato original. Fundamento Legal: Art. 57, Inciso II, 2º da Lei nº 8.666/93. Vigência: 06/04/2016 a 06/04/2017. Valor Total: R\$162.877,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800078. Data de Assinatura: 06/04/2016.

(SICON - 11/05/2016) 114629-11301-2016NE800001

UNIDADE ESTADUAL NO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 114609

Nº Processo: 036200016201617.
PREGÃO SISP Nº 1/2016. Contratante: FUNDACAO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado: CLARO S.A. - Objeto: Contratação de serviço telefônico fixo comutado, ligações locais para fixo e para móvel, com fornecimento de infraestrutura digital, para atender ao PABX da Unidade Estadual do IBGE no Piauí - Sede, localizada na Rua Simplicio Mendes, nº 436, Centro/Norte, Teresina/PI. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Lei nº 10.520/2002. Decreto nº 2.271/1997 e IN SLM/PMOP nº 02/2008. Vigência: 03/05/2016 a 03/05/2017. Valor Total: R\$49.604,16. Fonte: 100000000 - 2016NE800238. Data de Assinatura: 03/05/2016.

(SICON - 11/05/2016) 114629-11301-2016NE800001

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82016 - UASG 114609

Nº Processo: 036200013201612. Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Santos Dumont, nº 797, Bairro Oeiras Nova, CEP 64500-000, para funcionamento da Agência de Coleta de Dados do IBGE em Oeiras PI. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso X da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Dentro dos limites estabelecidos pelo artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 Declaração de Dispensa em 09/05/2016. RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO. Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Piauí. Ratificação em 10/05/2016. WALDIR FORTUNATO JUNIOR. Coordenador de Recursos Materiais. Valor Global: R\$ 19.680,00. CPF CONTRATADA - 099.521.603-72 FRANCISCO LEAL DE CARVALHO.

(SIDEAC - 11/05/2016) 114629-11301-2016NE800001

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS SECRETARIA-EXECUTIVA

COMUNICADO Nº 7/2016

O Secretário-Executivo da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), substituto, no uso de suas atribuições, faz saber as Recomendações endossadas pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão:

autorizar, com as ressalvas (s) estipuladas (a), a preparação do Programa-Projeto, nos seguintes termos:
1. Nome: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios do Baixo Parnaíba, Cocais, Campos e Lagos, Lençóis Maranhenses, Médio Maricim e Vale do Itapicuru Mais Sustentabilidade

2. Mutuário: Estado do Maranhão
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até SDR 14.313.000,00
6. Valor da Contrapartida: pelo equivalente a até US\$ 20.000.000,00

Ressalva(s):
a) A época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051200128

1. Nome: Amortização da Dívida Pública Estadual no Triênio de 2016 a 2018 com a consequente Manutenção da Capacidade de Investimento do Estado do Ceará

2. Mutuário: Estado do Ceará
3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: A Definir

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 350.000.000,00

Ressalva(s):
a) A época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

1. Nome: PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

2. Mutuário: Município de Palmas - TO

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Corporação Andara de Fomento - CAF

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 60.870.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo igual ao valor do financiamento

Ressalva(s):
a) A época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

1. Nome: Projeto Novo Mané Dendê - Salvador

2. Mutuário: Município de Salvador - BA

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 67.500.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo igual ao valor do financiamento

Ressalva(s):
a) A época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

1. Nome: Salvador Social

2. Mutuário: Município de Salvador - BA

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 250.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo igual ao valor do financiamento

1ª Fase:
1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 125.000.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo igual ao valor do financiamento

2ª Fase:
1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 125.000.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo igual ao valor do financiamento

Ressalva(s):
a) A época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário; e

c) A negociação da 2ª fase estará condicionada a que o Mutuário: i) comprove à SEAIN o desembolso de 70% dos recursos do empréstimo; ii) envie nova carta consulta referente à 2ª fase do Projeto; e iii) apresente os resultados da 1ª fase ao Grupo Técnico da COFIEEX - GTFC.

autorizar, em substituição à Recomendação COFIEEX nº 02/0108, de 17 de dezembro de 2014, a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Crédito Multi-setorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas - PRODESUS

2. Mutuário: Estado do Amazonas

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 70.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: pelo equivalente a até US\$ 14.000.000,00

Ressalva(s):
a) A época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

Em 11 de maio de 2016 6
CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Substituto

SECRETARIA DE GESTÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica, que celebram o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, por intermédio da Secretaria de Gestão - SEGES/MP e da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/MP com o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria da Representação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal.

b) Processo nº: 05110.001204/2016-18

c) Objeto: Estabelecimento de condições para a integração institucional visando ao intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências por meio da disponibilização de cursos nas modalidades presenciais e à distância referentes aos fundamentos das Transferências Voluntárias da União com a utilização prática do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv.

d) Recursos: Não há transferência de recursos financeiros.

e) Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será de 4 (quatro) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado mediante prévia anuência dos participantes em termos aditivos específicos.

f) Data da assinatura: 18 de abril de 2016. Assinam Valdir Moyes Simão/MP, Gleisson Cardoso Rubin, pela ENAP, Flavio Dino de Castro e Costa, pelo Governo do Estado do Maranhão e Ricardo Garcia Cappelli pela Secretaria da Representação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO

Processo nº: 04941.000924/2016-11

Espécie: TERMO Nº 12, DE 29/04/2016

Permissão: MINA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 02.276.736/0001-12

Evento: MUSULI SE PR-PARA BRASIL-RIO 2016 que acontecerá durante o período de 09/05/2016 a 11/05/2016

Local: Avenida 7 de Setembro, bairro da Barra, no município de Salvador-Bahia. Área total utilizada da União: 92,21m²

Modalidade: Onerosa. Utilização de área com sub-rogação ou parcerias patrocinadoras com contratos de publicidade

Amparo Legal: Art. 22, da Lei nº 9.636/98, no art. 14, do Decreto nº 3.725/2001, na Portaria SPU nº 01, de 03 de janeiro de 2014

Valores pagos: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a título de despesas administrativas e R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de contribuição pela utilização da área

Signatário: TATIANA MARIA SANTOS CHAVES, Superintendente da SPU/BA

EXTRATOS DE OUTORGA DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

PROCESSO nº: 04941.013567/2007-51

RIP DO IMÓVEL: 3413 0101157-18

ENDERECO DO IMÓVEL: Rua Aquário (antiga Estrada Velha), s/n, Jau, CEP 42500-000, Camaçari/Bahia

CONCEITUAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno de marinha

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 2.815,53m²

ÁREA DA UNIÃO: 1.097,53m²

UTILIZAÇÃO: Residencial

OCUPANTE: Álvaro Noronha CPF: 037.286.685-91

DATA DA LAVRATURA DO TERMO DE OUTORGA: 10/07/2015

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Portaria nº 259, de 10 de outubro de 2014, publicada no DOU, em 14 de outubro de 2014

PROCESSO nº: 04941.006922/2014-65

RIP DO IMÓVEL: 3413 0101170-95

ENDERECO DO IMÓVEL: Fazenda Caratinga, Estrada da Barra, s/n, Itacimirim, CEP: 42823-000, Camaçari/Bahia

NATUREZA DO IMÓVEL: Urbana

CONCEITUAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno de marinha com acrescido

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 16.744,29m²

ÁREA DA UNIÃO: 6.271,40m²

UTILIZAÇÃO: COMERCIAL

OCUPANTE: DENISE MONTEIRO BRUJIN CPF: 079.107.975-91

DATA DA LAVRATURA DO TERMO DE OUTORGA: 21/12/2015

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Portaria nº 259, de 10 de outubro de 2014, publicada no DOU, em 14 de outubro de 2014

PROCESSO nº: 04941.006953/2014-16

RIP DO IMÓVEL: 3413 0101159-50

ENDERECO DO IMÓVEL: Rua Principal, s/n, lote C, Itacimirim, CEP 42823-000 Camaçari/Bahia

NATUREZA DO IMÓVEL: Urbana

CONCEITUAÇÃO DO IMÓVEL: Terrenos de marinha e acrescidos de marinha

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 2.978,52m²

ÁREA DA UNIÃO: 1.410,66m²

UTILIZAÇÃO: Residencial

OCUPANTE: Eva Raimann Cabral de Noronha e Menezes CPF: 405.833.257-34

DATA DA LAVRATURA DO TERMO DE OUTORGA: 28/08/2015

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Portaria nº 259, de 10 de outubro de 2014, publicada no DOU, em 14 de outubro de 2014



PALMAS - TO, QUARTA-FEIRA, 1 DE FEVEREIRO DE 2017

Página

Atos do Poder Legislativo	1
Secretaria de Governo	1
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano	2
Secretaria de Transparência e Controle Interno.....	3
Secretaria de Finanças	3
Secretaria da Educação	4
Secretaria da Saúde	6
Secretaria de Desenvolvimento Rural.....	11
Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas	11
Publicações Particulares.....	13

LEI COMPLEMENTAR Nº 365, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O PREFEITO DE PALMAS

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado:

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º.

Palmas, 1º de fevereiro de 2017.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito de Palmas

PORTARIA/SEGRPS/DAFIN Nº 009, de 19 de Janeiro de 2017.

Resolve:

Art. 1º Designar o servidor abaixo com o encargo de Fiscal do Contrato referente ao Processo nº 2015026643, objeto a contratação de Entidade/Instituição sem fins lucrativos para elaboração e execução de programa de desenvolvimento social e institucional para atender o Centro de Integração de Atendimento ao Cidadão, cuja pessoa jurídica está inscrita no CNPJ: 37.381.902/0002-06.

SERVIDORES		MATRÍCULA
TITULAR	Wanderson Ricardo Mendes	413027950

Art. 2º São atribuições do fiscal de contrato, na sua ausência respondendo seu suplente por:

I – Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato:

II – Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas, das providências que determinaram os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à autoridade superior sobre ocorrências para ciência e apreciação para providências;

III – Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

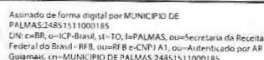
IV – Propor mediante apreciação do Gestor aplicação de sanções administrativa à contratada em virtude de inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais e instruções e ordens da fiscalização.

V - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, para posterior pagamento.

VI – Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

VII – Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 (sessenta) dias do final da vigência;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP



Ofício do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF

SRTVS - OD 701 - LOTE 8 - BLOCO N 2º ANDAR, SALA 205 - BRASÍLIA (SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL) - DF CEP 70340-000 -

Telefone: (61)3103-1545 - Fax: 6131030696 - E-mail: vep@tjdft.jus.br

Horário de funcionamento: 12:00 às 19:00 horas

00100 141025/2018-71

51020116(2/8/E)

Dada ciência ao Senador Acir
Gurgacz, publique-se.
Em 26/11/18

Distrito Federal, 25 de Outubro de 2018.

Ofício nº 27259/2018

Autos nº 0012843-53.2018.8.07.0015
(Processo antigo nº 2018.01.1.031279-8)

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, Praça dos Três Poderes
CEP 70165-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha decisão - autorização para trabalho externo - solicitação de remessa mensal de registro diário de frequência - ACIR MARCOS GURGACZ

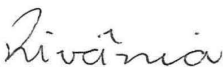
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da decisão por meio da qual fixei as condições para trabalho externo do reeducando **ACIR MARCOS GURGACZ**, filho de Assis Gurgacz, atualmente recolhido no Complexo Penitenciário da Papuda em cumprimento a ordem constritiva do Supremo Tribunal Federal referente aos autos da Ação Penal 935 AMAZONAS, em que foi determinada a execução provisória da pena imposta.

2. Solicito especial atenção às condições impostas para o usufruto da benesse e, ainda, a remessa mensal ao Centro de Detenção Provisória do registro diário de comparecimento do sentenciado a essa Casa Legislativa.

Respeitosamente,


LEILA CURY
Juíza de Direito


Presidência do Senado Federal
Rivaníia Campos - Mat. 300862
Recebi o original
Em 26/10/18 Hs 11:33
Em mãos





TJDFT Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF

Autos nº 0012843-53.2018.8.07.0015
(Processo antigo nº 2018.01.1.031279-8)

Decisão

2018046691

Sentenciado: ACIR MARCOS GURGACZ, filho de Assis Gurgacz

Trata-se de processo de execução penal distribuído a este Juízo aos 15/10/2015, por delegação do Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, para acompanhamento da execução da pena imposta a ACIR MARCOS GURGACZ, condenado pela prática do crime previsto no artigo 20 da Lei 7.492/86, a 4 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial semiaberto; 228 (duzentos e vinte e oito) dias-multa no valor de 5(cinco) salários-mínimos cada dia; e suspensão dos direitos políticos; com ordem para a expedição de ofício ao Presidente do Senado Federal para submissão ao plenário daquela Casa Legislativa a decretação da perda do mandato eletivo.

Na presente data, foi encaminhada a este Juízo decisão proferida aos 24/10/2018 pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, assegurando ao apenado o direito de trabalho externo a ser exercido no Senado Federal, mediante cumprimento de condições e horários a serem estabelecidos e fiscalizados por este Juízo.

O horário de expediente ordinário do Senado Federal é realizado diariamente das 09h às 12h e das 13h30min às 18h30min, com possibilidade de as sessões se estenderem para além desse horário.

Tratando-se o requerente de um Senador, é certo que não há nenhum superior hierárquico que possa realizar a fiscalização das atividades extramuros. Assim, essencial ao menos se aferir o seu efetivo comparecimento à Casa Legislativa.

Desse modo, o sentenciado deverá comparecer ao Senado Federal nos dias úteis em que o Congresso Nacional esteja reunido, nos termos do art. 57, da CR/88, c/c art. 2º, do RISF, recolhendo-se ao Centro de Detenção Provisória nos finais de semana, feriados e recesso parlamentar.

Caso as sessões se estendam para o período noturno, essa circunstância deverá ser comprovada pelo sentenciado junto ao estabelecimento prisional onde estiver recolhido, por ocasião do seu retorno para o pernoite, por meio de certidão ou documento hábil emitido pela Casa, sob pena de eventual responsabilização por falta disciplinar.

Considerando que o retorno do apenado às atividades parlamentares impedirá o recebimento de visitas familiares e amigos na unidade prisional, as quais também NÃO PODEM ser efetuadas durante o horário de exercício do mandato eletivo, tal qual os demais sentenciados que cumprem pena em regime semiaberto no Distrito Federal com trabalho externo efetivamente implementado, ele fará jus às saídas quinzenais, nos termos da Portaria 002/2018 deste Juízo, desde de que a Defesa informe nos autos

*Documento assinado digitalmente. A autenticidade do documento poderá ser conferida no sítio do TJDF - <http://www.tjdft.jus.br>

310981 - 001.0015.11130010000/2018.0002.357302-53 - 25/10/2018 18:33 - 1 / 3





Autos n.001.0015.11130010000/2018.0002.357302-53 - Subtipo

endereço residencial nesta capital, regularmente instruído com cópia do comprovante de residência, que também deverá ser apresentado ao estabelecimento prisional, além de eventuais declarações que se façam necessárias, nos termos da Portaria citada.

Por todo o exposto, em cumprimento à decisão proferida pelo Ministro Relator da AP 935/AM, **AUTORIZO**:

1- O deslocamento diário do sentenciado ACIR MARCOS GURGACZ, em dias úteis em que o Congresso Nacional esteja reunido, da unidade prisional até a Câmara dos Deputados, vedado o desvio de itinerário.

2- O sentenciado deverá ser liberado pela direção da unidade prisional às 08h e deverá retornar a ela para fins de recolhimento até as 19h30.

3- Em caso de sessões que se estendam para o período noturno, o sentenciado deverá comprovar a situação junto a direção do presídio, no momento de seu retorno à unidade prisional para pernoite, por meio de certidão ou documento hábil emitido pela Casa, respeitando o prazo máximo de 1(uma) hora para deslocamento.

4- Mensalmente, o Presidente do Senado Federal deverá encaminhar ao presídio cópia do registro eletrônico de frequência do sentenciado ou outro comprovante de frequência aos trabalhos parlamentares, informando a este Juízo todos os atrasos e ausências.

5- Durante o horário de almoço, o sentenciado poderá se deslocar do Senado Federal até 100 metros, para fazer suas refeições, não sendo permitido almoçar em residência de familiares ou amigos.

6- O sentenciado não pode utilizar o horário de exercício das atividades parlamentares para recebimento de visitas de familiares e amigos, uma vez que será beneficiado com saídas quinzenais, disciplinadas pela Portaria 002/2018 - VEP, com essa finalidade.

7- Qualquer necessidade de alteração das condições ora estabelecidas devem ser solicitadas a este Juízo, **com antecedência**, por meio de requerimento.

8- O apenado deverá ser cientificado de que o descumprimento de quaisquer das condições ora impostas poderão vir a caracterizar falta disciplinar e, por via de consequência, poderão vir a redundar em aplicação, pela direção da unidade prisional, no seu isolamento disciplinar por até 10 dias e, também a suspensão automática das saídas diárias e quinzenais.

Em razão da implementação do trabalho externo, determino a transferência do reeducando para o Bloco 5, ala C do Centro de Detenção Provisória - CDP .

Considerando que, conforme prevê e autoriza o RI/SF, as sessões legislativas estão suspensas em razão do 2º turno das eleições, que será realizado no próximo dia 27/10/2018, o trabalho externo autorizado deverá ser implementado a partir do dia 29/10/2018, data em que a transferência de alocação deverá ser efetivada.

*Documento assinado digitalmente. A autenticidade do documento poderá ser conferida no sítio do TJDFT - <http://www.tjdft.jus.br>

310981 - 001.0015.11130010000/2018.0002.357302-53 - 25/10/2018 18:33 - 2 / 3





TJDFT

Autos n.001.0015.11130010000/2018.0002.357302-53 - Subtipo

Remetam cópia da presente decisão ao Presidente do Senado Federal, para ciência e remessa mensal do registro diário de comparecimento do sentenciado, inclusive de eventuais comissões que ele integre.

Comuniquem ao STF, para instrução da AP 935/AM.

Comuniquem a SESIPE e as Direções do CDP e da PDF I para conhecimento e cumprimento desta decisão.

A direção da PDF I onde o sentenciado está alocado atualmente deverá colher a ciência dele quanto ao teor da presente decisão, restituindo uma via assinada a este Juízo.

Cumpram as determinações precedentes.

Intime-se o Ministério Público e a Defesa.

Distrito Federal, 25 de Outubro de 2018.

LEILA CURY
JUIZ(A) DE DIREITO

*Documento assinado digitalmente. A autenticidade do documento poderá ser conferida no sítio do TJDF - <http://www.tjdft.jus.br>

310981 - 001.0015.11130010000/2018.0002.357302-53 - 25/10/2018 18:33 - 3 / 3



00100.141.271/2018-81

**SENADO FEDERAL**
Presidência

MEMO Nº 272/2018-PRESID-DATJUR

Brasília, 26 de outubro de 2018

A Sua Senhoria o Senhor
FERNANDO CÉSAR DE SOUZA CUNHA
Advogado-Geral do Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.141025/2018-71

Senhor Advogado-Geral,

Encaminho, para instrução, o Ofício nº 27.259/2018, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, comunicando decisão proferida nos autos do processo nº 0012843-53.2018.8.07.0015.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Luciano Felício Fuck.

LUCIANO FELÍCIO FUCK
Diretor de Assuntos Técnicos e Jurídicos



SENADO FEDERAL
Advocacia

DESPACHO Nº 515/2018 - ADVOSF
Processo nº 00200.017729/2018-04

Trata-se do Ofício nº 27259/2018 de 25 de outubro de 2018, subscrito pela Juíza de Direito Leila Cury, recebido em 1º de novembro de 2018, no qual Encaminha a Presidência desta Casa cópia da decisão por meio da qual fixou as condições para trabalho externo do reeducando Senador ACIR MARCOS GURGACZ, atualmente recolhido no Complexo Penitenciário da Papuda em cumprimento a ordem constitutiva do Supremo Tribunal Federal referente aos autos da Ação Penal nº 935 AMAZONAS, em que foi determinada a execução provisória da pena imposta¹.

O juízo de execução solicitou especial atenção às condições impostas para o usufruto da benesse concedida e, ainda, a remessa mensal ao Centro de detenção Provisória do Registro diário de comparecimento do sentenciado a esta Casa Legislativa. Colaciona-se, por oportuno, as condições impostas pelo juízo de execução, *litteris*:

Por todo o exposto, em cumprimento à decisão proferida pelo Ministro Relator da AP 935/AM, AUTORIZO:

- 1- O deslocamento diário do sentenciado ACIR MARCOS GURGACZ, em dias úteis em que o Congresso Nacional esteja reunido, da unidade prisional até a Câmara dos Deputados, vedado o desvio de itinerário.
- 2- O sentenciado deverá ser liberado pela direção da unidade prisional às 08h e deverá retornar a ela para fins de recolhimento até as 19h30.
- 3- Em caso de sessões que se estendam para o período noturno, o sentenciado deverá comprovar a situação junto a direção do presídio, no momento de seu retorno à unidade prisional para pernoite, por meio de certidão ou documento hábil emitido pela Casa, respeitando o prazo máximo de 1(uma) hora para deslocamento.
- 4- Mensalmente, o Presidente do Senado Federal deverá encaminhar ao presídio cópia do registro eletrônico de frequência do sentenciado ou outro comprovante de frequência aos trabalhos parlamentares, informando a este Juízo todos os atrasos e ausências.
- 5- Durante o horário de almoço, o sentenciado poderá se deslocar do Senado Federal até 100 metros, para fazer suas refeições, não sendo permitido almoçar em residência de familiares ou amigos.
- 6- O sentenciado não pode utilizar o horário de exercício das atividades parlamentares para recebimento de visitas de familiares e amigos, uma vez que será beneficiado com saídas quinzenais, disciplinadas pela Portaria 002/2018 - VEP, com essa finalidade.

¹ Documento nº 00100.141025/2018-71 (VIA 001)





SENADO FEDERAL
Advocacia

7- Quaisquer necessidades de alteração das condições ora estabelecidas devem ser solicitadas a este Juízo, com antecedência, por meio de requerimento.

8- O apenado deverá ser cientificado de que o descumprimento de quaisquer das condições ora impostas poderão vir a caracterizar falta disciplinar e, por via de consequência, poderão vir a redundar em aplicação, pela direção da unidade prisional, no seu isolamento disciplinar por até 10 dias e, também a suspensão automática das saídas diárias e quinzenais.

Deste modo, não havendo qualquer providência a ser tomada por esta Advocacia, sugere-se o encaminhamento dos autos à Presidência do Senado Federal para ciência do Ofício e, posteriormente, o encaminhamento do feito à Secretaria-Geral da Mesa para execução da decisão proferida.

Brasília, 19 de novembro de 2018.

MATEUS FERNANDES VILELA LIMA

Advogado do Senado

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Coordenador – NASSET

Aprovo. Registro que na data de recebimento do ofício em epígrafe, comuniquei seu conteúdo ao Presidente do Senado Federal, ao Secretário-Geral da Mesa, ao Diretor da Polícia e à Diretora-Geral, para conhecimento. Assim, remetam-se os autos à Secretaria-Geral da Mesa para a adoção das providências da sua alçada.

FERNANDO CESAR CUNHA

Advogado-Geral do Senado



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 450, DE 2018

Altera os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena prevista para os crimes de furto e roubo quando praticados contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.

AUTORIA: Senador Telmário Mota (PTB/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PTB/RR

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena prevista para os crimes de furto e roubo quando praticados contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 155.**.....

.....

§ 4º.....

.....

V – contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.

.....(NR)”

“**Art. 157.**.....

.....

§ 2º.....

.....

VII – contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.

.....(NR)”

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PTB/RR

2

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nossas instituições filantrópicas, igrejas e escolas estão desprotegidas pela legislação.

Muitas destas instituições carecem de estrutura para se proteger de criminosos, o que acaba facilitando a atuação de bandidos.

Além disso, o ato cometido por estes bandidos tem alto grau de reprovabilidade social, uma vez que muitas destas instituições funcionam por meio de doações e voluntariado e desempenham papel social de grande relevância.

Ademais, além da própria subtração de bens, o serviço social prestado fica prejudicado ou mesmo inviabilizado com a ação destes bandidos.

Por todas essas razões, conclamamos os nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do PLS nº 450 de 2018.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- artigo 155

- artigo 157



O Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 451, DE 2018

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para determinar a realização de exame toxicológico para ingresso e permanência em cargos públicos e em instituições públicas de ensino superior e profissional e para manutenção de bolsa de estudo paga pelo Administração Pública a estudantes de instituições privadas de ensino superior.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para determinar a realização de exame toxicológico para ingresso e permanência em cargos públicos e em instituições públicas de ensino superior e profissional e para manutenção de bolsa de estudo paga pela Administração Pública a estudantes de instituições privadas de ensino superior.



SF/18107.84651-13

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 5º e 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com acréscidos dos seguintes incisos:

“Art. 5º ”

VII - aprovação em exame toxicológico.

.....”(NR)

“Art. 132..... ”

XIV - reprovação em exame toxicológico realizado anualmente.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 57-A O processo seletivo para ingresso em ensino público dos cursos de que tratam os Capítulos III e IV em estabelecimentos públicos terá como etapa obrigatória a realização de exame toxicológico.

Parágrafo único. A renovação da matrícula dos estudantes dos cursos de que tratam os Capítulos III e IV em estabelecimentos públicos dependerá de aprovação em exame toxicológico realizado anualmente.”



Art. 3º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....
Parágrafo único. A concessão da bolsa ou a sua manutenção pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá de aprovação em exame toxicológico realizado anualmente e do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os efeitos nocivos do uso de drogas são amplamente conhecidos. É desnecessário dizer que o uso de drogas é responsável, em grande medida, pelos elevados índices de violência que castigam o País.

Além da vinculação direta com a violência, o uso de drogas destrutura a família do dependente. O Levantamento Nacional de Famílias dos Dependentes Químicos (Lenad Família)¹, realizado em 2013 pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), apontou que cerca de 28 milhões de brasileiros têm algum familiar dependente químico.

O uso de drogas não apenas destrói a vida do usuário como também afeta as atividades diárias dos familiares. Ainda segundo esse estudo, 58% das famílias com algum usuário de drogas têm afetada a habilidade de trabalhar ou de estudar, 29% das pessoas estão pessimistas quanto ao seu futuro imediato e 33% têm medo que seu parente beba ou se drogue até morrer, ou alegam já ter sofrido ameaças do familiar viciado.

O artigo 28 de Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, proíbe o porte de drogas para consumo pessoal, ainda que em pequena quantidade. Da redação desse dispositivo legal, podemos afirmar que o consumo de drogas no Brasil ainda é proibido.

¹ Disponível em: https://inpad.org.br/_lenad-familia/. Acessado em 08 de novembro de 2018.



SF/18107.84651-13



Apesar da clara proibição, a Lei prevê as penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medidas educativas. Tratam-se de punições demasiadamente brandas diante da gravidade dos efeitos nocivos que o consumo de drogas representa.

É preciso, pois, criar desincentivos legais para o consumo de drogas. O presente projeto impede o ingresso ou a permanência em cargos públicos ou em instituições públicas de ensino superior daqueles que foram reprovados em exames toxicológicos realizados anualmente.

O projeto também impede a concessão e a manutenção de bolsas de estudos em instituições privadas de ensino a usuários de drogas.

O comando previsto no projeto tem a virtude de, a um só tempo, reprimir o uso de drogas sem provocar novos encarceramentos no sistema prisional brasileiro.

Certo de que esse projeto representará significativo avanço no combate ao uso de drogas em nosso País, peço aos nobres pares apoio para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS
PODE - MT



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União - 8112/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
 - artigo 5º
 - artigo 132
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
- Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005 - Lei do PROUNI - 11096/05
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2005;11096>
 - parágrafo 1º do artigo 2º
- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>
 - artigo 28



O Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 550, DE 2018

Autorização para desempenho de missão no período de 9 a 11 de dezembro de 2018.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

*A publicação
em 26/11/18***REQUERIMENTO, 550 DE 2018**

Senhor Presidente,

Nos termos do **art. 40** do Regimento Interno do Senado Federal, requero afastamento do país, com ônus, para participar, na qualidade de Membro da Representação Brasileira no Mercosul (Res nº 1, de 2011-CN), das Reuniões da Bancada Progressista; Reuniões das Comissões Permanentes e da LX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu-Uruguai, na sede do Parlasul, eventos a serem realizados nos dias 09 a 11 de dezembro de 2018.

Ainda **com fundamento naquele artigo (art. 40) do RISF**, expresso que para tal Missão Oficial, por se tratar de viagem internacional, necessito de dois dias adicionais para o trajeto exterior, portanto, **de que a autorização estenda-se desde o dia 08 de dezembro de 2018 até o dia 12 de dezembro do mesmo ano.**

Desse modo, se este Requerimento for aprovado, nos termos do **art. 39, I**, do mesmo Regimento, comunico ao Senado Federal que, para tomar parte em tais reuniões, deverei estar ausente de minhas atividades parlamentares no período citado.

Sala das sessões, em *26* de novembro de 2018.Senador **HUMBERTO COSTA**

Recebido em *26/11/18*
Hora *9:24*
Paula Póvoa
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal



Senado Federal, Anexo II, 1º Andar, Ala Senador Teotônio Vilela, gabinete 25 | Praça dos Três Poderes | CEP 70165-900 | Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6285 / 6288 | humberto.costa@senador.leg.br



Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 550 de 2018.

7A.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00100.15 00100.155019/2018-00

**SENADO FEDERAL**
Presidência

OFÍCIO Nº 232 /2018-PRESID

Brasília, 22 de NOVE MÊS de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.149412/2018-56

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/140/2018, autorizo a participação do Senador **Humberto Costa** nas Reuniões da Bancada Progressista, das Comissões Permanentes e na LX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas no período de **09 a 11 de dezembro de 2018**, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.

Atenciosamente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 551, DE 2018

Autorização para desempenho de missão em 10 e 11 de dezembro de 2018.

AUTORIA: Senador Roberto Requião (MDB/PR)



[Página da matéria](#)



00100.154202/2018-80

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO Nº 551, DE 2018

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2018, para, na condição de Vice-Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões da Mesa Diretora, das Comissões Permanentes e da LX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 10 e 11 do referido mês e ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2018.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2018.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Recebido em 26/11/18
Hora 9:25

Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 551 de 2018.

Paula Costa Povoa Damasceno
SGM - Senado Federal

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00100.149420/2018-01 (VIA 001) - 00100.153770/2018-63 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 293 /2018-PRESID

Brasília, 22 de NOVENPRO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.149420/2018-01

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/141/2018, autorizo a participação do Senador **Roberto Requião** nas Reuniões da Mesa Diretora, das Comissões Permanentes e na LX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **10 e 11 de dezembro de 2018**, na cidade de **Montevidéu, no Uruguai**.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 552, DE 2018

Autorização para desempenho de missão no período de 9 a 12 de dezembro de 2018.

AUTORIA: Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO LOPES



*A publicação
em 26/11/18*

REQUERIMENTO Nº 552 , DE 2018 – MESA

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa, no período de 09 a 12 de dezembro de 2018, para participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e a “**LX Sessão Ordinária do Parlamento Mercosul**”, a se realizar em Montevidéu, no Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País no período citado acima.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2018.

Eduardo
Senador EDUARDO LOPES
Líder do **PRB** no Senado Federal
Presidente Nacional do **PRB**

RECEBIDO EM 26/11/2018
HORA 11:00
Antonio
Antonio Holanda Junior Mat. 225803

Senador EDUARDO LOPES - Líder do PRB no Senado Federal - Representante do Estado do Rio de Janeiro





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 299 /2018-PRESID

Brasília, 22 de NOVENBRO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.149459/2018-10

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/144/2018, autorizo a participação do Senador **Eduardo Lopes** nas Reuniões das Comissões Permanentes e na LX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **10 e 11 de dezembro de 2018**, na cidade de **Montevidéu, no Uruguai**.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
-S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-DC - Guaracy Silveira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-5 / PV

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-5 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

DC - 1

Guaracy Silveira.	TO
------------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
DC.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Guaracy Silveira** (-DC-TO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Walter Pinheiro* (-S/Partido-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (142,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,85,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (71,100,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Ataídes Oliveira (74)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (75,86,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (101)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líder Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (103,169)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,106)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,62,126)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 12</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (51,72,145,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,146,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> <p>Líder do PV - 0</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (120)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).
168. Em 25.07.2018, a Senadora Ana Amélia foi designada líder do PP (Of. 046/2018-GLDPP).
169. Em 14.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 74/2018-GLDPP).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtón Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ⁽⁷⁾	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airtón Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).
- Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Felipe Gerales / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (MDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**Notas:**

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR).
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

[illegible]

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otávio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Helena Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

**. Em 08.08.2018, foi lido o Requerimento nº 431, de 2018, que prorroga o prazo da CPI por 150 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

Finalidade: Investigar os elevados reajustes dos preços dos planos de saúde em valores muito superiores aos índices oficiais de inflação.

Requerimento nº 415, de 2018

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 11/07/2018

Leitura: 11/07/2018



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(5,36,45,47)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6. Senador Dário Berger ⁽³⁵⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,28,33,43)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14,33,41,42)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(2,34,37,48)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ^(18,30,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(4,44,46)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(4,9,10,32)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(4,13,31,40,49)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,29,38)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD).
34. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
35. Em 07.08.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 88/2018-GLPMDB).
36. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
37. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
38. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
39. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
40. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 64/2018-BLOMOD)



41. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
42. Em 31.10.2018, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
43. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
44. Em 05.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. nº 70/2018-BLOMOD).
45. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
46. Em 12.11.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 74/2018-BLOMOD).
47. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
48. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
49. Em 20.11.2018, o Senador Vicetinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 76/2018-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14,25,29,30)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,26,28)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,23,27)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).
25. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Férrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
26. Em 04.09.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular, em substituição ao senador Sérgio Petecão, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. nº 58/2018-BLDPRO).
27. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
28. Em 09.10.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 60/2018-BLDPRO).
29. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
30. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (MDB-RR) ^(1,55,61,62,64)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(1,50,53,65)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(5,56,66,67)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(5,59,60,68)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46,57,58)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39,57,58)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16,54,63)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 238/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).
58. Em 09.07.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, passando a ocupar vaga de suplente, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 39/2018-BLDPRO).
59. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
60. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
61. Em 07.08.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2018-GLPMDB).
62. Em 04.09.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 93/2018-GLPMDB).
63. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
64. Em 09.10.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho (Of. 94/2018-GLPMDB).
65. Em 11.10.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 103/2018-GLPMDB).
66. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
67. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
68. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(7,12)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ⁽¹⁵⁾
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Edison Lobão ^(7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(4,29,31)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽²¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,32)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ^(13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(3,25,28,30)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 46/2018-BLPRD).
30. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Rudson Leite (Of. 66/2018-BLOMOD).
31. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
32. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,10,33)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,28,29,34)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21,27,31)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18,26,32)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,25,30)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDb).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDb).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDb).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC).
28. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
29. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
30. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
31. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
32. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 65/2018-BLOMOD).
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,34,35)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
35. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(5,16,24,29,30)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,18,27,28)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of. 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPD).
28. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
29. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
30. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 004/2018-GLDPDT).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
VAGO ^(1,4)	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

4. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30,35,37)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7,39,48,49)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. Senador Garibaldi Alves Filho (10,27,37)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4,34,43,47)
VAGO (4,45)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
VAGO (1,16,32,41)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,22,44,46)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13,33,42)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26,31,38,40)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDb).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDb).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDb).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDb).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDb).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDb).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDb).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDb).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).
37. Em 03.07.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor a comissão como titular passando a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 80/2018-GLPMDb).
38. Em 03.07.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. nº 46/2018-BLOMOD).
39. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDb).
40. Em 05.09.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 56/2018-BLOMOD).
41. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
42. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 63/2018-BLOMOD).
43. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
44. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
45. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
46. Em 05.11.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 69/2018-BLOMOD).
47. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
48. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
49. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDb).



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,31,34,35)	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(17,27,33)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(19,22,23,26,30)
VAGO ^(2,18,28,32)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).
31. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
32. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
35. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(6,14,17,18)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,16)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
- Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
16. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 005/2018-GLDPDT).
17. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
18. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (8,12,29)	2. Senador Romero Jucá (11,32)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador João Alberto Souza (16,30)
Senador Dário Berger (8,30)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (31)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (28)
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3. VAGO (33,38)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,35,37)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,24,27,36)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18,25,26)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,13,19,21,34)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
25. Em 04.07.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 50/2018-GLBPDC).
26. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
27. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
28. Em 06.11.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 85/2018-GLPSDB).
29. Em 06.11.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
30. Em 06.11.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em permuta com o Senador João Alberto Souza, que passa a ocupar vaga de suplente (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
31. Em 06.11.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
32. Em 06.11.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
33. Em 06.11.2018, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 86/2018-GLPSDB).
34. Em 06.11.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 71/2018-BLOMOD).
35. Em 06.11.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 69/2018-BLDPRO).
36. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
37. Em 08.11.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Givago Tenório, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 70/2018-BLDPRO).
38. Em 21.11.2018, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como membro suplente, o colegiado, pelo Bloco Social Democracia (Of. 92/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ^(11,15)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDDB).
15. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(18,24,28,29)
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(26,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(9,30)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(17,31)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16,22,25)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).
24. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
25. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
26. Em 31.10.2018, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo PSDB, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. 83/2018-GLPSDB).
27. Em 31.10.2018, o Bloco da Maioria cede vaga para o PSDB (Of. 109/2018).
28. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
29. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
30. Em 20.11.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
31. Em 20.11.2018, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente, em substituição ao senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
MDB			
Senador Aírton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		MDB
VAGO		MDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	MDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

